



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

1.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 09/30 DE SETEMBRO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

## SUMÁRIO

### LEIS

#### Assembleia da República

##### Lei n.º 72/2013:

Décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 03 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro. .... 557

### DESPACHOS

#### Ministério da Defesa Nacional

##### Despacho n.º 12 272/2013:

Autoriza os serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional que não possuam pagamentos em atraso, a assumir compromissos plurianuais 656

##### Despacho n.º 11 479/2013:

Subdelegação de competências no Coronel Diretor do CAS Oeiras ..... 657

##### Despacho n.º 11 480/2013:

Subdelegação de competências no Coronel Diretor do CAS Oeiras ..... 657

##### Despacho n.º 11 481/2013:

Subdelegação de competências no Coronel Diretor do CAS Porto..... 657

#### Estado-Maior General das Forças Armadas

##### Despacho n.º 11 882/2013:

Delegação de competências no Tenente-General Diretor do IESM ..... 658

#### Estado-Maior do Exército

##### Despacho s/n.º CEME/2011:

Aprova as Armas do Grupo de Auto-Metralhadoras/FND/KFOR ..... 659

##### Despacho s/n.º CEME/2011:

Aprova as Armas da Unidade de Engenharia n.º 11/FND/UNIFIL ..... 663

##### Despacho s/n.º CEME/2011:

Aprova as Armas do Museu Militar da Madeira 667

##### Despacho s/n.º CEME/2011:

Aprova as Armas da Brigada Mecanizada ..... 671

##### Despacho s/n.º CEME/2012:

Aprova as Armas do Agrupamento India/FND/KFOR ..... 675

|  |     |  |     |
|--|-----|--|-----|
| <b>Despacho s/n.º CEME/2013:</b>                   |     | <b>Despacho n.º 12 317/2013:</b>               |     |
| Aprova as Armas da Manutenção Militar .....        | 679 | Subdelegação de competências no Major-General  |     |
| <b>Despacho n.º 11 549/2013:</b>                   |     | Diretor de Formação do CID .....               | 688 |
| Delegação de competências no Tenente-General       |     | <b>Despacho n.º 12 318/2013:</b>               |     |
| Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército .....       | 683 | Subdelegação de competências no Coronel        |     |
| <b>Despacho n.º 12 005/2013:</b>                   |     | Diretor do IO .....                            | 688 |
| Distribuição dos efetivos de militares dos Quadros |     |  |     |
| Permanentes do Exército por quadros especiais      |     |  |     |
| e postos no ano de 2013 .....                      | 684 |  |     |
| <b>Comandada Instrução e Doutrina</b>              |     | <b>DIRETIVAS</b>                               |     |
| <b>Despacho n.º 12 312/2013:</b>                   |     | <b>Estado-Maior do Exército</b>                |     |
| Subdelegação de competências no Coronel            |     | <b>Diretiva n.º 153/CEME/2013:</b>             |     |
| Diretor do IO .....                                | 686 | Alterações introduzidas pela Lei nº 68/2013 de |     |
| <b>Despacho n.º 12 313/2013:</b>                   |     | 29 de Agosto .....                             | 689 |
| Subdelegação de competências no Coronel            |     |  |     |
| Diretor do IPE .....                               | 686 |  |     |
| <b>Despacho n.º 12 314/2013:</b>                   |     | <b>PROTOCOLOS</b>                              |     |
| Subdelegação de competências no Capitão-           |     | <b>Protocolo de colaboração entre:</b>         |     |
| -de-Mar e Guerra Diretor da ESSM .....             | 687 | <b>- O Exército Português e:</b>               |     |
| <b>Despacho n.º 12 315/2013:</b>                   |     | - Instituto de Ação Social das FA, IP .....    | 690 |
| Subdelegação de competências no Tenente-           |     | <b>Protocolo de colaboração entre:</b>         |     |
| -Coronel Comandante da UnAp/CID .....              | 687 | <b>- A Escola Prática de Infantaria e:</b>     |     |
| <b>Despacho n.º 12 316/2013:</b>                   |     | - Câmara Municipal de Mafra .....              | 694 |
| Subdelegação de competências no Coronel            |     |  |     |
| Diretor do CM .....                                | 687 |  |     |

**I — LEIS****Assembleia da República****Lei n.º 72/2013  
de 3 de setembro**

**Décima terceira alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º  
Objeto**

A presente lei procede à alteração:

a) Do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/96, de 20 de novembro, 2/98, de 3 de janeiro, que o republicou, 162/2001, de 22 de maio, 265-A/2001, de 28 de setembro, que o republicou, pela Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 44/2005, de 23 de fevereiro, que o republicou, 113/2008, de 1 de julho, e 113/2009, de 18 de maio, pelas Leis n.ºs 78/2009, de 13 de agosto, e 46/2010, de 7 de setembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 82/2011, de 20 de junho, e 138/2012, de 5 de julho;

b) Do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro.

**Artigo 2.º  
Alteração ao Código da Estrada**

Os artigos 1.º, 3.º, 5.º, 7.º, 8.º, 11.º, 13.º, 14.º, 17.º, 18.º, 24.º, 25.º, 27.º, 28.º, 32.º, 38.º, 40.º, 41.º, 42.º, 55.º, 56.º, 61.º, 62.º, 64.º, 77.º, 78.º, 81.º, 82.º, 84.º, 85.º, 88.º, 90.º, 91.º, 93.º, 101.º, 103.º, 104.º, 110.º, 113.º, 119.º, 119.º-A, 135.º, 138.º, 145.º, 146.º, 153.º, 156.º, 164.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 182.º, 184.º, 185.º, 187.º, 188.º e 189.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, passam a ter a seguinte redação:

**«Artigo 1.º  
[...]**

- .....
- a) .....
  - b) .....
  - c) .....
  - d) .....
  - e) .....
  - f) .....
  - g) .....
  - h) .....
  - i) .....
  - j) .....

- l) .....  
 m) .....  
 n) .....  
 o) .....  
 p) .....  
 q) ‘Utilizadores vulneráveis’ — peões e velocípedes, em particular, crianças, idosos, grávidas, pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência;  
 r) [Anterior alínea q).]  
 s) [Anterior alínea r).]  
 t) [Anterior alínea s).]  
 u) [Anterior alínea t).]  
 v) [Anterior alínea u).]  
 x) [Anterior alínea v).]  
 z) [Anterior alínea x).]  
 aa) [Anterior alínea z).]  
 bb) ‘Zona de coexistência’ — zona da via pública especialmente concebida para utilização partilhada por peões e veículos, onde vigoram regras especiais de trânsito e sinalizada como tal.

### Artigo 3.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — As pessoas devem abster-se de atos que impeçam ou embaracem o trânsito ou comprometam a segurança, a visibilidade ou a comodidade dos utilizadores das vias, tendo em especial atenção os utilizadores vulneráveis.  
 3 — .....  
 4 — .....

### Artigo 5.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 3 — Não podem ser colocados nas vias públicas ou nas suas proximidades quadros, painéis, anúncios, cartazes, focos luminosos, inscrições ou outros meios de publicidade que possam:  
 a) Confundir-se com os sinais de trânsito ou prejudicar a sua visibilidade ou reconhecimento;  
 b) Prejudicar a visibilidade nas curvas, cruzamentos ou entroncamentos;  
 c) Perturbar a atenção do condutor, prejudicando a segurança da condução;  
 d) Dificultar, restringir ou comprometer a comodidade e segurança da circulação de peões nos passeios.

- 4 — .....  
 5 — .....

### Artigo 7.º

[...]

- 1 — .....  
 2 — .....  
 1.º .....  
 2.º Prescrições resultantes dos sinais inscritos em sinalização de mensagem variável;

3.º (*Anterior 2.º*)

4.º (*Anterior 3.º*)

5.º (*Anterior 4.º*)

3 — .....

#### Artigo 8.º

[...]

1 — A realização de obras nas vias públicas e a sua utilização para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal ou colocar restrições ao trânsito dos peões nos passeios só é permitida desde que autorizada pelas entidades competentes, e com a correspondente aplicação local de sinalização temporária e identificação de obstáculos.

2 — .....

3 — No caso de realização de obras que coloquem restrições ao trânsito nos passeios, é obrigatório assegurar a comunicação entre os locais servidos pelo passeio, de forma a garantir a segurança e a circulação.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — (*Anterior n.º 6.*)

#### Artigo 11.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O condutor de um veículo não pode pôr em perigo os utilizadores vulneráveis.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 13.º

[...]

1 — A posição de marcha dos veículos deve fazer-se pelo lado direito da faixa de rodagem, conservando das bermas ou passeios uma distância suficiente que permita evitar acidentes.

2 — .....

3 — Sempre que, no mesmo sentido, existam duas ou mais vias de trânsito, este deve fazer-se pela via mais à direita, podendo, no entanto, utilizar-se outra se não houver lugar naquela e, bem assim, para ultrapassar ou mudar de direção.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

5 — (*Anterior n.º 4.*)

#### Artigo 14.º

##### **Pluralidade de vias de trânsito dentro das localidades**

1 — (*Revogado.*)

2 — .....

3 — (*Revogado.*)

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

Artigo 17.º  
[...]

1 — Os veículos só podem circular nas bermas ou nos passeios desde que o acesso aos prédios o exija, salvo as exceções previstas em regulamento local.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os velocípedes podem circular nas bermas fora das situações previstas, desde que não ponham em perigo ou perturbem os peões que nelas circulem.

3 — Os velocípedes conduzidos por crianças até 10 anos podem circular nos passeios, desde que não ponham em perigo ou perturbem os peões.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300.

Artigo 18.º  
[...]

1 — O condutor de um veículo em marcha deve manter entre o seu veículo e o que o precede a distância suficiente para evitar acidentes em caso de súbita paragem ou diminuição de velocidade deste, tendo em especial consideração os utilizadores vulneráveis.

2 — .....

3 — O condutor de um veículo motorizado deve manter entre o seu veículo e um velocípede que transite na mesma faixa de rodagem uma distância lateral de pelo menos 1,5 m, para evitar acidentes.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

Artigo 24.º  
[...]

1 — O condutor deve regular a velocidade de modo a que, atendendo à presença de outros utilizadores, em particular os vulneráveis, às características e estado da via e do veículo, à carga transportada, às condições meteorológicas ou ambientais, à intensidade do trânsito e a quaisquer outras circunstâncias relevantes, possa, em condições de segurança, executar as manobras cuja necessidade seja de prever e, especialmente, fazer parar veículo no espaço livre e visível à sua frente.

2 — .....

3 — .....

Artigo 25.º  
[...]

1 — .....

a) À aproximação de passagens assinaladas na faixa de rodagem para a travessia de peões e ou velocípedes;

b) .....

c) .....

d) Nas zonas de coexistência;

e) À aproximação de utilizadores vulneráveis;

f) [*Anterior alínea d).*]

g) [*Anterior alínea e).*]

h) [*Anterior alínea f).*]

i) [*Anterior alínea g).*]

j) [*Anterior alínea h).*]

l) [Anterior alínea i).]

m) [Anterior alínea j).]

2 — .....

Artigo 27.º  
[...]

1 — .....

|  | Dentro das localidades   |                 | Autoestradas | Vias reservadas<br>a automóveis<br>e motociclos | Restantes<br>vias<br>públicas |
|--|--------------------------|-----------------|--------------|---|-------------------------------|
|  | Zonas de<br>coexistência | Outras<br>zonas |              |   |                               |
| Ciclomotores e quadriciclos .....                  | 20                       | 40              | ---          | ---   | 45                            |
| Motociclos:  |                          |                 |              |   |                               |
| Decilindrada superior a 50 cm³ e sem carro lateral | 20                       | 50              | 120          | 100   | 90                            |
| Com carro lateral ou com reboque .....             | 20                       | 50              | 100          | 80  | 70                            |
| De cilindrada não superior a 50 cm³ .....          | 20                       | 40              | ---          | ---   | 60                            |
| Triciclos .....                                    | 20                       | 50              | 100          | 90  | 80                            |
| Automóveis ligeiros de passageiros e mistos:       |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque .....                                  | 20                       | 50              | 120          | 100   | 90                            |
| Com reboque .....                                  | 20                       | 50              | 100          | 80  | 70                            |
| Automóveis ligeiros de mercadorias:                |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque .....                                  | 20                       | 50              | 110          | 90  | 80                            |
| Com reboque .....                                  | 20                       | 50              | 90           | 80  | 70                            |
| Automóveis pesados de passageiros:                 |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque .....                                  | 20                       | 50              | 100          | 90  | 80                            |
| Com reboque .....                                  | 20                       | 50              | 90           | 90  | 70                            |
| Automóveis pesados de mercadorias:                 |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque ou com semirreboque .....              | 20                       | 50              | 90           | 80  | 80                            |
| Com reboque .....                                  | 20                       | 40              | 80           | 70  | 70                            |
| Tratores agrícolas ou florestais .....             | 20                       | 30              | ---          | ---   | 40                            |
| Máquinas agrícolas, motocultivadores e tratocarros | 20                       | 20              | ---          | ---   | 20                            |
| Máquinas industriais:                              |                          |                 |              |   |                               |
| Sem matrícula .....                                | 20                       | 30              | ---          | ---   | 30                            |
| Com matrícula .....                                | 20                       | 40              | 80           | 70  | 70                            |

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

Artigo 28.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — *(Revogado.)*
- 5 — .....
- 6 — .....
- 7 — *(Revogado.)*

Artigo 32.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Os condutores devem ceder passagem aos velocípedes que atravessem as faixas de rodagem nas passagens assinaladas.
- 4 — *(Anterior n.º 3.)*
- 5 — Os condutores de velocípedes a que se refere o n.º 3 não podem atravessar a faixa de rodagem sem previamente se certificarem que, tendo em conta a distância que os separa dos veículos que nela transitam e a respetiva velocidade, o podem fazer sem perigo de acidente.
- 6 — O condutor de um veículo de tração animal ou de animais deve ceder a passagem aos veículos a motor, salvo nos casos referidos nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 do artigo anterior.
- 7 — *(Anterior n.º 5.)*

Artigo 38.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- a)* .....
  - b)* .....
  - c)* .....
  - d)* .....
  - e)* Na ultrapassagem de velocípedes ou à passagem de peões que circulem ou se encontrem na berma, guarda a distância lateral mínima de 1,5 m e abranda a velocidade.
- 3 — Para a realização da manobra, o condutor deve ocupar o lado da faixa de rodagem destinado à circulação em sentido contrário ou, se existir mais que uma via de trânsito no mesmo sentido, a via de trânsito à esquerda daquela em que circula o veículo ultrapassado.
- 4 — *(Anterior n.º 3.)*
- 5 — *(Anterior n.º 4.)*

Artigo 40.º  
[...]

- 1 — Fora das localidades, em vias cuja faixa de rodagem só tenha uma via de trânsito afeta a cada sentido, os condutores de automóveis pesados, de veículos agrícolas, de máquinas industriais, de veículos de tração animal ou de outros veículos, com exceção dos velocípedes, que transitem em marcha lenta devem manter em relação aos veículos que os precedem uma distância não inferior a 50 m que permita a sua ultrapassagem com segurança.



- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....

Artigo 41.º  
[...]

- 1 — .....  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) Imediatamente antes e nas passagens assinaladas para a travessia de peões e velocípedes;  
e) .....  
f) .....  
g) .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....

Artigo 42.º  
[...]

Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 14.º, no artigo 14.º-A e no artigo 15.º, o facto de os veículos de uma fila circularem mais rapidamente que os de outra não é considerado ultrapassagem para os efeitos previstos no presente Código.

Artigo 55.º  
[...]

1 — As crianças com menos de 12 anos de idade transportadas em automóveis equipados com cintos de segurança, desde que tenham altura inferior a 135 cm, devem ser seguras por sistema de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso.

- 2 — .....  
3 — .....

4 — As crianças com deficiência que apresentem condições graves de origem neuromotora, metabólica, degenerativa, congénita ou outra podem ser transportadas sem observância do disposto na parte final do n.º 1, desde que os assentos, cadeiras ou outros sistemas de retenção tenham em conta as suas necessidades específicas e sejam prescritos por médico da especialidade.

- 5 — (*Anterior n.º 4.*)  
6 — (*Anterior n.º 5.*)

Artigo 56.º  
[...]

- 1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
a) .....  
b) .....

- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....
- j) Sejam utilizadas obrigatoriamente cintas de retenção ou dispositivo análogo para cargas indivisíveis que circulem sobre plataformas abertas.

- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

Artigo 61.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os condutores de veículos afetos ao transporte de mercadorias perigosas, sinalizadas com painel laranja, nos termos da respetiva legislação especial, devem transitar durante o dia com as luzes de cruzamento acesas.
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — .....

Artigo 62.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- a) Dois médios ou o médio do lado esquerdo, neste caso conjuntamente com dois mínimos, e ainda à retaguarda o indicador de presença do lado esquerdo e uma das luzes de travagem, quando obrigatória; ou
- b) .....
- 3 — .....
- 4 — .....

Artigo 64.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Os condutores dos veículos que circulam nas condições referidas no n.º 1 devem assinalar adequadamente a sua marcha através da utilização dos avisadores sonoros e luminosos especiais referidos, respetivamente, nos artigos 22.º e 23.º
- 4 — .....
- 5 — É proibida a utilização dos sinais que identificam a marcha dos veículos referidos no n.º 1 quando não transitem nas condições nele previstas.
- 6 — Sem prejuízo dos números anteriores, em casos regulamentados, os condutores dos veículos que transitem em missão de polícia que assim o exija podem ser dispensados de utilização de avisadores sonoros e luminosos, devendo observar indispensáveis medidas de segurança, não podendo, porém, em

circunstância alguma, pôr em perigo os demais utentes da via, sendo, designadamente, obrigados a suspender a sua marcha nas situações previstas no n.º 2.

7 — (*Anterior n.º 6.*)

#### Artigo 77.º

##### **Vias de trânsito reservadas**

1 — Pode ser reservada a utilização de uma ou mais vias de trânsito à circulação de veículos de certas espécies ou afetos a determinados transportes, sendo proibida a sua utilização pelos condutores de quaisquer outros veículos.

2 — .....

3 — Pode ser permitida, em determinados casos, a circulação nas vias referidas no n.º 1 de veículos de duas rodas, mediante deliberação da câmara municipal competente em razão do território.

4 — A permissão prevista no número anterior é aprovada mediante parecer da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I. P.) e deve definir especificamente:

a) A via ou vias que abrange e a respetiva localização;

b) A classe ou classes de veículos autorizadas a circular em cada via, nomeadamente velocípedes e ou motociclos e ciclomotores.

5 — (*Anterior n.º 3.*)

#### Artigo 78.º

[...]

1 — Quando existam pistas especialmente destinadas a animais ou veículos de certas espécies, o trânsito destes deve fazer-se preferencialmente por aquelas pistas.

2 — .....

3 — Nas pistas destinadas a velocípedes, é proibido o trânsito daqueles que tiverem mais de duas rodas não dispostas em linha ou que atrelem reboque, exceto se o conjunto não exceder a largura de 1 m.

4 — Os peões só podem utilizar as pistas especiais quando não existam locais que lhes sejam especialmente destinados.

5 — .....

6 — .....

#### Artigo 81.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — Considera-se sob influência de álcool o condutor em regime probatório e o condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóvel pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas que apresente uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,2 g/l ou que, após exame realizado nos termos previstos no presente Código e legislação complementar, seja como tal considerado em relatório médico.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)

7 — Os limites de 0,5 g/l e 0,8 g/l referidos no número anterior são reduzidos para 0,2 g/l e 0,5 g/l, respetivamente, para os condutores em regime probatório, condutores de veículos de socorro ou de serviço urgente, de transportes coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxis, de automóveis pesados de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas.

## Artigo 82.º

**Utilização de dispositivos de segurança**

1 — O condutor e passageiros transportados em automóveis são obrigados a usar os cintos e demais dispositivos de segurança com que os veículos estejam equipados.

2 — .....

a) As condições excepcionais de isenção ou de dispensa da obrigação do uso dos dispositivos referidos no número anterior;

b) O modo de utilização e características técnicas dos mesmos dispositivos.

3 — .....

4 — .....

5 — Os condutores e passageiros de velocípedes com motor e os condutores de trotinetas com motor e de dispositivos de circulação com motor elétrico, autoequilibrados e automotores ou de outros meios de circulação análogos devem proteger a cabeça usando capacete devidamente ajustado e apertado.

6 — Quem não utilizar ou utilizar incorretamente os dispositivos de segurança previstos no presente artigo é sancionado com coima de €120 a €600, salvo se se tratar dos referidos no n.º 5, caso em que a coima é de €60 a €300.

## Artigo 84.º

[...]

1 — É proibida ao condutor, durante a marcha do veículo, a utilização ou o manuseamento de forma continuada de qualquer tipo de equipamento ou aparelho suscetível de prejudicar a condução, designadamente auscultadores sonoros e aparelhos radiotelefónicos.

2 — .....

a) Os aparelhos dotados de um único auricular ou microfone com sistema de alta voz, cuja utilização não implique manuseamento continuado;

b) .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

## Artigo 85.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Documento de identificação fiscal, caso o respetivo número não conste do documento referido na alínea a) e o condutor resida em território nacional.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

## Artigo 88.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — O sinal deve ser colocado perpendicularmente em relação ao pavimento e ao eixo da faixa de rodagem, a uma distância nunca inferior a 30 m da retaguarda do veículo ou da carga a sinalizar e por forma a ficar bem visível a uma distância de, pelo menos, 100 m, devendo observar-se especial atenção em locais de visibilidade reduzida.

4 — Nas circunstâncias referidas no n.º 2, quem proceder à colocação do sinal de pré-sinalização de perigo, à reparação do veículo ou à remoção do veículo ou da carga deve utilizar o colete retrorrefletor.

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — A quem infringir simultaneamente o disposto nos n.ºs 1 e 4 são levantados dois autos de contraordenação, para os efeitos previstos nos n.ºs 6 e 7.

## Artigo 90.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, os condutores de motociclos, ciclomotores ou velocípedes não podem:

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

2 — Os velocípedes podem circular paralelamente numa via, exceto em vias com reduzida visibilidade ou sempre que exista intensidade de trânsito, desde que não circulem em paralelo mais que dois velocípedes e tal não cause perigo ou embaraço ao trânsito.

3 — Os condutores de velocípedes devem transitar pelo lado direito da via de trânsito, conservando das bermas ou passeios uma distância suficiente que permita evitar acidentes.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

## Artigo 91.º

[...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) .....

c) Se tratar do transporte de crianças com idade inferior a 7 anos, em dispositivos especialmente adaptados para o efeito.

3 — .....

4 — .....

Artigo 93.º  
[...]

- 1 — *(Revogado.)*
- 2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 59.º e 60.º e no n.º 1 do artigo 61.º, os condutores dos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores devem transitar com as luzes de cruzamento para a frente e de presença à retaguarda acesas.
- 3 — .....
- 4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300, salvo se se tratar de condutor de velocípede, caso em que a coima é de €30 a €150.

Artigo 101.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — Os peões não devem parar na faixa de rodagem ou utilizar os passeios e as bermas de modo a prejudicar ou perturbar o trânsito.
- 5 — .....

Artigo 103.º  
[...]

- 1 — Ao aproximar-se de uma passagem de peões ou velocípedes assinalada, em que a circulação de veículos está regulada por sinalização luminosa, o condutor, mesmo que a sinalização lhe permita avançar, deve deixar passar os peões ou os velocípedes que já tenham iniciado a travessia da faixa de rodagem.
- 2 — Ao aproximar-se de uma passagem de peões ou velocípedes, junto da qual a circulação de veículos não está regulada nem por sinalização luminosa nem por agente, o condutor deve reduzir a velocidade e, se necessário, parar para deixar passar os peões ou velocípedes que já tenham iniciado a travessia da faixa de rodagem.
- 3 — Ao mudar de direção, o condutor, mesmo não existindo passagem assinalada para a travessia de peões ou velocípedes, deve reduzir a sua velocidade e, se necessário, parar a fim de deixar passar os peões ou velocípedes que estejam a atravessar a faixa de rodagem da via em que vai entrar.
- 4 — .....

Artigo 104.º  
[...]

- .....
- a) .....
- b) .....
- c) A condução de velocípedes por crianças até 10 anos, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º;
- d) *[Anterior alínea c).]*
- e) *[Anterior alínea d).]*
- f) *[Anterior alínea e).]*

Artigo 110.º  
[...]

- 1 — .....
- 2 — .....

- 3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....  
7 — .....  
8 — Excetua-se do disposto nos n.ºs 6 e 7 a utilização de um reboque destinado ao transporte de bagagem nos táxis e em veículos pesados afetos ao transporte de passageiros, de reboques em comboios turísticos, bem como, nos termos a fixar em regulamento local, de reboques em tratores agrícolas ou florestais.  
9 — .....

## Artigo 113.º

[...]

- 1 — .....  
2 — Os velocípedes podem atrelar, à retaguarda, um reboque de um eixo especialmente destinado ao transporte de passageiros e devidamente homologado.  
3 — Os velocípedes podem ainda ser equipados com uma cadeira especialmente concebida e homologada para o transporte de crianças.  
4 — (*Anterior n.º 2.*)

## Artigo 119.º

[...]

- 1 — A matrícula de um veículo deve ser cancelada quando:
- a) O veículo atinja o seu fim de vida de acordo com a alínea *t*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 178/2006, de 5 de setembro, 64/2008, de 8 de abril, que o republicou, 98/2010, de 11 de agosto, 73/2011, de 17 de junho, e 1/2012, de 11 de janeiro;
  - b) O veículo fique inutilizado;
  - c) O veículo haja desaparecido, sendo a sua localização desconhecida há mais de seis meses;
  - d) O veículo for exportado definitivamente;
  - e) O veículo deixe de ser utilizado na via pública, passando a ter utilização exclusiva em provas desportivas ou em recintos privados não abertos à circulação;
  - f) Ao veículo seja atribuída uma nova matrícula;
  - g) O veículo falte à inspeção referida no n.º 2 do artigo 116.º, sem que a falta seja devidamente justificada.
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o cancelamento da matrícula deve ser requerido pelo proprietário:
- a) Quando o veículo fique inutilizado ou atinja o seu fim de vida mediante apresentação da documentação legalmente exigida nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto;
  - b) Quando o veículo haja desaparecido, mediante apresentação de auto de participação do seu desaparecimento às autoridades policiais;
  - c) Quando o veículo for exportado definitivamente, mediante apresentação de documento comprovativo da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT); ou
  - d) Quando o veículo deixe de ser utilizado na via pública, mediante apresentação de requerimento justificando os motivos e o local onde o mesmo é utilizado ou guardado.
- 3 — (*Revogado.*)
- 4 — O cancelamento da matrícula deve ser requerido pelo proprietário, no prazo de 30 dias, nos casos referidos nas alíneas *b*), *d*) e *f*) do n.º 1.

5 — (*Anterior n.º 6.*)

6 — A emissão dos certificados de destruição é efetuada nos termos da disposição do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto.

7 — (*Anterior n.º 8.*)

8 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os tribunais, as entidades fiscalizadoras do trânsito ou outras entidades públicas devem comunicar às autoridades competentes os casos de inutilização de veículos de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

9 — (*Anterior n.º 10.*)

10 — (*Anterior n.º 11.*)

11 — Quando tiver lugar o cancelamento da matrícula de um veículo que tenha instalado dispositivo eletrónico de matrícula, o proprietário, ou quem o represente para o efeito, deve proceder à entrega daquele dispositivo nos serviços competentes, onde o processo de cancelamento da matrícula tiver lugar.

12 — O titular do registo de propriedade pode ainda requerer o cancelamento da matrícula, quando tenha transferido a propriedade do veículo a terceiro há mais de um ano e este não tenha procedido à respetiva atualização do registo de propriedade, mediante apresentação de pedido de apreensão de veículo, apresentado há mais de seis meses.

13 — Quem infringir o prazo previsto no n.º 4 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 119.º-A

#### **Cancelamento temporário de matrícula**

1 — .....

a) Quando o veículo tenha sido objeto de candidatura a incentivo ao abate, enquanto o respetivo processo se encontre pendente;

b) .....

2 — O cancelamento temporário a que se refere o número anterior é requerido na entidade competente, ficando sujeito à entrega:

a) .....

b) .....

3 — .....

4 — .....

5 — Assume ainda caráter temporário o cancelamento de matrícula previsto nas alíneas e) e g) do n.º 1 do artigo 119.º, pelo prazo máximo de cinco e um ano respetivamente, ficando os seus proprietários obrigados à entrega da documentação dos veículos nos serviços competentes, onde o processo de cancelamento da matrícula tiver lugar.

6 — Quando não ocorra a reposição ou o cancelamento definitivo da matrícula, após o decurso do prazo definido no número anterior, o proprietário do veículo é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 135.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

a) .....

b) .....

c) Locatário, no caso de aluguer operacional de veículos, aluguer de longa duração ou locação financeira, pelas infrações referidas na alínea a) quando não for possível identificar o condutor;

d) [*Anterior alínea c).*]



4 — Se o titular do documento de identificação do veículo ou, nos casos previstos na alínea c) do número anterior, o locatário provar que o condutor o utilizou abusivamente ou infringiu as ordens, as instruções ou os termos da autorização concedida, cessa a sua responsabilidade, sendo responsável, neste caso, o condutor.

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — O titular do documento de identificação do veículo ou, nos casos referidos pela alínea c) do n.º 3, o locatário responde subsidiariamente pelo pagamento das coimas e das custas que forem devidas pelo autor da contraordenação.

#### Artigo 138.º

[...]

1 — .....

2 — Quem praticar qualquer ato estando inibido de o fazer por força de sanção acessória aplicada em sentença criminal transitada em julgado, por prática de contraordenação rodoviária, é punido por crime de violação de imposições, proibições ou interdições, nos termos do artigo 353.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

3 — Quem praticar qualquer ato estando inibido de o fazer por força de sanção acessória aplicada em decisão administrativa definitiva, por prática de contraordenação rodoviária, é punido por crime de desobediência qualificada, nos termos do n.º 2 do artigo 348.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

5 — (*Anterior n.º 4.*)

#### Artigo 145.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

j) .....

l) A condução sob influência de álcool, quando a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 0,8 g/l ou igual ou superior a 0,2 g/l e inferior a 0,5 g/l quando respeite a condutor em regime probatório, condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóvel pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas;

m) .....

n) .....

o) .....

p) .....

2 — .....

Artigo 146.º  
[...]

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....

j) A infração prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo anterior, quando a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 0,8 g/l e inferior a 1,2 g/l ou igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 1,2 g/l quando respeite a condutor em regime probatório, condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóveis pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas, bem como quando o condutor for considerado influenciado pelo álcool em relatório médico;

- l) .....
- m) .....
- n) .....
- o) .....
- p) .....
- q) .....

Artigo 153.º  
[...]

1 — .....

2 — Se o resultado do exame previsto no número anterior for positivo, a autoridade ou o agente de autoridade deve notificar o examinando, por escrito ou, se tal não for possível, verbalmente:

- a) Do resultado do exame;
- b) Das sanções legais decorrentes do resultado do exame;
- c) De que pode, de imediato, requerer a realização de contraprova e que o resultado desta prevalece sobre o do exame inicial; e
- d) De que deve suportar todas as despesas originadas pela contraprova, no caso de resultado positivo.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — O resultado da contraprova prevalece sobre o resultado do exame.

7 — .....

8 — .....

Artigo 156.º  
[...]

1 — .....

2 — Quando não tiver sido possível a realização do exame referido no número anterior, o médico do estabelecimento oficial de saúde a que os intervenientes no acidente sejam conduzidos deve proceder à colheita de amostra de sangue para posterior exame de diagnóstico do estado de influência pelo álcool e ou por substâncias psicotrópicas.

3 — Se o exame de pesquisa de álcool no sangue não puder ser feito ou o examinando se recusar a ser submetido a colheita de sangue para análise, deve proceder-se a exame médico para diagnosticar o estado de influência pelo álcool e ou por substâncias psicotrópicas.

4 — .....

#### Artigo 164.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Estacionados ou imobilizados em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência ou de socorro, justifiquem a remoção.

2 — Para os efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito os seguintes casos de estacionamento ou imobilização:

a) .....

b) .....

c) Em passagem de peões ou de velocípedes sinalizada;

d) Em cima dos passeios ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de utilizadores vulneráveis;

e) .....

f) .....

g) .....

h) .....

i) .....

j) .....

l) .....

m) .....

n) .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — .....

7 — .....

8 — As taxas são devolvidas caso não haja lugar a condenação.

#### Artigo 169.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 7, o processamento das contraordenações rodoviárias compete à ANSR.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 7, a competência para aplicação das coimas e sanções acessórias pertence ao presidente da ANSR.

3 — .....

4 — .....

5 — .....

6 — O pessoal da ANSR afeto a funções de fiscalização das disposições legais sobre o trânsito é equiparado a autoridade pública, para efeitos de:

a) Levantamento e notificação de autos de contraordenação instaurados com recurso a meios telemáticos de fiscalização automática;

b) Instrução e decisão de processos de contraordenação rodoviária.

7 — A competência para o processamento das contraordenações previstas no artigo 71.º e a competência para aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias podem ser atribuídas à câmara municipal competente para aprovar a localização do parque ou zona de estacionamento, por designação do membro do Governo responsável pela área da administração interna, mediante proposta da câmara municipal, com parecer favorável da ANSR, desde que reunidas as condições definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

#### Artigo 170.º

[...]

1 — Quando qualquer autoridade ou agente de autoridade, no exercício das suas funções de fiscalização, presenciar contraordenação rodoviária, levanta ou manda levantar auto de notícia, o qual deve mencionar:

a) Os factos que constituem a infração, o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que foi cometida, o nome e a qualidade da autoridade ou agente de autoridade que a presenciou, a identificação dos agentes da infração e, quando possível, de, pelo menos, uma testemunha que possa depor sobre os factos;

b) O valor registado e o valor apurado após dedução do erro máximo admissível previsto no regulamento de controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição, quando exista, prevalecendo o valor apurado, quando a infração for aferida por aparelhos ou instrumentos devidamente aprovados nos termos legais e regulamentares.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — .....

#### Artigo 171.º

[...]

1 — .....

a) .....

b) Domicílio fiscal;

c) Número do documento legal de identificação pessoal, data e respetivo serviço emissor e número de identificação fiscal;

d) .....

e) (*Revogada.*)

f) .....

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....

5 — Quando o agente da autoridade não puder identificar o autor da contraordenação e verificar que o titular do documento de identificação é pessoa coletiva, deve esta ser notificada para, no prazo de 15 dias úteis, proceder à identificação do condutor, ou, no caso de existir aluguer operacional do veículo, aluguer de longa duração ou locação financeira, do locatário, com todos os elementos constantes do n.º 1 sob pena de o processo correr contra ela, nos termos do n.º 2.

6 — A pessoa coletiva, sempre que seja notificada para tal, deve, no prazo de 15 dias úteis, proceder à identificação de quem conduzia o veículo no momento da prática da infração, indicando todos os elementos constantes do n.º 1, sob pena do processo correr contra a pessoa coletiva.

7 — No caso de existir aluguer operacional do veículo, aluguer de longa duração ou locação financeira, quando for identificado o locatário, é este notificado para proceder à identificação do condutor, nos termos do número anterior, sob pena de o processo correr contra ele.

8 — (*Anterior n.º 7.*)

#### Artigo 172.º

[...]

- 1 — .....

2 — A opção de pagamento pelo mínimo deve verificar-se no prazo de 15 dias úteis a contar da data da notificação para o efeito.

3 — (*Anterior n.º 4.*)

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o pagamento voluntário da coima determina o arquivamento do processo, salvo se à contraordenação for aplicável sanção acessória, caso em que prossegue restrito à aplicação da mesma, ou se for apresentada defesa.

5 — (*Revogado.*)

#### Artigo 173.º

[...]

1 — Quando a notificação for efetuada no ato da verificação da contraordenação, o infrator deve, de imediato ou no prazo máximo de 48 horas, prestar depósito de valor igual ao mínimo da coima prevista para a contraordenação imputada.

2 — Quando o infrator for notificado da contraordenação por via postal e não pretender efetuar o pagamento voluntário imediato da coima, deve, no prazo máximo de 48 horas após a respetiva notificação, prestar depósito de valor igual ao mínimo da coima prevista para a contraordenação praticada.

3 — Os depósitos referidos nos n.ºs 1 e 2 destinam-se a garantir o pagamento da coima em que o infrator possa vir a ser condenado, sendo devolvido se não houver lugar a condenação.

4 — Se não for prestado depósito nos termos dos n.ºs 1 e 2, devem ser apreendidos provisoriamente os seguintes documentos:

- a) O título de condução, se a sanção respeitar ao condutor;
- b) O título de identificação do veículo e o título de registo de propriedade, se a sanção respeitar ao titular do documento de identificação do veículo;
- c) Todos os documentos referidos nas alíneas anteriores, se a sanção respeitar ao condutor e este for, simultaneamente, titular do documento de identificação do veículo.

5 — No caso previsto no número anterior devem ser emitidas guias de substituição dos documentos apreendidos, com validade pelo tempo julgado necessário e renováveis até à conclusão do processo, devendo os mesmos ser devolvidos ao infrator se entretanto for efetuado pagamento nos termos do artigo anterior ou depósito nos termos dos n.ºs 1 e 2.

6 — No caso de ser prestado depósito e não ser apresentada defesa dentro do prazo estipulado para o efeito, o depósito efetuado converte-se automaticamente em pagamento, com os efeitos previstos no n.º 4 do artigo anterior.

#### Artigo 174.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4 — .....

5 — Se o pagamento não for efetuado no prazo referido no n.º 3, procede-se à apreensão do veículo, devendo a entidade autuante remeter os documentos apreendidos para a unidade desconcentrada da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública da área onde foi realizada a ação de fiscalização, que asseguram, em colaboração com a ANSR, a interação presencial com os cidadãos no âmbito do processo contraordenacional rodoviário.

6 — .....

7 — .....

#### Artigo 175.º

##### **Comunicação da infração e direito de audição e defesa do arguido**

1 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Do prazo concedido e do local para a apresentação da defesa, bem como do prazo e local para apresentação do requerimento para atenuação especial ou suspensão da sanção acessória;

e) Da possibilidade de pagamento voluntário da coima pelo mínimo, nos termos e com os efeitos referidos no artigo 172.º, do prazo e modo de o efetuar, bem como das consequências do não pagamento;

f) Da possibilidade de requerer o pagamento da coima em prestações, no local e prazo indicados para a apresentação da defesa;

g) *[Anterior alínea f).]*

2 — O arguido pode, no prazo de 15 dias úteis, a contar da notificação:

a) Proceder ao pagamento voluntário da coima, nos termos e com os efeitos estabelecidos no artigo 172.º;

b) Apresentar defesa e, querendo, indicar testemunhas, até ao limite de três, e outros meios de prova;

c) Requerer atenuação especial ou suspensão da sanção acessória e, querendo, indicar testemunhas, até ao limite de três, e outros meios de prova;

d) Requerer o pagamento da coima em prestações, desde que o valor mínimo da coima aplicável seja igual ou superior a €200.

3 — A defesa e os requerimentos previstos no número anterior devem ser apresentados por escrito, em língua portuguesa e conter os seguintes elementos:

- a) Número do auto de contraordenação;
- b) Identificação do arguido, através do nome;
- c) Exposição dos factos, fundamentação e pedido;
- d) Assinatura do arguido ou, caso existam, do mandatário ou representante legal.

4 — O arguido, na defesa deve indicar expressamente os factos sobre os quais incide a prova, sob pena de indeferimento das provas apresentadas.

5 — O requerimento previsto na alínea d) do n.º 2, bem como os requerimentos para consulta do processo ou para identificação do autor da contraordenação nos termos do n.º 3 do artigo 171.º, devem ser apresentados em impresso de modelo aprovado por despacho do presidente da ANSR.

#### Artigo 176.º

[...]

1 — .....

2 — .....

3 — A notificação por contacto pessoal pode ainda ser utilizada para qualquer outro ato do processo se o notificando for encontrado pela entidade competente.

4 — Se não for possível, no ato de autuação, proceder nos termos do n.º 2 ou se estiver em causa qualquer outro ato, a notificação pode ser efetuada através de carta registada com aviso de receção, expedida para o domicílio ou sede do notificando.

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — Nas infrações relativas ao exercício da condução ou às disposições que condicionem a admissão do veículo ao trânsito nas vias públicas, considera-se domicílio do notificando, para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5:

- a) O que consta na base de dados da AT como domicílio fiscal;
- b) (*Revogada.*)
- c) O que conste dos autos de contraordenação, nos casos em que o arguido não seja residente no território nacional;

d) Subsidiariamente, o que conste do auto de contraordenação, nos casos em que este tenha sido indicado pelo arguido aquando da notificação pessoal do auto.

7 — (*Anterior n.º 6.*)

8 — (*Anterior n.º 7.*)

9 — Na notificação por carta simples, prevista na alínea c) do n.º 1, deve ser junta ao processo cópia do ofício de envio da notificação com a indicação da data da expedição e do domicílio para o qual foi enviada, considerando-se a notificação efetuada no quinto dia posterior à data indicada, cominação que deve constar do ato de notificação.

10 — (*Anterior n.º 9.*)

11 — (*Anterior n.º 10.*)

#### Artigo 182.º

[...]

1 — .....

2 — Não é admitida a prorrogação do prazo de pagamento, salvo quando haja deferimento do pedido de pagamento da coima em prestações, devendo este ser efetuado no prazo fixado para o efeito.

3 — Sendo aplicada sanção acessória, o seu cumprimento deve ser iniciado no prazo previsto no n.º 1, do seguinte modo:

a) *[Anterior alínea a) do n.º 2.]*

b) Tratando-se de apreensão do veículo, pela sua entrega efetiva, bem como do documento que o identifica e do título de registo de propriedade e livrete do veículo, no local indicado na decisão, ou só pela entrega dos referidos documentos quando o titular do documento de identificação for nomeado seu fiel depositário;

c) *[Anterior alínea c) do n.º 2.]*

#### Artigo 184.º

[...]

O poder de apreciação da entidade administrativa esgota-se com a decisão, exceto quando é apresentado recurso da decisão condenatória, caso em que a entidade administrativa a pode revogar até ao envio dos autos para o Ministério Público.

#### Artigo 185.º

[...]

1 — .....

2 — Caso a coima seja paga voluntariamente, nos termos do n.º 2 do artigo 172.º, não há lugar a custas.

3 — A dispensa de custas nos termos do número anterior não abrange:

a) Os casos em que é apresentada defesa, pedido de pagamento a prestações ou qualquer requerimento relativo ao modo de cumprimento da sanção acessória aplicável;

b) As despesas decorrentes dos exames médicos e análises toxicológicas legalmente previstos para a determinação dos estados de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas;

c) As despesas decorrentes das inspeções impostas a veículos;

d) As despesas resultantes de qualquer diligência de prova solicitada pelo arguido.

4 — O reembolso pelas despesas referidas no n.º 1 é calculado à razão de metade de 1 UC nas primeiras 50 folhas ou fração do processado e de um décimo de UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fração do processado.

5 — *(Anterior n.º 3.)*

6 — O disposto no presente artigo não exclui a aplicação de custas previstas noutro diploma legal, complementar ou especial.

#### Artigo 187.º

[...]

1 — A impugnação judicial da decisão administrativa que aplique uma coima, uma sanção acessória ou determine a cassação do título de condução tem efeito suspensivo.

2 — *(Revogado.)*

#### Artigo 188.º

[...]

1 — O procedimento por contraordenação rodoviária extingue-se por efeito da prescrição logo que, sobre a prática da contraordenação, tenham decorrido dois anos.



2 — Sem prejuízo da aplicação do regime de suspensão e de interrupção previsto no regime geral do ilícito de mera ordenação social, a prescrição do procedimento por contraordenação rodoviária interrompe-se também com a notificação ao arguido da decisão condenatória.

#### Artigo 189.º

[...]

As coimas e as sanções acessórias prescrevem no prazo de dois anos contados a partir do carácter definitivo ou do trânsito em julgado da decisão condenatória.»

#### Artigo 3.º

##### **Aditamento ao Código da Estrada**

São aditados ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, os artigos 14.º-A, 78.º-A, 171.º-A, 185.º-A e 187.º-A, com a seguinte redação:

#### «Artigo 14.º-A **Rotundas**

1 — Nas rotundas, o condutor deve adotar o seguinte comportamento:

- a) Entrar na rotunda após ceder a passagem aos veículos que nela circulam, qualquer que seja a via por onde o façam;
- b) Se pretender sair da rotunda na primeira via de saída, deve ocupar a via da direita;
- c) Se pretender sair da rotunda por qualquer das outras vias de saída, só deve ocupar a via de trânsito mais à direita após passar a via de saída imediatamente anterior àquela por onde pretende sair, aproximando-se progressivamente desta e mudando de via depois de tomadas as devidas precauções;
- d) Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, os condutores devem utilizar a via de trânsito mais conveniente ao seu destino.

2 — Os condutores de veículos de tração animal ou de animais, de velocípedes e de automóveis pesados, podem ocupar a via de trânsito mais à direita, sem prejuízo do dever de facultar a saída aos condutores que circulem nos termos da alínea c) do n.º 1.

3 — Quem infringir o disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 78.º-A

##### **Zonas de coexistência**

1 — Numa zona de coexistência devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Os utilizadores vulneráveis podem utilizar toda a largura da via pública;
- b) É permitida a realização de jogos na via pública;
- c) Os condutores não devem comprometer a segurança ou a comodidade dos demais utentes da via pública, devendo parar se necessário;
- d) Os utilizadores vulneráveis devem abster-se de atos que impeçam ou embaracem desnecessariamente o trânsito de veículos;
- e) É proibido o estacionamento, salvo nos locais onde tal for autorizado por sinalização;
- f) O condutor que saia de uma zona residencial ou de coexistência deve ceder passagem aos restantes veículos.

2 — Na regulamentação das zonas de coexistência devem observar-se as regras fundamentais de desenho urbano da via pública a aplicar nas referidas zonas, tendo por base os princípios do desenho inclusivo, considerando as necessidades dos utilizadores vulneráveis, inclusive com a definição de uma plataforma única, onde não existam separações físicas de nível entre os espaços destinados aos diferentes modos de deslocação.

3 — Quem infringir o disposto nas alíneas *c)*, *d)* e *e)* do n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300.

4 — Quem infringir o disposto na alínea *f)* do n.º 1 é sancionado com coima de €90 a €450.

#### Artigo 171.º-A

##### **Dispensa de procedimento**

O disposto no artigo anterior não se aplica às infrações cometidas pelos agentes das forças e serviços de segurança e órgãos de polícia criminal quando aquelas decorram do exercício das suas funções e no âmbito de missão superiormente autorizada ou legalmente determinada e desde que confirmada por declaração da entidade competente.

#### Artigo 185.º-A

##### **Certidão de dívida**

1 — Quando se verifique que a coima ou as custas não foram pagas, decorrido o prazo legal de pagamento, contado a partir da data em que a decisão se tornou definitiva, é extraída certidão de dívida com base nos elementos constantes do processo de contraordenação.

2 — A certidão de dívida é assinada e autenticada pelo presidente da ANSR ou por quem tiver competência delegada para o efeito, e contém os seguintes elementos:

*a)* Identificação do agente da infração, incluindo o nome completo ou denominação social, a residência e o número do documento legal de identificação ou, quando se trate de pessoa coletiva, o número de identificação fiscal e o domicílio fiscal;

*b)* Descrição da infração, incluindo dia, hora e local em que foi cometida;

*c)* Número do processo de contraordenação;

*d)* Proveniência da dívida e seu montante, especificando o montante da coima e o das custas;

*e)* A data da decisão condenatória da coima ou custas, a data da sua notificação ao devedor e a data em que a decisão condenatória se tornou definitiva;

*f)* Quaisquer outras indicações úteis para o eficaz seguimento da execução.

3 — A assinatura da certidão de dívida pode ser efetuada por assinatura autógrafa autenticada com selo branco ou por assinatura digital qualificada com certificado digital.

4 — A certidão de dívida serve de base à instrução do processo de execução a promover pelos tribunais competentes, nos termos do regime geral do ilícito de mera ordenação social.

#### Artigo 187.º-A

##### **Revisão**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, à revisão de decisões definitivas ou transitadas em julgado em matéria de contraordenação rodoviária é aplicável o regime geral do ilícito de mera ordenação social, sempre que não contrarie o disposto no presente diploma.

2 — A revisão de decisões definitivas ou transitadas em julgado a favor do arguido não é admissível quando a condenação respeitar à prática de contraordenação rodoviária leve e tenham decorrido dois anos após a definitividade ou trânsito em julgado da decisão a rever.

3 — A revisão contra o arguido só é admissível quando vise a sua condenação pela prática de um crime.»

#### Artigo 4.º

##### **Alterações sistemáticas**

1 — O capítulo III do título VII do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, passa a ser composto pelos artigos 181.º a 185.º-A.

2 — O capítulo IV do título VII do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, passa a ser composto pelos artigos 186.º a 187.º-A.

#### Artigo 5.º

##### **Produto de coimas aplicadas por municípios**

Quando o processamento das contraordenações e a aplicação das respetivas coimas sejam efetuados pelos municípios nos termos do n.º 7 do artigo 169.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o produto das coimas atribuídas à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária nos termos do Decreto-Lei n.º 369/99, de 18 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e do Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de outubro, reverte a favor do respetivo município.

#### Artigo 6.º

##### **Disposição transitória**

As obrigações decorrentes da aplicação da alínea *d)* do n.º 3 do artigo 5.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, são imediatamente exigíveis, com exceção dos casos de quadros, painéis, anúncios, cartazes, focos luminosos, inscrições ou outros meios de publicidade já colocados, que devem encontrar-se conformes àquele a partir de 1 de janeiro de 2015.

#### Artigo 7.º

##### **Avaliação legislativa**

Decorridos dois anos da entrada em vigor da presente lei o Governo promove a avaliação da aplicação do Código da Estrada e respetiva legislação complementar.

#### Artigo 8.º

##### **Alteração ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro**

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 5.º

[...]

1 — .....

- 2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....  
6 — .....

7 — As entidades fiscalizadoras do trânsito devem proceder à recolha de todos os elementos necessários ao preenchimento dos documentos estatísticos relativos aos acidentes de viação, bem como proceder ao respetivo envio, preferencialmente através de meios eletrónicos, para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.»

#### Artigo 9.º

##### **Regulamentação**

O Governo regulamenta a presente lei no prazo de 90 dias a partir da data da sua publicação.

#### Artigo 10.º

##### **Norma revogatória**

São revogados os n.ºs 1 e 3 do artigo 14.º, os n.ºs 4 e 7 do artigo 28.º, o n.º 1 do artigo 93.º, o n.º 3 do artigo 119.º, a alínea *e*) do n.º 1 do artigo 171.º, o n.º 5 do artigo 172.º, a alínea *b*) do n.º 6 do artigo 176.º, e o n.º 2 do artigo 187.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio.

#### Artigo 11.º

##### **Republicação**

O Código da Estrada é republicado em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, com as alterações aprovadas e demais correções materiais.

#### Artigo 12.º

##### **Entrada em vigor**

1 — A presente lei entra em vigor 120 dias após a sua publicação, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — O artigo 9.º da presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 24 de julho de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 22 de agosto de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 26 de agosto de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO  
(a que se refere o artigo 11.º da lei)

CÓDIGO DA ESTRADA

TÍTULO I  
**Disposições gerais**

CAPÍTULO I  
**Princípios gerais**

Artigo 1.º  
**Definições legais**

Para os efeitos do disposto no presente Código e legislação complementar, os termos seguintes têm o significado que lhes é atribuído neste artigo:

- a)* «Autoestrada» — via pública destinada a trânsito rápido, com separação física de faixas de rodagem, sem cruzamentos de nível nem acesso a propriedades marginais, com acessos condicionados e sinalizada como tal;
- b)* «Berma» — superfície da via pública não especialmente destinada ao trânsito de veículos e que ladeia a faixa de rodagem;
- c)* «Caminho» — via pública especialmente destinada ao trânsito local em zonas rurais;
- d)* «Corredor de circulação» — via de trânsito reservada a veículos de certa espécie ou afetos a determinados transportes;
- e)* «Cruzamento» — zona de intersecção de vias públicas ao mesmo nível;
- f)* «Eixo da faixa de rodagem» — linha longitudinal, materializada ou não, que divide uma faixa de rodagem em duas partes, cada uma afeta a um sentido de trânsito;
- g)* «Entroncamento» — zona de junção ou bifurcação de vias públicas;
- h)* «Faixa de rodagem» — parte da via pública especialmente destinada ao trânsito de veículos;
- i)* «Ilhéu direcional» — zona restrita da via pública, interdita à circulação de veículos e delimitada por lancil ou marcação apropriada, destinada a orientar o trânsito;
- j)* «Localidade» — zona com edificações e cujos limites são assinalados com os sinais regulamentares;
- l)* «Parque de estacionamento» — local exclusivamente destinado ao estacionamento de veículos;
- m)* «Passagem de nível» — local de intersecção ao mesmo nível de uma via pública ou equiparada com linhas ou ramais ferroviários;
- n)* «Passeio» — superfície da via pública, em geral sobrelevada, especialmente destinada ao trânsito de peões e que ladeia a faixa de rodagem;
- o)* «Pista especial» — via pública ou via de trânsito especialmente destinada, de acordo com sinalização, ao trânsito de peões, de animais ou de certa espécie de veículos;
- p)* «Rotunda» — praça formada por cruzamento ou entroncamento onde o trânsito se processa em sentido giratório e sinalizada como tal;
- q)* «Utilizadores vulneráveis» — peões e velocípedes, em particular, crianças, idosos, grávidas, pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência;

r) «Via de abrandamento» — via de trânsito resultante do alargamento da faixa de rodagem e destinada a permitir que os veículos que vão sair de uma via pública diminuam a velocidade já fora da corrente de trânsito principal;

s) «Via de aceleração» — via de trânsito resultante do alargamento da faixa de rodagem e destinada a permitir que os veículos que entram numa via pública adquiram a velocidade conveniente para se incorporarem na corrente de trânsito principal;

t) «Via de sentido reversível» — via de trânsito afeta alternadamente, através de sinalização, a um ou outro dos sentidos de trânsito;

u) «Via de trânsito» — zona longitudinal da faixa de rodagem destinada à circulação de uma única fila de veículos;

v) «Via equiparada a via pública» — via de comunicação terrestre do domínio privado aberta ao trânsito público;

x) «Via pública» — via de comunicação terrestre afeta ao trânsito público;

z) «Via reservada a automóveis e motociclos» — via pública onde vigoram as normas que disciplinam o trânsito em autoestrada e sinalizada como tal;

aa) «Zona de estacionamento» — local da via pública especialmente destinado, por construção ou sinalização, ao estacionamento de veículos;

bb) «Zona de coexistência» — zona da via pública especialmente concebida para utilização partilhada por peões e veículos, onde vigoram regras especiais de trânsito e sinalizada como tal.

#### Artigo 2.º

#### **Âmbito de aplicação**

1 — O disposto no presente Código é aplicável ao trânsito nas vias do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

2 — O disposto no presente diploma é também aplicável nas vias do domínio privado, quando abertas ao trânsito público, em tudo o que não estiver especialmente regulado por acordo celebrado entre as entidades referidas no número anterior e os respetivos proprietários.

#### Artigo 3.º

#### **Liberdade de trânsito**

1 — Nas vias a que se refere o artigo anterior é livre a circulação, com as restrições constantes do presente Código e legislação complementar.

2 — As pessoas devem abster-se de atos que impeçam ou embaracem o trânsito ou comprometam a segurança, a visibilidade ou a comodidade dos utilizadores das vias, tendo em especial atenção os utilizadores vulneráveis.

3 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

4 — Quem praticar atos com o intuito de impedir ou embarçar a circulação de veículos a motor é sancionado com coima de €300 a €1500, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

#### Artigo 4.º

#### **Ordens das autoridades**

1 — O utente deve obedecer às ordens legítimas das autoridades com competência para regular e fiscalizar o trânsito, ou dos seus agentes, desde que devidamente identificados como tal.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — Quem desobedecer ao sinal regulamentar de paragem das autoridades referidas no n.º 1 é sancionado com coima de €500 a €2500, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

#### **Artigo 5.º** **Sinalização**

1 — Nos locais que possam oferecer perigo para o trânsito ou em que este deva estar sujeito a restrições especiais e ainda quando seja necessário dar indicações úteis, devem ser utilizados os respetivos sinais de trânsito.

2 — Os obstáculos eventuais devem ser sinalizados por aquele que lhes der causa, por forma bem visível e a uma distância que permita aos demais utentes da via tomar as precauções necessárias para evitar acidentes.

3 — Não podem ser colocados nas vias públicas ou nas suas proximidades quadros, painéis, anúncios, cartazes, focos luminosos, inscrições ou outros meios de publicidade que possam:

- a) Confundir-se com os sinais de trânsito ou prejudicar a sua visibilidade ou reconhecimento;
- b) Prejudicar a visibilidade nas curvas, cruzamentos ou entroncamentos;
- c) Perturbar a atenção do condutor, prejudicando a segurança da condução;
- d) Dificultar, restringir ou comprometer a comodidade e segurança da circulação de peões nos passeios.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €100 a €500.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 3 é sancionado com coima de €700 a €3500, podendo ainda os meios de publicidade em causa ser mandados retirar pela entidade competente.

#### **Artigo 6.º** **Sinais**

1 — Os sinais de trânsito são fixados em regulamento onde, de harmonia com as convenções internacionais em vigor, se especificam as formas, as cores, as inscrições, os símbolos e as dimensões, bem como os respetivos significados e os sistemas de colocação.

2 — As inscrições constantes nos sinais são escritas em português, salvo o que resulte das convenções internacionais.

#### **Artigo 7.º** **Hierarquia entre prescrições**

1 — As prescrições resultantes dos sinais prevalecem sobre as regras de trânsito.

2 — A hierarquia entre as prescrições resultantes da sinalização é a seguinte:

- 1.º Prescrições resultantes de sinalização temporária que modifique o regime normal de utilização da via;
- 2.º Prescrições resultantes dos sinais inscritos em sinalização de mensagem variável;
- 3.º Prescrições resultantes dos sinais luminosos;
- 4.º Prescrições resultantes dos sinais verticais;
- 5.º Prescrições resultantes das marcas rodoviárias.

3 — As ordens dos agentes reguladores do trânsito prevalecem sobre as prescrições resultantes dos sinais e sobre as regras de trânsito.

## **CAPÍTULO II**

### **Restrições à circulação**

#### **Artigo 8.º**

##### **Realização de obras e utilização das vias públicas para fins especiais**

1 — A realização de obras nas vias públicas e a sua utilização para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal ou colocar restrições ao trânsito dos peões nos passeios só é permitida desde que autorizada pelas entidades competentes, e com a correspondente aplicação local de sinalização temporária e identificação de obstáculos.

2 — O não cumprimento das condições constantes da autorização concedida nos termos do número anterior é equiparado à sua falta.

3 — No caso de realização de obras que coloquem restrições ao trânsito nos passeios, é obrigatório assegurar a comunicação entre os locais servidos pelo passeio, de forma a garantir a segurança e a circulação.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 ou não cumprir as condições constantes da autorização nele referida é sancionado com coima de €700 a €3500.

5 — Os organizadores de manifestação desportiva envolvendo automóveis, motociclos, triciclos ou quadriciclos em violação ao disposto no n.º 1 são sancionados com coima de €700 a €3500 se se tratar de pessoas singulares ou com coima de €1000 a €5000 se se tratar de pessoas coletivas, acrescida de €150 por cada um dos condutores participantes ou concorrentes.

6 — Os organizadores de manifestação desportiva envolvendo veículos de natureza diversa da referida no número anterior em violação ao disposto no n.º 1 são sancionados com coima de €450 a €2250 ou de €700 a €3500, consoante se trate de pessoas singulares ou coletivas, acrescida de €50 por cada um dos condutores participantes ou concorrentes.

7 — Os organizadores de manifestação desportiva envolvendo peões ou animais em violação ao disposto no n.º 1 são sancionados com coima de €300 a €1500, acrescida de €30 por cada um dos participantes ou concorrentes.

#### **Artigo 9.º**

##### **Suspensão ou condicionamento do trânsito**

1 — A suspensão ou condicionamento do trânsito só podem ser ordenados por motivos de segurança, de emergência grave ou de obras ou com o fim de prover à conservação dos pavimentos, instalações e obras de arte e podem respeitar apenas a parte da via ou a veículos de certa espécie, peso ou dimensões.

2 — A suspensão ou condicionamento de trânsito podem, ainda, ser ordenados sempre que exista motivo justificado e desde que fiquem devidamente asseguradas as comunicações entre os locais servidos pela via.

3 — Salvo casos de emergência grave ou de obras urgentes, o condicionamento ou suspensão do trânsito são publicitados com a antecedência fixada em regulamento.

#### **Artigo 10.º**

##### **Proibição temporária ou permanente da circulação de certos veículos**

1 — Sempre que ocorram circunstâncias anormais de trânsito, pode proibir-se temporariamente, por regulamento, a circulação de certas espécies de veículos ou de veículos que transportem certas mercadorias.



2 — Pode ainda ser condicionado por regulamento, com carácter temporário ou permanente, em todas ou apenas certas vias públicas, o trânsito de determinadas espécies de veículos ou dos utilizados no transporte de certas mercadorias.

3 — A proibição e o condicionamento referidos nos números anteriores são precedidos de divulgação através da comunicação social, distribuição de folhetos nas zonas afetadas, afixação de painéis de informação ou outro meio adequado.

4 — Quem infringir a proibição prevista no n.º 1 ou o condicionamento previsto no n.º 2 é sancionado com coima de €150 a €750, sendo os veículos impedidos de prosseguir a sua marcha até findar o período em que vigora a proibição.

## **TÍTULO II**

### **Do trânsito de veículos e animais**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições comuns**

#### **SECÇÃO I**

##### **Regras gerais**

###### **Artigo 11.º**

###### **Condução de veículos e animais**

1 — Todo o veículo ou animal que circule na via pública deve ter um condutor, salvo as exceções previstas neste Código.

2 — Os condutores devem, durante a condução, abster-se da prática de quaisquer atos que sejam suscetíveis de prejudicar o exercício da condução com segurança.

3 — O condutor de um veículo não pode pôr em perigo os utilizadores vulneráveis.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

###### **Artigo 12.º**

###### **Início de marcha**

1 — Os condutores não podem iniciar ou retomar a marcha sem assinalarem com a necessária antecedência a sua intenção e sem adotarem as precauções necessárias para evitar qualquer acidente.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

###### **Artigo 13.º**

###### **Posição de marcha**

1 — A posição de marcha dos veículos deve fazer-se pelo lado direito da faixa de rodagem, conservando das bermas ou passeios uma distância suficiente que permita evitar acidentes.

2 — Quando necessário, pode ser utilizado o lado esquerdo da faixa de rodagem para ultrapassar ou mudar de direção.

3 — Sempre que, no mesmo sentido, existam duas ou mais vias de trânsito, este deve fazer-se pela via mais à direita, podendo, no entanto, utilizar-se outra se não houver lugar naquela e, bem assim, para ultrapassar ou mudar de direção.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300, salvo o disposto no número seguinte.

5 — Quem circular em sentido oposto ao estabelecido é sancionado com coima de €250 a €1250.

#### Artigo 14.º

##### **Pluralidade de vias de trânsito dentro das localidades**

1 — *(Revogado.)*

2 — Dentro das localidades, os condutores devem utilizar a via de trânsito mais conveniente ao seu destino, só lhes sendo permitida a mudança para outra, depois de tomadas as devidas precauções, a fim de mudar de direção, ultrapassar, parar ou estacionar.

3 — *(Revogado.)*

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 14.º-A

##### **Rotundas**

1 — Nas rotundas, o condutor deve adotar o seguinte comportamento:

a) Entrar na rotunda após ceder a passagem aos veículos que nela circulam, qualquer que seja a via por onde o façam;

b) Se pretender sair da rotunda na primeira via de saída, deve ocupar a via da direita;

c) Se pretender sair da rotunda por qualquer das outras vias de saída, só deve ocupar a via de trânsito mais à direita após passar a via de saída imediatamente anterior àquela por onde pretende sair, aproximando-se progressivamente desta e mudando de via depois de tomadas as devidas precauções;

d) Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, os condutores devem utilizar a via de trânsito mais conveniente ao seu destino.

2 — Os condutores de veículos de tração animal ou de animais, de velocípedes e de automóveis pesados, podem ocupar a via de trânsito mais à direita, sem prejuízo do dever de facultar a saída aos condutores que circulem nos termos da alínea c) do n.º 1.

3 — Quem infringir o disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 15.º

##### **Trânsito em filas paralelas**

1 — Sempre que, existindo mais de uma via de trânsito no mesmo sentido, os veículos, devido à intensidade da circulação, ocupem toda a largura da faixa de rodagem destinada a esse sentido, estando a velocidade de cada um dependente da marcha dos que o precedem, os condutores não podem sair da respetiva fila para outra mais à direita, salvo para mudar de direção, parar ou estacionar.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 16.º

##### **Placas, postes, ilhéus e dispositivos semelhantes**

1 — Nos cruzamentos, entroncamentos e rotundas o trânsito faz-se por forma a dar a esquerda à parte central dos mesmos ou às placas, postes, ilhéus direcionais ou dispositivos semelhantes existentes, desde que se encontrem no eixo da faixa de rodagem de que procedem os veículos.

2 — Quando na faixa de rodagem exista algum dos dispositivos referidos no n.º 1, o trânsito, sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º e 14.º, faz-se por forma a dar-lhes a esquerda, salvo se se encontrarem numa via de sentido único ou na parte da faixa de rodagem afeta a um só sentido, casos em que o trânsito se pode fazer pela esquerda ou pela direita, conforme for mais conveniente.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 17.º

##### **Bermas e passeios**

1 — Os veículos só podem circular nas bermas ou nos passeios desde que o acesso aos prédios o exija, salvo as exceções previstas em regulamento local.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os velocípedes podem circular nas bermas fora das situações previstas, desde que não ponham em perigo ou perturbem os peões que nelas circulem.

3 — Os velocípedes conduzidos por crianças até 10 anos podem circular nos passeios, desde que não ponham em perigo ou perturbem os peões.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 18.º

##### **Distância entre veículos**

1 — O condutor de um veículo em marcha deve manter entre o seu veículo e o que o precede a distância suficiente para evitar acidentes em caso de súbita paragem ou diminuição de velocidade deste, tendo em especial consideração os utilizadores vulneráveis.

2 — O condutor de um veículo em marcha deve manter distância lateral suficiente para evitar acidentes entre o seu veículo e os veículos que transitam na mesma faixa de rodagem, no mesmo sentido ou em sentido oposto.

3 — O condutor de um veículo motorizado deve manter entre o seu veículo e um velocípede que transite na mesma faixa de rodagem uma distância lateral de pelo menos 1,5 m, para evitar acidentes.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 19.º

##### **Visibilidade reduzida ou insuficiente**

Para os efeitos deste Código e legislação complementar, considera-se que a visibilidade é reduzida ou insuficiente sempre que o condutor não possa avistar a faixa de rodagem em toda a sua largura numa extensão de, pelo menos, 50 m.

#### Artigo 20.º

##### **Veículos de transporte coletivo de passageiros**

1 — Nas localidades, os condutores devem abrandar a sua marcha e, se necessário, parar, sempre que os veículos de transporte coletivo de passageiros retomem a marcha à saída dos locais de paragem.

2 — Os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros não podem, no entanto, retomar a marcha sem assinalarem a sua intenção imediatamente antes de a retomarem e sem adotarem as precauções necessárias para evitar qualquer acidente.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

## SECÇÃO II

### Sinais dos condutores

#### Artigo 21.º

#### Sinalização de manobras

1 — Quando o condutor pretender reduzir a velocidade, parar, estacionar, mudar de direção ou de via de trânsito, iniciar uma ultrapassagem ou inverter o sentido de marcha, deve assinalar com a necessária antecedência a sua intenção.

2 — O sinal deve manter-se enquanto se efetua a manobra e cessar logo que ela esteja concluída.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 22.º

#### Sinais sonoros

1 — Os sinais sonoros devem ser breves.

2 — Só é permitida a utilização de sinais sonoros:

a) Em caso de perigo iminente;

b) Fora das localidades, para prevenir um condutor da intenção de o ultrapassar e, bem assim, nas curvas, cruzamentos, entroncamentos e lombas de visibilidade reduzida.

3 — Exceção-se do disposto nos números anteriores os sinais de veículos de polícia ou que transitem em prestação de socorro ou de serviço urgente de interesse público.

4 — As características dos dispositivos emissores dos sinais sonoros são fixadas em regulamento.

5 — Nos veículos de polícia e nos veículos afetos à prestação de socorro ou de serviço urgente de interesse público podem ser utilizados avisadores sonoros especiais, cujas características e condições de utilização são fixadas em regulamento.

6 — Não é permitida em quaisquer outros veículos a instalação ou utilização dos avisadores referidos no número anterior nem a emissão de sinais sonoros que se possam confundir com os emitidos por aqueles dispositivos.

7 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 1 e 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

8 — Quem infringir o disposto no n.º 6 é sancionado com coima de €500 a €2500 e com perda dos objetos, devendo o agente de fiscalização proceder à sua imediata remoção e apreensão ou, não sendo ela possível, apreender o documento de identificação do veículo até à efetiva remoção e apreensão daqueles objetos, sendo, neste caso, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 5 do artigo 161.º

#### Artigo 23.º

#### Sinais luminosos

1 — Quando os veículos transitem fora das localidades com as luzes acesas por insuficiência de visibilidade, os sinais sonoros podem ser substituídos por sinais luminosos, através da utilização alternada dos máximos com os médios, mas sempre sem provocar encandeamento.

2 — Dentro das localidades, durante a noite, é obrigatória a substituição dos sinais sonoros pelos sinais luminosos utilizados nas condições previstas no número anterior.

3 — Os veículos de polícia e os veículos afetos à prestação de socorro ou de serviço urgente de interesse público podem utilizar avisadores luminosos especiais, cujas características e condições de utilização são fixadas em regulamento.

4 — Os veículos que, em razão do serviço a que se destinam, devam parar na via pública ou deslocar-se em marcha lenta devem utilizar avisadores luminosos especiais, cujas características e condições de utilização são fixadas em regulamento.

5 — Não é permitida em quaisquer outros veículos a instalação ou utilização dos avisadores referidos nos números anteriores.

6 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 2 e 4 é sancionado com coima de €60 a €300.

7 — Quem infringir o disposto no n.º 5 é sancionado com coima de €500 a €2500 e com perda dos objetos, devendo o agente de fiscalização proceder à sua imediata remoção e apreensão ou, não sendo ela possível, apreender o documento de identificação do veículo até à efetiva remoção e apreensão daqueles objetos, sendo, neste caso, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 5 do artigo 161.º

### SECÇÃO III

#### **Velocidade**

##### Artigo 24.º

#### **Princípios gerais**

1 — O condutor deve regular a velocidade de modo a que, atendendo à presença de outros utilizadores, em particular os vulneráveis, às características e estado da via e do veículo, à carga transportada, às condições meteorológicas ou ambientais, à intensidade do trânsito e a quaisquer outras circunstâncias relevantes, possa, em condições de segurança, executar as manobras cuja necessidade seja de prever e, especialmente, fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente.

2 — Salvo em caso de perigo iminente, o condutor não deve diminuir subitamente a velocidade do veículo sem previamente se certificar de que daí não resulta perigo para os outros utentes da via, nomeadamente para os condutores dos veículos que o sigam.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

##### Artigo 25.º

#### **Velocidade moderada**

1 — Sem prejuízo dos limites máximos de velocidade fixados, o condutor deve moderar especialmente a velocidade:

a) À aproximação de passagens assinaladas na faixa de rodagem para a travessia de peões e ou velocípedes;

b) À aproximação de escolas, hospitais, creches e estabelecimentos similares, quando devidamente sinalizados;

c) Nas localidades ou vias marginadas por edificações;

d) Nas zonas de coexistência;

e) À aproximação de utilizadores vulneráveis;

f) À aproximação de aglomerações de pessoas ou animais;

g) Nas descidas de inclinação acentuada;

h) Nas curvas, cruzamentos, entroncamentos, rotundas, lombas e outros locais de visibilidade reduzida;

i) Nas pontes, túneis e passagens de nível;

j) Nos troços de via em mau estado de conservação, molhados, enlameados ou que ofereçam precárias condições de aderência;

l) Nos locais assinalados com sinais de perigo;

m) Sempre que exista grande intensidade de trânsito.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

Artigo 26.º  
**Marcha lenta**

1 — Os condutores não devem transitar em marcha cuja lentidão cause embaraço injustificado aos restantes utentes da via.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

Artigo 27.º  
**Limites gerais de velocidade**

1 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 24.º e 25.º e de limites inferiores que lhes sejam impostos, os condutores não podem exceder as seguintes velocidades instantâneas (em quilómetros/hora):

|   | Dentro das localidades   |                 | Autoestradas | Vias reservadas<br>a automóveis<br>e motociclos | Restantes<br>vias<br>públicas |
|---|--------------------------|-----------------|--------------|---|-------------------------------|
|   | Zonas de<br>coexistência | Outras<br>zonas |              |   |                               |
| Ciclomotores e quadriciclos .....                               | 20                       | 40              | ---          | ---   | 45                            |
| Motociclos:   |                          |                 |              |   |                               |
| De cilindrada superior a 50 cm <sup>3</sup> e sem carro lateral | 20                       | 50              | 120          | 100   | 90                            |
| Com carro lateral ou com reboque .....                          | 20                       | 50              | 100          | 80  | 70                            |
| De cilindrada não superior a 50 cm <sup>3</sup> .....           | 20                       | 40              | ---          | ---   | 60                            |
| Triciclos .....   | 20                       | 50              | 100          | 90  | 80                            |
| Automóveis ligeiros de passageiros e mistos:                    |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque .....   | 20                       | 50              | 120          | 100   | 90                            |
| Com reboque .....   | 20                       | 50              | 100          | 80  | 70                            |
| Automóveis ligeiros de mercadorias:                             |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque .....   | 20                       | 50              | 110          | 90  | 80                            |
| Com reboque .....   | 20                       | 50              | 90           | 80  | 70                            |
| Automóveis pesados de passageiros:                              |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque ou com semirreboque .....                           | 20                       | 50              | 100          | 90  | 80                            |
| Com reboque .....   | 20                       | 50              | 90           | 90  | 70                            |
| Automóveis pesados de mercadorias:                              |                          |                 |              |   |                               |
| Sem reboque ou com semirreboque .....                           | 20                       | 50              | 90           | 80  | 80                            |
| Com reboque .....   | 20                       | 40              | 80           | 70  | 70                            |
| Tratores agrícolas ou florestais .....                          | 20                       | 30              | ---          | ---   | 40                            |
| Máquinas agrícolas, motocultivadores e tratocarros              | 20                       | 20              | ---          | ---   | 20                            |
| Máquinas industriais:   |                          |                 |              |   |                               |
| Sem matrícula .....   | 20                       | 30              | ---          | ---   | 30                            |
| Com matrícula .....   | 20                       | 40              | 80           | 70  | 70                            |

2 — Quem exceder os limites máximos de velocidade é sancionado:

a) Se conduzir automóvel ligeiro ou motociclo, com as seguintes coimas:

1.º De €60 a €300, se exceder até 20 km/h, dentro das localidades, ou até 30 km/h, fora das localidades;

2.º De €120 a €600, se exceder em mais de 20 km/h e até 40 km/h, dentro das localidades, ou em mais de 30 km/h e até 60 km/h, fora das localidades;

3.º De €300 a €1500, se exceder em mais de 40 km/h e até 60 km/h, dentro das localidades, ou mais de 60 km/h e até 80 km/h, fora das localidades;

4.º De €500 a €2500, se exceder em mais de 60 km/h, dentro das localidades, ou em mais de 80 km/h, fora das localidades;

b) Se conduzir outros veículos, com as seguintes coimas:

1.º De €60 a €300, se exceder até 10 km/h, dentro das localidades, ou até 20 km/h, fora das localidades;

2.º De €120 a €600, se exceder em mais de 10 km/h e até 20 km/h, dentro das localidades, ou em mais de 20 km/h e até 40 km/h, fora das localidades;

3.º De €300 a €1500, se exceder em mais de 20 km/h e até 40 km/h, dentro das localidades, ou em mais de 40 km/h e até 60 km/h, fora das localidades;

4.º De €500 a €2500, se exceder em mais de 40 km/h, dentro das localidades, ou em mais de 60 km/h, fora das localidades.

3 — O disposto no número anterior é também aplicável aos condutores que excedam os limites máximos de velocidade que lhes tenham sido estabelecidos ou que tenham sido especialmente fixados para os veículos que conduzem.

4 — Para os efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se que viola os limites máximos de velocidade instantânea o condutor que percorrer uma determinada distância a uma velocidade média incompatível com a observância daqueles limites, entendendo-se que a contraordenação é praticada no local em que terminar o percurso controlado.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, quando a velocidade for controlada através de tacógrafo e tiver sido excedido o limite máximo de velocidade permitido ao veículo, considera-se que a contraordenação é praticada no local onde for efetuado o controlo.

6 — Sem prejuízo do disposto no artigo 26.º, nas autoestradas os condutores não podem transitar a velocidade instantânea inferior a 50 km/h.

7 — Quem conduzir a velocidade inferior ao limite estabelecido no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

## Artigo 28.º

### Limites especiais de velocidade

1 — Sempre que a intensidade do trânsito ou as características das vias o aconselhem podem ser fixados, para vigorar em certas vias, troços de via ou períodos:

a) Limites mínimos de velocidade instantânea;

b) Limites máximos de velocidade instantânea inferiores ou superiores aos estabelecidos no n.º 1 do artigo anterior.

2 — Os limites referidos no número anterior devem ser sinalizados ou, se temporários e não sendo possível a sinalização, divulgados pelos meios de comunicação social, afixação de painéis de informação ou outro meio adequado.

3 — A circulação de veículos a motor na via pública pode ser condicionada à incorporação de dispositivos limitadores de velocidade, nos termos fixados em regulamento.

4 — *(Revogado.)*

5 — É aplicável às infrações aos limites máximos estabelecidos nos termos deste artigo o disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo anterior.

6 — Quem infringir os limites mínimos de velocidade instantânea estabelecidos nos termos deste artigo é sancionado com coima de €60 a €300.

7 — *(Revogado.)*

SECÇÃO IV  
**Cedência de passagem**

SUBSECÇÃO I  
Princípio geral

Artigo 29.º  
**Princípio geral**

1 — O condutor sobre o qual recaia o dever de ceder a passagem deve abrandar a marcha, se necessário parar, ou, em caso de cruzamento de veículos, recuar, por forma a permitir a passagem de outro veículo, sem alteração da velocidade ou direção deste.

2 — O condutor com prioridade de passagem deve observar as cautelas necessárias à segurança do trânsito.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

SUBSECÇÃO II  
Cruzamentos, entroncamentos e rotundas

Artigo 30.º  
**Regra geral**

1 — Nos cruzamentos e entroncamentos o condutor deve ceder a passagem aos veículos que se lhe apresentem pela direita.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

Artigo 31.º  
**Cedência de passagem em certas vias ou troços**

1 — Deve sempre ceder a passagem o condutor:

a) Que saia de um parque de estacionamento, de uma zona de abastecimento de combustível ou de qualquer prédio ou caminho particular;

b) Que entre numa autoestrada ou numa via reservada a automóveis e motociclos, pelos respetivos ramais de acesso;

c) Que entre numa rotunda.

2 — Todo o condutor é obrigado a ceder a passagem aos veículos que saiam de uma passagem de nível.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €120 a €600, salvo se se tratar do disposto na alínea b), caso em que a coima é de €250 a €1250.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €250 a €1250.

Artigo 32.º  
**Cedência de passagem a certos veículos**

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo anterior, os condutores devem ceder a passagem às colunas militares ou militarizadas, bem como às escoltas policiais.



2 — Nos cruzamentos e entroncamentos os condutores devem ceder passagem aos veículos que se desloquem sobre carris.

3 — Os condutores devem ceder passagem aos velocípedes que atravessem as faixas de rodagem nas passagens assinaladas.

4 — As colunas e as escoltas a que se refere o n.º 1, bem como os condutores de veículos que se desloquem sobre carris, devem tomar as precauções necessárias para não embaraçar o trânsito e para evitar acidentes.

5 — Os condutores de velocípedes a que se refere o n.º 3 não podem atravessar a faixa de rodagem sem previamente se certificarem que, tendo em conta a distância que os separa dos veículos que nela transitam e a respetiva velocidade, o podem fazer sem perigo de acidente.

6 — O condutor de um veículo de tração animal ou de animais deve ceder a passagem aos veículos a motor, salvo nos casos referidos nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 do artigo anterior.

7 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

### SUBSECÇÃO III

#### Cruzamento de veículos

#### Artigo 33.º

##### **Impossibilidade de cruzamento**

1 — Se não for possível o cruzamento entre dois veículos que transitem em sentidos opostos, deve observar-se o seguinte:

*a)* Quando a faixa de rodagem se encontrar parcialmente obstruída, deve ceder a passagem o condutor que tiver de utilizar a parte esquerda da faixa de rodagem para contornar o obstáculo;

*b)* Quando a faixa de rodagem for demasiadamente estreita ou se encontrar obstruída de ambos os lados, deve ceder a passagem o condutor do veículo que chegar depois ao troço ou, se se tratar de via de forte inclinação, o condutor do veículo que desce.

2 — Se for necessário efetuar uma manobra de marcha atrás, deve recuar o condutor do veículo que estiver mais próximo do local em que o cruzamento seja possível ou, se as distâncias forem idênticas, os condutores:

*a)* De veículos ligeiros, perante veículos pesados;

*b)* De automóveis pesados de mercadorias, perante automóveis pesados de passageiros;

*c)* De qualquer veículo, perante um conjunto de veículos;

*d)* Perante veículos da mesma categoria, aquele que for a subir, salvo se for manifestamente mais fácil a manobra para o condutor do veículo que desce.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 34.º

##### **Veículos de grandes dimensões**

1 — Sempre que a largura livre da faixa de rodagem, o perfil transversal ou o estado de conservação da via não permitam que o cruzamento se faça com a necessária segurança, os condutores de veículos ou de conjuntos de veículos de largura superior a 2 m ou cujo comprimento, incluindo a carga, exceda 8 m devem diminuir a velocidade e parar, se necessário, a fim de o facilitar.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

SECÇÃO V  
**Algumas manobras em especial**

SUBSECÇÃO I  
Princípio geral

Artigo 35.º  
**Disposição comum**

1 — O condutor só pode efetuar as manobras de ultrapassagem, mudança de direção ou de via de trânsito, inversão do sentido de marcha e marcha atrás em local e por forma que da sua realização não resulte perigo ou embaraço para o trânsito.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

SUBSECÇÃO II  
Ultrapassagem

Artigo 36.º  
**Regra geral**

1 — A ultrapassagem deve efetuar-se pela esquerda.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €250 a €1250.

Artigo 37.º  
**Exceções**

1 — Deve fazer-se pela direita a ultrapassagem de veículos ou animais cujo condutor, assinalando devidamente a sua intenção, pretenda mudar de direção para a esquerda ou, numa via de sentido único, parar ou estacionar à esquerda, desde que, em qualquer caso, tenha deixado livre a parte mais à direita da faixa de rodagem.

2 — Pode fazer-se pela direita a ultrapassagem de veículos que transitem sobre carris desde que estes não utilizem esse lado da faixa de rodagem e:

- a) Não estejam parados para a entrada ou saída de passageiros;
- b) Estando parados para a entrada ou saída de passageiros, exista placa de refúgio para peões.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €120 a €600.

Artigo 38.º  
**Realização da manobra**

1 — O condutor de veículo não deve iniciar a ultrapassagem sem se certificar de que a pode realizar sem perigo de colidir com veículo que transite no mesmo sentido ou em sentido contrário.

2 — O condutor deve, especialmente, certificar-se de que:

- a) A faixa de rodagem se encontra livre na extensão e largura necessárias à realização da manobra com segurança;
- b) Pode retomar a direita sem perigo para aqueles que aí transitam;
- c) Nenhum condutor que siga na mesma via ou na que se situa imediatamente à esquerda iniciou manobra para o ultrapassar;
- d) O condutor que o antecede na mesma via não assinalou a intenção de ultrapassar um terceiro veículo ou de contornar um obstáculo;

e) Na ultrapassagem de velocípedes ou à passagem de peões que circulem ou se encontrem na berma, guarda a distância lateral mínima de 1,5 m e abranda a velocidade.

3 — Para a realização da manobra, o condutor deve ocupar o lado da faixa de rodagem destinado à circulação em sentido contrário ou, se existir mais que uma via de trânsito no mesmo sentido, a via de trânsito à esquerda daquela em que circula o veículo ultrapassado.

4 — O condutor deve retomar a direita logo que conclua a manobra e o possa fazer sem perigo.

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 39.º

#### **Obrigações de facultar a ultrapassagem**

1 — Todo o condutor deve, sempre que não haja obstáculo que o impeça, facultar a ultrapassagem, desviando-se o mais possível para a direita ou, nos casos previstos no n.º 1 do artigo 37.º, para a esquerda e não aumentando a velocidade enquanto não for ultrapassado.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 40.º

#### **Veículos de marcha lenta**

1 — Fora das localidades, em vias cuja faixa de rodagem só tenha uma via de trânsito afeta a cada sentido, os condutores de automóveis pesados, de veículos agrícolas, de máquinas industriais, de veículos de tração animal ou de outros veículos, com exceção dos velocípedes, que transitem em marcha lenta devem manter em relação aos veículos que os precedem uma distância não inferior a 50 m que permita a sua ultrapassagem com segurança.

2 — Não é aplicável o disposto no número anterior sempre que os condutores dos veículos aí referidos se preparem para fazer uma ultrapassagem e tenham assinalado devidamente a sua intenção.

3 — Sempre que a largura livre da faixa de rodagem, o seu perfil ou o estado de conservação da via não permitam que a ultrapassagem se faça em termos normais com a necessária segurança, os condutores dos veículos referidos no n.º 1 devem reduzir a velocidade e parar, se necessário, para facilitar a ultrapassagem.

4 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 1 e 3 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 41.º

#### **Ultrapassagens proibidas**

1 — É proibida a ultrapassagem:

- a) Nas lombas;
- b) Imediatamente antes e nas passagens de nível;
- c) Imediatamente antes e nos cruzamentos e entroncamentos;
- d) Imediatamente antes e nas passagens assinaladas para a travessia de peões e velocípedes;
- e) Nas curvas de visibilidade reduzida;
- f) Em todos os locais de visibilidade insuficiente;
- g) Sempre que a largura da faixa de rodagem seja insuficiente.

2 — É proibida a ultrapassagem de um veículo que esteja a ultrapassar um terceiro.

3 — Não é aplicável o disposto nas alíneas a) a c) e e) do n.º 1 e no n.º 2 sempre que na faixa de rodagem sejam possíveis duas ou mais filas de trânsito no mesmo sentido, desde que a ultrapassagem se não faça pela parte da faixa de rodagem destinada ao trânsito em sentido oposto.

4 — Não é, igualmente, aplicável o disposto na alínea c) do n.º 1 sempre que a ultrapassagem se faça pela direita nos termos do n.º 1 do artigo 37.º

5 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 1 e 2 é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 42.º

### **Pluralidade de vias e trânsito em filas paralelas**

Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 14.º, no artigo 14.º-A e no artigo 15.º, o facto de os veículos de uma fila circularem mais rapidamente que os de outra não é considerado ultrapassagem para os efeitos previstos no presente Código.

#### SUBSECÇÃO III

### **Mudança de direção**

#### Artigo 43.º

### **Mudança de direção para a direita**

1 — O condutor que pretenda mudar de direção para a direita deve aproximar-se, com a necessária antecedência e quanto possível, do limite direito da faixa de rodagem e efetuar a manobra no trajeto mais curto.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 44.º

### **Mudança de direção para a esquerda**

1 — O condutor que pretenda mudar de direção para a esquerda deve aproximar-se, com a necessária antecedência e o mais possível, do limite esquerdo da faixa de rodagem ou do eixo desta, consoante a via esteja afeta a um ou a ambos os sentidos de trânsito, e efetuar a manobra de modo a entrar na via que pretende tomar pelo lado destinado ao seu sentido de circulação.

2 — Se tanto na via que vai abandonar como naquela em que vai entrar o trânsito se processa nos dois sentidos, o condutor deve efetuar a manobra de modo a dar a esquerda ao centro de intersecção das duas vias.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### SUBSECÇÃO IV

### **Inversão do sentido de marcha**

#### Artigo 45.º

### **Lugares em que é proibida**

1 — É proibido inverter o sentido de marcha:

- a) Nas lombas;
- b) Nas curvas, cruzamentos ou entroncamentos de visibilidade reduzida;
- c) Nas pontes, passagens de nível e túneis;
- d) Onde quer que a visibilidade seja insuficiente ou que a via, pela sua largura ou outras características, seja inadequada à realização da manobra;
- e) Sempre que se verifique grande intensidade de trânsito.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

**SUBSECÇÃO V****Marcha atrás****Artigo 46.º****Realização da manobra**

1 — A marcha atrás só é permitida como manobra auxiliar ou de recurso e deve efetuar-se lentamente e no menor trajeto possível.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €30 a €150.

**Artigo 47.º****Lugares em que é proibida**

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º para o cruzamento de veículos, a marcha atrás é proibida:

- a) Nas lombas;
- b) Nas curvas, rotundas e cruzamentos ou entroncamentos de visibilidade reduzida;
- c) Nas pontes, passagens de nível e túneis;
- d) Onde quer que a visibilidade seja insuficiente ou que a via, pela sua largura ou outras características, seja inapropriada à realização da manobra;
- e) Sempre que se verifique grande intensidade de trânsito.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

**SUBSECÇÃO VI****Paragem e estacionamento****Artigo 48.º****Como devem efetuar-se**

1 — Considera-se paragem a imobilização de um veículo pelo tempo estritamente necessário para a entrada ou saída de passageiros ou para breves operações de carga ou descarga, desde que o condutor esteja pronto a retomar a marcha e o faça sempre que estiver a impedir ou a dificultar a passagem de outros veículos.

2 — Considera-se estacionamento a imobilização de um veículo que não constitua paragem e que não seja motivada por circunstâncias próprias da circulação.

3 — Fora das localidades, a paragem e o estacionamento devem fazer-se fora das faixas de rodagem ou, sendo isso impossível e apenas no caso de paragem, o mais próximo possível do respetivo limite direito, paralelamente a este e no sentido da marcha.

4 — Dentro das localidades, a paragem e o estacionamento devem fazer-se nos locais especialmente destinados a esse efeito e pela forma indicada ou na faixa de rodagem, o mais próximo possível do respetivo limite direito, paralelamente a este e no sentido da marcha.

5 — Ao estacionar o veículo, o condutor deve deixar os intervalos indispensáveis à saída de outros veículos, à ocupação dos espaços vagos e ao fácil acesso aos prédios, bem como tomar as precauções indispensáveis para evitar que aquele se ponha em movimento.

6 — Quem infringir o disposto nos n.os 4 e 5 é sancionado com coima de €30 a €150.

## Artigo 49.º

**Proibição de paragem ou estacionamento**

1 — É proibido parar ou estacionar:

- a) Nas rotundas, pontes, túneis, passagens de nível, passagens inferiores ou superiores e em todos os lugares de visibilidade insuficiente;
- b) A menos de 5 m para um e outro lado dos cruzamentos, entroncamentos ou rotundas, sem prejuízo do disposto na alínea e) do presente número e na alínea a) do n.º 2;
- c) A menos de 5 m para a frente e 25 m para trás dos sinais indicativos da paragem dos veículos de transporte coletivo de passageiros ou a menos de 6 m para trás daqueles sinais quando os referidos veículos transitam sobre carris;
- d) A menos de 5 m antes e nas passagens assinaladas para a travessia de peões ou de velocípedes;
- e) A menos de 20 m antes dos sinais verticais ou luminosos se a altura dos veículos, incluindo a respetiva carga, os encobrir;
- f) Nas pistas de velocípedes, nos ilhéus direcionais, nas placas centrais das rotundas, nos passeios e demais locais destinados ao trânsito de peões;
- g) Na faixa de rodagem sempre que esteja sinalizada com linha longitudinal contínua e a distância entre esta e o veículo seja inferior a 3 m.

2 — Fora das localidades, é ainda proibido:

- a) Parar ou estacionar a menos de 50 m para um e outro lado dos cruzamentos, entroncamentos, rotundas, curvas ou lombas de visibilidade reduzida;
- b) Estacionar nas faixas de rodagem;
- c) Parar na faixa de rodagem, salvo nas condições previstas no n.º 3 do artigo anterior.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €30 a €150, salvo se se tratar de paragem ou estacionamento nas passagens de peões ou de velocípedes e nos passeios, impedindo a passagem de peões, caso em que a coima é de €60 a €300.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300, salvo se se tratar de estacionamento de noite nas faixas de rodagem, caso em que a coima é de €250 a €1250.

## Artigo 50.º

**Proibição de estacionamento**

1 — É proibido o estacionamento:

- a) Impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos;
- b) Nas faixas de rodagem, em segunda fila, e em todos os lugares em que impeça o acesso a veículos devidamente estacionados, a saída destes ou a ocupação de lugares vagos;
- c) Nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades, a parques ou a lugares de estacionamento;
- d) A menos de 10 m para um e outro lado das passagens de nível;
- e) A menos de 5 m para um e outro lado dos postos de abastecimento de combustíveis;
- f) Nos locais reservados, mediante sinalização, ao estacionamento de determinados veículos;
- g) De veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques ou semirreboques quando não atrelados ao veículo trator, salvo nos parques de estacionamento especialmente destinados a esse efeito;
- h) Nas zonas de estacionamento de duração limitada quando não for cumprido o respetivo regulamento;
- i) De veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transação, em parques de estacionamento.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €30 a €150, salvo se se tratar do disposto nas alíneas *c)*, *f)* e *i)*, casos em que a coima é de €60 a €300.

#### Artigo 51.º

##### **Contagem das distâncias**

As distâncias a que se referem as alíneas *b)* do n.º 1 e *a)* do n.º 2 do artigo 49.º contam-se:

- a)* Do início ou fim da curva ou lombada;
- b)* Do prolongamento do limite mais próximo da faixa de rodagem transversal, nos restantes casos.

#### Artigo 52.º

##### **Paragem de veículos de transporte coletivo**

1 — Nas faixas de rodagem, o condutor de veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros só pode parar para a entrada e saída de passageiros nos locais especialmente destinados a esse fim.

2 — No caso de não existirem os locais referidos no número anterior, a paragem deve ser feita o mais próximo possível do limite direito da faixa de rodagem.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €30 a €150.

### SECÇÃO VI

#### **Transporte de pessoas e de carga**

#### Artigo 53.º

##### **Regras gerais**

1 — É proibido entrar, sair, carregar, descarregar ou abrir as portas dos veículos sem que estes estejam completamente imobilizados.

2 — A entrada ou saída de pessoas e as operações de carga ou descarga devem fazer-se o mais rapidamente possível, salvo se o veículo estiver devidamente estacionado e as pessoas ou a carga não ocuparem a faixa de rodagem e sempre de modo a não causar perigo ou embarço para os outros utentes.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €30 a €150.

#### Artigo 54.º

##### **Transporte de pessoas**

1 — As pessoas devem entrar e sair pelo lado direito ou esquerdo do veículo, consoante este esteja parado ou estacionado à direita ou à esquerda da faixa de rodagem.

2 — Excetua-se:

*a)* A entrada e saída do condutor, quando o volante de direção do veículo se situar no lado oposto ao da paragem ou estacionamento;

*b)* A entrada e saída dos passageiros que ocupem o banco da frente, quando o volante de direção do veículo se situar no lado da paragem ou estacionamento;

*c)* Os casos especialmente previstos em regulamentos locais, para os veículos de transporte coletivo de passageiros.

3 — É proibido o transporte de pessoas em número que exceda a lotação do veículo ou de modo a comprometer a sua segurança ou a segurança da condução.

4 — É igualmente proibido o transporte de passageiros fora dos assentos, sem prejuízo do disposto em legislação especial ou salvo em condições excecionais fixadas em regulamento.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €30 a €150.

6 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 3 e 4 é sancionado com coima de €60 a €300, aplicável por cada pessoa transportada indevidamente, devendo o veículo ficar imobilizado até que a situação seja regularizada.

#### Artigo 55.º

##### **Transporte de crianças em automóvel**

1 — As crianças com menos de 12 anos de idade transportadas em automóveis equipados com cintos de segurança, desde que tenham altura inferior a 135 cm, devem ser seguras por sistema de retenção homologado e adaptado ao seu tamanho e peso.

2 — O transporte das crianças referidas no número anterior deve ser efetuado no banco da retaguarda, salvo nas seguintes situações:

a) Se a criança tiver idade inferior a 3 anos e o transporte se fizer utilizando sistema de retenção virado para a retaguarda, não podendo, neste caso, estar ativada a almofada de ar frontal no lugar do passageiro;

b) Se a criança tiver idade igual ou superior a 3 anos e o automóvel não dispuser de cintos de segurança no banco da retaguarda, ou não dispuser deste banco.

3 — Nos automóveis que não estejam equipados com cintos de segurança é proibido o transporte de crianças de idade inferior a 3 anos.

4 — As crianças com deficiência que apresentem condições graves de origem neuromotora, metabólica, degenerativa, congénita ou outra podem ser transportadas sem observância do disposto na parte final do n.º 1, desde que os assentos, cadeiras ou outros sistemas de retenção tenham em conta as suas necessidades específicas e sejam prescritos por médico da especialidade.

5 — Nos automóveis destinados ao transporte público de passageiros podem ser transportadas crianças sem observância do disposto nos números anteriores, desde que não o sejam nos bancos da frente.

6 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600 por cada criança transportada indevidamente.

#### Artigo 56.º

##### **Transporte de carga**

1 — A carga e a descarga devem ser feitas pela retaguarda ou pelo lado da faixa de rodagem junto de cujo limite o veículo esteja parado ou estacionado.

2 — É proibido o trânsito de veículos ou animais carregados por tal forma que possam constituir perigo ou embaraço para os outros utentes da via ou danificar os pavimentos, instalações, obras de arte e imóveis marginais.

3 — Na disposição da carga deve prover-se a que:

a) Fique devidamente assegurado o equilíbrio do veículo, parado ou em marcha;

b) Não possa vir a cair sobre a via ou a oscilar por forma que torne perigoso ou incómodo o seu transporte ou provoque a projeção de detritos na via pública;

c) Não reduza a visibilidade do condutor;

d) Não arraste pelo pavimento;

e) Não seja excedida a capacidade dos animais;

f) Não seja excedida a altura de 4 m a contar do solo;

g) Tratando-se de veículos destinados ao transporte de passageiros, aquela não prejudique a correta identificação dos dispositivos de sinalização, de iluminação e da chapa de matrícula e não ultrapasse os contornos envolventes do veículo, salvo em condições excecionais fixadas em regulamento;



h) Tratando-se de veículos destinados ao transporte de mercadorias, aquela se contenha em comprimento e largura nos limites da caixa, salvo em condições excepcionais fixadas em regulamento;

i) Tratando-se de transporte de mercadorias a granel, aquela não exceda a altura definida pelo bordo superior dos taipais ou dispositivos análogos;

j) Sejam utilizadas obrigatoriamente cintas de retenção ou dispositivo análogo para cargas indivisíveis que circulem sobre plataformas abertas.

4 — Consideram-se contornos envolventes do veículo os planos verticais que passam pelos seus pontos extremos.

5 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 1 e 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

6 — Quem infringir o disposto no n.º 3 é sancionado com coima de €120 a €600, se sanção mais grave não for aplicável, podendo ser determinada a imobilização do veículo ou a sua deslocação para local apropriado, até que a situação se encontre regularizada.

## SECÇÃO VII

### Limites de peso e dimensão dos veículos

#### Artigo 57.º

##### Proibição de trânsito

1 — Não podem transitar nas vias públicas os veículos cujos pesos brutos, pesos por eixo ou dimensões excedam os limites gerais fixados em regulamento.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €600 a €3000.

#### Artigo 58.º

##### Autorização especial

1 — Nas condições fixadas em regulamento, pode ser permitido pela entidade competente o trânsito de veículos de peso ou dimensões superiores aos legalmente fixados ou que transportem objetos indivisíveis que excedam os limites da respetiva caixa.

2 — Do regulamento referido no número anterior devem constar as situações em que o trânsito daqueles veículos depende de autorização especial.

3 — Considera-se objeto indivisível aquele que não pode ser cindido sem perda do seu valor económico ou da sua função.

4 — Pode ser exigida aos proprietários dos veículos a prestação de caução ou seguro destinados a garantir a efetivação da responsabilidade civil pelos danos que lhes sejam imputáveis, assim como outras garantias necessárias ou convenientes à segurança do trânsito, ou relativas à manutenção das condições técnicas e de segurança do veículo.

5 — Quem, no ato da fiscalização, não exhibir autorização, quando exigível, é sancionado com coima de €600 a €3000, salvo se proceder à sua apresentação no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que a coima é de €60 a €300.

6 — O não cumprimento dos limites de peso e dimensões ou do percurso fixados no regulamento a que se refere o n.º 1 ou constantes da autorização concedida nos termos do n.º 2 é sancionado com coima de €600 a €3000.

7 — O não cumprimento de outras condições impostas pelo mesmo regulamento ou constantes da autorização é sancionado com coima de €120 a €600.

8 — Nos casos previstos nos n.ºs 6 e 7 pode ser determinada a imobilização do veículo ou a sua deslocação para local apropriado até que a situação se encontre regularizada.

**SECÇÃO VIII****Iluminação****Artigo 59.º****Regras gerais**

1 — Os dispositivos de iluminação de sinalização luminosa e os refletores que devem equipar os veículos, bem como as respetivas características, são fixados em regulamento.

2 — É proibida a utilização de luz ou refletor vermelho dirigidos para a frente ou de luz ou refletor branco dirigidos para a retaguarda, salvo:

- a) Luz de marcha atrás e da chapa de matrícula;
- b) Avisadores luminosos especiais previstos no artigo 23.º;
- c) Dispositivos de iluminação e de sinalização utilizados nos veículos que circulam ao abrigo do disposto no artigo 58.º

3 — É sancionado com coima de €60 a €300 quem:

- a) Conduzir veículo que não disponha de algum ou alguns dos dispositivos previstos no regulamento referido no n.º 1;
- b) Puser em circulação veículo utilizando dispositivos não previstos no mesmo regulamento ou que, estando previstos, não obedeçam às características ou modos de instalação nele fixados;
- c) Infringir o disposto no n.º 2.

4 — É sancionado com coima de €30 a €150 quem:

- a) Conduzir veículo que não disponha de algum ou alguns dos refletores previstos no regulamento referido no n.º 1;
- b) Puser em circulação veículo utilizando refletores não previstos no mesmo regulamento ou que, estando previstos, não obedeçam às características ou modos de instalação nele fixados;
- c) Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 62.º, conduzir veículo com avaria em algum ou alguns dos dispositivos previstos no n.º 1.

**Artigo 60.º****Utilização de luzes**

1 — Os dispositivos de iluminação a utilizar pelos condutores são os seguintes:

- a) Luz de estrada (máximos), destinada a iluminar a via para a frente do veículo numa distância não inferior a 100 m;
- b) Luz de cruzamento (médios), destinada a iluminar a via para a frente do veículo numa distância até 30 m;
- c) Luz de nevoeiro da frente, destinada a melhorar a iluminação da estrada em caso de nevoeiro ou outras situações de visibilidade reduzida;
- d) Luz de marcha atrás, destinada a iluminar a estrada para a retaguarda do veículo e avisar os outros utentes que o veículo faz ou vai fazer marcha atrás.

2 — Os dispositivos de sinalização luminosa a utilizar pelos condutores são os seguintes:

- a) Luzes de presença, destinadas a assinalar a presença e a largura do veículo, quando visto de frente e da retaguarda, tomando as da frente a designação «mínimos»;
- b) Luz de mudança de direção, destinada a indicar aos outros utentes a intenção de mudar de direção;

c) Luzes avisadoras de perigo, destinadas a assinalar que o veículo representa um perigo especial para os outros utentes e constituídas pelo funcionamento simultâneo de todos os indicadores de mudança de direção;

d) Luz de travagem, destinada a indicar aos outros utentes o acionamento do travão de serviço;

e) Luz de nevoeiro da retaguarda, destinada a tornar mais visível o veículo em caso de nevoeiro intenso ou de outras situações de redução significativa de visibilidade.

#### Artigo 61.º

#### **Condições de utilização das luzes**

1 — Desde o anoitecer ao amanhecer e, ainda, durante o dia sempre que existam condições meteorológicas ou ambientais que tornem a visibilidade insuficiente, nomeadamente em caso de nevoeiro, chuva intensa, queda de neve, nuvens de fumo ou pó, os condutores devem utilizar as seguintes luzes:

a) De presença, enquanto aguardam a abertura de passagem de nível e ainda durante a paragem ou o estacionamento, em locais cuja iluminação não permita o fácil reconhecimento do veículo à distância de 100 m;

b) De cruzamento, em locais cuja iluminação permita ao condutor uma visibilidade não inferior a 100 m, no cruzamento com outros veículos, pessoas ou animais, quando o veículo transite a menos de 100 m daquele que o precede, na aproximação de passagem de nível fechada ou durante a paragem ou detenção da marcha do veículo;

c) De estrada, nos restantes casos;

d) De nevoeiro, sempre que as condições meteorológicas ou ambientais o imponham, nos veículos que com elas devam estar equipados.

2 — É proibido o uso das luzes de nevoeiro sempre que as condições meteorológicas ou ambientais o não justifiquem.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os condutores de veículos afetos ao transporte de mercadorias perigosas, sinalizadas com painel laranja, nos termos da respetiva legislação especial, devem transitar durante o dia com as luzes de cruzamento acesas.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, é obrigatório durante o dia o uso de luzes de cruzamento nos túneis sinalizados como tal e nas vias de sentido reversível.

5 — Salvo o disposto no número seguinte e se sanção mais grave não for aplicável por força de disposição especial, quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €30 a €150.

6 — Quem utilizar os máximos no cruzamento com outros veículos, pessoas ou animais ou quando o veículo transite a menos de 100 m daquele que o precede ou ainda durante a paragem ou detenção da marcha do veículo é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 62.º

#### **Avaria nas luzes**

1 — Sempre que, nos termos do n.º 1 do artigo anterior, seja obrigatória a utilização de dispositivos de iluminação e de sinalização luminosa, é proibido o trânsito de veículos com avaria dos dispositivos referidos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 60.º, salvo o disposto no número seguinte.

2 — O trânsito de veículos com avaria nas luzes é permitido quando os mesmos disponham de, pelo menos:

a) Dois médios ou o médio do lado esquerdo, neste caso conjuntamente com dois mínimos, e ainda à retaguarda o indicador de presença do lado esquerdo e uma das luzes de travagem, quando obrigatória; ou

b) Luzes avisadoras de perigo, caso em que apenas podem transitar pelo tempo estritamente necessário até um local de paragem ou estacionamento.

3 — A avaria nas luzes, quando ocorra em autoestrada ou via reservada a automóveis e motociclos, impõe a imediata imobilização do veículo fora da faixa de rodagem, salvo se aquele dispuser das luzes referidas na alínea *a*) do número anterior, caso em que a circulação é permitida até à área de serviço ou saída mais próxima.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300, devendo o documento de identificação do veículo ser apreendido nos termos e para os efeitos previstos na alínea *f*) do n.º 1 e no n.º 6 do artigo 161.º

#### Artigo 63.º

#### **Sinalização de perigo**

1 — Quando o veículo represente um perigo especial para os outros utentes da via devem ser utilizadas as luzes avisadoras de perigo.

2 — Os condutores devem também utilizar as luzes referidas no número anterior em caso de súbita redução da velocidade provocada por obstáculo imprevisto ou por condições meteorológicas ou ambientais especiais.

3 — Os condutores devem ainda utilizar as luzes referidas no n.º 1, desde que estas se encontrem em condições de funcionamento:

*a*) Em caso de imobilização forçada do veículo por acidente ou avaria, sempre que o mesmo represente um perigo para os demais utentes da via;

*b*) Quando o veículo esteja a ser rebocado.

4 — Nos casos previstos no número anterior, se não for possível a utilização das luzes avisadoras de perigo, devem ser utilizadas as luzes de presença, se estas se encontrarem em condições de funcionamento.

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### SECÇÃO IX

#### **Serviço de urgência e transportes especiais**

#### Artigo 64.º

#### **Trânsito de veículos em serviço de urgência**

1 — Os condutores de veículos que transitem em missão de polícia, de prestação de socorro, de segurança prisional ou de serviço urgente de interesse público assinalando adequadamente a sua marcha podem, quando a sua missão o exigir, deixar de observar as regras e os sinais de trânsito, mas devem respeitar as ordens dos agentes reguladores do trânsito.

2 — Os referidos condutores não podem, porém, em circunstância alguma, pôr em perigo os demais utentes da via, sendo, designadamente, obrigados a suspender a sua marcha:

*a*) Perante o sinal luminoso vermelho de regulação do trânsito, embora possam prosseguir, depois de tomadas as devidas precauções, sem esperar que a sinalização mude;

*b*) Perante o sinal de paragem obrigatória em cruzamento ou entroncamento.

3 — Os condutores dos veículos que circulam nas condições referidas no n.º 1 devem assinalar adequadamente a sua marcha através da utilização dos avisadores sonoros e luminosos especiais referidos, respetivamente, nos artigos 22.º e 23.º

4 — Caso os veículos não estejam equipados com os dispositivos referidos no número anterior, a marcha urgente pode ser assinalada:

*a*) Utilizando alternadamente os máximos com os médios; ou

*b*) Durante o dia, utilizando repetidamente os sinais sonoros.

5 — É proibida a utilização dos sinais que identificam a marcha dos veículos referidos no n.º 1 quando não transitem nas condições nele previstas.

6 — Sem prejuízo dos números anteriores, em casos regulamentados, os condutores dos veículos que transitem em missão de polícia que assim o exija poderão ser dispensados de utilização de avisadores sonoros e luminosos, devendo observar indispensáveis medidas de segurança, não podendo, porém, em circunstância alguma, pôr em perigo os demais utentes da via, sendo, designadamente, obrigados a suspender a sua marcha nas situações previstas no n.º 2.

7 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 65.º

### **Cedência de passagem**

1 — Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 31.º, qualquer condutor deve ceder a passagem aos condutores dos veículos referidos no artigo anterior.

2 — Sempre que as vias em que tais veículos circulem, de que vão sair ou em que vão entrar se encontrem congestionadas, devem os demais condutores encostar-se o mais possível à direita, ocupando, se necessário, a berma.

3 — Excetuam-se do disposto no número anterior:

a) As vias públicas onde existam corredores de circulação;

b) As autoestradas e vias reservadas a automóveis e motociclos, nas quais os condutores devem deixar livre a berma.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 66.º

### **Trânsito de veículos que efetuam transportes especiais**

O trânsito, paragem e estacionamento nas vias públicas de veículos que transportem cargas que pela sua natureza ou outras características o justifiquem pode ser condicionado por regulamento.

## SECÇÃO X

### **Trânsito em certas vias ou troços**

#### SUBSECÇÃO I

#### Trânsito nas passagens de nível

#### Artigo 67.º

### **Atravessamento**

1 — O condutor só pode iniciar o atravessamento de uma passagem de nível, ainda que a sinalização lho permita, depois de se certificar de que a intensidade do trânsito não o obriga a imobilizar o veículo sobre ela.

2 — O condutor não deve entrar na passagem de nível:

a) Enquanto os meios de proteção estejam atravessados na via pública ou em movimento;

b) Quando as instruções dos agentes ferroviários ou a sinalização existente o proibir.

3 — Se a passagem de nível não dispuser de proteção ou sinalização, o condutor só pode iniciar o atravessamento depois de se certificar de que se não aproxima qualquer veículo ferroviário.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

## Artigo 68.º

**Imobilização forçada de veículo ou animal**

1 — Em caso de imobilização forçada de veículo ou animal ou de queda da respetiva carga numa passagem de nível, o respetivo condutor deve promover a sua imediata remoção ou, não sendo esta possível, tomar as medidas necessárias para que os condutores dos veículos ferroviários que se aproximem possam aperceber-se da presença do obstáculo.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

## SUBSECÇÃO II

## Trânsito nos cruzamentos e entroncamentos

## Artigo 69.º

**Atravessamento**

1 — O condutor não deve entrar num cruzamento ou entroncamento, ainda que as regras de cedência de passagem ou a sinalização luminosa lho permitam, se for previsível que, tendo em conta a intensidade do trânsito, fique nele imobilizado, perturbando a circulação transversal.

2 — O condutor imobilizado num cruzamento ou entroncamento em que o trânsito é regulado por sinalização luminosa pode sair dele sem esperar que a circulação seja aberta no seu sentido de trânsito, desde que não perturbe os outros utentes.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €30 a €150.

## SUBSECÇÃO III

## Parques e zonas de estacionamento

## Artigo 70.º

**Regras gerais**

1 — Nos locais da via pública especialmente destinados ao estacionamento, quando devidamente assinalados, os condutores não podem transitar ou atravessar as linhas de demarcação neles existentes para fins diversos do estacionamento.

2 — Os parques e zonas de estacionamento podem ser afetos a veículos de certas categorias, podendo a sua utilização ser limitada no tempo ou sujeita ao pagamento de uma taxa, nos termos fixados em regulamento.

3 — Nos parques e zonas de estacionamento podem, mediante sinalização, ser reservados lugares ao estacionamento de veículos afetos ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €30 a €150.

## Artigo 71.º

**Estacionamento proibido**

1 — Nos parques e zonas de estacionamento é proibido estacionar:

- a) Veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;
- b) Automóveis pesados utilizados em transporte público, quando não estejam em serviço, salvas as exceções previstas em regulamentos locais;
- c) Veículos de categorias diferentes daquelas a que o parque, zona ou lugar de estacionamento tenha sido exclusivamente afeto nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior;
- d) Por tempo superior ao estabelecido ou sem o pagamento da taxa fixada nos termos do n.º 2 do artigo anterior.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de:

- a) €30 a €150, se se tratar do disposto nas alíneas b) e d);
- b) €60 a €300, se se tratar do disposto nas alíneas a) e c).

#### SUBSECÇÃO IV

##### Trânsito nas autoestradas e vias equiparadas

#### Artigo 72.º

##### **Autoestradas**

1 — Nas autoestradas e respetivos acessos, quando devidamente sinalizados, é proibido o trânsito de peões, animais, veículos de tração animal, velocípedes, ciclomotores, motociclos e triciclos de cilindrada não superior a 50 cm<sup>3</sup>, quadriciclos, veículos agrícolas, comboios turísticos, bem como de veículos ou conjuntos de veículos insuscetíveis de atingir em patamar velocidade superior a 60 km/h ou aos quais tenha sido fixada velocidade máxima igual ou inferior àquele valor.

2 — Nas autoestradas e respetivos acessos, quando devidamente sinalizados, é proibido:

- a) Circular sem utilizar as luzes regulamentares, nos termos deste Código;
- b) Parar ou estacionar, ainda que fora das faixas de rodagem, salvo nos locais especialmente destinados a esse fim;
- c) Inverter o sentido de marcha;
- d) Fazer marcha atrás;
- e) Transpor os separadores de trânsito ou as aberturas neles existentes.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 e nas alíneas a) e b) do n.º 2 é sancionado com coima de €120 a €600, salvo se se tratar de paragem ou estacionamento na faixa de rodagem, caso em que a coima é de €250 a €1250.

4 — Quem circular em sentido oposto ao legalmente estabelecido ou infringir o disposto nas alíneas c) a e) do n.º 2 é sancionado com coima de €500 a €2500, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

#### Artigo 73.º

##### **Entrada e saída das autoestradas**

1 — A entrada e saída das autoestradas faz-se unicamente pelos acessos a tal fim destinados.

2 — Se existir uma via de aceleração, o condutor que pretender entrar na autoestrada deve utilizá-la, regulando a sua velocidade por forma a tomar a via de trânsito adjacente sem perigo ou embaraço para os veículos que nela transitem.

3 — O condutor que pretender sair de uma autoestrada deve ocupar com a necessária antecedência a via de trânsito mais à direita e, se existir via de abrandamento, entrar nela logo que possível.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €250 a €1250.

#### Artigo 74.º

##### **Trânsito de veículos pesados de mercadorias ou conjuntos de veículos**

1 — Nas autoestradas ou troços de autoestradas com três ou mais vias de trânsito afetas ao mesmo sentido, os condutores de veículos pesados de mercadorias ou conjuntos de veículos cujo comprimento exceda 7 m só podem utilizar as duas vias de trânsito mais à direita.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

**Artigo 75.º****Vias reservadas a automóveis e motociclos**

É aplicável o disposto na presente subsecção ao trânsito em vias reservadas a automóveis e motociclos.

**SUBSECÇÃO V****Vias reservadas, corredores de circulação e pistas especiais****Artigo 76.º****Vias reservadas**

1 — As faixas de rodagem das vias públicas podem, mediante sinalização, ser reservadas ao trânsito de veículos de certas espécies ou a veículos destinados a determinados transportes, sendo proibida a sua utilização pelos condutores de quaisquer outros.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €120 a €600.

**Artigo 77.º****Vias de trânsito reservadas**

1 — Pode ser reservada a utilização de uma ou mais vias de trânsito à circulação de veículos de certas espécies ou afetos a determinados transportes, sendo proibida a sua utilização pelos condutores de quaisquer outros veículos.

2 — É, porém, permitida a utilização das vias referidas no número anterior, na extensão estritamente necessária, para acesso a garagens, a propriedades e a locais de estacionamento ou, quando a sinalização o permita, para efetuar a manobra de mudança de direção no cruzamento ou entroncamento mais próximo.

3 — Pode ser permitida, em determinados casos, a circulação nas vias referidas no n.º 1 de veículos de duas rodas, mediante deliberação da câmara municipal competente em razão do território.

4 — A permissão prevista no número anterior é aprovada mediante parecer da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I. P.) e deve definir especificamente:

a) A via ou vias que abrange e a respetiva localização;

b) A classe ou classes de veículos autorizadas a circular em cada via, nomeadamente velocípedes e ou motociclos e ciclomotores.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €120 a €600.

**Artigo 78.º****Pistas especiais**

1 — Quando existam pistas especialmente destinadas a animais ou veículos de certas espécies, o trânsito destes deve fazer-se preferencialmente por aquelas pistas.

2 — É proibida a utilização das pistas referidas no número anterior a quaisquer outros veículos, salvo para acesso a garagens, a propriedades e a locais de estacionamento ou, quando a sinalização o permita, para efetuar a manobra de mudança de direção no cruzamento ou entroncamento mais próximo.

3 — Nas pistas destinadas a velocípedes, é proibido o trânsito daqueles que tiverem mais de duas rodas não dispostas em linha ou que atrelem reboque, exceto se o conjunto não exceder a largura de 1 m.

4 — Os peões só podem utilizar as pistas especiais quando não existam locais que lhes sejam especialmente destinados.



5 — As pessoas que transitam usando patins, trotinetas ou outros meios de circulação análogos devem utilizar as pistas referidas no n.º 3, sempre que existam.

6 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €30 a €150, salvo se se tratar do n.º 4, caso em que a coima é de €10 a €50.

#### Artigo 78.º-A

#### **Zonas de coexistência**

1 — Numa zona de coexistência devem ser observadas as seguintes regras:

- a) Os utilizadores vulneráveis podem utilizar toda a largura da via pública;
- b) É permitida a realização de jogos na via pública;
- c) Os condutores não devem comprometer a segurança ou a comodidade dos demais utentes da via pública, devendo parar se necessário;
- d) Os utilizadores vulneráveis devem abster-se de atos que impeçam ou embaracem desnecessariamente o trânsito de veículos;
- e) É proibido o estacionamento, salvo nos locais onde tal for autorizado por sinalização;
- f) O condutor que saia de uma zona residencial ou de coexistência deve ceder passagem aos restantes veículos.

2 — Na regulamentação das zonas de coexistência devem observar-se as regras fundamentais de desenho urbano da via pública a aplicar nas referidas zonas, tendo por base os princípios do desenho inclusivo, considerando as necessidades dos utilizadores vulneráveis, inclusive com a definição de uma plataforma única, onde não existam separações físicas de nível entre os espaços destinados aos diferentes modos de deslocação.

3 — Quem infringir o disposto nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300.

4 — Quem infringir o disposto na alínea f) do n.º 1 é sancionado com coima de €90 a €450.

#### SECÇÃO XI

#### **Poluição**

#### Artigo 79.º

#### **Poluição do solo e do ar**

1 — É proibido o trânsito de veículos a motor que emitam fumos ou gases em quantidade superior à fixada em regulamento ou que derramem óleo ou quaisquer outras substâncias.

2 — É proibido ao condutor e passageiros atirar quaisquer objetos para o exterior do veículo.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €120 a €600.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 80.º

#### **Poluição sonora**

1 — A condução de veículos e as operações de carga e descarga devem fazer-se de modo a evitar ruídos incómodos.

2 — É proibido o trânsito de veículos a motor que emitam ruídos superiores aos limites máximos fixados em diploma próprio.

3 — No uso de aparelhos radiofónicos ou de reprodução sonora instalados no veículo é proibido superar os limites sonoros máximos fixados em diploma próprio.

4 — As condições de utilização de dispositivos de alarme sonoro antifurto em veículos podem ser fixadas em regulamento.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €30 a €150.

6 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 2 e 3 é sancionado com coima de €60 a €300, se sanção mais grave não for aplicável por força de outro diploma legal.

## SECÇÃO XII

### Regras especiais de segurança

#### Artigo 81.º

#### Condução sob influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas

1 — É proibido conduzir sob influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas.

2 — Considera-se sob influência de álcool o condutor que apresente uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,5 g/l ou que, após exame realizado nos termos previstos no presente Código e legislação complementar, seja como tal considerado em relatório médico.

3 — Considera-se sob influência de álcool o condutor em regime probatório e o condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóvel pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas que apresente uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,2 g/l ou que, após exame realizado nos termos previstos no presente Código e legislação complementar, seja como tal considerado em relatório médico.

4 — A conversão dos valores do teor de álcool no ar expirado (TAE) em teor de álcool no sangue (TAS) é baseada no princípio de que 1 mg de álcool por litro de ar expirado é equivalente a 2,3 g de álcool por litro de sangue.

5 — Considera-se sob influência de substâncias psicotrópicas o condutor que, após exame realizado nos termos do presente Código e legislação complementar, seja como tal considerado em relatório médico ou pericial.

6 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de:

a) €250 a €1250, se a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 0,8 g/l;

b) €500 a €2500, se a taxa for igual ou superior a 0,8 g/l e inferior a 1,2 g/l ou, sendo impossível a quantificação daquela taxa, o condutor for considerado influenciado pelo álcool em relatório médico ou ainda se conduzir sob influência de substâncias psicotrópicas.

7 — Os limites de 0,5 g/l e 0,8 g/l referidos no número anterior são reduzidos para 0,2 g/l e 0,5 g/l, respetivamente, para os condutores em regime probatório, condutores de veículos de socorro ou de serviço urgente, de transportes coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxis, de automóveis pesados de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas.

#### Artigo 82.º

#### Utilização de dispositivos de segurança

1 — O condutor e passageiros transportados em automóveis são obrigados a usar os cintos e demais dispositivos de segurança com que os veículos estejam equipados.

2 — Em regulamento são fixadas:

a) As condições excecionais de isenção ou de dispensa da obrigação do uso dos dispositivos referidos no número anterior;

b) O modo de utilização e características técnicas dos mesmos dispositivos.

3 — Os condutores e passageiros de ciclomotores, motociclos com ou sem carro lateral, triciclos e quadriciclos devem proteger a cabeça usando capacete de modelo oficialmente aprovado, devidamente ajustado e apertado.

4 — Excetuam-se do disposto no número anterior os condutores e passageiros de veículos providos de caixa rígida ou de veículos que possuam, simultaneamente, estrutura de proteção rígida e cintos de segurança.

5 — Os condutores e passageiros de velocípedes com motor e os condutores de trotinetas com motor e de dispositivos de circulação com motor elétrico, autoequilibrados e automotores ou de outros meios de circulação análogos devem proteger a cabeça usando capacete devidamente ajustado e apertado.

6 — Quem não utilizar ou utilizar incorretamente os dispositivos de segurança previstos no presente artigo é sancionado com coima de €120 a €600, salvo se se tratar dos referidos no n.º 5, caso em que a coima é de €60 a €300.

#### Artigo 83.º

### **Condução profissional de veículos de transporte**

Por razões de segurança, podem ser definidos, para os condutores profissionais de veículos de transporte, os tempos de condução e descanso e, bem assim, pode ser exigida a presença de mais de uma pessoa habilitada para a condução de um mesmo veículo.

#### Artigo 84.º

### **Proibição de utilização de certos aparelhos**

1 — É proibida ao condutor, durante a marcha do veículo, a utilização ou o manuseamento de forma continuada de qualquer tipo de equipamento ou aparelho suscetível de prejudicar a condução, designadamente auscultadores sonoros e aparelhos radiotelefónicos.

2 — Excetuam-se do número anterior:

a) Os aparelhos dotados de um único auricular ou microfone com sistema de alta voz, cuja utilização não implique manuseamento continuado;

b) Os aparelhos utilizados durante o ensino da condução e respetivo exame, nos termos fixados em regulamento.

3 — É proibida a instalação e utilização de quaisquer aparelhos, dispositivos ou produtos suscetíveis de revelar a presença ou perturbar o funcionamento de instrumentos destinados à deteção ou registo das infrações.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €120 a €600.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 3 é sancionado com coima de €500 a €2500 e com perda dos objetos, devendo o agente de fiscalização proceder à sua imediata remoção e apreensão ou, não sendo ela possível, apreender o documento de identificação do veículo até à efetiva remoção e apreensão daqueles objetos, sendo, neste caso, aplicável o disposto no n.º 5 do artigo 161.º

## **SECÇÃO XIII**

### **Documentos**

#### Artigo 85.º

### **Documentos de que o condutor deve ser portador**

1 — Sempre que um veículo a motor transite na via pública o seu condutor deve ser portador dos seguintes documentos:

a) Documento legal de identificação pessoal;

b) Título de condução;

c) Certificado de seguro;

d) Documento de identificação fiscal, caso o respetivo número não conste do documento referido na alínea a) e o condutor resida em território nacional.

2 — Tratando-se de automóvel, motociclo, triciclo, quadriciclo, ciclomotor, trator agrícola ou florestal, ou reboque, o condutor deve ainda ser portador dos seguintes documentos:

- a) Título de registo de propriedade do veículo ou documento equivalente;
- b) Documento de identificação do veículo;
- c) Ficha de inspeção periódica do veículo, quando obrigatória nos termos legais.

3 — Tratando-se de velocípede ou de veículo de tração animal, o respetivo condutor deve ser portador de documento legal de identificação pessoal.

4 — O condutor que se não fizer acompanhar de um ou mais documentos referidos nos n.ºs 1 e 2 é sancionado com coima de €60 a €300, salvo se os apresentar no prazo de oito dias à autoridade indicada pelo agente de fiscalização, caso em que é sancionado com coima de €30 a €150.

5 — Quem infringir o disposto no n.º 3 é sancionado com coima de €30 a €150.

#### Artigo 86.º

#### **Prescrições especiais**

1 — O condutor a quem tenha sido averbado no seu título de condução o uso de lentes, próteses ou outros aparelhos deve usá-los durante a condução.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €60 a €300.

### SECÇÃO XIV

#### **Comportamento em caso de avaria ou acidente**

#### Artigo 87.º

#### **Imobilização forçada por avaria ou acidente**

1 — Em caso de imobilização forçada de um veículo em consequência de avaria ou acidente, o condutor deve proceder imediatamente ao seu regular estacionamento ou, não sendo isso viável, retirar o veículo da faixa de rodagem ou aproximá-lo o mais possível do limite direito desta e promover a sua rápida remoção da via pública.

2 — Nas circunstâncias referidas no número anterior, as pessoas que não estiverem envolvidas nas operações de remoção ou reparação do veículo não devem permanecer na faixa de rodagem.

3 — Enquanto o veículo não for devidamente estacionado ou removido, o condutor deve adotar as medidas necessárias para que os outros se apercebam da sua presença, usando para tanto os dispositivos de sinalização e as luzes avisadoras de perigo.

4 — É proibida a reparação de veículos na via pública, salvo se for indispensável à respetiva remoção ou, tratando-se de avarias de fácil reparação, ao prosseguimento da marcha.

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300, ou com coima de €120 a €600 quando a infração for praticada em autoestrada ou via reservada a automóveis e motociclos, se outra sanção mais grave não for aplicável.

#### Artigo 88.º

#### **Pré-sinalização de perigo**

1 — Todos os veículos a motor em circulação, salvo os dotados apenas de duas ou três rodas, os motocultivadores e os quadriciclos sem caixa, devem estar equipados com um sinal de pré-sinalização de perigo e um colete, ambos retrorrefletores e de modelo oficialmente aprovado.

2 — É obrigatório o uso do sinal de pré-sinalização de perigo sempre que o veículo fique imobilizado na faixa de rodagem ou na berma ou nestas tenha deixado cair carga, sem prejuízo do disposto no presente Código quanto à iluminação dos veículos.

3 — O sinal deve ser colocado perpendicularmente em relação ao pavimento e ao eixo da faixa de rodagem, a uma distância nunca inferior a 30 m da retaguarda do veículo ou da carga a sinalizar e por forma a ficar bem visível a uma distância de, pelo menos, 100 m, devendo observar-se especial atenção em locais de visibilidade reduzida.

4 — Nas circunstâncias referidas no n.º 2, quem proceder à colocação do sinal de pré-sinalização de perigo, à reparação do veículo ou à remoção do veículo ou da carga deve utilizar o colete retrorrefletor.

5 — Em regulamento são fixadas as características do sinal de pré-sinalização de perigo e do colete retrorrefletor.

6 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €60 a €300, por cada equipamento em falta.

7 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 2 a 4 é sancionado com coima de €120 a €600.

8 — A quem infringir simultaneamente o disposto nos n.ºs 1 e 4 são levantados dois autos de contraordenação, para os efeitos previstos nos n.ºs 6 e 7.

#### Artigo 89.º

### **Identificação em caso de acidente**

1 — O condutor interveniente em acidente deve fornecer aos restantes intervenientes a sua identificação, a do proprietário do veículo e a da seguradora, bem como o número da apólice, exibindo, quando solicitado, os documentos comprovativos.

2 — Se do acidente resultarem mortos ou feridos, o condutor deve aguardar, no local, a chegada de agente de autoridade.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima €120 a €600.

4 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €500 a €2500, se sanção mais grave não for aplicável.

## CAPÍTULO II

### **Disposições especiais para motociclos, ciclomotores e velocípedes**

#### SECÇÃO I

### **Regras especiais**

#### Artigo 90.º

### **Regras de condução**

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, os condutores de motociclos, ciclomotores ou velocípedes não podem:

- a) Conduzir com as mãos fora do guiador, salvo para assinalar qualquer manobra;
- b) Seguir com os pés fora dos pedais ou apoios;
- c) Fazer-se rebocar;
- d) Levantar a roda da frente ou de trás no arranque ou em circulação;
- e) Seguir a par, salvo se transitarem em pista especial e não causarem perigo ou embaraço para o trânsito.

2 — Os velocípedes podem circular paralelamente numa via, exceto em vias com reduzida visibilidade ou sempre que exista intensidade de trânsito, desde que não circulem em paralelo mais que dois velocípedes e tal não cause perigo ou embaraço ao trânsito.

3 — Os condutores de velocípedes devem transitar pelo lado direito da via de trânsito, conservando das bermas ou passeios uma distância suficiente que permita evitar acidentes.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300, salvo se se tratar de condutor de velocípede, caso em que a coima é de €30 a €150.

## SECÇÃO II

### **Transporte de passageiros e de carga**

#### Artigo 91.º

##### **Transporte de passageiros**

1 — Nos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores é proibido o transporte de passageiros de idade inferior a 7 anos, salvo tratando-se de veículos providos de caixa rígida não destinada apenas ao transporte de carga.

2 — Os velocípedes só podem transportar o respetivo condutor, salvo se:

*a)* Forem dotados de mais de um par de pedais capaz de acionar o veículo em simultâneo, caso em que o número máximo de pessoas a transportar corresponde ao número de pares de pedais e em que cada pessoa transportada deve ter a possibilidade de acionar em exclusivo um par de pedais;

*b)* Forem concebidos, por construção, com assentos para passageiros, caso em que, além do condutor, podem transportar um ou dois passageiros, consoante o número daqueles assentos;

*c)* Se tratar do transporte de crianças com idade inferior a 7 anos, em dispositivos especialmente adaptados para o efeito.

3 — Nos velocípedes a que se refere a alínea *b)* do número anterior, deve ser garantida proteção eficaz das mãos, dos pés e das costas dos passageiros.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 92.º

##### **Transporte de carga**

1 — O transporte de carga em motociclo, triciclo, quadriciclo, ciclomotor ou velocípede só pode fazer-se em reboque ou caixa de carga.

2 — É proibido aos condutores e passageiros dos veículos referidos no número anterior transportar objetos suscetíveis de prejudicar a condução ou constituir perigo para a segurança das pessoas e das coisas ou embaraço para o trânsito.

3 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300.

## SECÇÃO III

### **Iluminação**

#### Artigo 93.º

##### **Utilização das luzes**

1 — *(Revogado.)*

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 59.º e 60.º e no n.º 1 do artigo 61.º, os condutores dos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores devem transitar com as luzes de cruzamento para a frente e de presença à retaguarda acesas.

3 — Sempre que, nos termos do artigo 61.º, seja obrigatório o uso de dispositivo de iluminação, os velocípedes só podem circular com utilização dos dispositivos que, para o efeito, forem fixados em regulamento.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €60 a €300, salvo se se tratar de condutor de velocípede, caso em que a coima é de €30 a €150.

**Artigo 94.º****Avaria nas luzes**

1 — Em caso de avaria nas luzes de motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 62.º

2 — Em caso de avaria nas luzes, os velocípedes devem ser conduzidos à mão.

3 — Quem infringir o disposto no n.º 2 é sancionado com coima de €30 a €150.

**Artigo 95.º****Sinalização de perigo**

É aplicável aos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores, quando estejam munidos de luzes de mudança de direção, o disposto no artigo 63.º, com as necessárias adaptações.

**SECÇÃO IV****Sanções aplicáveis a condutores de velocípedes****Artigo 96.º****Remissão**

As coimas previstas no presente Código são reduzidas para metade nos seus limites mínimo e máximo quando aplicáveis aos condutores de velocípedes, salvo quando se trate de coimas especificamente fixadas para estes condutores.

**CAPÍTULO III****Disposições especiais para veículos de tração animal e animais****Artigo 97.º****Regras especiais**

1 — Os condutores de veículos de tração animal ou de animais devem conduzi-los de modo a manter sempre o domínio sobre a sua marcha e a evitar impedimento ou perigo para o trânsito.

2 — Nas pontes, túneis e passagens de nível, os condutores de animais, atrelados ou não, devem fazê-los seguir a passo.

3 — A entrada de gado na via pública deve ser devidamente assinalada pelo respetivo condutor e fazer-se por caminhos ou serventias a esse fim destinados.

4 — Sempre que, nos termos do artigo 61.º, seja obrigatória a utilização de dispositivos de sinalização luminosa, os condutores de veículos de tração animal ou de animais em grupo devem utilizar uma lanterna de luz branca, visível em ambos os sentidos de trânsito.

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €30 a €150.

6 — O proprietário de animal que o deixe vagar na via pública por forma a impedir ou fazer perigar o trânsito é sancionado com coima de €30 a €150.

**Artigo 98.º****Regulamentação local**

Em tudo o que não estiver previsto no presente Código, o trânsito de veículos de tração animal e de animais é objeto de regulamento local.

### **TÍTULO III**

#### **Do trânsito de peões**

##### **Artigo 99.º**

##### **Lugares em que podem transitar**

1 — Os peões devem transitar pelos passeios, pistas ou passagens a eles destinados ou, na sua falta, pelas bermas.

2 — Os peões podem, no entanto, transitar pela faixa de rodagem, com prudência e por forma a não prejudicar o trânsito de veículos, nos seguintes casos:

- a) Quando efetuem o seu atravessamento;
- b) Na falta dos locais referidos no n.º 1 ou na impossibilidade de os utilizar;
- c) Quando transportem objetos que, pelas suas dimensões ou natureza, possam constituir perigo para o trânsito dos outros peões;
- d) Nas vias públicas em que esteja proibido o trânsito de veículos;
- e) Quando sigam em formação organizada sob a orientação de um monitor ou em cortejo.

3 — Nos casos previstos nas alíneas b), c) e e) do número anterior, os peões podem transitar pelas pistas a que se refere o artigo 78.º, desde que a intensidade do trânsito o permita e não prejudiquem a circulação dos veículos ou animais a que aquelas estão afetas.

4 — Sempre que transitem na faixa de rodagem, desde o anoitecer ao amanhecer e sempre que as condições de visibilidade ou a intensidade do trânsito o aconselhem, os peões devem transitar numa única fila, salvo quando seguirem em cortejo ou formação organizada nos termos previstos no artigo 102.º

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €10 a €50.

6 — Quem, com violação dos deveres de cuidado e de proteção, não impedir que os menores de 16 anos que, por qualquer título, se encontrem a seu cargo brinquem nas faixas de rodagem das vias públicas é sancionado com coima de €30 a €150.

##### **Artigo 100.º**

##### **Posição a ocupar na via**

1 — Os peões devem transitar pela direita dos locais que lhes são destinados, salvo nos casos previstos na alínea d) do n.º 2 do artigo anterior.

2 — Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo anterior, os peões devem transitar pelo lado esquerdo da faixa de rodagem, a não ser que tal comprometa a sua segurança.

3 — Nos casos previstos nas alíneas b), c) e e) do n.º 2 do artigo anterior, os peões devem transitar o mais próximo possível do limite da faixa de rodagem.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €10 a €50.

##### **Artigo 101.º**

##### **Atravessamento da faixa de rodagem**

1 — Os peões não podem atravessar a faixa de rodagem sem previamente se certificarem de que, tendo em conta a distância que os separa dos veículos que nela transitam e a respetiva velocidade, o podem fazer sem perigo de acidente.

2 — O atravessamento da faixa de rodagem deve fazer-se o mais rapidamente possível.

3 — Os peões só podem atravessar a faixa de rodagem nas passagens especialmente sinalizadas para esse efeito ou, quando nenhuma exista a uma distância inferior a 50 m, perpendicularmente ao eixo da faixa de rodagem.

4 — Os peões não devem parar na faixa de rodagem ou utilizar os passeios e as bermas de modo a prejudicar ou perturbar o trânsito.

5 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €10 a €50.



## Artigo 102.º

**Iluminação de cortejos e formações organizadas**

1 — Sempre que transitem na faixa de rodagem desde o anoitecer ao amanhecer e sempre que as condições de visibilidade o aconselhem, os cortejos e formações organizadas devem assinalar a sua presença com, pelo menos, uma luz branca dirigida para a frente e uma luz vermelha dirigida para a retaguarda, ambas do lado esquerdo do cortejo ou formação, bem como através da utilização de, pelo menos, dois coletes retrorrefletores, um no início e outro no fim da formação.

2 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €30 a €150.

## Artigo 103.º

**Cuidados a observar pelos condutores**

1 — Ao aproximar-se de uma passagem de peões ou velocípedes assinalada, em que a circulação de veículos está regulada por sinalização luminosa, o condutor, mesmo que a sinalização lhe permita avançar, deve deixar passar os peões ou os velocípedes que já tenham iniciado a travessia da faixa de rodagem.

2 — Ao aproximar-se de uma passagem de peões ou velocípedes, junto da qual a circulação de veículos não está regulada nem por sinalização luminosa nem por agente, o condutor deve reduzir a velocidade e, se necessário, parar para deixar passar os peões ou velocípedes que já tenham iniciado a travessia da faixa de rodagem.

3 — Ao mudar de direção, o condutor, mesmo não existindo passagem assinalada para a travessia de peões ou velocípedes, deve reduzir a sua velocidade e, se necessário, parar a fim de deixar passar os peões ou velocípedes que estejam a atravessar a faixa de rodagem da via em que vai entrar.

4 — Quem infringir o disposto nos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600.

## Artigo 104.º

**Equiparação**

É equiparado ao trânsito de peões:

- a) A condução de carros de mão;
- b) A condução à mão de velocípedes de duas rodas sem carro atrelado e de carros de crianças ou de pessoas com deficiência;
- c) A condução de velocípedes por crianças até 10 anos, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º;
- d) O trânsito de pessoas utilizando trotinetas, patins ou outros meios de circulação análogos, sem motor;
- e) O trânsito de cadeiras de rodas equipadas com motor elétrico;
- f) A condução à mão de motocultivadores sem reboque ou retrotrem.

## TÍTULO IV

**Dos veículos**

## CAPÍTULO I

**Classificação dos veículos**

## Artigo 105.º

**Automóveis**

Automóvel é o veículo com motor de propulsão, dotado de pelo menos quatro rodas, com tara superior a 550 kg, cuja velocidade máxima é, por construção, superior a 25 km/h, e que se destina, pela sua função, a transitar na via pública, sem sujeição a carris.

## Artigo 106.º

**Classes e tipos de automóveis**

1 — Os automóveis classificam-se em:

a) Ligeiros — veículos com peso bruto igual ou inferior a 3500 kg e com lotação não superior a nove lugares, incluindo o do condutor;

b) Pesados — veículos com peso bruto superior a 3500 kg ou com lotação superior a nove lugares, incluindo o do condutor.

2 — Os automóveis ligeiros ou pesados incluem-se, segundo a sua utilização, nos seguintes tipos:

a) De passageiros — os veículos que se destinam ao transporte de pessoas;

b) De mercadorias — os veículos que se destinam ao transporte de carga.

3 — Os automóveis de passageiros e de mercadorias que se destinam ao desempenho de função diferente do normal transporte de passageiros ou de mercadorias são considerados especiais, tomando a designação a fixar em regulamento, de acordo com o fim a que se destinam.

4 — As categorias de veículos para efeitos de aprovação de modelo são fixadas em regulamento.

## Artigo 107.º

**Motociclos, ciclomotores, triciclos e quadriciclos**

1 — Motociclo é o veículo dotado de duas rodas, com ou sem carro lateral, com motor de propulsão com cilindrada superior a 50 cm<sup>3</sup>, no caso de motor de combustão interna, ou que, por construção, exceda em patamar a velocidade de 45 km/h.

2 — Ciclomotor é o veículo dotado de duas ou três rodas, com uma velocidade máxima, em patamar e por construção, não superior a 45 km/h, e cujo motor:

a) No caso de ciclomotores de duas rodas, tenha cilindrada não superior a 50 cm<sup>3</sup>, tratando-se de motor de combustão interna ou cuja potência máxima não exceda 4 kW, tratando-se de motor elétrico;

b) No caso de ciclomotores de três rodas, tenha cilindrada não superior a 50 cm<sup>3</sup>, tratando-se de motor de ignição comandada ou cuja potência máxima não exceda 4 kW, no caso de outros motores de combustão interna ou de motores elétricos.

3 — Triciclo é o veículo dotado de três rodas dispostas simetricamente, com motor de propulsão com cilindrada superior a 50 cm<sup>3</sup>, no caso de motor de combustão interna, ou que, por construção, exceda em patamar a velocidade de 45 km/h.

4 — Quadriciclo é o veículo dotado de quatro rodas, classificando-se em:

a) Ligeiro — veículo com velocidade máxima, em patamar e por construção, não superior a 45 km/h, cuja massa sem carga não exceda 350 kg, excluída a massa das baterias no veículo elétrico, e com motor de cilindrada não superior a 50 cm<sup>3</sup>, no caso de motor de ignição comandada, ou cuja potência máxima não seja superior a 4 kW, no caso de outros motores de combustão interna ou de motor elétrico;

b) Pesado — veículo com motor de potência não superior a 15 kW e cuja massa sem carga, excluída a massa das baterias no caso de veículos elétricos, não exceda 400 kg ou 550 kg, consoante se destine, respetivamente, ao transporte de passageiros ou de mercadorias.

## Artigo 108.º

**Veículos agrícolas**

1 — Trator agrícola ou florestal é o veículo com motor de propulsão, de dois ou mais eixos, cuja função principal reside na potência de tração, especialmente concebido para ser utilizado com reboques, alfaías ou outras máquinas destinadas a utilização agrícola ou florestal.

2 — Máquina agrícola ou florestal é o veículo com motor de propulsão, de dois ou mais eixos, destinado exclusivamente à execução de trabalhos agrícolas ou florestais, que só excecionalmente transita na via pública, sendo considerado pesado ou ligeiro consoante o seu peso bruto exceda ou não 3500 kg.

3 — Motocultivador é o veículo com motor de propulsão, de um só eixo, destinado à execução de trabalhos agrícolas ligeiros, que pode ser dirigido por um condutor a pé ou em reboque ou retrotrem atrelado ao referido veículo.

4 — O motocultivador ligado a reboque ou retrotrem é equiparado, para efeitos de circulação, a trator agrícola.

5 — Tratorcarro é o veículo com motor de propulsão, de dois ou mais eixos, provido de uma caixa de carga destinada ao transporte de produtos agrícolas ou florestais e cujo peso bruto não ultrapassa 3500 kg, sendo equiparado, para efeitos de circulação, a trator agrícola.

#### Artigo 109.º

##### **Outros veículos a motor**

1 — Veículo sobre carris é aquele que, independentemente do sistema de propulsão, se desloca sobre carris.

2 — Máquina industrial é o veículo com motor de propulsão, de dois ou mais eixos, destinado à execução de obras ou trabalhos industriais e que só eventualmente transita na via pública, sendo pesado ou ligeiro consoante o seu peso bruto exceda ou não 3500 kg.

#### Artigo 110.º

##### **Reboques**

1 — Reboque é o veículo destinado a transitar atrelado a um veículo a motor.

2 — Semirreboque é o reboque cuja parte da frente assenta sobre o veículo a motor, distribuindo o peso sobre este.

3 — Os veículos referidos nos números anteriores tomam a designação de reboque ou semirreboque agrícola ou florestal quando se destinam a ser atrelados a um trator agrícola ou a um motocultivador.

4 — Máquina agrícola ou florestal rebocável é a máquina destinada a trabalhos agrícolas ou florestais que só transita na via pública quando rebocada.

5 — Máquina industrial rebocável é a máquina destinada a trabalhos industriais que só transita na via pública quando rebocada.

6 — A cada veículo a motor não pode ser atrelado mais de um reboque.

7 — É proibida a utilização de reboques em transporte público de passageiros.

8 — Excetua-se do disposto nos n.ºs 6 e 7 a utilização de um reboque destinado ao transporte de bagagem nos táxis e em veículos pesados afetos ao transporte de passageiros, de reboques em comboios turísticos, bem como, nos termos a fixar em regulamento local, de reboques em tratores agrícolas ou florestais.

9 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 6 e 7 é sancionado com coima de €120 a €600.

#### Artigo 111.º

##### **Veículos únicos e conjuntos de veículos**

1 — Consideram-se veículos únicos:

a) O automóvel pesado composto por dois segmentos rígidos permanentemente ligados por uma secção articulada que permite a comunicação entre ambos;

b) O comboio turístico constituído por um trator e um ou mais reboques destinados ao transporte de passageiros em pequenos percursos e com fins turísticos ou de diversão.

- 2 — Conjunto de veículos é o grupo constituído por um veículo trator e seu reboque ou semirreboque.
- 3 — Para efeitos de circulação, o conjunto de veículos é equiparado a veículo único.

Artigo 112.º  
**Velocípedes**

- 1 — Velocípede é o veículo com duas ou mais rodas acionado pelo esforço do próprio condutor por meio de pedais ou dispositivos análogos.
- 2 — Velocípede com motor é o velocípede equipado com motor auxiliar com potência máxima contínua de 0,25 kW, cuja alimentação é reduzida progressivamente com o aumento da velocidade e interrompida se atingir a velocidade de 25 km/h, ou antes, se o condutor deixar de pedalar.
- 3 — Para efeitos do presente Código, os velocípedes com motor, as trotinetas com motor, bem como os dispositivos de circulação com motor elétrico, autoequilibrados e automotores ou outros meios de circulação análogos com motor são equiparados a velocípedes.

Artigo 113.º  
**Reboque de veículos de duas rodas e carro lateral**

- 1 — Os motociclos, triciclos, quadriciclos, ciclomotores e velocípedes podem atrelar, à retaguarda, um reboque de um eixo destinado ao transporte de carga.
- 2 — Os velocípedes podem atrelar, à retaguarda, um reboque de um eixo especialmente destinado ao transporte de passageiros e devidamente homologado.
- 3 — Os velocípedes podem ainda ser equipados com uma cadeira especialmente concebida e homologada para o transporte de crianças.
- 4 — Os motociclos de cilindrada superior a 125 cm<sup>3</sup> podem acoplar carro lateral destinado ao transporte de um passageiro.

CAPÍTULO II  
**Características dos veículos**

Artigo 114.º  
**Características dos veículos**

- 1 — As características dos veículos e dos respetivos sistemas, componentes e acessórios são fixadas em regulamento.
- 2 — Todos os sistemas, componentes e acessórios de um veículo são considerados suas partes integrantes e, salvo avarias ocasionais e imprevisíveis devidamente justificadas, o seu não funcionamento é equiparado à sua falta.
- 3 — Os modelos de automóveis, motociclos, triciclos, quadriciclos, ciclomotores, tratores agrícolas, tratocarros e reboques, bem como os respetivos sistemas, componentes e acessórios, estão sujeitos a aprovação de acordo com as regras fixadas em regulamento.
- 4 — O fabricante ou vendedor que coloque no mercado veículos, sistemas, componentes ou acessórios sem a aprovação a que se refere o número anterior ou infringindo as normas que disciplinam o seu fabrico e comercialização é sancionado com coima de €600 a €3000 se for pessoa singular ou de €1200 a €6000 se for pessoa coletiva e com perda dos objetos, os quais devem ser apreendidos no momento da verificação da infração.
- 5 — É proibido o trânsito de veículos que não disponham dos sistemas, componentes ou acessórios com que foram aprovados ou que utilizem sistemas, componentes ou acessórios não aprovados nos termos do n.º 3.
- 6 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €250 a €1250, sendo ainda apreendido o veículo até que este seja aprovado em inspeção extraordinária.

## Artigo 115.º

**Transformação de veículos**

1 — Considera-se transformação de veículo qualquer alteração das suas características construtivas ou funcionais.

2 — A transformação de veículos a motor e seus reboques é autorizada nos termos fixados em regulamento.

3 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado com coima de €250 a €1250, se sanção mais grave não for aplicável, sendo ainda apreendido o veículo até que este seja aprovado em inspeção extraordinária.

## CAPÍTULO III

**Inspeções**

## Artigo 116.º

**Inspeções**

1 — Os veículos a motor e os seus reboques podem ser sujeitos, nos termos fixados em regulamento, a inspeção para:

- a) Aprovação do respetivo modelo;
- b) Atribuição de matrícula;
- c) Aprovação de alteração de características construtivas ou funcionais;
- d) Verificação periódica das suas características e condições de segurança;
- e) Verificação das características construtivas ou funcionais do veículo, após reparação em consequência de acidente;
- f) Controlo aleatório de natureza técnica, na via pública, para verificação das respetivas condições de manutenção, nos termos de diploma próprio.

2 — Pode determinar-se a sujeição dos veículos referidos no número anterior a inspeção extraordinária nos casos previstos no n.º 5 do artigo 114.º e ainda quando haja fundadas suspeitas sobre as suas condições de segurança ou dúvidas sobre a sua identificação, nomeadamente em consequência de alteração das características construtivas ou funcionais do veículo, ou de outras causas.

3 — A falta a qualquer das inspeções previstas nos números anteriores é sancionada com coima de €250 a €1250.

## CAPÍTULO IV

**Matrícula**

## Artigo 117.º

**Obrigatoriedade de matrícula**

1 — Os veículos a motor e os seus reboques só são admitidos em circulação desde que matriculados, salvo o disposto nos n.ºs 2 e 3.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os veículos que se desloquem sobre carris e os reboques cujo peso bruto não exceda 300 kg.

3 — Os casos em que as máquinas agrícolas e industriais, os motocultivadores e os tratocarros estão sujeitos a matrícula são fixados em regulamento.

4 — A matrícula do veículo deve ser requerida à autoridade competente pela pessoa, singular ou coletiva, que proceder à sua admissão, importação ou introdução no consumo em território nacional.

5 — Os veículos a motor e os reboques que devam ser apresentados a despacho nas alfândegas pelas entidades que se dediquem à sua admissão, importação, montagem ou fabrico podem delas sair com dispensa de matrícula, nas condições fixadas em diploma próprio.

6 — O processo de atribuição de matrícula, a composição do respetivo número, bem como as características da respetiva chapa e, quando haja adesão voluntária do proprietário do veículo nesse sentido, do dispositivo eletrónico de matrícula, são fixados nos termos previstos em regulamentos.

7 — A entidade competente deve organizar, nos termos fixados em regulamento, um registo nacional de matrículas.

8 — Quem puser em circulação veículo não matriculado nos termos dos números anteriores é sancionado com coima de €600 a €3000, salvo quando se tratar de ciclomotor ou veículo agrícola, casos em que a coima é de €300 a €1500.

#### Artigo 118.º

##### **Identificação do veículo**

1 — Por cada veículo matriculado deve ser emitido um documento destinado a certificar a respetiva matrícula, donde constem as características que o permitam identificar.

2 — É titular do documento de identificação do veículo a pessoa, singular ou coletiva, em nome da qual o veículo for matriculado e que, na qualidade de proprietária ou a outro título jurídico, dele possa dispor, sendo responsável pela sua circulação.

3 — O adquirente ou a pessoa a favor de quem seja constituído direito que confira a titularidade do documento de identificação do veículo deve, no prazo de 30 dias a contar da aquisição ou constituição do direito, comunicar tal facto à autoridade competente para a matrícula.

4 — O vendedor ou a pessoa que, a qualquer título jurídico, transfira para outrem a titularidade de direito sobre o veículo deve comunicar tal facto à autoridade competente para a matrícula, nos termos e no prazo referidos no número anterior, identificando o adquirente ou a pessoa a favor de quem seja constituído o direito.

5 — No caso de alteração do nome ou da designação social, mudança de residência ou sede, deve o titular do documento de identificação do veículo comunicar essa alteração no prazo de 30 dias à autoridade competente, requerendo o respetivo averbamento.

6 — Quando o documento de identificação do veículo se extraviar ou se encontrar em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento, o respetivo titular deve requerer, consoante os casos, o seu duplicado ou a sua substituição.

7 — Só a autoridade competente para a emissão do documento de identificação do veículo pode nele efetuar qualquer averbamento ou apor carimbo.

8 — Cada veículo matriculado deve estar provido de chapas com o respetivo número de matrícula, nos termos fixados em regulamento.

9 — (*Revogado.*)

10 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 3, 4, 7 e 8 e quem colocar em circulação veículo cujas características não confirmem com as mencionadas no documento que o identifica é sancionado com coima de €120 a €600, se sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

11 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 5 e 6 é sancionado com coima de €30 a €150.

#### Artigo 119.º

##### **Cancelamento da matrícula**

1 — A matrícula de um veículo deve ser cancelada quando:

a) O veículo atinja o seu fim de vida de acordo com a alínea *t*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 178/2006, de 5 de setembro, 64/2008, de 8 de abril, que o republicou, 98/2010, de 11 de agosto, 73/2011, de 17 de junho, e 1/2012, de 11 de janeiro;

- b) O veículo fique inutilizado;
- c) O veículo haja desaparecido, sendo a sua localização desconhecida há mais de seis meses;
- d) O veículo for exportado definitivamente;
- e) O veículo deixe de ser utilizado na via pública, passando a ter utilização exclusiva em provas desportivas ou em recintos privados não abertos à circulação;
- f) Ao veículo seja atribuída uma nova matrícula;
- g) O veículo falte à inspeção referida no n.º 2 do artigo 116.º, sem que a falta seja devidamente justificada.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o cancelamento da matrícula deve ser requerido pelo proprietário:

- a) Quando o veículo fique inutilizado ou atinja o seu fim de vida mediante apresentação da documentação legalmente exigida nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto;
- b) Quando o veículo haja desaparecido, mediante apresentação de auto de participação do seu desaparecimento às autoridades policiais;
- c) Quando o veículo for exportado definitivamente, mediante apresentação de documento comprovativo da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT); ou
- d) Quando o veículo deixe de ser utilizado na via pública, mediante apresentação de requerimento justificando os motivos e o local onde o mesmo é utilizado ou guardado.

3 — (*Revogado.*)

4 — O cancelamento da matrícula deve ser requerido pelo proprietário, no prazo de 30 dias, nos casos referidos nas alíneas b), d) e f) do n.º 1.

5 — Se o proprietário não for titular do documento de identificação do veículo, o cancelamento deve ser requerido, conjuntamente, pelo proprietário e pelo titular daquele documento.

6 — A emissão dos certificados de destruição é efetuada nos termos da disposição do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto.

7 — Sempre que tenham qualquer intervenção em ato decorrente da inutilização ou desaparecimento de um veículo, as companhias de seguros são obrigadas a comunicar tal facto e a remeter o documento de identificação do veículo e o título de registo de propriedade às autoridades competentes.

8 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os tribunais, as entidades fiscalizadoras do trânsito ou outras entidades públicas devem comunicar às autoridades competentes os casos de inutilização de veículos de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

9 — A entidade competente pode autorizar que sejam repostas matrículas canceladas ou, em casos excecionais fixados em regulamento, que sejam atribuídas novas matrículas a veículos já anteriormente matriculados em território nacional.

10 — Não podem ser repostas ou atribuídas novas matrículas a veículos quando o cancelamento da matrícula anterior tenha tido por fundamento a destruição do mesmo.

11 — Quando tiver lugar o cancelamento da matrícula de um veículo que tenha instalado dispositivo eletrónico de matrícula, o proprietário, ou quem o represente para o efeito, deve proceder à entrega daquele dispositivo nos serviços competentes, onde o processo de cancelamento da matrícula tiver lugar.

12 — O titular do registo de propriedade pode ainda requerer o cancelamento da matrícula, quando tenha transferido a propriedade do veículo a terceiro há mais de um ano e este não tenha procedido à respetiva atualização do registo de propriedade, mediante apresentação de pedido de apreensão de veículo, apresentado há mais de seis meses.

13 — Quem infringir o prazo previsto no n.º 4 é sancionado com coima de €60 a €300.

#### Artigo 119.º-A

#### **Cancelamento temporário de matrícula**

1 — Pode ser temporariamente cancelada a matrícula de veículos de transporte público rodoviário de mercadorias, nas seguintes condições:

a) Quando o veículo tenha sido objeto de candidatura a incentivo ao abate, enquanto o respetivo processo se encontre pendente;

b) Quando, por falta de serviço, o veículo esteja imobilizado.

2 — O cancelamento temporário a que se refere o número anterior é requerido na entidade competente, ficando sujeito à entrega:

a) Dos documentos de identificação do veículo; e

b) De declaração do proprietário ou legítimo possuidor em como o veículo não é submetido à circulação na via pública sem que seja reposta a matrícula.

3 — O cancelamento temporário a que se refere a alínea b) do n.º 1 tem a duração máxima de 24 meses.

4 — Os veículos objeto do presente artigo ficam isentos da taxa de cancelamento de matrícula, bem como, no caso de reposição de matrícula, da respetiva taxa e inspeção extraordinária, salvo os veículos abrangidos pela alínea a) do n.º 1 cujas candidaturas tenham sido rejeitadas por falta de cumprimento dos requisitos necessários.

5 — Assume ainda caráter temporário o cancelamento de matrícula previsto nas alíneas e) e g) do n.º 1 do artigo 119.º, pelo prazo máximo de cinco e um ano respetivamente, ficando os seus proprietários obrigados à entrega da documentação dos veículos nos serviços competentes, onde o processo de cancelamento da matrícula tiver lugar.

6 — Quando não ocorra a reposição ou o cancelamento definitivo da matrícula, após o decurso do prazo definido no número anterior, o proprietário do veículo é sancionado com coima de €60 a €300.

## **CAPÍTULO V**

### **Regime especial**

#### **Artigo 120.º**

##### **Regime especial**

O disposto no presente título não é aplicável ao equipamento militar circulante ou de intervenção de ordem pública afeto às forças militares ou de segurança.

## **TÍTULO V**

### **Da habilitação legal para conduzir**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Títulos de condução**

#### **Artigo 121.º**

##### **Habilitação legal para conduzir**

1 — Só pode conduzir um veículo a motor na via pública quem estiver legalmente habilitado para o efeito.

2 — É permitida aos instruendos e examinandos a condução de veículos a motor, nos termos das disposições legais aplicáveis.

3 — A condução, nas vias públicas, do equipamento militar circulante ou de intervenção de ordem pública referido no artigo 120.º e dos veículos que se deslocam sobre carris rege-se por legislação especial.

4 — O documento que titula a habilitação legal para conduzir ciclomotores, motociclos, triciclos, quadriciclos pesados e automóveis designa-se «carta de condução».

5 — O documento que titula a habilitação legal para conduzir outros veículos a motor diferentes dos mencionados no número anterior designa-se «licença de condução».



6 — A condução, na via pública de velocípedes e de veículos a eles equiparados, está dispensada da titularidade de licença de condução.

7 — O IMT, I. P., as entidades fiscalizadoras e outras entidades com competência para o efeito podem, provisoriamente e nos termos previstos na lei, substituir as cartas e licenças de condução por guias de substituição, válidas apenas dentro do território nacional e para as categorias constantes do título que substituem, pelo tempo julgado necessário ou, quando for o caso, pelo prazo que a lei diretamente estabeleça.

8 — Nenhum condutor pode, simultaneamente, ser titular de mais de um título de condução, do modelo comunitário, emitido por qualquer dos Estados membros da União Europeia ou do espaço económico europeu.

9 — As cartas e licenças de condução são emitidas pelo IMT, I. P., e atribuídas aos indivíduos que provem preencher os respetivos requisitos legais, e são válidas para as categorias de veículos e pelos períodos de tempo delas constantes.

10 — O IMT, I. P., organiza, nos termos fixados em diploma próprio, um registo nacional de condutores.

11 — Os modelos dos títulos de condução referidos nos números anteriores, bem como os deveres do condutor, são fixados no Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC).

12 — Não são entregues os títulos de condução revalidados, trocados, substituídos, ou seus duplicados, enquanto não se encontrarem integralmente cumpridas as sanções acessórias de proibição ou inibição de conduzir a que o respetivo titular tenha sido condenado.

13 — Caso as sanções em que o titular se encontra condenado sejam apenas pecuniárias, o título ou duplicado referidos no número anterior fica igualmente retido pela entidade emissora, sendo emitida guia de substituição válida até ao termo do processo.

14 — O condutor que infringir algum dos deveres fixados no RHLC é sancionado com coima de €60 a €300, se sanção mais grave não for aplicável.

#### Artigo 122.º

#### **Regime probatório**

1 — A carta de condução emitida a favor de quem ainda não se encontrava legalmente habilitado a conduzir qualquer categoria de veículos fica sujeita a regime probatório durante os três primeiros anos da sua validade.

2 — Se, no período referido no número anterior, for instaurado contra o titular da carta de condução procedimento do qual possa resultar a condenação pela prática de crime por violação de regras de circulação rodoviária, contraordenação muito grave ou segunda contraordenação grave, o regime probatório é prorrogado até que a respetiva decisão transite em julgado ou se torne definitiva.

3 — O regime probatório não se aplica às cartas de condução emitidas por troca por documento equivalente que habilite o seu titular a conduzir há mais de três anos, salvo se contra ele pender procedimento nos termos do número anterior.

4 — Os titulares de carta de condução das categorias AM e A1 ou quadriciclos ligeiros ficam sujeitos ao regime probatório quando obtenham habilitação para conduzir outra categoria de veículos, ainda que o título inicial tenha mais de três anos de validade.

5 — O regime probatório cessa uma vez findos os prazos previstos nos n.ºs 1 ou 2 sem que o titular seja condenado pela prática de crime, contraordenação muito grave ou por duas contraordenações graves.

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*

8 — *(Revogado.)*

9 — *(Revogado.)*

10 — *(Revogado.)*

11 — *(Revogado.)*

12 — *(Revogado.)*

13 — *(Revogado.)*

14 — *(Revogado.)*

#### Artigo 123.º

##### **Carta de condução**

1 — A carta de condução habilita o seu titular a conduzir uma ou mais das categorias de veículos fixadas no RHLC, sem prejuízo do estabelecido nas disposições relativas à homologação de veículos.

2 — A condução de veículos afetos a determinados transportes pode ainda depender da titularidade do correspondente documento de aptidão profissional, nos termos de legislação própria.

3 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, quem conduzir veículo de qualquer categoria para a qual a respetiva carta de condução não confira habilitação é sancionado com coima de €500 a €2500.

4 — Quem, sendo apenas titular de carta das categorias AM ou A1, conduzir veículo de qualquer outra categoria para a qual a respetiva carta de condução não confira habilitação é sancionado com coima de €700 a €3500.

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*

8 — *(Revogado.)*

9 — *(Revogado.)*

10 — *(Revogado.)*

11 — *(Revogado.)*

12 — *(Revogado.)*

13 — *(Revogado.)*

14 — *(Revogado.)*

#### Artigo 124.º

##### **Licença de condução**

1 — A licença de condução a que se refere o n.º 4 do artigo 121.º habilita o seu titular a conduzir uma ou mais das categorias de veículos fixadas no RHLC.

2 — Quem, sendo titular de licença de condução, conduzir veículo de categoria para a qual o condutor não está habilitado é sancionado com coima de €120 a €600.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*

#### Artigo 125.º

##### **Outros títulos**

1 — Além dos títulos referidos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 121.º são ainda títulos habilitantes para a condução de veículos a motor os seguintes:

a) Títulos de condução emitidos pelos serviços competentes pela administração portuguesa do território de Macau;

b) Títulos de condução emitidas por outros Estados membros da União Europeia ou do espaço económico europeu;

c) Títulos de condução emitidos por Estado estrangeiro em conformidade com o anexo n.º 9 da Convenção Internacional de Genebra, de 19 de setembro de 1949, sobre circulação rodoviária, ou com o anexo n.º 6 da Convenção Internacional de Viena, de 8 de novembro de 1968, sobre circulação rodoviária;

d) Títulos de condução emitidas por Estado estrangeiro, desde que este reconheça idêntica validade aos títulos nacionais;

e) Licenças internacionais de condução, desde que apresentadas com o título nacional que as suporta;

f) Licenças especiais de condução de ciclomotores;

g) Licenças especiais de condução;

h) Autorizações especiais de condução;

i) Autorizações temporárias de condução.

2 — A emissão das licenças e das autorizações especiais de condução bem como as condições em que os títulos estrangeiros habilitam a conduzir em território nacional são fixadas no RHLC.

3 — Os titulares das licenças referidas nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 só estão autorizados a conduzir veículos a motor em Portugal durante os primeiros 185 dias subsequentes à fixação da sua residência.

4 — Os títulos referidos no n.º 1 só permitem conduzir em território nacional se os seus titulares tiverem a idade mínima exigida pela lei portuguesa para a respetiva habilitação.

5 — Quem infringir o disposto nos n.ºs 3 e 4, sendo titular de licença válida, é sancionado com coima de €300 a €1500.

6 — *(Revogado.)*

7 — *(Revogado.)*

## CAPÍTULO II

### Requisitos

#### Artigo 126.º

#### Requisitos para a obtenção de títulos de condução

Os requisitos exigidos para a obtenção dos títulos de condução são fixados no RHLC.

#### Artigo 127.º

#### Restrições ao exercício da condução

1 — Podem ser impostos aos condutores, em resultado de avaliação médica ou psicológica:

a) Restrições ao exercício da condução;

b) Prazos especiais para revalidação dos títulos de condução; ou

c) Adaptações específicas ao veículo que conduzam.

2 — As restrições, os prazos especiais de revalidação e as adaptações do veículo impostas ao condutor são definidos no RHLC e são mencionados nos respetivos títulos de condução sob forma codificada.

3 — Sempre que um candidato a condutor das categorias AM, A1, A2 ou A preste prova de exame em veículo de três rodas ou em triciclo, deve ser registado no título de condução o respetivo código de restrição.

4 — Quem conduzir veículo sem obediência às restrições que lhe foram impostas ou sem as adaptações específicas determinadas nos termos dos números anteriores é sancionado com coima de €120 a €600, se sanção mais grave não for aplicável.

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

### CAPÍTULO III

#### Troca de título

##### Artigo 128.º

#### Troca de títulos de condução

1 — A carta de condução pode ser obtida por troca de título estrangeiro válido, que não se encontre apreendido ou tenha sido cassado ou cancelado por determinação de um outro Estado.

2 — Se o título estrangeiro apresentado for um dos referidos nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 do artigo 125.º, a troca está condicionada ao cumprimento pelo titular de todos os requisitos fixados no RHLC para obtenção de carta de condução, com exceção da submissão a exame de condução.

3 — Na carta de condução portuguesa concedida por troca de título estrangeiro apenas são averbadas as categorias de veículos que tenham sido obtidas mediante exame de condução ou que sejam previstas no RHLC como extensão de habilitação de outra categoria de veículos.

4 — É obrigatoriamente trocado por idêntico título nacional o título de condução pertencente a cidadão residente e emitido por outro Estado membro da União Europeia ou do espaço económico europeu:

*a)* Apreendido em Portugal para cumprimento de proibição ou inibição de conduzir, após o cumprimento da pena;

*b)* Em que seja necessário proceder a qualquer alteração.

5 — Os títulos de condução referidos nas alíneas *b)* a *d)* do n.º 1 do artigo 125.º não são trocados por idêntico título nacional quando deles conste terem sido obtidos por troca por idêntico título emitido por Estado não membro da União Europeia, ou do espaço económico europeu, a não ser que entre esse Estado e o Estado Português tenha sido celebrada convenção ou tratado internacional que obrigue ao reconhecimento mútuo dos títulos de condução.

6 — Os titulares de títulos de condução estrangeiros não enumerados no n.º 1 do artigo 125.º podem obter carta de condução por troca dos seus títulos desde que comprovem, através de certidão da entidade emissora do título, que os mesmos foram obtidos mediante aprovação em exame de condução com grau de exigência idêntico ao previsto na lei portuguesa.

7 — A troca de título de condução estrangeiro pode ser condicionada à aprovação do requerente a uma prova prática componente do exame de condução quando:

*a)* Não for possível comprovar o requisito exigido no número anterior; ou

*b)* Existam dúvidas justificadas sobre a autenticidade do título cuja troca é requerida.

### CAPÍTULO IV

#### Novos exames e caducidade

##### Artigo 129.º

#### Novos exames

1 — Surgindo fundadas dúvidas sobre a aptidão física, mental ou psicológica ou sobre a capacidade de um condutor ou candidato a condutor para conduzir com segurança, a autoridade competente determina que aquele seja submetido, singular ou cumulativamente, a avaliação médica, a avaliação psicológica, a novo exame de condução ou a qualquer das suas provas.

2 — Constitui, nomeadamente, motivo para dúvidas sobre a aptidão psicológica ou capacidade de um condutor para exercer a condução com segurança a circulação em sentido oposto ao legalmente estabelecido em autoestradas ou vias equiparadas, bem como a dependência ou a tendência para abusar de bebidas alcoólicas ou de substâncias psicotrópicas.

3 — O estado de dependência de álcool ou de substâncias psicotrópicas é determinado por avaliação médica, ordenada pelas entidades referidas no n.º 1, em caso de condução sob a influência de quaisquer daquelas substâncias.

4 — Revela a tendência para abusar de bebidas alcoólicas ou de substâncias psicotrópicas a prática num período de três anos, de duas infrações criminais ou contraordenacionais muito graves, de condução sob a influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.

5 — Quando o tribunal conheça de infração que tenha posto em causa a segurança de pessoas e bens a que corresponda pena acessória de proibição ou inibição de conduzir e haja fundadas razões para presumir que a mesma resultou de inaptidão ou incapacidade do condutor, deve determinar a sua submissão, singular ou cumulativamente, a avaliação médica, psicológica, a exame de condução ou a qualquer das suas provas.

6 — (*Revogado.*)

### Artigo 130.º

#### **Caducidade e cancelamento dos títulos de condução**

1 — O título de condução caduca se:

a) Não for revalidado, nos termos fixados no RHLC, quanto às categorias abrangidas pela necessidade de revalidação, salvo se o respetivo titular demonstrar ter sido titular de documento idêntico e válido durante esse período;

b) O seu titular não se submeter ou reprovar na avaliação médica ou psicológica, no exame de condução ou em qualquer das suas provas, determinados ao abrigo dos n.ºs 1 e 5 do artigo anterior.

2 — A revalidação de título de condução caducado fica sujeita à aprovação do seu titular em exame especial de condução, cujo conteúdo e características são fixados no RHLC, sempre que:

a) A causa de caducidade prevista na alínea a) do número anterior tenha ocorrido há mais de dois anos, com exceção da revalidação dos títulos das categorias AM, A1, A2, A, B1, B e BE cujos titulares não tenham completado 50 anos;

b) O título se encontre caducado há mais de um ano, nos termos da alínea b) do número anterior.

3 — O título de condução é cancelado quando:

a) Se encontrar em regime probatório e o seu titular for condenado, por sentença judicial ou decisão administrativa transitadas em julgado, pela prática de crime ligado ao exercício da condução, de uma contraordenação muito grave ou de segunda contraordenação grave;

b) For cassado nos termos do artigo 148.º do presente Código ou do artigo 101.º do Código Penal;

c) O titular reprova, pela segunda vez, no exame especial de condução a que for submetido nos termos do n.º 2;

d) Tenha caducado há mais de cinco anos sem que tenha sido revalidado e o titular não seja portador de idêntico documento de condução válido.

4 — São ainda sujeitos ao exame especial previsto no n.º 2 os titulares de títulos de condução cancelados ao abrigo das alíneas a) e b) do número anterior que queiram obter novo título de condução.

5 — Os titulares de título de condução cancelados consideram-se, para todos os efeitos legais, não habilitados a conduzir os veículos para os quais o título fora emitido.

6 — Ao novo título de condução obtido após cancelamento de um anterior é aplicável o regime probatório previsto no artigo 122.º

7 — Quem conduzir veículo com título caducado é sancionado com coima de €120 a €600.

## **TÍTULO VI**

### **Da responsabilidade**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições gerais**

###### **Artigo 131.º**

###### **Âmbito**

Constitui contraordenação rodoviária todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal correspondente à violação de norma do Código da Estrada ou de legislação complementar e legislação especial cuja aplicação esteja cometida à ANSR, e para o qual se comine uma coima.

###### **Artigo 132.º**

###### **Regime**

As contraordenações rodoviárias são reguladas pelo disposto no presente diploma, pela legislação rodoviária complementar ou especial que as preveja e, subsidiariamente, pelo regime geral das contraordenações.

###### **Artigo 133.º**

###### **Punibilidade da negligência**

Nas contraordenações rodoviárias a negligência é sempre sancionada.

###### **Artigo 134.º**

###### **Concurso de infrações**

1 — Se o mesmo facto constituir simultaneamente crime e contraordenação, o agente é punido sempre a título de crime, sem prejuízo da aplicação da sanção acessória prevista para a contraordenação.

2 — A aplicação da sanção acessória, nos termos do número anterior, cabe ao tribunal competente para o julgamento do crime.

3 — As sanções aplicadas às contraordenações em concurso são sempre cumuladas materialmente.

###### **Artigo 135.º**

###### **Responsabilidade pelas infrações**

1 — São responsáveis pelas contraordenações rodoviárias os agentes que pratiquem os factos constitutivos das mesmas, designados em cada diploma legal, sem prejuízo das exceções e presunções expressamente previstas naqueles diplomas.

2 — As pessoas coletivas ou equiparadas são responsáveis nos termos da lei geral.

3 — A responsabilidade pelas infrações previstas no Código da Estrada e legislação complementar recai no:

- a) Condutor do veículo, relativamente às infrações que respeitem ao exercício da condução;
- b) Titular do documento de identificação do veículo relativamente às infrações que respeitem às condições de admissão do veículo ao trânsito nas vias públicas, bem como pelas infrações referidas na alínea anterior quando não for possível identificar o condutor;
- c) Locatário, no caso de aluguer operacional de veículos, aluguer de longa duração ou locação financeira, pelas infrações referidas na alínea a) quando não for possível identificar o condutor;
- d) Peão, relativamente às infrações que respeitem ao trânsito de peões.

4 — Se o titular do documento de identificação do veículo ou, nos casos previstos na alínea *c*) do número anterior, o locatário provar que o condutor o utilizou abusivamente ou infringiu as ordens, as instruções ou os termos da autorização concedida, cessa a sua responsabilidade, sendo responsável, neste caso, o condutor.

5 — Os instrutores são responsáveis pelas infrações cometidas pelos instruendos, desde que não resultem de desobediência às indicações da instrução.

6 — Os examinandos respondem pelas infrações cometidas durante o exame.

7 — São também responsáveis pelas infrações previstas no Código da Estrada e legislação complementar:

*a*) Os comitentes que exijam dos condutores um esforço inadequado à prática segura da condução ou os sujeitem a horário incompatível com a necessidade de repouso, quando as infrações sejam consequência do estado de fadiga do condutor;

*b*) Os pais ou tutores que conheçam a inabilidade ou a imprudência dos seus filhos menores ou dos seus tutelados e não obstem, podendo, a que eles pratiquem a condução;

*c*) Os pais ou tutores de menores habilitados com licença especial de condução emitida nos termos do n.º 2 do artigo 125.º;

*d*) Os condutores de veículos que transportem passageiros menores ou inimputáveis e permitam que estes não façam uso dos acessórios de segurança obrigatórios;

*e*) Os que facultem a utilização de veículos a pessoas que não estejam devidamente habilitadas para conduzir, que estejam sob influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas, ou que se encontrem sujeitos a qualquer outra forma de redução das faculdades físicas ou psíquicas necessárias ao exercício da condução.

8 — O titular do documento de identificação do veículo ou, nos casos referidos pela alínea *c*) do n.º 3, o locatário responde subsidiariamente pelo pagamento das coimas e das custas que forem devidas pelo autor da contraordenação, sem prejuízo do direito de regresso contra este, quando haja utilização abusiva do veículo.

#### Artigo 136.º

##### **Classificação das contraordenações rodoviárias**

1 — As contraordenações rodoviárias, nomeadamente as previstas no Código da Estrada e legislação complementar, classificam-se em leves, graves e muito graves, nos termos dos respetivos diplomas legais.

2 — São contraordenações leves as sancionáveis apenas com coima.

3 — São contraordenações graves ou muito graves as que forem sancionáveis com coima e com sanção acessória.

#### Artigo 137.º

##### **Coima**

As coimas aplicadas por contraordenações rodoviárias não estão sujeitas a qualquer adicional e do seu produto não pode atribuir-se qualquer percentagem aos agentes autuantes.

#### Artigo 138.º

##### **Sanção acessória**

1 — As contraordenações graves e muito graves são sancionáveis com coima e com sanção acessória.

2 — Quem praticar qualquer ato estando inibido de o fazer por força de sanção acessória aplicada em sentença criminal transitada em julgado, por prática de contraordenação rodoviária, é punido por crime de violação de imposições, proibições ou interdições, nos termos do artigo 353.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

3 — Quem praticar qualquer ato estando inibido de o fazer por força de sanção acessória aplicada em decisão administrativa definitiva, por prática de contraordenação rodoviária, é punido por crime de desobediência qualificada, nos termos do n.º 2 do artigo 348.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.

4 — A duração mínima e máxima das sanções acessórias aplicáveis a outras contraordenações rodoviárias é fixada nos diplomas que as preveem.

5 — As sanções acessórias são cumpridas em dias seguidos.

#### Artigo 139.º

##### **Determinação da medida da sanção**

1 — A medida e o regime de execução da sanção determinam-se em função da gravidade da contraordenação e da culpa, tendo ainda em conta os antecedentes do infrator relativamente ao diploma legal infringido ou aos seus regulamentos.

2 — Quanto à fixação do montante da coima, seu pagamento em prestações e fixação da caução de boa conduta, além das circunstâncias referidas no número anterior deve ainda ser tida em conta a situação económica do infrator, quando for conhecida.

3 — Quando a contraordenação for praticada no exercício da condução, além dos critérios referidos no número anterior, deve atender-se, como circunstância agravante, aos especiais deveres de cuidado que recaem sobre o condutor, designadamente quando este conduza veículos de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças, táxis, pesados de passageiros ou de mercadorias, ou de transporte de mercadorias perigosas.

#### Artigo 140.º

##### **Atenuação especial da sanção acessória**

Os limites mínimo e máximo da sanção acessória cominada para as contraordenações muito graves podem ser reduzidos para metade tendo em conta as circunstâncias da infração, se o infrator não tiver praticado, nos últimos cinco anos, qualquer contraordenação grave ou muito grave ou facto sancionado com proibição ou inibição de conduzir e na condição de se encontrar paga a coima.

#### Artigo 141.º

##### **Suspensão da execução da sanção acessória**

1 — Pode ser suspensa a execução da sanção acessória aplicada a contraordenações graves no caso de se verificarem os pressupostos de que a lei penal geral faz depender a suspensão da execução das penas, desde que se encontre paga a coima, nas condições previstas nos números seguintes.

2 — Se o infrator não tiver sido condenado, nos últimos cinco anos, pela prática de crime rodoviário ou de qualquer contraordenação grave ou muito grave, a suspensão pode ser determinada pelo período de seis meses a um ano.

3 — A suspensão pode ainda ser determinada, pelo período de um a dois anos, se o infrator, nos últimos cinco anos, tiver praticado apenas uma contraordenação grave, devendo, neste caso, ser condicionada, singular ou cumulativamente:

a) À prestação de caução de boa conduta;

b) Ao cumprimento do dever de frequência de ações de formação, quando se trate de sanção acessória de inibição de conduzir;

c) Ao cumprimento de deveres específicos previstos noutros diplomas legais.



4 — A caução de boa conduta é fixada entre €500 e €5000, tendo em conta a duração da sanção acessória aplicada e a situação económica do infrator.

5 — Os encargos decorrentes da frequência de ações de formação são suportados pelo infrator.

6 — A imposição do dever de frequência de ação de formação deve ter em conta a personalidade e as aptidões profissionais do infrator, não podendo prejudicar o exercício normal da sua atividade profissional nem representar obrigações cujo cumprimento não lhe seja razoavelmente exigível.

#### Artigo 142.º

##### **Revogação da suspensão da execução da sanção acessória**

1 — A suspensão da execução da sanção acessória é sempre revogada se, durante o respetivo período:

a) O infrator, no caso de inibição de conduzir, cometer contraordenação grave ou muito grave, praticar factos sancionados com proibição ou inibição de conduzir, não cumprir os deveres impostos nos termos do n.º 3 do artigo anterior ou for ordenada a cassação do título de condução;

b) O infrator, tratando-se de outra sanção acessória, cometer nova contraordenação ao mesmo diploma legal ou seus regulamentos, também cominada com sanção acessória.

2 — A revogação determina o cumprimento da sanção cuja execução estava suspensa e a quebra da caução, que reverte a favor da entidade que tiver determinado a suspensão.

#### Artigo 143.º

##### **Reincidência**

1 — É sancionado como reincidente o infrator que cometa contraordenação cominada com sanção acessória, depois de ter sido condenado por outra contraordenação ao mesmo diploma legal ou seus regulamentos, praticada há menos de cinco anos e também sancionada com sanção acessória.

2 — No prazo previsto no número anterior não é contado o tempo durante o qual o infrator cumpriu a sanção acessória ou a proibição de conduzir, ou foi sujeito à interdição de concessão de título de condução.

3 — No caso de reincidência, os limites mínimos de duração da sanção acessória previstos para a respetiva contraordenação são elevados para o dobro.

#### Artigo 144.º

##### **Registo de infrações**

1 — O registo de infrações é efetuado e organizado nos termos e para os efeitos estabelecidos nos diplomas legais onde se preveem as respetivas contraordenações.

2 — Do registo referido no número anterior devem constar as contraordenações graves e muito graves praticadas e respetivas sanções.

3 — O infrator tem acesso ao seu registo, sempre que o solicite, nos termos legais.

4 — Aos processos em que deva ser apreciada a responsabilidade de qualquer infrator é sempre junta uma cópia dos assentamentos que lhe dizem respeito.

## CAPÍTULO II

### **Disposições especiais**

#### Artigo 145.º

##### **Contraordenações graves**

1 — No exercício da condução, consideram-se graves as seguintes contraordenações:

a) O trânsito de veículos em sentido oposto ao estabelecido;

*b)* O excesso de velocidade praticado fora das localidades superior a 30 km/h sobre os limites legalmente impostos, quando praticado pelo condutor de motociclo ou de automóvel ligeiro, ou superior a 20 km/h, quando praticado por condutor de outro veículo a motor;

*c)* O excesso de velocidade praticado dentro das localidades superior a 20 km/h sobre os limites legalmente impostos, quando praticado pelo condutor de motociclo ou de automóvel ligeiro, ou superior a 10 km/h, quando praticado por condutor de outro veículo a motor;

*d)* O excesso de velocidade superior a 20 km/h sobre os limites de velocidade estabelecidos para o condutor ou especialmente fixados para o veículo, sem prejuízo do estabelecido nas alíneas *b)* ou *c)*;

*e)* O trânsito com velocidade excessiva para as características do veículo ou da via, para as condições atmosféricas ou de circulação, ou nos casos em que a velocidade deva ser especialmente moderada;

*f)* O desrespeito das regras e sinais relativos a distância entre veículos, cedência de passagem, ultrapassagem, mudança de direção ou de via de trânsito, inversão do sentido de marcha, início de marcha, posição de marcha, marcha atrás e atravessamento de passagem de nível;

*g)* A paragem ou o estacionamento nas bermas das autoestradas ou vias equiparadas;

*h)* O desrespeito das regras de trânsito de automóveis pesados e de conjuntos de veículos, em autoestradas ou vias equiparadas;

*i)* A não cedência de passagem aos peões pelo condutor que mudou de direção dentro das localidades, bem como o desrespeito pelo trânsito dos mesmos nas passagens para o efeito assinaladas;

*j)* O trânsito de veículos sem utilização das luzes referidas no n.º 1 do artigo 61.º, nas condições previstas no mesmo número, bem como o trânsito de motociclos e de ciclomotores sem utilização das luzes de cruzamento;

*l)* A condução sob influência de álcool, quando a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 0,8 g/l ou igual ou superior a 0,2 g/l e inferior a 0,5 g/l quando respeite a condutor em regime probatório, condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóvel pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas;

*m)* A não utilização do sinal de pré-sinalização de perigo e das luzes avisadoras de perigo;

*n)* A utilização, durante a marcha do veículo, de auscultadores sonoros e de aparelhos radiotelefónicos, salvo nas condições previstas no n.º 2 do artigo 84.º;

*o)* A paragem e o estacionamento nas passagens assinaladas para a travessia de peões;

*p)* O transporte de passageiros menores ou inimputáveis sem que estes façam uso dos acessórios de segurança obrigatórios.

2 — Considera-se igualmente grave a circulação de veículo sem seguro de responsabilidade civil, caso em que é aplicável o disposto na alínea *b)* do n.º 3 do artigo 135.º, com os efeitos previstos e equiparados nos n.ºs 2 e 3 do artigo 147.º

#### Artigo 146.º

#### **Contraordenações muito graves**

No exercício da condução, consideram-se muito graves as seguintes contraordenações:

*a)* A paragem ou o estacionamento nas faixas de rodagem, fora das localidades, a menos de 50 m dos cruzamentos e entroncamentos, curvas ou lombas de visibilidade insuficiente e, ainda, a paragem ou o estacionamento nas faixas de rodagem das autoestradas ou vias equiparadas;

*b)* O estacionamento, de noite, nas faixas de rodagem, fora das localidades;

*c)* A não utilização do sinal de pré-sinalização de perigo, bem como a falta de sinalização de veículo imobilizado por avaria ou acidente, em autoestradas ou vias equiparadas;

*d)* A utilização dos máximos de modo a provocar encandeamento;

e) A entrada ou saída das autoestradas ou vias equiparadas por locais diferentes dos acessos a esses fins destinados;

f) A utilização, em autoestradas ou vias equiparadas, dos separadores de trânsito ou de aberturas eventualmente neles existentes, bem como o trânsito nas bermas;

g) As infrações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior quando praticadas em autoestradas, vias equiparadas e vias com mais de uma via de trânsito em cada sentido;

h) As infrações previstas nas alíneas f) e j) do n.º 1 do artigo anterior quando praticadas nas autoestradas ou vias equiparadas;

i) A infração prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, quando o excesso de velocidade for superior a 60 km/h ou a 40 km/h, respetivamente, bem como a infração prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, quando o excesso de velocidade for superior a 40 km/h ou a 20 km/h, respetivamente, e a infração prevista na alínea d) do mesmo número, quando o excesso de velocidade for superior a 40 km/h;

j) A infração prevista na alínea l) do n.º 1 do artigo anterior, quando a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 0,8 g/l e inferior a 1,2 g/l ou igual ou superior a 0,5 g/l e inferior a 1,2 g/l quando respeite a condutor em regime probatório, condutor de veículo de socorro ou de serviço urgente, de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de táxi, de automóveis pesado de passageiros ou de mercadorias ou de transporte de mercadorias perigosas, bem como quando o condutor for considerado influenciado pelo álcool em relatório médico;

l) O desrespeito da obrigação de parar imposta por sinal regulamentar dos agentes fiscalizadores ou reguladores do trânsito ou pela luz vermelha de regulação do trânsito;

m) A condução sob influência de substâncias psicotrópicas;

n) O desrespeito pelo sinal de paragem obrigatória nos cruzamentos, entroncamentos e rotundas;

o) A transposição ou a circulação em desrespeito de uma linha longitudinal contínua delimitadora de sentidos de trânsito ou de uma linha mista com o mesmo significado;

p) A condução de veículo de categoria ou subcategoria para a qual a carta de condução de que o infrator é titular não confere habilitação;

q) O abandono pelo condutor do local do acidente nas circunstâncias referidas no n.º 2 do artigo 89.º

#### Artigo 147.º

##### **Inibição de conduzir**

1 — A sanção acessória aplicável aos condutores pela prática de contraordenações graves ou muito graves previstas no Código da Estrada e legislação complementar consiste na inibição de conduzir.

2 — A sanção de inibição de conduzir tem a duração mínima de um mês e máxima de um ano, ou mínima de dois meses e máxima de dois anos, consoante seja aplicável às contraordenações graves ou muito graves, respetivamente, e refere-se a todos os veículos a motor.

3 — Se a responsabilidade for imputada a pessoa singular não habilitada com título de condução ou a pessoa coletiva, a sanção de inibição de conduzir é substituída por apreensão do veículo por período idêntico de tempo que àquela caberia.

#### Artigo 148.º

##### **Cassação do título de condução**

1 — A prática de três contraordenações muito graves ou de cinco contraordenações entre graves ou muito graves num período de cinco anos tem como efeito necessário a cassação do título de condução do infrator.

2 — A cassação do título a que se refere o número anterior é ordenada logo que as condenações pelas contraordenações sejam definitivas, organizando-se processo autónomo para verificação dos pressupostos da cassação.

3 — A quem tenha sido cassado o título de condução não é concedido novo título de condução de veículos a motor de qualquer categoria antes de decorridos dois anos sobre a efetivação da cassação.

4 — A efetivação da cassação do título de condução ocorre com a notificação da cassação.

5 — A decisão de cassação do título de condução é impugnável para os tribunais judiciais nos termos do regime geral das contraordenações.

#### Artigo 149.º

### **Registo de infrações do condutor**

Do registo de infrações relativas ao exercício da condução, organizado nos termos de diploma próprio, devem constar:

- a) Os crimes praticados no exercício da condução de veículos a motor e respetivas penas e medidas de segurança;
- b) As contraordenações graves e muito graves praticadas e respetivas sanções.

## CAPÍTULO III

### **Garantia da responsabilidade civil**

#### Artigo 150.º

### **Obrigação de seguro**

1 — Os veículos a motor e seus reboques só podem transitar na via pública desde que seja efetuado, nos termos de legislação especial, seguro da responsabilidade civil que possa resultar da sua utilização.

2 — Quem infringir o disposto no n.º 1 é sancionado com coima de €500 a €2500, se o veículo for um motociclo ou um automóvel, ou de €250 a €1250, se for outro veículo a motor.

#### Artigo 151.º

### **Seguro de provas desportivas**

A autorização para realização, na via pública, de provas desportivas de veículos a motor e dos respetivos treinos oficiais depende da efetivação, pelo organizador, de um seguro que cubra a sua responsabilidade civil, bem como a dos proprietários ou detentores dos veículos e dos participantes, decorrente dos danos resultantes de acidentes provocados por esses veículos.

## TÍTULO VII

### **Procedimentos de fiscalização**

#### CAPÍTULO I

### **Procedimento para a fiscalização da condução sob influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas**

#### Artigo 152.º

### **Princípios gerais**

1 — Devem submeter-se às provas estabelecidas para a deteção dos estados de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas:

- a) Os condutores;
- b) Os peões, sempre que sejam intervenientes em acidentes de trânsito;
- c) As pessoas que se propuserem iniciar a condução.

2 — Quem praticar atos suscetíveis de falsear os resultados dos exames a que seja sujeito não pode prevalecer-se daqueles para efeitos de prova.

3 — As pessoas referidas nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 que recusem submeter-se às provas estabelecidas para a deteção do estado de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas são punidas por crime de desobediência.

4 — As pessoas referidas na alínea *c)* do n.º 1 que recusem submeter-se às provas estabelecidas para a deteção do estado de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas são impedidas de iniciar a condução.

5 — O médico ou paramédico que, sem justa causa, se recusar a proceder às diligências previstas na lei para diagnosticar o estado de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas é punido por crime de desobediência.

#### Artigo 153.º

##### **Fiscalização da condução sob influência de álcool**

1 — O exame de pesquisa de álcool no ar expirado é realizado por autoridade ou agente de autoridade mediante a utilização de aparelho aprovado para o efeito.

2 — Se o resultado do exame previsto no número anterior for positivo, a autoridade ou o agente de autoridade deve notificar o examinando, por escrito ou, se tal não for possível, verbalmente:

- a)* Do resultado do exame;
- b)* Das sanções legais decorrentes do resultado do exame;
- c)* De que pode, de imediato, requerer a realização de contraprova e que o resultado desta prevalece sobre o do exame inicial; e
- d)* De que deve suportar todas as despesas originadas pela contraprova, no caso de resultado positivo.

3 — A contraprova referida no número anterior deve ser realizada por um dos seguintes meios, de acordo com a vontade do examinando:

- a)* Novo exame, a efetuar através de aparelho aprovado;
- b)* Análise de sangue.

4 — No caso de opção pelo novo exame previsto na alínea *a)* do número anterior, o examinando deve ser, de imediato, a ele sujeito e, se necessário, conduzido a local onde o referido exame possa ser efetuado.

5 — Se o examinando preferir a realização de uma análise de sangue, deve ser conduzido, o mais rapidamente possível, a estabelecimento oficial de saúde, a fim de ser colhida a quantidade de sangue necessária para o efeito.

6 — O resultado da contraprova prevalece sobre o resultado do exame inicial.

7 — Quando se suspeite da utilização de meios suscetíveis de alterar momentaneamente o resultado do exame, pode a autoridade ou o agente de autoridade mandar submeter o suspeito a exame médico.

8 — Se não for possível a realização de prova por pesquisa de álcool no ar expirado, o examinando deve ser submetido a colheita de sangue para análise ou, se esta não for possível por razões médicas, deve ser realizado exame médico, em estabelecimento oficial de saúde, para diagnosticar o estado de influenciado pelo álcool.

#### Artigo 154.º

##### **Impedimento de conduzir**

1 — Quem apresentar resultado positivo no exame previsto no n.º 1 do artigo anterior ou recusar ou não puder submeter-se a tal exame, fica impedido de conduzir pelo período de doze horas, a menos que comprove, antes de decorrido esse período, que não está influenciado pelo álcool, através de exame por si requerido.

2 — Quem conduzir com inobservância do impedimento referido no número anterior é punido por crime de desobediência qualificada.

3 — O agente de autoridade notifica o condutor ou a pessoa que se propuser iniciar a condução nas circunstâncias previstas no n.º 1 de que fica impedido de conduzir durante o período estabelecido no mesmo número, sob pena de crime de desobediência qualificada.

4 — As despesas originadas pelo exame a que se refere a parte final do n.º 1 são suportadas pelo examinando, salvo se resultarem de contraprova com resultado negativo requerida ao abrigo do n.º 2 do artigo anterior.

#### Artigo 155.º

##### **Imobilização do veículo**

1 — Para garantir o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo anterior deve o veículo ser imobilizado ou removido para parque ou local apropriado, providenciando-se, sempre que tal se mostre indispensável, o encaminhamento dos ocupantes do veículo.

2 — Todas as despesas originadas pelos procedimentos previstos no número anterior são suportadas pelo condutor.

3 — Não há lugar à imobilização ou remoção do veículo se outro condutor, com consentimento do que ficar impedido, ou do proprietário do veículo, se propuser conduzi-lo e apresentar resultado negativo em teste de pesquisa de álcool.

4 — No caso previsto no número anterior, o condutor substituto deve ser notificado de que fica responsável pela observância do impedimento referido no artigo anterior, sob pena de crime de desobediência qualificada.

#### Artigo 156.º

##### **Exames em caso de acidente**

1 — Os condutores e os peões que intervenham em acidente de trânsito devem, sempre que o seu estado de saúde o permitir, ser submetidos a exame de pesquisa de álcool no ar expirado, nos termos do artigo 153.º

2 — Quando não tiver sido possível a realização do exame referido no número anterior, o médico do estabelecimento oficial de saúde a que os intervenientes no acidente sejam conduzidos deve proceder à colheita de amostra de sangue para posterior exame de diagnóstico do estado de influência pelo álcool e ou por substâncias psicotrópicas.

3 — Se o exame de pesquisa de álcool no sangue não puder ser feito ou o examinando se recusar a ser submetido a colheita de sangue para análise, deve proceder-se a exame médico para diagnosticar o estado de influência pelo álcool e ou por substâncias psicotrópicas.

4 — Os condutores e peões mortos devem também ser submetidos ao exame previsto no n.º 2.

#### Artigo 157.º

##### **Fiscalização da condução sob influência de substâncias psicotrópicas**

1 — Os condutores e as pessoas que se propuserem iniciar a condução devem ser submetidos aos exames legalmente estabelecidos para deteção de substâncias psicotrópicas, quando haja indícios de que se encontram sob influência destas substâncias.

2 — Os condutores e os peões que intervenham em acidente de trânsito de que resultem mortos ou feridos graves devem ser submetidos aos exames referidos no número anterior.

3 — A autoridade ou o agente de autoridade notifica:

a) Os condutores e os peões de que devem, sob pena de crime de desobediência, submeter-se aos exames de rastreio e se necessário de confirmação, para avaliação do estado de influenciado por substâncias psicotrópicas;

b) Os condutores, caso o exame de rastreio seja positivo, de que ficam impedidos de conduzir pelo período de 48 horas, salvo se, antes de decorrido aquele período, apresentarem resultado negativo em novo exame de rastreio;

c) As pessoas que se propuserem iniciar a condução nas circunstâncias previstas no n.º 1 e que apresentem resultado positivo em exame de rastreio de que ficam impedidas de conduzir pelo período de 48 horas, salvo se, antes de decorrido aquele período, se submeterem a novo exame de rastreio que apresente resultado negativo.

4 — Quando o exame de rastreio realizado aos condutores e peões nos termos dos n.ºs 1 e 2 apresentar resultado positivo, devem aqueles submeter-se aos exames complementares necessários, sob pena de crime de desobediência.

5 — Quando necessário, o agente de autoridade providencia o transporte dos examinandos a estabelecimento oficial de saúde.

6 — Para os efeitos previstos nos números anteriores aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 155.º e nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 156.º

7 — Para efeitos do n.º 2 entende-se por ferido grave aquele que, em consequência de acidente de viação e após atendimento em serviço de urgência hospitalar por situação emergente, careça de cuidados clínicos que obriguem à permanência em observação no serviço de urgência ou em internamento hospitalar.

#### Artigo 158.º

#### **Outras disposições**

1 — São fixados em regulamento:

a) O tipo de material a utilizar na fiscalização e nos exames laboratoriais para determinação dos estados de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas;

b) Os métodos a utilizar para a determinação do doseamento de álcool ou de substâncias psicotrópicas no sangue;

c) Os exames médicos para determinação dos estados de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas;

d) Os laboratórios onde devem ser feitas as análises de urina e de sangue;

e) As tabelas dos preços dos exames realizados e das taxas de transporte dos examinandos e de imobilização e de remoção de veículos.

2 — O pagamento das despesas originadas pelos exames previstos na lei para determinação do estado de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas, bem como pela imobilização e remoção de veículo a que se refere o artigo 155.º, é efetuado pela entidade a quem competir a coordenação da fiscalização do trânsito.

3 — Quando os exames referidos tiverem resultado positivo, as despesas são da responsabilidade do examinando, devendo ser levadas à conta de custas nos processos crime ou de contraordenação a que houver lugar, as quais reverterem a favor da entidade referida no número anterior.

## **CAPÍTULO II**

### **Apreensões**

#### **Artigo 159.º**

##### **Apreensão preventiva de títulos de condução**

1 — Os títulos de condução devem ser preventivamente apreendidos pelas autoridades de investigação criminal ou de fiscalização ou seus agentes quando:

- a)* Suspeitem da sua contrafação ou viciação fraudulenta;
- b)* Tiver expirado o seu prazo de validade;
- c)* Se encontrem em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento.

2 — Nos casos previstos nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 deve, em substituição do título, ser fornecida uma guia de condução válida pelo tempo julgado necessário e renovável quando ocorra motivo justificado.

#### **Artigo 160.º**

##### **Outros casos de apreensão de títulos de condução**

1 — Os títulos de condução devem ser apreendidos para cumprimento da cassação do título, proibição ou inibição de conduzir.

2 — A entidade competente deve ainda determinar a apreensão dos títulos de condução quando:

- a)* Qualquer dos exames realizados nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 129.º revelar incapacidade técnica ou inaptidão física, mental ou psicológica do examinando para conduzir com segurança;
- b)* O condutor não se apresentar a qualquer dos exames referidos na alínea anterior ou no n.º 3 do artigo 129.º, salvo se justificar a falta no prazo de cinco dias;
- c)* Tenha caducado nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 130.º

3 — Quando haja lugar à apreensão do título de condução, o condutor é notificado para, no prazo de 15 dias úteis, o entregar à entidade competente, sob pena de crime de desobediência, devendo, nos casos previstos no n.º 1, esta notificação ser efetuada com a notificação da decisão.

4 — Sem prejuízo da punição por crime de desobediência, se o condutor não proceder à entrega do título de condução nos termos do número anterior, pode a entidade competente determinar a sua apreensão, através da autoridade de fiscalização e seus agentes.

#### **Artigo 161.º**

##### **Apreensão do documento de identificação do veículo**

1 — O documento de identificação do veículo deve ser apreendido pelas autoridades de investigação criminal ou de fiscalização ou seus agentes quando:

- a)* Suspeitem da sua contrafação ou viciação fraudulenta;
- b)* As características do veículo não confirmam com as nele mencionadas;
- c)* Se encontre em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento;
- d)* O veículo, em consequência de acidente, se mostre gravemente afetado no quadro ou nos sistemas de suspensão, direção ou travagem, não tendo condições para circular pelos seus próprios meios;
- e)* O veículo for apreendido;
- f)* O veículo for encontrado a circular não oferecendo condições de segurança;
- g)* Se verifique, em inspeção, que o veículo não oferece condições de segurança ou ainda, estando afeto a transportes públicos, não tenha a suficiente comodidade;



*h)* As chapas de matrícula não obedecem às condições regulamentares relativas a características técnicas e modos de colocação;

*i)* (*Revogada.*)

*j)* O veículo circule desrespeitando as regras relativas à poluição sonora, do solo e do ar.

2 — Com a apreensão do documento de identificação do veículo procede-se também à de todos os outros documentos que à circulação do veículo digam respeito, os quais são restituídos em simultâneo com aquele documento.

3 — Nos casos previstos nas alíneas *a)*, *c)*, *g)*, *h)* e *i)* do n.º 1, deve ser passada, em substituição do documento de identificação do veículo, uma guia válida pelo prazo e nas condições na mesma indicados.

4 — Nos casos previstos nas alíneas *b)* e *e)* do n.º 1, deve ser passada guia válida apenas para o percurso até ao local de destino do veículo.

5 — Deve ainda ser passada guia de substituição do documento de identificação do veículo, válida para os percursos necessários às reparações a efetuar para regularização da situação do veículo, bem como para a sua apresentação a inspeção.

6 — Nas situações previstas nas alíneas *f)* e *h)* do n.º 1, quando se trate de avarias de fácil reparação nas luzes, pneumáticos ou chapa de matrícula, pode ser emitida guia válida para apresentação do veículo com a avaria reparada, em posto policial, no prazo máximo de oito dias, sendo, neste caso, as coimas aplicáveis reduzidas para metade nos seus limites mínimos e máximos.

7 — (*Revogado.*)

8 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 a 6, quem conduzir veículo cujo documento de identificação tenha sido apreendido é sancionado com coima de €300 a €1500.

#### Artigo 162.º

#### **Apreensão de veículos**

1 — O veículo deve ser apreendido pelas autoridades de investigação criminal ou de fiscalização ou seus agentes quando:

*a)* Transite com números de matrícula que não lhe correspondam ou não tenham sido legalmente atribuídos;

*b)* Transite sem chapas de matrícula ou não se encontre matriculado, salvo nos casos previstos por lei;

*c)* Transite com números de matrícula que não sejam válidos para o trânsito em território nacional;

*d)* Transite estando o respetivo documento de identificação apreendido, salvo se este tiver sido substituído por guia passada nos termos do artigo anterior;

*e)* O respetivo registo de propriedade ou a titularidade do documento de identificação não tenham sido regularizados no prazo legal;

*f)* Não tenha sido efetuado seguro de responsabilidade civil nos termos da lei;

*g)* Não compareça à inspeção prevista no n.º 2 do artigo 116.º, sem que a falta seja devidamente justificada;

*h)* Transite sem ter sido submetido a inspeção para confirmar a correção de anomalias verificadas em anterior inspeção, em que reprovou, no prazo que lhe for fixado;

*i)* A apreensão seja determinada ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 147.º;

*j)* A apreensão seja determinada ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 114.º ou no n.º 3 do artigo 115.º;

*l)* A apreensão seja determinada ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 174.º

2 — Nos casos previstos no número anterior, o veículo não pode manter-se apreendido por mais de 90 dias devido a negligência do titular do respetivo documento de identificação em promover a regularização da sua situação, sob pena de perda do mesmo a favor do Estado.

3 — Quando o veículo for apreendido é lavrado auto de apreensão, notificando-se o titular do documento de identificação do veículo da cominação prevista no número anterior.

4 — Nos casos previstos nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1, o veículo é colocado à disposição da autoridade judicial competente, sempre que tiver sido instaurado procedimento criminal.

5 — Nos casos previstos nas alíneas *c)* a *j)* do n.º 1, o titular do documento de identificação pode ser designado fiel depositário do respetivo veículo.

6 — No caso de acidente, a apreensão referida na alínea *f)* do n.º 1 mantém-se até que se mostrem satisfeitas as indemnizações dele derivadas ou, se o respetivo montante não tiver sido determinado, até que seja prestada caução por quantia equivalente ao valor mínimo do seguro obrigatório, sem prejuízo da prova da efetivação de seguro.

7 — Excetuam-se do disposto na primeira parte do número anterior os casos em que as indemnizações tenham sido satisfeitas pelo Fundo de Garantia Automóvel nos termos de legislação própria.

8 — Quem for titular do documento de identificação do veículo responde pelo pagamento das despesas causadas pela sua apreensão.

### CAPÍTULO III

#### **Abandono, bloqueamento e remoção de veículos**

##### Artigo 163.º

##### **Estacionamento indevido ou abusivo**

1 — Considera-se estacionamento indevido ou abusivo:

*a)* O de veículo, durante 30 dias ininterruptos, em local da via pública ou em parque ou zona de estacionamento isentos do pagamento de qualquer taxa;

*b)* O de veículo, em parque de estacionamento, quando as taxas correspondentes a cinco dias de utilização não tiverem sido pagas;

*c)* O de veículo, em zona de estacionamento condicionado ao pagamento de taxa, quando esta não tiver sido paga ou tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago;

*d)* O de veículo que permanecer em local de estacionamento limitado mais de duas horas para além do período de tempo permitido;

*e)* O de veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques e semirreboques não atrelados ao veículo trator e o de veículos publicitários que permaneçam no mesmo local por tempo superior a 72 horas, ou a 30 dias, se estacionarem em parques a esse fim destinados;

*f)* O que se verifique por tempo superior a 48 horas, quando se trate de veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono, de inutilização ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos seus próprios meios;

*g)* O de veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transação, em parque de estacionamento;

*h)* O de veículos sem chapa de matrícula ou com chapa que não permita a correta leitura da matrícula.

2 — Os prazos previstos nas alíneas *a)* e *e)* do número anterior não se interrompem, desde que os veículos sejam apenas deslocados de um para outro lugar de estacionamento, ou se mantenham no mesmo parque ou zona de estacionamento.

##### Artigo 164.º

##### **Bloqueamento e remoção**

1 — Podem ser removidos os veículos que se encontrem:

*a)* Estacionados indevida ou abusivamente, nos termos do artigo anterior;

b) Estacionados ou imobilizados na berma de autoestrada ou via equiparada;  
c) Estacionados ou imobilizados de modo a constituírem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito;

d) Estacionados ou imobilizados em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência ou de socorro, justifiquem a remoção.

2 — Para os efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito os seguintes casos de estacionamento ou imobilização:

- a) Em via ou corredor de circulação reservados a transportes públicos;
- b) Em local de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros;
- c) Em passagem de peões ou de velocípedes sinalizada;
- d) Em cima dos passeios ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de utilizadores vulneráveis;
- e) Na faixa de rodagem, sem ser junto da berma ou passeio;
- f) Em local destinado ao acesso de veículos ou peões a propriedades, garagens ou locais de estacionamento;
- g) Em local destinado ao estacionamento de veículos de certas categorias, ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência;
- h) Em local afeto à paragem de veículos para operações de carga e descarga ou tomada e largada de passageiros;
- i) Impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos;
- j) Na faixa de rodagem, em segunda fila;
- l) Em local em que impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou a saída destes;
- m) De noite, na faixa de rodagem, fora das localidades, salvo em caso de imobilização por avaria devidamente sinalizada;
- n) Na faixa de rodagem de autoestrada ou via equiparada.

3 — Verificada qualquer das situações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1, as autoridades competentes para a fiscalização podem bloquear o veículo através de dispositivo adequado, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à remoção.

4 — Na situação prevista na alínea c) do n.º 1, no caso de não ser possível a remoção imediata, as autoridades competentes para a fiscalização devem, também, proceder à deslocação provisória do veículo para outro local, a fim de aí ser bloqueado até à remoção.

5 — O desbloqueamento do veículo só pode ser feito pelas autoridades competentes, sendo qualquer outra pessoa que o fizer sancionada com coima de €300 a €1500.

6 — Quem for titular do documento de identificação do veículo é responsável por todas as despesas ocasionadas pela remoção, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, ressalvando-se o direito de regresso contra o condutor.

7 — As condições e as taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são fixadas em regulamento.

8 — As taxas são devolvidas caso não haja lugar a condenação.

#### Artigo 165.º

#### **Presunção de abandono**

1 — Removido o veículo nos termos do artigo anterior ou levantada a apreensão efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 162.º, deve ser notificado o titular do documento de identificação do veículo, para a residência constante do respetivo registo, para o levantar no prazo de 45 dias.

2 — Tendo em vista o estado geral do veículo, se for previsível um risco de deterioração que possa fazer recear que o preço obtido em venda em hasta pública não cubra as despesas decorrentes da remoção e depósito, o prazo previsto no número anterior é reduzido a 30 dias.

3 — Os prazos referidos nos números anteriores contam-se a partir da receção da notificação ou da sua afixação nos termos do artigo seguinte.

4 — Se o veículo não for reclamado dentro do prazo previsto nos números anteriores é considerado abandonado e adquirido por ocupação pelo Estado ou pelas autarquias locais.

5 — O veículo é considerado imediatamente abandonado quando essa for a vontade manifestada expressamente pelo seu proprietário.

#### Artigo 166.º

##### **Reclamação de veículos**

1 — Da notificação referida no artigo anterior deve constar a indicação do local para onde o veículo foi removido e, bem assim, que o titular do respetivo documento de identificação o deve retirar dentro dos prazos referidos no artigo anterior e após o pagamento das despesas de remoção e depósito, sob pena de o veículo se considerar abandonado.

2 — Nos casos previstos na alínea f) do n.º 1 do artigo 163.º, se o veículo apresentar sinais evidentes de acidente, a notificação deve fazer-se pessoalmente, salvo se o titular do respetivo documento de identificação não estiver em condições de a receber, sendo então feita em qualquer pessoa da sua residência, preferindo os parentes.

3 — Não sendo possível proceder à notificação pessoal por se ignorar a residência ou a identidade do titular do documento de identificação do veículo, a notificação deve ser afixada junto da sua última residência conhecida ou na câmara municipal da área onde o veículo tiver sido encontrado.

4 — A entrega do veículo ao reclamante depende da prestação de caução de valor equivalente às despesas de remoção e depósito.

#### Artigo 167.º

##### **Hipoteca**

1 — Quando o veículo seja objeto de hipoteca, a remoção deve também ser notificada ao credor, para a residência constante do respetivo registo ou nos termos do n.º 3 do artigo anterior.

2 — Da notificação ao credor deve constar a indicação dos termos em que a notificação foi feita e a data em que termina o prazo a que o artigo anterior se refere.

3 — O credor hipotecário pode requerer a entrega do veículo como fiel depositário, para o caso de, findo o prazo, o titular do documento de identificação o não levantar.

4 — O requerimento pode ser apresentado no prazo de 20 dias após a notificação ou até ao termo do prazo para levantamento do veículo pelo titular do documento de identificação, se terminar depois daquele.

5 — O veículo deve ser entregue ao credor hipotecário logo que se mostrem pagas todas as despesas ocasionadas pela remoção e depósito, devendo o pagamento ser feito dentro dos oito dias seguintes ao termo do último dos prazos a que se refere o artigo anterior.

6 — O credor hipotecário tem o direito de exigir do titular do documento de identificação as despesas referidas no número anterior e as que efetuar na qualidade de fiel depositário.

#### Artigo 168.º

##### **Penhora**

1 — Quando o veículo tenha sido objeto de penhora ou ato equivalente, a autoridade que procedeu à remoção deve informar o tribunal das circunstâncias que a justificaram.

2 — No caso previsto no número anterior, o veículo deve ser entregue à pessoa que para o efeito o tribunal designar como fiel depositário, sendo dispensado o pagamento prévio das despesas de remoção e depósito.

3 — Na execução, os créditos pelas despesas de remoção e depósito gozam de privilégio mobiliário especial.

## **TÍTULO VIII**

### **Do processo**

## **CAPÍTULO I**

### **Competência e forma dos atos**

#### **Artigo 169.º**

#### **Competência para o processamento e aplicação das sanções**

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 7, o processamento das contraordenações rodoviárias compete à ANSR.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 7, a competência para aplicação das coimas e sanções acessórias pertence ao presidente da ANSR.

3 — O presidente da ANSR pode delegar a competência a que se refere o número anterior nos dirigentes e pessoal da carreira técnica superior da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

4 — O presidente da ANSR tem competência exclusiva, sem poder de delegação, para decidir sobre a verificação dos respetivos pressupostos e ordenar a cassação do título de condução.

5 — No exercício das suas funções, a ANSR é coadjuvada pelas autoridades policiais e outras autoridades ou serviços públicos cuja colaboração solicite.

6 — O pessoal da ANSR afeto a funções de fiscalização das disposições legais sobre o trânsito é equiparado a autoridade pública, para efeitos de:

a) Levantamento e notificação de autos de contraordenação instaurados com recurso a meios telemáticos de fiscalização automática;

b) Instrução e decisão de processos de contraordenação rodoviária.

7 — A competência para o processamento das contraordenações previstas no artigo 71.º e a competência para aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias podem ser atribuídas à câmara municipal competente para aprovar a localização do parque ou zona de estacionamento, por designação do membro do Governo responsável pela área da administração interna, mediante proposta da câmara municipal, com parecer favorável da ANSR, desde que reunidas as condições definidas por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

#### **Artigo 169.º-A**

#### **Forma dos atos processuais**

1 — Os atos processuais podem ser praticados em suporte informático com aposição de assinatura eletrónica qualificada.

2 — Os atos processuais e documentos assinados nos termos do número anterior substituem e dispensam para quaisquer efeitos a assinatura autografa no processo em suporte de papel.

3 — Para os efeitos previstos nos números anteriores, apenas pode ser utilizada a assinatura eletrónica qualificada de acordo com os requisitos legais e regulamentares exigíveis pelo Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.

## **CAPÍTULO II**

### **Processamento**

#### **Artigo 170.º**

#### **Auto de notícia e de denúncia**

1 — Quando qualquer autoridade ou agente de autoridade, no exercício das suas funções de fiscalização, presenciar contraordenação rodoviária, levanta ou manda levantar auto de notícia, o qual deve mencionar:

a) Os factos que constituem a infração, o dia, a hora, o local e as circunstâncias em que foi cometida, o nome e a qualidade da autoridade ou agente de autoridade que a presenciou, a identificação dos agentes da infração e, quando possível, de, pelo menos, uma testemunha que possa depor sobre os factos;

b) O valor registado e o valor apurado após dedução do erro máximo admissível previsto no regulamento de controlo metrológico dos métodos e instrumentos de medição, quando exista, prevalecendo o valor apurado, quando a infração for aferida por aparelhos ou instrumentos devidamente aprovados nos termos legais e regulamentares.

2 — O auto de notícia é assinado pela autoridade ou agente de autoridade que o levantou ou mandou levantar e, quando for possível, pelas testemunhas.

3 — O auto de notícia levantado e assinado nos termos dos números anteriores faz fé sobre os factos presenciados pelo autuante, até prova em contrário.

4 — O disposto no número anterior aplica-se aos elementos de prova obtidos através de aparelhos ou instrumentos aprovados nos termos legais e regulamentares.

5 — A autoridade ou agente de autoridade que tiver notícia, por denúncia ou conhecimento próprio, de contraordenação que deva conhecer levanta auto, a que é correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 2, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 171.º

#### **Identificação do arguido**

1 — A identificação do arguido deve ser efetuada através da indicação de:

- a) Nome completo ou, quando se trate de pessoa coletiva, denominação social;
- b) Domicílio fiscal;
- c) Número do documento legal de identificação pessoal, data e respetivo serviço emissor e número de identificação fiscal;
- d) Número do título de condução e respetivo serviço emissor;
- e) (*Revogada.*)
- f) Número e identificação do documento que titula o exercício da atividade, no âmbito da qual a infração foi praticada.

2 — Quando se trate de contraordenação praticada no exercício da condução e o agente de autoridade não puder identificar o autor da infração, deve ser levantado o auto de contraordenação ao titular do documento de identificação do veículo, correndo contra ele o correspondente processo.

3 — Se, no prazo concedido para a defesa, o titular do documento de identificação do veículo identificar, com todos os elementos constantes do n.º 1, pessoa distinta como autora da contraordenação, o processo é suspenso, sendo instaurado novo processo contra a pessoa identificada como infratora.

4 — O processo referido no n.º 2 é arquivado quando se comprove que outra pessoa praticou a contraordenação ou houve utilização abusiva do veículo.

5 — Quando o agente da autoridade não puder identificar o autor da contraordenação e verificar que o titular do documento de identificação é pessoa coletiva, deve esta ser notificada para, no prazo de 15 dias úteis, proceder à identificação do condutor, ou, no caso de existir aluguer operacional do veículo, aluguer de longa duração ou locação financeira, do locatário, com todos os elementos constantes do n.º 1 sob pena de o processo correr contra ela, nos termos do n.º 2.

6 — A pessoa coletiva, sempre que seja notificada para tal, deve, no prazo de 15 dias úteis, proceder à identificação de quem conduzia o veículo no momento da prática da infração, indicando todos os elementos constantes do n.º 1, sob pena do processo correr contra a pessoa coletiva.

7 — No caso de existir aluguer operacional do veículo, aluguer de longa duração ou locação financeira, quando for identificado o locatário, é este notificado para proceder à identificação do condutor, nos termos do número anterior, sob pena de o processo correr contra ele.

8 — Quem infringir o disposto no número anterior é sancionado nos termos do n.º 2 do artigo 4.º

#### Artigo 171.º-A

##### **Dispensa de procedimento**

O disposto no artigo anterior não se aplica às infrações cometidas pelos agentes das forças e serviços de segurança e órgãos de polícia criminal quando aquelas decorram do exercício das suas funções e no âmbito de missão superiormente autorizada ou legalmente determinada e desde que confirmada por declaração da entidade competente.

#### Artigo 172.º

##### **Cumprimento voluntário**

1 — É admitido o pagamento voluntário da coima, pelo mínimo, nos termos e com os efeitos estabelecidos nos números seguintes.

2 — A opção de pagamento pelo mínimo deve verificar-se no prazo de 15 dias úteis a contar da data da notificação para o efeito.

3 — Em qualquer altura do processo, mas sempre antes da decisão, pode ainda o arguido optar pelo pagamento voluntário da coima, a qual, neste caso, é liquidada pelo mínimo, sem prejuízo das custas que forem devidas.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o pagamento voluntário da coima determina o arquivamento do processo, salvo se à contraordenação for aplicável sanção acessória, caso em que prossegue restrito à aplicação da mesma, ou se for apresentada defesa.

5 — *(Revogado.)*

#### Artigo 173.º

##### **Garantia de cumprimento**

1 — Quando a notificação for efetuada no ato da verificação da contraordenação, o infrator deve, de imediato ou no prazo máximo de 48 horas, prestar depósito de valor igual ao mínimo da coima prevista para a contraordenação imputada.

2 — Quando o infrator for notificado da contraordenação por via postal e não pretender efetuar o pagamento voluntário imediato da coima, deve, no prazo máximo de 48 horas após a respetiva notificação, prestar depósito de valor igual ao mínimo da coima prevista para a contraordenação praticada.

3 — Os depósitos referidos nos n.ºs 1 e 2 destinam-se a garantir o pagamento da coima em que o infrator possa vir a ser condenado, sendo devolvido se não houver lugar a condenação.

4 — Se não for prestado depósito nos termos dos n.ºs 1 e 2, devem ser apreendidos provisoriamente os seguintes documentos:

- a) O título de condução, se a sanção respeitar ao condutor;
- b) O título de identificação do veículo e o título de registo de propriedade, se a sanção respeitar ao titular do documento de identificação do veículo;
- c) Todos os documentos referidos nas alíneas anteriores, se a sanção respeitar ao condutor e este for, simultaneamente, titular do documento de identificação do veículo.

5 — No caso previsto no número anterior devem ser emitidas guias de substituição dos documentos apreendidos, com validade pelo tempo julgado necessário e renováveis até à conclusão do processo, devendo os mesmos ser devolvidos ao infrator se entretanto for efetuado pagamento nos termos do artigo anterior ou depósito nos termos dos n.ºs 1 e 2.

6 — No caso de ser prestado depósito e não ser apresentada defesa dentro do prazo estipulado para o efeito, o depósito efetuado converte-se automaticamente em pagamento, com os efeitos previstos no n.º 4 do artigo anterior.

#### Artigo 174.º

##### **Infratores com sanções por cumprir**

1 — Se, em qualquer ato de fiscalização, o condutor ou o titular do documento de identificação do veículo não tiverem cumprido as sanções pecuniárias que anteriormente lhes foram aplicadas a título definitivo, o condutor deve proceder, de imediato, ao seu pagamento.

2 — Se o pagamento não for efetuado de imediato, deve proceder-se nos seguintes termos:

- a) Se a sanção respeitar ao condutor, é apreendido o título de condução;
- b) Se a sanção respeitar ao titular do documento de identificação do veículo, são apreendidos o título de identificação do veículo e o título de registo de propriedade;
- c) Se a sanção respeitar ao condutor e ele for, simultaneamente, titular do documento de identificação do veículo, são apreendidos todos os documentos referidos nas alíneas anteriores.

3 — Nos casos previstos no número anterior, a apreensão dos documentos tem carácter provisório, sendo emitidas guias de substituição dos mesmos, válidas por 15 dias.

4 — Os documentos apreendidos nos termos do número anterior são devolvidos pela entidade autuante se as quantias em dívida forem pagas naquele prazo.

5 — Se o pagamento não for efetuado no prazo referido no n.º 3, procede-se à apreensão do veículo, devendo a entidade autuante remeter os documentos apreendidos para a unidade desconcentrada da Guarda Nacional Republicana ou da Polícia de Segurança Pública da área onde foi realizada a ação de fiscalização, que asseguram, em colaboração com a ANSR, a interação presencial com os cidadãos no âmbito do processo contraordenacional rodoviário.

6 — Se não tiverem sido cumpridas as sanções acessórias de inibição de conduzir ou de apreensão do veículo, procede-se à apreensão efetiva do título de condução ou do veículo, conforme o caso, para cumprimento da respetiva sanção.

7 — O veículo apreendido responde pelo pagamento das quantias devidas.

#### Artigo 175.º

##### **Comunicação da infração e direito de audição e defesa do arguido**

1 — Após o levantamento do auto, o arguido deve ser notificado:

- a) Dos factos constitutivos da infração;
- b) Da legislação infringida e da que sanciona os factos;
- c) Das sanções aplicáveis;
- d) Do prazo concedido e do local para a apresentação da defesa, bem como do prazo e local para apresentação do requerimento para atenuação especial ou suspensão da sanção acessória;
- e) Da possibilidade de pagamento voluntário da coima pelo mínimo, nos termos e com os efeitos referidos no artigo 172.º, do prazo e modo de o efetuar, bem como das consequências do não pagamento;
- f) Da possibilidade de requerer o pagamento da coima em prestações, no local e prazo indicados para a apresentação da defesa;
- g) Do prazo para identificação do autor da infração, nos termos e com os efeitos previstos nos n.ºs 3 e 5 do artigo 171.º



2 — O arguido pode, no prazo de 15 dias úteis, a contar da notificação:

- a) Proceder ao pagamento voluntário da coima, nos termos e com os efeitos estabelecidos no artigo 172.º;
- b) Apresentar defesa e, querendo, indicar testemunhas, até ao limite de três, e outros meios de prova;
- c) Requerer atenuação especial ou suspensão da sanção acessória e, querendo, indicar testemunhas, até ao limite de três, e outros meios de prova;
- d) Requerer o pagamento da coima em prestações, desde que o valor mínimo da coima aplicável seja igual ou superior a €200.

3 — A defesa e os requerimentos previstos no número anterior devem ser apresentados por escrito, em língua portuguesa e conter os seguintes elementos:

- a) Número do auto de contraordenação;
- b) Identificação do arguido, através do nome;
- c) Exposição dos factos, fundamentação e pedido;
- d) Assinatura do arguido ou, caso existam, do mandatário ou representante legal.

4 — O arguido, na defesa deve indicar expressamente os factos sobre os quais incide a prova, sob pena de indeferimento das provas apresentadas.

5 — O requerimento previsto na alínea d) do n.º 2, bem como os requerimentos para consulta do processo ou para identificação do autor da contraordenação nos termos do n.º 3 do artigo 171.º, devem ser apresentados em impresso de modelo aprovado por despacho do presidente da ANSR.

### Artigo 176.º Notificações

1 — As notificações efetuam-se:

- a) Por contacto pessoal com o notificando no lugar em que for encontrado;
- b) Mediante carta registada com aviso de receção expedida para o domicílio ou sede do notificando;
- c) Mediante carta simples expedida para o domicílio ou sede do notificando.

2 — A notificação por contacto pessoal deve ser efetuada, sempre que possível, no ato de autuação, podendo ainda ser utilizada quando o notificando for encontrado pela entidade competente.

3 — A notificação por contacto pessoal pode ainda ser utilizada para qualquer outro ato do processo se o notificando for encontrado pela entidade competente.

4 — Se não for possível, no ato de autuação, proceder nos termos do n.º 2 ou se estiver em causa qualquer outro ato, a notificação pode ser efetuada através de carta registada com aviso de receção, expedida para o domicílio ou sede do notificando.

5 — Se, por qualquer motivo, a carta prevista no número anterior for devolvida à entidade remetente, a notificação é reenviada ao notificando, para o seu domicílio ou sede, através de carta simples.

6 — Nas infrações relativas ao exercício da condução ou às disposições que condicionem a admissão do veículo ao trânsito nas vias públicas, considera-se domicílio do notificando, para efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5:

- a) O que consta na base de dados da AT como domicílio fiscal;
- b) *(Revogada.)*
- c) O que conste dos autos de contraordenação, nos casos em que o arguido não seja residente no território nacional;
- d) Subsidiariamente, o que conste do auto de contraordenação, nos casos em que este tenha sido indicado pelo arguido aquando da notificação pessoal do auto.

7 — Para as restantes infrações e para os mesmos efeitos, considera-se domicílio do notificando:

- a) O que conste no registo organizado pela entidade competente para concessão de autorização, alvará, licença de atividade ou credencial; ou
- b) O correspondente ao seu local de trabalho.

8 — A notificação por carta registada considera-se efetuada na data em que for assinado o aviso de receção ou no terceiro dia útil após essa data, quando o aviso for assinado por pessoa diversa do arguido.

9 — Na notificação por carta simples, prevista na alínea c) do n.º 1, deve ser junta ao processo cópia do ofício de envio da notificação com a indicação da data da expedição e do domicílio para o qual foi enviada, considerando-se a notificação efetuada no quinto dia posterior à data indicada, cominação que deve constar do ato de notificação.

10 — Quando a infração for da responsabilidade do titular do documento de identificação do veículo, a notificação, no ato de autuação, pode fazer-se na pessoa do condutor.

11 — Sempre que o notificando se recusar a receber ou a assinar a notificação, o agente certifica a recusa, considerando-se efetuada a notificação.

#### Artigo 177.º

#### **Depoimentos**

1 — As testemunhas, peritos ou consultores técnicos indicados pelo arguido na defesa devem por ele ser apresentados na data, hora e local indicados pela entidade instrutora do processo.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os peritos dos estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais, bem como os agentes de autoridade, ainda que arrolados pelo arguido, que devem ser notificados pela autoridade administrativa.

3 — O arguido, as testemunhas, peritos e consultores técnicos podem ser ouvidos por videoconferência, devendo constar da ata o início e termo da gravação de cada depoimento, informação ou esclarecimento.

4 — Os depoimentos ou esclarecimentos recolhidos por videoconferência não são reduzidos a escrito, nem sendo necessária a sua transcrição para efeitos de recurso, devendo ser junta ao processo cópia das gravações.

5 — Os depoimentos ou esclarecimentos prestados presencialmente podem ser documentados em meios técnicos audiovisuais.

#### Artigo 178.º

#### **Adiamento da diligência de inquirição de testemunhas**

1 — A diligência de inquirição de testemunhas, de peritos ou de consultores técnicos, apenas pode ser adiada uma única vez, se a falta à primeira marcação tiver sido considerada justificada.

2 — Considera-se justificada a falta motivada por facto não imputável ao faltoso que o impeça de comparecer no ato processual.

3 — A impossibilidade de comparecimento deve ser comunicada com cinco dias de antecedência, se for previsível, e até ao terceiro dia posterior ao dia designado para a prática do ato, se for imprevisível, constando da comunicação a indicação do respetivo motivo e da duração previsível do impedimento, sob pena de não justificação da falta.

4 — Os elementos de prova da impossibilidade de comparecimento devem ser apresentados com a comunicação referida no número anterior.

#### Artigo 179.º

#### **Ausência do arguido**

A falta de comparência do arguido à diligência de inquirição que lhe tenha sido comunicada não obsta ao prosseguimento do processo, salvo se a falta tiver sido considerada justificada nos termos do artigo anterior, caso em que é aplicável o regime nele estabelecido.

Artigo 180.º  
**Medidas cautelares**

Podem ser impostas medidas cautelares, nos termos previstos em cada diploma legal, quando se revele necessário para a instrução do processo, ou para a defesa da segurança rodoviária, e ainda quando o arguido exerça atividade profissional autorizada, titulada por alvará ou licenciada pela Direção-Geral de Viação, e tenha praticado a infração no exercício dessa atividade.

CAPÍTULO III  
**Da decisão**

Artigo 181.º  
**Decisão condenatória**

1 — A decisão que aplica a coima ou a sanção acessória deve conter:

- a) A identificação do infrator;
- b) A descrição sumária dos factos, das provas e das circunstâncias relevantes para a decisão;
- c) A indicação das normas violadas;
- d) A coima e a sanção acessória;
- e) A condenação em custas.

2 — Da decisão deve ainda constar que:

- a) A condenação se torna definitiva e exequível se não for judicialmente impugnada por escrito, constando de alegações e conclusões, no prazo de 15 dias úteis após o seu conhecimento e junto da autoridade administrativa que aplicou a coima;
- b) Em caso de impugnação judicial, o tribunal pode decidir mediante audiência ou, caso o arguido e o Ministério Público não se oponham, mediante simples despacho.

3 — A decisão deve conter ainda:

- a) A ordem de pagamento da coima e das custas no prazo máximo de 15 dias úteis após a decisão se tornar definitiva;
- b) A indicação de que, no prazo referido na alínea anterior, pode requerer o pagamento da coima em prestações, nos termos do disposto no artigo 183.º

4 — Não tendo o arguido exercido o direito de defesa, a fundamentação a que se refere a alínea b) do n.º 1 pode ser feita por simples remissão para o auto de notícia.

Artigo 182.º  
**Cumprimento da decisão**

1 — A coima e as custas são pagas no prazo de 15 dias úteis a contar da data em que a decisão se torna definitiva, devendo o pagamento efetuar-se nas modalidades fixadas em regulamento.

2 — Não é admitida a prorrogação do prazo de pagamento, salvo quando haja deferimento do pedido de pagamento da coima em prestações, devendo este ser efetuado no prazo fixado para o efeito.

3 — Sendo aplicada sanção acessória, o seu cumprimento deve ser iniciado no prazo previsto no n.º 1, do seguinte modo:

- a) Tratando-se de inibição de conduzir efetiva, pela entrega do título de condução à entidade competente;

b) Tratando-se de apreensão do veículo, pela sua entrega efetiva, bem como do documento que o identifica e do título de registo de propriedade e livrete do veículo, no local indicado na decisão, ou só pela entrega dos referidos documentos quando o titular do documento de identificação for nomeado seu fiel depositário;

c) Tratando-se de outra sanção acessória, deve proceder-se nos termos indicados na decisão condenatória.

#### Artigo 183.º

##### **Pagamento da coima em prestações**

1 — Sempre que o valor mínimo da coima aplicável seja superior a 2 UC pode a autoridade administrativa, a requerimento do arguido, autorizar o seu pagamento em prestações mensais, não inferiores a €50, pelo período máximo de 12 meses.

2 — O pagamento da coima em prestações pode ser requerido até ao envio do processo a tribunal para execução.

3 — A falta de pagamento de alguma das prestações implica o imediato vencimento das demais.

#### Artigo 184.º

##### **Competência da entidade administrativa após decisão**

O poder de apreciação da entidade administrativa esgota-se com a decisão, exceto quando é apresentado recurso da decisão condenatória, caso em que a entidade administrativa a pode revogar até ao envio dos autos para o Ministério Público.

#### Artigo 185.º

##### **Custas**

1 — As custas devem, entre outras, cobrir as despesas efetuadas com franquias postais e comunicações telefónicas, telegráficas, por telecópia ou por transmissão eletrónica.

2 — Caso a coima seja paga voluntariamente, nos termos do n.º 2 do artigo 172.º, não há lugar a custas.

3 — A dispensa de custas nos termos do número anterior não abrange:

a) Os casos em que é apresentada defesa, pedido de pagamento a prestações ou qualquer requerimento relativo ao modo de cumprimento da sanção acessória aplicável;

b) As despesas decorrentes dos exames médicos e análises toxicológicas legalmente previstos para a determinação dos estados de influenciado pelo álcool ou por substâncias psicotrópicas;

c) As despesas decorrentes das inspeções impostas a veículos;

d) As despesas resultantes de qualquer diligência de prova solicitada pelo arguido.

4 — O reembolso pelas despesas referidas no n.º 1 é calculado à razão de metade de 1 UC nas primeiras 50 folhas ou fração do processado e de um décimo de UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fração do processado.

5 — Não há lugar ao pagamento de taxa de justiça na execução das decisões proferidas em processos de contraordenação rodoviária.

6 — O disposto no presente artigo não exclui a aplicação de custas previstas noutro diploma legal, complementar ou especial.

Artigo 185.º -A  
**Certidão de dívida**

1 — Quando se verifique que a coima ou as custas não foram pagas, decorrido o prazo legal de pagamento, contado a partir da data em que a decisão se tornou definitiva, é extraída certidão de dívida com base nos elementos constantes do processo de contraordenação.

2 — A certidão de dívida é assinada e autenticada pelo presidente da ANSR ou por quem tiver competência delegada para o efeito, e contém os seguintes elementos:

a) Identificação do agente da infração, incluindo o nome completo ou denominação social, a residência e o número do documento legal de identificação ou, quando se trate de pessoa coletiva, o número de identificação fiscal e o domicílio fiscal;

b) Descrição da infração, incluindo dia, hora e local em que foi cometida;

c) Número do processo de contraordenação;

d) Proveniência da dívida e seu montante, especificando o montante da coima e o das custas;

e) A data da decisão condenatória da coima ou custas, a data da sua notificação ao devedor e a data em que a decisão condenatória se tornou definitiva;

f) Quaisquer outras indicações úteis para o eficaz seguimento da execução.

3 — A assinatura da certidão de dívida pode ser efetuada por assinatura autógrafa autenticada com selo branco ou por assinatura digital qualificada com certificado digital.

4 — A certidão de dívida serve de base à instrução do processo de execução a promover pelos tribunais competentes, nos termos do regime geral do ilícito de mera ordenação social.

**CAPÍTULO IV**  
**Do recurso**

Artigo 186.º  
**Recursos**

As decisões judiciais proferidas em sede de impugnação de decisões administrativas admitem recurso nos termos da lei geral aplicável às contraordenações.

Artigo 187.º  
**Efeitos do recurso**

1 — A impugnação judicial da decisão administrativa que aplique uma coima, uma sanção acessória ou determine a cassação do título de condução tem efeito suspensivo.

2 — (*Revogado.*)

Artigo 187.º-A  
**Revisão**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, à revisão de decisões definitivas ou transitadas em julgado em matéria de contraordenação rodoviária é aplicável o regime geral do ilícito de mera ordenação social, sempre que não contrarie o disposto no presente diploma.

2 — A revisão de decisões definitivas ou transitadas em julgado a favor do arguido não é admissível quando a condenação respeitar à prática de contraordenação rodoviária leve e tenham decorrido dois anos após a definitividade ou trânsito em julgado da decisão a rever.

3 — A revisão contra o arguido só é admissível quando vise a sua condenação pela prática de um crime.

## CAPÍTULO V

### Da prescrição

#### Artigo 188.º

#### **Prescrição do procedimento**

1 — O procedimento por contraordenação rodoviária extingue-se por efeito da prescrição logo que, sobre a prática da contraordenação, tenham decorrido dois anos.

2 — Sem prejuízo da aplicação do regime de suspensão e de interrupção previsto no regime geral do ilícito de mera ordenação social, a prescrição do procedimento por contraordenação rodoviária interrompe-se também com a notificação ao arguido da decisão condenatória.

#### Artigo 189.º

#### **Prescrição da coima e das sanções acessórias**

As coimas e as sanções acessórias prescrevem no prazo de dois anos contados a partir do carácter definitivo ou do trânsito em julgado da decisão condenatória.

---

## II- DESPACHOS

### **Ministério da Defesa Nacional**

#### **Despacho n.º 12 272/2013**

1 — Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e considerando o disposto no n.º 2 do Despacho n.º 10 959/2013, de 22 de julho, da Ministra de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 26 de agosto de 2013, autorizo os serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, constantes do artigo 4.º e 5.º, do Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, que não possuam pagamentos em atraso, a assumir compromissos plurianuais que não se encontrem previstos no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

2 — O presente despacho de autorização para assunção de compromissos plurianuais não dispensa o cumprimento do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

3 — A autorização referida no n.º 1 suspende-se no momento em que as entidades nela referida passem a ter pagamentos em atraso.

4 — O presente despacho substitui o meu despacho n.º 12 845/2013, de 15 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 161, de 22 de agosto de 2013.

5 — O presente despacho produz efeitos retroativos ao dia 2 de julho de 2013.

13 de setembro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR 2.ª Série n.º 186 de 26 de setembro de 2013)

**Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.****Despacho (extrato) n.º 11 479/2013**

Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 da Deliberação n.º 10/2013, de 6 de junho, do Conselho Diretivo do IASFA, I. P., publicada como Despacho (extrato) n.º 100 084/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de agosto, subdelego no Diretor do Centro de Apoio Social de Oeiras, em regime de substituição, Coronel **João Miguel de Jesus Marquito**, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens e serviços, até ao montante de 5.000 €

O presente despacho produz efeitos desde 29 de julho de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

26 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Francisco António Fialho da Rosa*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 170 de 04 de setembro de 2013)

**Despacho (extrato) n.º 11 480/2013**

Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 da Deliberação n.º 10/2013, de 6 de junho, do Conselho Diretivo do IASFA, I. P., publicada como Despacho (extrato) n.º 100 084/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de agosto, subdelego no Diretor do Centro de Apoio Social de Oeiras, em regime de substituição, Coronel **Carlos José Vicente Sernadas**, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens e serviços, até ao montante de 5.000 €

O presente despacho produz efeitos desde 1 de junho de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

26 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Francisco António Fialho da Rosa*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 170 de 04 de setembro de 2013)

**Despacho (extrato) n.º 11 481/2013**

Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 da Deliberação n.º 10/2013, de 6 de junho, do Conselho Diretivo do IASFA, I. P., publicada como Despacho (extrato) n.º 100 084/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de agosto, subdelego no Diretor do Centro de Apoio Social do Porto, em regime de substituição, Coronel **Joaquim Casimiro Seródio Ferreira**, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens e serviços, até ao montante de 5.000 €

O presente despacho produz efeitos desde 1 de junho de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pela entidade subdelegada que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

26 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Francisco António Fialho da Rosa*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 170 de 04 de setembro de 2013)

**Estado-Maior-General das Forças Armadas****Despacho n.º 11 882/2013**

1 — Nos termos do artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, e atento o disposto no artigo 11.º, n.º 1, alínea q) da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, delego no Tenente-General **Rui Manuel Xavier Fernandes Matias**, Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a competência para a prática de todos os atos de gestão relativos ao pessoal militar e civil afeto ao IESM, entre os quais:

a) Nomeações, exonerações, transferências, prorrogações de comissão de serviço e informações para prestação de serviço efetivo na situação de reserva, respeitantes ao pessoal militar;

b) Abertura de procedimento concurso para preenchimento de lugares nos mapas de pessoal, celebração de contratos de trabalho, de tarefa e de avença, em funções públicas e todos os demais atos de gestão relativos ao pessoal civil, como sejam cessação de contrato, alterações ao horário de trabalho ou recuperação de vencimento perdido, mobilidade e licenças;

c) Concessão de facilidades para estudos e para a prática de atividades desportivas;

d) Autorização para atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários tenham direito por lei;

e) As autorizações para o exercício cumulativo de funções privadas, previstas no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

f) Autorização para o exercício de funções ou cargos públicos, nos termos previstos no artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

g) As autorizações previstas no Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 430/86, de 30 de dezembro, em matéria de transportes;

h) Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, seminários, colóquios, reuniões, estágios, ações de formação ou outras missões específicas em território nacional e no estrangeiro, desde que integrados em atividades do IESM e inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados e tendo em consideração as medidas de contenção da despesa pública;

i) Autorização para prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, complementar e feriados;

j) Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, funcionários e agentes a conduzir viaturas do Estado que sejam afetadas ao IESM;

k) Qualificar como acidente em serviço danos sofridos pelo pessoal afeto ao IESM e autorizar o processamento das respetivas despesas.

2 — Ao abrigo das disposições citadas no número anterior, conjugadas com os artigos 17.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego ainda no Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, Diretor do IESM, a competência para autorizar despesas:

a) Com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até €99.000,00;

b) Relativas à execução de planos e programas plurianuais legalmente aprovados até €490.000,00;

c) Com indemnização a terceiros resultantes de decisão judicial ou de acordo decorrente de acidente em serviço;

d) Resultantes de deslocações em serviço em território nacional, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos da legislação em vigor.

3 — Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do Despacho n.º 10 798/2011, de 19 de agosto de 2011, publicado no “Diário da República”, 2.ª série, n.º 168, de 01 de setembro de 2011, subdelego no Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, Diretor do IESM, as competências referidas no seu n.º 1, alínea c).

4 — As competências delegadas pelo presente despacho podem ser subdelegadas pelo Diretor do Instituto, no todo ou em parte, nos subdiretores e no chefe dos Serviços de Apoio.



5 — O presente despacho produz efeitos desde 28 de junho de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação/subdelegação de competências.

4 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(DR 2.ª Série n.º 177 de 13 de setembro de 2013)

### **Estado-Maior do Exército**

#### **Despacho s/n.º CEME/11**

**de 09 de Agosto de 2011**

#### **Grupo de Auto-Metralhadoras/FND/KFOR**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas do Grupo de Auto Metralhadoras/FND/KFOR, conforme se descrevem:

##### **Armas:**

- Escudo de negro, seis folhas de carvalho de prata, acompanhadas em ponta por duas asas de dragão do mesmo;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de negro e de prata;
- Timbre: um cavalo sainte de prata segurando o escudete da Brigada de Intervenção (de azul, a planta de uma fortaleza de prata);
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro maiúsculas de estilo elzevir: **“CAVALEIROS, A QUEM NENHUM SE IGUALA”** (“OS LUSÍADAS”, Canto IV, Est.37).

##### **Simbologia:**

- O NEGRO do campo lembra a cor das armas do Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade “mãe” do Grupo de Auto-metralhadoras;
- As FOLHAS DE CARVALHO, que com a sua reconhecida resistência nas condições mais difíceis, representam as virtudes militares, nomeadamente a coragem e a bravura presentes no espírito e na atitude do GAM/FND, simbolizando também o Agrupamento MIKE/BrigInt/KFOR força nacional destacada sua antecessora. O seu número é uma alusão clara ao Regimento de Cavalaria n.º 6, unidade que abraça o aprontamento do GAM/FND;
- As ASAS DE DRAGÃO clara alusão ao Regimento de Cavalaria n.º 6 que nas suas armas tem um Dragão de ouro, símbolo dos cavaleiros vigilantes das terras de Entre-Douro e Minho;
- A divisa: **“CAVALEIROS, A QUEM NENHUM SE IGUALA”** (“OS LUSÍADAS”, Canto IV, Est. 37), para além de aludir directamente à Arma de Cavalaria, invoca o espírito de sacrifício e de cumprimento da missão presente no soldado português e mais especificamente nos militares do GAM/FND;

##### **- Os esmaltes significam:**

- § A PRATA, franqueza e verdade;
- § O NEGRO, sabedoria e constância nas adversidades;
- § O AZUL, generosidade e integridade.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Grupo de Auto Metralhadoras/FND/KFOR*

*(Anexo ao Despacho s/n, de 09 de agosto de 2011 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**

**Despacho s/n.º CEME/11**  
**de 21 de Outubro de 2011**

**Unidade de Engenharia N.º11/FND/UNIFIL**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas da Unidade de Engenharia N.º11/FND/UNIFIL, conforme se descrevem:

**Armas:**

- Escudo de negro, um castelo de ouro lavrado de negro, aberto e iluminado de vermelho, acompanhado em chefe de dois cedros de prata, em contrachefe um kaibauk também de prata;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de negro e de ouro;
- Timbre: um tigre de prata, segurando o escudete da Brigada Mecanizada;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir: **“SEMEAR A PAZ FORTIFICANDO”**.

**Simbologia:**

- O CASTELO é o emblema tradicional da arma de Engenharia;
- O CEDRO, (*Cedrus libani*, A. Rich) símbolo nacional do Líbano tem como intuito reforçar a ligação dos militares da UnEng11/FND/UNIFIL com o país onde vão desempenhar a sua honrosa missão;
- O KAIBAUK símbolo de poder em Timor-Leste é uma alusão aos militares originários deste país que integram a UnEng11/FND/UNIFIL;
- O TIGRE animal de reconhecida astúcia, agilidade e bravura, qualidades que certamente estão presentes nos militares da UnEng11/FND/UNIFIL, remete-nos também para o símbolo do Curso de Explosivos, Destruições, Minas e Armadilhas, curso de excelência da Arma de Engenharia;
- A DIVISA **“SEMEAR A PAZ FORTIFICANDO”** reflete o espírito da missão da UnEng11/FND/UNIFIL, cujo objetivo é contribuir para a reconstrução do Líbano, país martirizado pela guerra, com o fim último de ajudar a alcançar a paz.
- Os esmaltes significam:
  - § O OURO, firmeza e nobreza;
  - § A PRATA, franqueza e humildade;
  - § O NEGRO, sabedoria e virtude;
  - § O VERMELHO, audácia e bravura;
  - § O AZUL, boa fé e zelo.

O Chefe de Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Unidade de Engenharia N.º 11/FND/UNIFIL*

*(Anexo ao Despacho s/n, de 21 de outubro de 2011 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**



**Despacho s/n.º CEME/11**  
**de 14 de Novembro de 2011**

**Museu Militar da Madeira**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas do Museu Militar da Madeira, conforme se descrevem:

**Armas:**

- Escudo de prata, quatro faixas onçadas de negro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de prata e de negro;
- Timbre: um Bisbis (*Regulus madeirensis*) de prata;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir: **“MAIS CÉLEBRE POR NOME QUE POR FAMA”**.

**Simbologia:**

- As FAIXAS ONÇADAS simbolizam as ondas do mar revolto dos oceanos, cuja representação foi transcrita na calçada madeirense de calhau de basalto rolado da praia junto à Fortaleza de S. Lourenço e de calhau de calcário branco, oriundo de Porto Santo;
- O BISBIS (*Regulus madeirensis*) subespécie endémica do Arquipélago da Madeira, ave caracterizada pela sua incessante procura de alimento, explorando de forma incansável os jardins e campos de cultivo com esse objetivo, representa o esforço permanente e também incessante do Museu Militar da Madeira para dar a conhecer através do seu espólio museológico a história militar do arquipélago;
- A divisa **“MAIS CÉLEBRE POR NOME QUE POR FAMA”** (“OS LUSÍADAS”, Canto V, Est. 5) augura a certeza de que o Museu Militar da Madeira virá a ocupar um importante lugar no panorama cultural militar do arquipélago, e não na fama, uma vez que a sua curta vida ainda não lho permitiu;
- Os esmaltes significam:
  - § A PRATA, riqueza e esperança;
  - § O NEGRO, sabedoria e virtude.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Museu Militar da Madeira*

*(Anexo ao Despacho s/n de 14 de Novembro de 2011 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**

**Despacho s/n.º CEME/11**  
**de 22 de Dezembro de 2011**  
**Brigada Mecanizada**

Tendo a Brigada Mecanizada direito a ostentar nas suas armas a Cruz da Ordem Militar de Cristo, por ter sido conferido o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo por alvará de 4 de Abril de 2002, publicado no Diário da República n.º 123, 2.ª Série, de 28 de Maio de 2002, ao Campo Militar de Santa Margarida de que é herdeiro.

Ao abrigo do disposto no artigo 59.º da Portaria n.º 213/87 de 24 de Março, Regulamento de Heráldica do Exército, aprovo o modelo das armas da BRIGADA MECANIZADA cuja reprodução consta da iluminura anexa ao presente despacho e com a descrição heráldica seguinte:

**Armas:**

- Escudo de prata, cinco escudetes antigos de azul, postos em cruz, os dos flancos apontados ao centro, carregados, cada um, de onze besantes de prata, 3, 2, 3, 2, 1; bordadura diminuída e ameada de azul;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de prata e de azul;
- Timbre: um leão sainte de ouro, empunhando na garra dianteira dextra um chicote de armas de prata, encabado de azul;
- Condecoração: sob o escudo a Cruz da Ordem de Cristo;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir: **“FEITOS FARÃO TÃO DIGNOS DE MEMÓRIA”**.

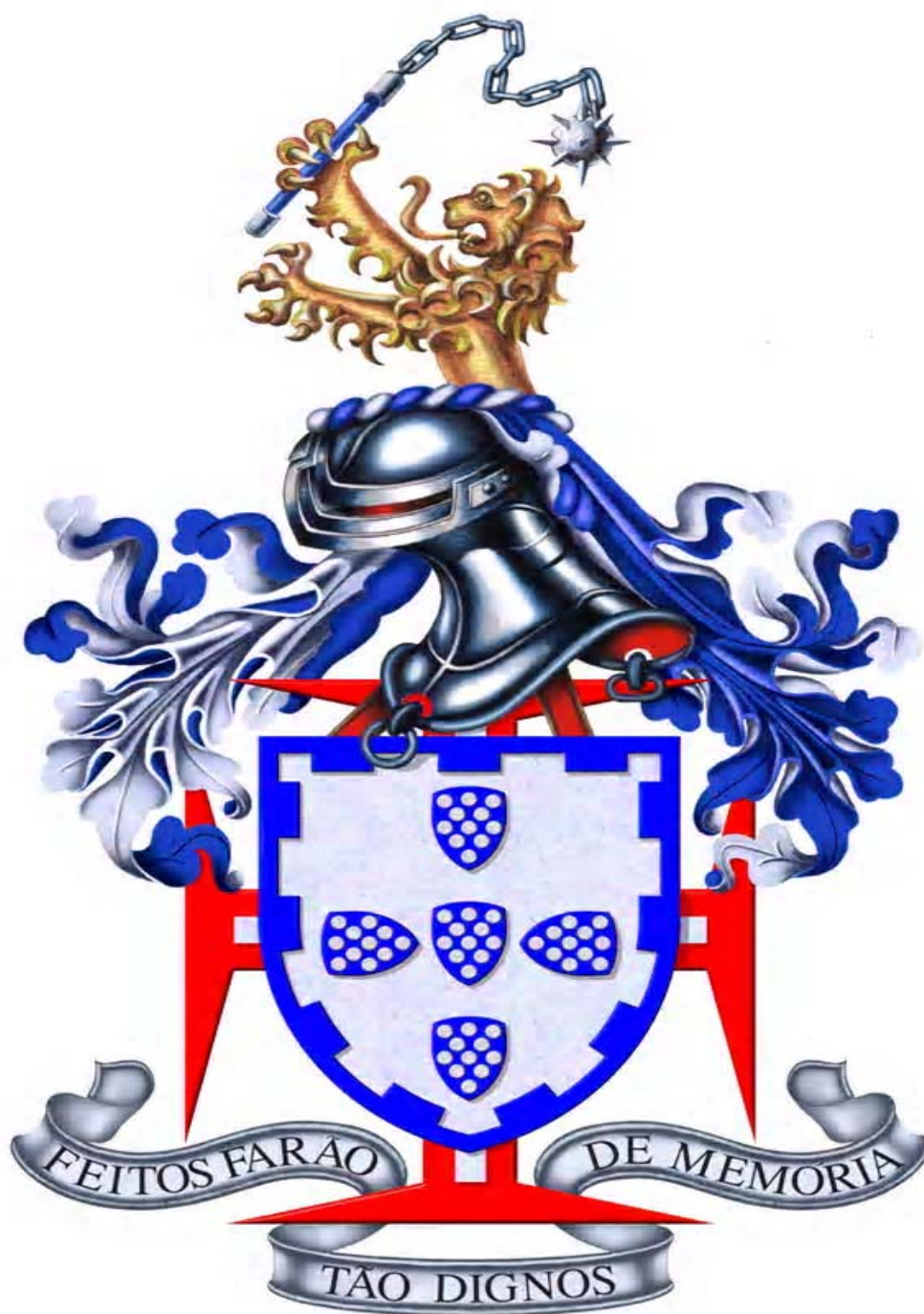
**Simbologia:**

- A PRATA do campo alude à riqueza do conhecimento que esta Grande Unidade proporciona, como escola inter-armas do Exército, tal como acontecia com a Divisão Nun‘Álvares, sua antecessora;
- Os ESCUDETES antigos, armas de Portugal anteriores a el-Rei D. Afonso III, aludem ao contributo da Brigada na sua missão de defesa do Território Nacional;
- A BORDADURA diminuída caracteriza um Comando Territorial e é ameada como diferença dos Comandos Territoriais Independentes das Regiões Autónomas; a sua cor é a da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- O LEÃO sainte alude ao símbolo heráldico do Exército Português e simboliza a Grande Unidade de Armas Combinadas de que o Exército dispõe para a satisfação de compromissos assumidos por Portugal no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte; empunha um chicote de armas com esmaltes da mesma organização;
- A divisa: **“FEITOS FARÃO TÃO DIGNOS DE MEMÓRIA”**, Lus. X – 70, é a afirmação do que se espera da atuação desta Grande Unidade, no âmbito das suas diversificadas missões;
- Os esmaltes significam:

- § O OURO: nobreza e constância;
- § A PRATA: riqueza e eloquência;
- § O VERMELHO: energia, ardor bélico e sangue derramado;
- § O AZUL: zelo e lealdade.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, Artur Neves Pina Monteiro, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Brigada Mecanizada*

*(Anexo ao Despacho s/n, de 22 de dezembro de 2011 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**



**Despacho s/n.º CEME/12****de 26 de Junho de 2012****Agrupamento Índia/FND/KFOR**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas do Agrupamento Índia/FND/KFOR, conforme se descrevem:

**Armas:**

- Escudo de negro, uma pala bretessada de ouro carregada de quatro moletas de negro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de negro e de ouro;
- Timbre: um cavalo sainte, erguendo o escudete da Brigada Mecanizada;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir **“DE NADA A FORTE GENTE SE TEMIA”**.

**Simbologia:**

- O NEGRO do campo representa a terra por onde a bravura e a galhardia dos nossos antepassados trilharam o caminho da honra e da glória;
- A PALA bretessada de OURO lembra o rasto do trilho das viaturas mecanizadas, aludindo à natureza das unidades da Brigada Mecanizada que constituem o Agrupamento Índia, rasgando no NEGRO da terra o caminho da honra e da glória;
- As MOLETAS evocam as esporas de ouro que, após um feito de armas, eram solenemente entregues àqueles que, jurando não recear a morte, eram armados cavaleiros. O seu número é uma alusão ao antigo Regimento de Cavalaria n.º 4, antecessor do atual Quartel de Cavalaria da Brigada Mecanizada, unidade responsável pelo aprontamento e organização do Agrupamento Índia e das quatro unidades da Brigada Mecanizada que contribuem com forças para o agrupamento, o Grupo de Carros de Combate, o Esquadrão de Reconhecimento, o Grupo de Artilharia de Campanha e a Bateria de Artilharia Antiaérea;
- O CAVALO alude às características de mobilidade e proteção blindada dos materiais que equipam o Agrupamento Índia;
- O ESCULETE da Brigada Mecanizada representa a Grande Unidade mobilizadora do Agrupamento Índia;
- A divisa **“DE NADA A FORTE GENTE SE TEMIA”**, (**“OS LUSÍADAS”**, Canto I), alude ao carácter da missão do Agrupamento Índia e afirma a confiança no cumprimento da mesma;
- Os esmaltes significam:
  - § O OURO, a nobreza de carácter do militar português e a firmeza da sua conduta;
  - § O NEGRO, a constância na adversidade e o senso necessário na ação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, Artur Neves Pina Monteiro, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Agrupamento Índia/FND/KFOR*

*(Anexo ao Despacho s/n, de 26 de junho de 2012 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**

**Despacho s/n.º CEME/13**  
**de 05 de Junho de 2013**

**Manutenção Militar**

Por despacho do Chefe de Estado-Maior do Exército, foram aprovadas as Armas da Manutenção Militar, reproduzidas em gravura anexa à portaria, ostentando a Medalha de Ouro de Serviços Distintos com que foi condecorada pela Portaria de 2 de Junho de 1997, publicada no Diário da República n.º 136, 2.ª Série, de 16 de Junho de 1997, conforme se descrevem:

**Armas:**

- Escudo de verde, uma roda dentada com uma cornucópia inclusa, ambas de ouro;
- Elmo militar de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra;
- Correia de vermelho perfilada de ouro;
- Paquife e virol de verde e de ouro;
- Timbre: duas pás de verde passadas em aspa; brocante três espigas de ouro atadas em ponta;
- Condecoração: pendente do escudo a Medalha de Ouro de Serviços Distintos;
- Divisa: num listel de prata, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir “POR BEM TRABALHAR E MELHOR SERVIR”.

**Simbologia:**

- A RODADENTADA, imagem hodierna do trabalho funcionalmente organizado, representando a Indústria e a CORNUCÓPIA, emblema mitológico da abundância, simbolizando o Comércio e a Agricultura, definem as facetas complementares da atividade de um Estabelecimento Fabril laborando em prol da economia nacional.

- As ESPIGAS e as PÁS invocam a criação em 1861, às Janelas Verdes, da Padaria Militar embrião da atual Manutenção Militar – para prover ao abastecimento de pão aos estabelecimentos dependentes dos Ministérios do Reino, da Justiça, da Guerra e da Marinha.

- A divisa “POR BEM TRABALHAR E MELHOR SERVIR” exprime a determinação em continuar a permanente evolução dos meios e das técnicas para garantir a competitividade com as organizações similares num quadro de livre concorrência.

- Os esmaltes significam:

§ O OURO: recorda a riqueza gerada em sabedoria e esforço tanto no passado como no dia a dia do presente;

§ O VERDE: cor tradicional dos produtos da natureza que a Manutenção transforma, simboliza a sua esperança num futuro que hoje já está sendo projetado.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, Artur Neves Pina Monteiro, General.

**(Página intencionalmente em branco)**



*Manutenção Militar*

*(Anexo ao Despacho s/n, de 05 de junho de 2013 do Gen CEME)*

**(Página intencionalmente em branco)**



**Despacho n.º 11 549/2013**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, delego no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General **António Carlos de Sá Campos Gil**, a competência para a prática dos seguintes atos no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina:

a) Aprovar instruções e normas técnicas nos domínios da doutrina, da educação, da formação militar, da formação profissional, da educação física, dos desportos e do tiro no Exército;

b) Praticar todos os atos administrativos respeitantes à vida escolar nos estabelecimentos militares de ensino e nos estabelecimentos de ensino militar, com exceção da Academia Militar, nomeadamente proferir decisões sobre requerimentos, exposições e outros documentos apresentados por alunos, candidatos a aluno ou encarregados de educação;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;

d) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;

e) Planear, coordenar, executar e inspecionar os cursos de formação geral comum de praças, bem como para o controlo e tratamento dos dados relativos às atividades de instrução das unidades onde se realizam aqueles cursos;

f) Aprovar a calendarização dos cursos que integram o Plano de Formação Continua, depois de aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército;

g) Autorizar a realização e arrecadação e receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 99.759,58 euros, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, bem como para autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 266/2012, de 30 de dezembro de 2011, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2012, subdelego na mesma entidade a competência para, no âmbito do Comando da Instrução e Doutrina, autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de 5.000 euros.

4 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no Diretor de Educação, podendo este subdelegá-la, no todo ou em parte, nos diretores dos estabelecimentos de ensino que se encontrem na sua dependência direta.

5 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes e chefes na dependência direta do Comandante da Instrução e Doutrina, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respetiva dependência direta.

6 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013 e vigora até a data em que tomar posse o novo titular do cargo de Comandante da Instrução e Doutrina.

14 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

(DR 2.ª Série n.º 171 de 05 de setembro de 2013)

**Despacho n.º 12 005/2013****Distribuição dos efetivos de militares dos quadros permanentes  
do exército por quadros especiais e postos no ano de 2013**

Considerando:

a) O disposto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, no que concerne:

À competência atribuída a cada militar, que deve ser compatível com o nível de responsabilidade inerente às funções a exercer, de acordo com o posto e a qualificação exigidos para o seu desempenho eficiente, não podendo aquele ser nomeado para cargos a que corresponda posto inferior ao seu, nos termos dos artigos 39.º e 40.º;

Aos princípios, pressupostos e condicionamentos inerentes ao desenvolvimento das carreiras militares, previstos nos artigos 125.º a 132.º;

Ao preenchimento de lugares nos quadros especiais, por militares que reúnam as condições de promoção, nos termos do artigo 165.º;

Ao ordenamento dos militares dos quadros permanentes em listas de promoção, conforme o disposto nos artigos 183.º e 184.º, e aos lugares atribuídos aos quadros especiais a que pertencem, os quais constituem suporte fundamental para a determinação de vagas que venham a ocorrer;

b) Os efetivos de militares dos quadros permanentes do Exército, na situação de ativo, constantes do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 211/2012, de 21 de setembro, conjugado com o Despacho n.º 7178/2013, de 24 de maio, de Suas Exas. o Ministro de Estado e das Finanças e o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013, que constituem os instrumentos de referência da gestão e administração dos recursos humanos;

c) Que o fim fundamentalmente visado pela lei na distribuição dos militares pelos diversos quadros especiais é a satisfação das necessidades do Exército e a sua operacionalidade;

d) A necessidade de, sem prejuízo do disposto na alínea anterior, garantir condições de equidade no desenvolvimento das carreiras dos Oficiais e dos Sargentos dos quadros permanentes.

Assim, no uso da faculdade que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 164.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, e ouvido o Conselho Superior do Exército, determino o seguinte:

1 — Os efetivos de militares dos quadros especiais do Exército, distribuídos por categorias e postos, aprovados para vigorarem no ano de 2013, são os constantes dos quadros em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

2 — Os lugares constantes no quadro a que se refere o número anterior na linha intitulada «qualquer dos quadros especiais», destinam-se a serem distribuídos posteriormente pelos diferentes quadros especiais, de acordo com as necessidades orgânicas, bem como com o objetivo de eliminar ou atenuar eventuais desequilíbrios, por referência aos cursos de origem, que ocorram nas promoções ao posto imediato.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de janeiro de 2013.

1 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

## ANEXO

**Distribuição dos efetivos por quadros especiais e postos no ano de 2013**

## 1 — Oficiais:

| Quadro especial                      | Postos |      |     |     |     |     |
|--------------------------------------|--------|------|-----|-----|-----|-----|
|                                      | COR    | TCOR | MAJ | CAP | TEN | ALF |
| INF .....                            | 34     | 114  | 110 | 165 | 113 | 35  |
| ART .....                            | 12     | 36   | 50  | 90  | 57  | 20  |
| CAV .....                            | 11     | 21   | 24  | 60  | 51  | 20  |
| ENG .....                            | 2      | 8    | 14  | 45  | 18  |     |
| TM .....                             | 4      | 11   | 14  | 40  | 15  |     |
| ADMIL .....                          | 5      | 15   | 18  | 60  | 50  | 15  |
| MAT .....                            |        | 9    | 9   | 30  | 10  |     |
| MED .....                            |        | 5    | 5   | 70  | 32  |     |
| FARM .....                           |        | 1    | 2   | 20  | 3   |     |
| VET .....                            |        |      | 1   | 25  | 4   |     |
| DENT .....                           |        |      |     | 10  | 1   |     |
| TEDT .....                           |        |      |     | 40  |     |     |
| CBMUS .....                          |        |      |     | 5   |     |     |
| TEXPLTM .....                        |        |      | 1   | 25  |     |     |
| TMANTM .....                         |        |      | 2   | 15  |     |     |
| TMANMAT .....                        |        |      | 4   | 35  |     |     |
| TPESSECR .....                       |        |      | 5   | 70  | 8   |     |
| TTRANS .....                         |        |      |     | 35  |     |     |
| SGE .....                            |        |      | 10  |     |     |     |
| SGPQ .....                           |        |      |     |     |     |     |
| Qualquer dos quadros especiais ..... | 44     | 129  | 308 |     |     |     |
| <i>Soma</i> .....                    | 112    | 349  | 577 | 840 | 362 | 90  |

## 2 — Sargentos:

| Quadro especial | Postos |     |     |      |      |
|-----------------|--------|-----|-----|------|------|
|                 | SMOR   | SCH | SAJ | 1SAR | 2SAR |
| INF .....       |        | 53  | 244 | 310  | 155  |
| ART .....       |        | 15  | 90  | 170  | 70   |
| CAV .....       |        | 8   | 70  | 110  | 65   |
| ENG .....       |        | 7   | 60  | 175  | 50   |
| TM .....        |        | 8   | 70  | 150  | 60   |
| AM .....        |        | 3   | 30  | 150  | 20   |
| MAT .....       |        | 20  | 100 | 225  | 80   |
| MED .....       |        | 2   | 35  | 113  | 25   |
| FARM .....      |        |     |     | 10   | 5    |
| VET .....       |        |     |     | 6    | 5    |
| MUS .....       |        | 2   | 50  | 60   | 25   |
| CLAR .....      |        |     | 8   | 15   | 10   |
| PESSEC .....    |        |     |     | 110  | 20   |
| TRANS .....     |        |     |     | 35   | 10   |
| SGE .....       |        | 4   | 50  | 35   |      |

| Quadro especial                      | Postos |     |      |      |      |
|--------------------------------------|--------|-----|------|------|------|
|                                      | SMOR   | SCH | SAJ  | 1SAR | 2SAR |
| AMAN .....                           |        |     |      | 40   |      |
| PARAQ .....                          |        | 2   | 10   |      |      |
| SAP .....                            |        |     |      |      |      |
| Qualquer dos quadros especiais ..... | 69     | 293 | 360  |      |      |
| <i>Soma</i> .....                    | 69     | 417 | 1177 | 1714 | 600  |

(DR 2.ª Série n.º 180 de 18 de setembro de 2013)

**Comando da Instrução e Doutrina****Despacho n.º 12 312/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor do Instituto de Odíveas, Coronel de Infantaria, (14046682), **José Paulo Bernardino Serra** a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013 ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto de Odíveas, Coronel de Infantaria, (14046682), José Paulo Bernardino Serra, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

**Despacho n.º 12 313/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, Coronel de Infantaria, (18428880), **João Augusto de Miranda Soares** a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto dos Pupilos do Exército, Coronel de Infantaria, (18428880), João Augusto de Miranda Soares, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

**Despacho n.º 12 314/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar, Capitão-de-Mar-e-Guerra **Luís António de Medeiros Ramos**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar, Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís António de Medeiros Ramos, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

**Despacho n.º 12 315/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina, Tenente-Coronel de Artilharia, (11903386), **Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €12 500,00, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina, Tenente-Coronel de Artilharia, (11903386), Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

**Despacho n.º 12 316/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor do Colégio Militar, Coronel Tirocinado de Artilharia, (13032082), **José António de Figueiredo Feliciano**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Colégio Militar, Coronel Tirocinado de Artilharia, (13032082), José António de Figueiredo Feliciano, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

### **Despacho n.º 12 317/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General **Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — As competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos Comandantes das Unidades que se encontrem na sua dependência direta.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

### **Despacho n.º 12 318/2013**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 11 549/2013, de 14 de agosto, de S. Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 05 de setembro de 2013, subdelego no diretor do Instituto de Odíveas, Coronel de Engenharia, (03233378), **António Luís Nisa Pato** a competência prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58, bem como autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens até ao mesmo montante.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 31 de agosto de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo diretor do Instituto de Odíveas, Coronel de Engenharia, (03233378), António Luís Nisa Pato, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de setembro de 2013. — O Comandante da Instrução e Doutrina, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

(DR 2.ª Série n.º 187 de 27 de setembro de 2013)

### III — DIRETIVAS

#### DIRETIVA N.º 153/CEME/2013

##### Alterações introduzidas pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto

Considerando que:

a) A Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, alterou os tempos mínimos de permanência em todos os postos, para efeitos de promoção, previstos nos artigos 217.º, n.º 1, 263.º, n.º 1, e 305.º, n.º 1, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, sendo esses tempos transitoriamente aumentados em um ano até à revisão do mesmo Estatuto;

b) Essa alteração, que entrou em vigor em 30 de agosto de 2013, não impede que a promoção ocorra quando, completado o tempo mínimo até agora aplicável, vise satisfazer necessidades de carácter operacional das Forças Armadas, devidamente justificadas;

c) O referido diploma legal altera também, a partir de 28 de setembro de 2013, a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, que passa a ser de oito horas por dia e de quarenta horas por semana, tendo essa disposição natureza imperativa e prevalecendo sobre quaisquer leis especiais, embora se admita a existência de períodos normais de trabalho superiores, desde que previstos em diploma próprio;

d) Atendendo a essa alteração, mostra-se necessário adaptar os horários vigentes nas U/E/O do Exército à nova duração do período normal de trabalho, bem como, no caso de U/E/O que façam atendimento ao público, adaptar o período de atendimento à nova duração do período normal de trabalho;

e) A citada Lei n.º 68/2013 determina, ainda, no n.º 1 do artigo 7.º, a aplicação, com as especificidades nela previstas, do regime jurídico dos trabalhadores em funções públicas, designadamente a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, aos trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército, contratados por tempo indeterminado, que exercessem funções num desses estabelecimentos fabris em 30 de agosto de 2013;

f) Contudo, o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, apenas é aplicável aos referidos trabalhadores das OGFE, das OGME e da MM após a conclusão do processo de extinção destes estabelecimentos fabris e a criação de uma nova entidade pública empresarial, e aos trabalhadores do LMPQF após a conclusão do processo de reorganização do mesmo, continuando a aplicar-se-lhes, até então, o regime jurídico que lhes vem sendo aplicado, ou seja, o constante da Lei n.º 2020, de 19 de março de 1947, e da legislação que a complementou;

g) Face ao disposto no n.º 4 do mesmo preceito legal, a dilação a que se refere a alínea anterior não é aplicável aos trabalhadores que, até à conclusão dos referidos processos de reorganização, tenham obtido colocação em outro serviço ou organismo ao abrigo dos instrumentos de mobilidade aplicáveis, pelo que ficarão, desde logo, sujeitos ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Assim, determino o seguinte:

1. O Comando do Pessoal deverá difundir instruções com a finalidade de esclarecer o pessoal militar das consequências decorrentes, em matéria de promoções, da publicação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, incluindo que, ao abrigo da possibilidade conferida pelo n.º 2 do artigo 6.º desse diploma legal, o Comando do Exército poderá realizar promoções com base nos tempos mínimos até agora vigentes, sempre que as mesmas se justifiquem por necessidades de carácter operacional.

2. Todas as U/E/O devem proceder à revisão e adaptação dos horários que atualmente nelas vigorem à nova duração do período normal de trabalho e, no caso de U/E/O que façam atendimento ao público, proceder à adaptação do período de atendimento, a fim de, em ambos os casos, os novos horários vigorarem a partir de 28 de setembro de 2013.

3. O Comando da Logística deverá difundir instruções no sentido de os trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército serem devidamente esclarecidos sobre o regime jurídico que lhes é aplicável, na sequência da publicação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto.

23 de setembro de 2013 — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

#### IV — PROTOCOLOS

##### **Segundo Aditamento ao Protocolo Celebrado em 04Out2006**

##### **Entre o Exército Português**

##### **e o Instituto de Ação Social das Forças Armadas**

##### **Cedência de instalações a título precário ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA) do PM 10/Viseu – “Antigo Quartel-General de Viseu”**

O **Exército Português**, representado pelo Tenente-Coronel de Infantaria (09185485), Augusto Cerdeira, Chefe do Centro de Recrutamento de Viseu, por nomeação de S. Ex.<sup>a</sup>. o General Chefe do Estado-Maior do Exército, e o **Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA)**, representado pelo Coronel de Infantaria, (17585781), António José Lourenço da Fonte Rabaça, Diretor do Centro de Apoio Social de Viseu, nomeado pelo Exmo. Tenente-General Presidente do Conselho Diretivo do IASFA, acordam o presente Aditamento ao Protocolo celebrado em 04OUT2006:

Considerando que:

1. Por Protocolo celebrado em 04out06, o Exército cedeu ao IASFA a utilização de determinados espaços no PM 10/VISEU;
2. Além dos espaços cedidos no seu âmbito, aquele Protocolo prevê na sua cláusula VIII (Cedência de Outras Instalações), a cedência, a título precário, de outros espaços do PM 010/VISEU, que se mostrem necessários ao IASFA e que venham a ficar devolutos em função da reestruturação do dispositivo do Exército;
3. Em out09, foram cedidos a título precário e provisório, mais dois compartimentos do referido PM 010/VISEU ao IASFA, através de um Aditamento ao Protocolo celebrado em 04out06;
4. Em termos de contrapartidas pela utilização de instalações do PM 10/VISEU, o IASFA já assegurou a reconfiguração de uma área para a instalação do gabinete Chefe e do gabinete do Subchefe do Centro de Recrutamento de Viseu, de modo a garantir as condições de trabalho equivalentes às anteriores, suportando os correspondentes encargos, sem lugar a qualquer compensação ou indemnização;
5. O IASFA executou também, com encargos seus, a substituição completa da cobertura (incluindo estrutura) do edifício que vem utilizando ao abrigo do protocolo de 04out06 e do aditamento de 16out09, no setor em que se situam os espaços que lhe estão atribuídos;
6. O IASFA carece de espaços adicionais para melhor implantar as atuais instalações do seu Centro de Apoio Social (CAS) de Viseu;



7. O Exército pode dispor, para cedência a título precário e provisório, dos espaços ora (compartimentos) solicitados pelo IASFA, para ampliação das suas atuais instalações e melhoramento das condições dos seus serviços.

É celebrado o presente Aditamento ao Protocolo de 04out06 que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula I**

É autorizada ao IASFA a utilização a título precário de mais dois compartimentos na ala Este do PM 10/Viseu, com uma área total aproximada de 140m<sup>2</sup> contíguos ao espaço cedido anteriormente pelo Exército ao IASFA e devidamente assinalados nas plantas anexas ao presente Aditamento, tendo em vista a reinstalação da Direção e a constituição de quartos para utentes em ações de tratamento temporário fora da sua área de residência.

#### **Cláusula II**

Como contrapartida pela utilização deste espaço adicional e para além das obras já executadas no PM 10/Viseu e referidas nos pontos 4 e 5 do preâmbulo, o IASFA compromete-se ainda a requalificar uma outra área do PM 10, para reinstalar parte dos serviços do Centro de Recrutamento de Viseu que irão ser desalojados em resultado da ampliação do CAS VISEU, suportando o IASFA os correspondentes encargos no montante estimado de 11.660€(S/IVA), sem lugar a qualquer compensação ou indemnização por parte do Exército.

#### **Cláusula III**

Tudo o mais que não seja enunciado no presente Aditamento rege-se pelo regime jurídico constante do Protocolo celebrado em 04out06, entre o Exército e o IASFA.

#### **Cláusula IV**

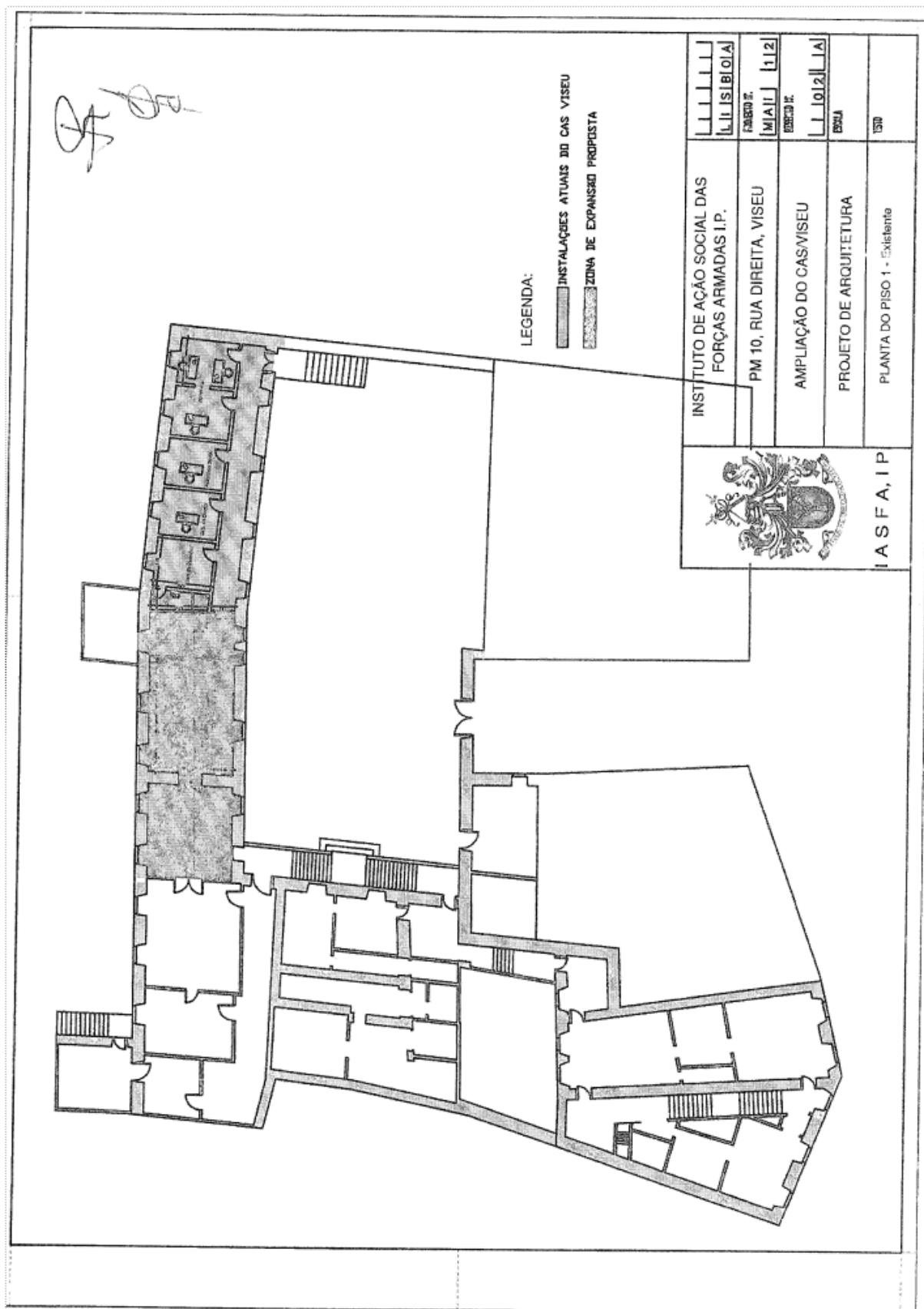
O período de utilização a título precário dos compartimentos do PM 10/Viseu, mencionados na cláusula I, tem início na data de assinatura do presente Aditamento e cessa na mesma data prevista no Protocolo de 04out06.

Viseu, 08 de julho de 2013.

Pelo Exército: O Chefe do Centro de Recrutamento de Viseu, *Augusto Cerdeira*, Tenente-Coronel de Infantaria

Pelo IASFA: O Diretor do Centro de Apoio Social de Viseu, António José Lourenço da Fonte Rabaça, Coronel de Infantaria





## **Protocolo de Colaboração**

### **Entre a Escola Prática de Infantaria e a Câmara Municipal de Mafra Para a Vigilância das Zonas Florestais da Região de Mafra**

#### **1. Preâmbulo**

A celebração do presente protocolo tem como objetivo assegurar o aumento da vigilância nas zonas florestais da região de Mafra durante o período crítico, tendencialmente, aquele em que o índice de risco espacial de incêndio florestal é maior, por forma a diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndio, colaborando a Escola Prática de Infantaria, com a Câmara Municipal de Mafra, na defesa da floresta e, consequentemente, na manutenção das condições de vida das populações locais.

#### **2. Identificação das partes**

Entre:

1. **A Escola Prática de Infantaria (EPI)**, como primeiro outorgante, representada neste ato pelo Comandante, Coronel de Infantaria, João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro; e

2. **A Câmara Municipal de Mafra (CMM)**, sedeada na Praça do Município, em Mafra, como segundo outorgante, representada neste ato pelo Eng.º José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para outorgar o presente protocolo;

é celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

#### **3. Parte Dispositiva**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

1. O presente protocolo tem por objetivo apoiar a CMM, enquanto elemento da Proteção Civil, na vigilância das zonas Florestais da região de Mafra, como ação de prevenção contra incêndios e concomitantemente na defesa da Floresta e na manutenção das condições de vida das populações locais.

2. Entende-se por vigilância o ato ou efeito de observar atentamente sobre determinado ponto ou área a partir de um mesmo ponto e/ou conjunto de pontos (circuito) dentro de uma área delimitada.

3. A vigilância é efetuada com prioridade nos circuitos definidos, devendo a equipa variar a rotina de circulação.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Obrigações da Escola Prática de Infantaria**

A Escola Prática de Infantaria, no âmbito do presente protocolo, compromete-se a efetuar as seguintes atividades:

1. Disponibilizar diariamente uma equipa de vigilância constituída por uma viatura e dois militares para realizar operações de vigilância no trajeto Mafra (Tapada Militar) – Gorcinhos – Quintal – Montesouros – Ursal – Carvoeira, dentro do período compreendido entre as 11h00 e as 17h00.

2. Fornecer a identificação completa dos militares e viaturas envolvidas, com a antecedência suficiente definida pela CMM.

3. Manter permanentemente informadas as entidades responsáveis (CODIS), Bombeiros Voluntários de Mafra), comunicando-lhes, de imediato, qualquer ocorrência digna de registo.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Obrigações da Câmara Municipal de Mafra**

A Câmara Municipal de Mafra, no âmbito do presente protocolo, compromete-se a:

1. Fornecer os meios materiais necessários ao cumprimento da missão, nomeadamente, um rádio de banda alta.

2. Proceder, sempre que necessário, à substituição do equipamento referido no ponto anterior.

3. Assegurar o fornecimento do combustível necessário às operações de vigilância.

4. Fornecer toda a documentação necessária à realização das atividades de vigilância florestal, como seja a legislação enquadrante, a cartografia com a identificação dos circuitos principais e a folha de registo para identificação das ações de vigilância efetuadas, que constituem anexos ao presente protocolo.

5. Disponibilizar os contactos úteis e necessários que possam ser usados pelas equipas de vigilância para o esclarecimento de questões ou situações que surjam, bem como um *check-list* com as atribuições solicitadas diariamente aos militares no âmbito da atividade de vigilância.

6. Comunicar, com quarenta e oito horas de antecedência, a interrupção/reinício da vigilância e consequente desmobilização/mobilização dos meios. Nos períodos de fim-de semana esta comunicação será feita até à quinta-feira anterior.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Resolução**

1. O incumprimento, por qualquer um dos outorgantes, de uma das obrigações assumidas ao abrigo do presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo.

2. Em caso de resolução serão devidos os montantes em dívida à data da sua resolução, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização pelos serviços não prestados.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de vigência**

1. Este protocolo produz efeitos a partir de 01 de julho e tem vigência até 30 de Setembro do corrente ano.

2. A antecipação e/ou prorrogação da prestação do serviço previsto no presente protocolo, bem como a prestação de serviços em períodos temporais específicos fora do seu prazo de vigência, pode ocorrer por acordo entre ambas as partes, que se constituirá como adenda a este protocolo, devendo ser comunicada pelo 2º outorgante com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar assinado e respectivos anexos.

Assim o outorgam, em Mafra, aos 01 de Julho de 2013.

Pelo 1.º Outorgante: O Comandante da EPI, *João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro*, Coronel de Infantaria

Pelo 2.º Outorgante: O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, *José Maria Ministro dos Santos*, Engenheiro

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*Francisco António Correia*, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

2.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 09/30 DE SETEMBRO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o MGen (18794480) **Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira**.

(Por despacho de 29 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, nas temos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo da artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Tir Tm (15081578) **Henrique José da Silva Castanheira Macedo**.

(Por despacho de 25 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Cor Inf (00806482) **Jorge Manuel Soeiro Graça**.

(Por despacho de 28 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Cor Inf (05916581) **Manuel Joaquim Vieira Esperança**.

(Por despacho de 01 de agosto de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de prata de serviços distintos, ao abrigo do disposto nos artigos 16.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCor Art (12925784) **Joaquim Manuel Ferreira Ramalho**.

(Por despacho de 01 de agosto de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o TCor Eng (07978886) **Rui Paulo Brazão Martins Costa**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o TCor Cav (02052885) **José David Angelino da Graça Talambas**.

(Por despacho de 16 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Maj Cav (39110793) **Jorge Figueiredo Marques**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Maj Inf (14902990) **Jorge Manuel Gomes Ribeiro**.

(Por despacho de 21 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Maj Art (05625193) **Nuno Miguel dos Santos Ferreira Lopes**.

(Por despacho de 19 de abril de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Maj Cav (17763892) **João Paulo dos Santos Faria**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o Cap Inf (13842099) **Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva**.

(Por despacho de 19 de abril de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 17.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau cobre, o SCh Cav (07741384) **Paulo José Antunes Rainho**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)



Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o **Cor Tir Inf (06737381) Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva.**

(Por despacho de 25 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o **Cor Inf (03476485) João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro.**

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o **Cor Cav (12002185) Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo.**

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 1.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea *a*), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o **Cor Art (09816685) José Mota Mendes Ferreira.**

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o **TCor Inf (09615186) Cesário Filipe Barros da Rocha.**

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o **TCor Vet (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro.**

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o **TCor AdMil (01416982) Luís Nelson Melo de Campos.**

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o TCor Inf (03708089) **João Miguel Martins Branco**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj AdMil (03717287) **Paulo Jorge Galhardas Rosado Barreiros**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj TPesSecr (10908784) **António Jorge Branquinho Pereira**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj Mat (04679488) **José Luís dos Santos Salsinha Ninitas**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Cap Eng (02996994) **Sérgio Miguel Pires Trindade**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Cap Inf (18018794) **Hugo Miguel da Silva Rodrigues**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Cap TExpTm (03200588) **José Alexandre Russo Pinto**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 20.º, 22.º, 23.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha de mérito militar, terceira classe, o Cap Art (08875600) **Hugo José Bação Serrudo**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SCh Art (13567983) **João Carlos Barreira Pires**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SCh Mat (10483784) **Júlio Manuel da Silva Peixoto**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Art (07236684) **Luís Manuel Pinto Esteves**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Cav (04759684) **Paulo Alexandre de Matos Mestre**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Tm (09251986) **Ângelo Francisco Moreira Duarte**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj SGE (16774186) **Carlos Manuel Mirrado Claudino**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj SGE (11650686) **Augusto Panta Baltazar**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Art (12771187) **João Paulo Correia da Costa**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Art (14963388) **José Manuel Sebastião Dias**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Tm (17874985) **Ernesto Manuel Alves**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Eng (15112486) **Mário Oliveira Gomes Ribeiro**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Mat (01098488) **Carlos Alberto Merca Silva**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Eng (18681188) **Carlos Manuel Alves Marques**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o SAj Inf (07815490) **Paulo Jorge Teixeira Martins**.

(Por despacho de 06 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Aman (05156381) **Maximiano Alves Teixeira**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg PesSec (23053092) **Nuno Manuel Carvalho Santos**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Art (17191296) **Paulo Jorge Antunes Cruz**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Eng (16503594) **Rogério Fernando do Monte Vicente**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Mat (04688094) **Manuel Cerqueira da Silva**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.<sup>a</sup> classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Eng (08405098) **Hugo Miguel Abade Claudino**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Eng (09120498) **Vítor Hugo Rosa Braz**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o 1Sarg Inf (18931193) **Rui Manuel Rodrigues Madeira**.

(Por despacho de 05 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, primeira classe, o Cor Inf (02400378) **António José de Sampaio Silva**.

(Por despacho de 11 de março de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, segunda classe, o Maj AdMil (01164487) **César Augusto Martins Mexia**.

(Por despacho de 17 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, segunda classe, o Maj SGE (03597481) **Carlos Martins Alves**.

(Por despacho de 21 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, segunda classe, o Maj Cav (22305392) **Pedro Miguel Guedes de Carvalho**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Art (02337795) **Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap AdMil (19740298) **Carlos Miguel Nina Pereira Martins**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)



Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Cav (18706097) **Antero de Aguiar Marques Teixeira**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Cav (17481398) **Sérgio Miguel Capelo**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Ten Inf (16675702) **Leonel Carvalho Batista Nogueira**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Ten Inf (10738401) **David Elias Moreira Marcos**.

(Por despacho de 21 de junho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o SMor Mat (12402081) **Manuel Joaquim Ribeiro Costa**.

(Por despacho de 04 de abril de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o SMor Art (14605284) **António Manuel Ramos Nascimento**.

(Por despacho de 24 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SCh Cav (10444084) **Américo das Neves Pratas**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Cav (02316485) **Luís Manuel Alves Grácio Contente**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Inf (12935188) **Lucínio José da Silva Fernandes**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Cav (03654087) **José Manuel Pires Gonçalves**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Cav (00884689) **Edmundo Manuel Lopes Fontinha**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Cav (04593291) **Mário João Valério Alho**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Cav (07932588) **Luís Filipe Catroga Duarte**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o 1Sarg Mat (19210692) **José António de Matos**.

(Por despacho de 31 de maio de 2013)

Considerando que o Major-General (07276678) João Manuel de Castro Jorge Ramalhete tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (07276678) **João Manuel de Castro Jorge Ramalhete**.

(Por despacho de 04 de julho de 2013)



Considerando que o Major-General (06737381) Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (06737381) **Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva**.

(Por despacho de 04 de julho de 2013)

Considerando que o Major-General (15081578) Henrique José da Silva Castanheira Macedo tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (15081578) **Henrique José da Silva Castanheira Macedo**.

(Por despacho de 04 de julho de 2013)

Considerando que o Major-General (18944077) António Manuel Felícia Rebelo Teixeira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (18944077) **António Manuel Felícia Rebelo Teixeira**.

(Por despacho de 04 de julho de 2013)

Considerando que o Major-General (03071382) Rui Davide Guerra Pereira tem revelado, ao longo da sua carreira, elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército, qualidades que legitimamente conduziram à sua promoção a Oficial General;

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o MGen (03071382) **Rui Davide Guerra Pereira**.

(Por despacho de 04 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas as Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Cor Inf (00371884) **Paulo Emanuel Maia Pereira**.

(Por despacho de 24 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo diploma legal, o Cor Inf (01363084) **Jorge Manuel Barreiro Saramago**.

(Por despacho de 24 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Inf (06726088) **António Manuel Carvalho Vicente**.

(Por despacho de 17 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (05902887) **José António Ribeiro Leitão**.

(Por despacho de 17 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Eng (27436993) **Alexandre Fernando Mendes Rodrigues**.

(Por despacho de 10 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Eng (03390696) **Jerónimo Saraiva dos Santos**.

(Por despacho de 10 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Mat (11185883) **António Manuel Mendes de Matos**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Mus (14929885) **João Higinio Araújo Oliveira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Eng (12102984) **José Luís Cardoso Fontoura**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Inf (09105681) **António Monteiro Magro**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Inf (12583683) **Vítor José Alves Filipe**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Mus (09918082) **Joaquim Manuel Feleciano Correia**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mus (14123783) **José Brochado de Oliveira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Cav (02922081) **Heitor Jorge de Castro Batista Peixoto**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mus (09346589) **António José Baião Bravo**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (00404187) **José João Neto Serafim**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (09069688) **Mário José Pires da Silva**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (18956587) **Paulo Jorge Rodrigues Perna**.

(Por despacho de 10 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (06162587) **Armando Manuel Ferreira Pereira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (05035689) **João Paulo Moreira Martins**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (06383389) **Paulo Joaquim Liliu Talhinhos**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (08766286) **Paulo Jorge Ribeiro Caldeira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (07270390) **Vítor Manuel Silva Serras**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Tm (10171991) **Hélder José Ferreira Regada**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (16920289) **Joaquim Manuel Cheira Marçalo**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Tm (15443886) **Serafim Paulo Fernandes Moreira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (27002891) **Sérgio António Ribeiro de Oliveira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg AdMil (17332392) **José Manuel Veríssimo Alves**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (30806593) **Rui Santos Pereira Gato Rodrigues**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a 1Sarg PesSec (05032498) **Maria José Martinho Calado**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (12669896) **José Carlos Mota Gonçalves**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Mus (11957795) **Simão Pedro Macedo da Silva**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (07206797) **Carlos Miguel Costa Cunha**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Tm (04325097) **João Carlos Rebelo Alves**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (14774699) **Rui Miguel Semedo Pena**.

(Por despacho de 10 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (04532201) **António Pedro dos Santos Saraiva de Oliveira**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (31523693) **Francisco Manuel Borges Caleiras**.

(Por despacho de 10 de julho de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 2Sarg Inf (08184703) **Hélder dos Reis César**.

(Por despacho de 11 de julho de 2013)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

2Sarg Mus (00760001) Tiago Alexandre Cupido Ferreira.

(Por despacho de 18 de abril de 2013)

Cb Cav GNR (1970348) Rui Manuel Rodrigues Correia.

(Por despacho de 07 de maio de 2013)



Condecorado com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar:

Guar Inf GNR (2070688) Pedro Miguel Lopes Ferreira, “Afeganistão 2007”;

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

2Sarg Inf (09675803) José Agostinho Marques Pereira, “Afeganistão 2012-13”;

2Sarg Inf (05959902) Vítor Manuel Teixeira Pinto, “Afeganistão 2012-13”;

2Sarg Inf (04245209) Christian Antunes Farinha, “Afeganistão 2011-13”;

2Sarg Inf (05959902) Vítor Manuel Teixeira Pinto, “Afeganistão 2011-13”;

2Sarg Inf (09675803) José Agostinho Marques Pereira, “Afeganistão 2011-13”.

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar do Exército da República da Hungria:

Maj Exército Hungria (SB0061350) Árpád Szász, “Balcãs 2013”.

(Por despacho de 26 de julho de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do Chefe Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares do Exército da República da Itália:

TCor Carabinieri da Republica Italiana (002800) Massimo Pani, “Balcãs 2013”;

TCor Carabinieri da Republica Italiana (806411PE) Michelangelo Ciliberti, “Balcãs 2013”;

Cap Carabinieri da Republica Italiana (322889) Roberto Erra, “Balcãs 2013”;

Cap Carabinieri da Republica Italiana (23627) Angelo Crabu, “Balcãs 2013”;

SCor Carabinieri da Republica Italiana (514906) Fábio Rutigliano, “Balcãs 2013”.

(Por despacho de 28 de agosto de 2013)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

TCor Inf (02033185) Manuel Joaquim Moreno Ratão, “Angola 2012-13”;

Cap Inf (03750294) Ricardo Bruno Mota Pires, “Moçambique 2011-13”;  
SAj Tm (02742785) Jorge Manuel Cortes dos Santos, “Afeganistão 2012-13”;  
SAj Mat (03181186) Manuel Gervásio Poejo Churra, “Afeganistão 2011-13”;  
2Sarg Eng (05406501) Ruben Fernando Romano Cortinhas, “Afeganistão, “2011-13””;  
2Sarg Inf (17827602) Clementino Mendes Pedrosa, “Afeganistão 2011-13”;  
2Sarg Inf (17902504) Vítor Manuel Dias Sebastião, “Afeganistao 2011-13”.

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

## Louvores

Louvo o MGen (18794480) **Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira**, pela forma altamente profissional, extremamente dedicada e pelo elevado brilhantismo como tem exercido as funções de Diretor do Colégio Militar durante cerca de dois anos e nove meses e, mais recentemente, em acumulação de funções, às de Diretor de Educação do Comando da Instrução e Doutrina.

Oficial de forte personalidade, marcada por uma sólida formação moral e ética, empenhou-se, desde logo, nesta nova e exigente missão que o Comando do Exército lhe atribuiu, desenvolvendo um trabalho altamente meritório, abraçando com serenidade e enorme generosidade a nobre missão de dirigir uma instituição bicentenária de enorme prestígio como é o Colégio Militar.

Não possuindo qualquer ligação anterior ao Colégio Militar, rapidamente se apercebeu do desafio que representava a sua direção, bem como do ambiente externo e interno onde iria desenvolver a sua ação e das enormes responsabilidades e expectativas que sobre si recaiam na nobre missão de garantir, aos seus alunos, uma sólida formação académica, de excelência, alicerçada numa formação comportamental de rigor e exigência, baseada em valores e na ética, no respeito pelas seculares tradições desta escola.

A sua capacidade de liderança e permanente disponibilidade, para ouvir a Associação de Antigos Alunos, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e os próprios Pais e Encarregados de Educação, permitiu-lhe recolher diferentes opiniões críticas que contribuíram para o desenvolvimento do projeto educativo do Colégio Militar, durante a sua direção, num clima de grande serenidade e participação de toda a comunidade educativa. Esta persistente ação de direção e a forma notável como foi materializada, permitiram evidenciar as suas qualidades pessoais e militares, nomeadamente, a integridade de carácter, lealdade e elevado sentido de responsabilidade e do dever.

Sendo os Estabelecimentos de Ensino Militar estruturas particularmente distintas da maioria das restantes estruturas do Exército, especialmente o Colégio Militar, por receber alunos dos 10 aos 18 anos de idade em regime de internato, com todas as vicissitudes e problemas inerentes a este tipo de instituições, o Major-General Cóias Ferreira, mercê do seu elevadíssimo espírito de missão, vontade de bem servir, senso e ponderação, soube interpretar de uma forma muito correta, a realidade atual da sociedade portuguesa com as exigências de uma escola de valores que ontem como hoje tem sabido acompanhar a evolução dos tempos, sem perder de vista o seu objetivo principal - Formar jovens, futuros líderes com base numa formação comportamental baseada em valores e na ética.

É de relevar o permanente empenhamento na defesa do Colégio Militar e do seu projeto educativo, nomeadamente através das inúmeras intervenções nos vários Grupos de Trabalho, no âmbito da reestruturação dos Estabelecimentos de Ensino Militar, onde a sua participação foi preponderante, pautada por uma postura de inexcedível lealdade e frontalidade, nunca se inibindo de apresentar os problemas de forma muito correta e competente, contribuído decisivamente com propostas e soluções sensatas e ajustadas, demonstrando profundo conhecimento da Instituição que dirigiu.

É ainda de reconhecer o excelente trabalho realizado no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos e dos Recursos Financeiros que permitiu, num período de forte contenção de despesas, reduzir de forma significativa os custos de pessoal e de funcionamento. O sucesso da sua gestão marca de forma indelével a sua direção, projetando o Major-General Cóias Ferreira para um lugar de destaque na história desta secular instituição.



Pelo trabalho desenvolvido, pelas suas qualidades pessoais e militares em que uma vez mais destaco a lealdade, a integridade de carácter, o notável espírito de missão e de bem servir, pela coragem moral demonstrada na defesa do Colégio Militar, é o MGen Cóias Ferreira merecedor de público louvor e que os serviços por si prestados ao Exército e à Nação sejam considerados relevantes extraordinários e distintíssimos.

29 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (00806482) **Jorge Manuel Soeiro Graça**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou nos últimos dois anos, o cargo de Diretor Técnico do Projeto N.º 2 da Cooperação Técnico Militar (CTM) que apoia o desenvolvimento da Casa Militar do Presidente da República de Timor-Leste.

No cumprimento das funções inerentes ao seu cargo, o Coronel Soeiro Graça foi responsável por apoiar o levantamento, organização e funcionamento da Casa Militar do Presidente da República de Timor-Leste, evidenciando em permanência uma inegável capacidade de trabalho, relevantes qualidades profissionais, elevados dotes de carácter e de lealdade e uma inexcedível dedicação ao serviço.

Durante estes últimos dois anos o Coronel Soeiro Graça revelou amplos conhecimentos profissionais e visão estratégica, bem como sensibilidade política e plena capacidade de adaptação às circunstâncias inerentes às suas atribuições. Deve ser destacado o significativo contributo dado, quer no âmbito da organização e consolidação da Casa Militar, ao nível dos estudos referentes à estrutura da organização interna, quadro orgânico de pessoal, descrição dos cargos e do Regulamento Interno, quer posteriormente, nos estudos da reestruturação da Casa Civil. O seu trabalho resultou constantemente na elaboração de propostas coerentes e devidamente fundamentadas, com vista à inerente e indispensável regulamentação da Presidência da República permitindo assim a tão necessária harmonização e coerência funcional.

Importa igualmente assinalar, o eficiente trabalho por si desenvolvido, na coordenação e planeamento, agilizando a ligação com os restantes núcleos, promovendo um excelente ambiente que se tomou facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento de competências e rotinas de trabalho no seio da Casa Militar.

Militar distinto, seguro nos procedimentos, sensato e vivendo com grande entusiasmo, iniciativa e criatividade, as múltiplas tarefas que teve a seu cargo, destacou-se igualmente pela elaboração de análises e diretivas e pelo rigoroso planeamento e supervisão das atividades constantes do Programa de Ação Presidencial, em que esteve envolvido, nomeadamente nas cerimónias protocolares da Presidência da República, contribuindo de forma decisiva para o sucesso das mesmas.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Coronel Soeiro Graça como sendo um Oficial de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

28 de junho de 2013. - O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 753/2013 - DR II série n.º 149 de 05ago13)

Louvo o Cor Tir Inf (06737381) **Nuno Augusto Teixeira Pires da Silva** pela forma extremamente dedicada, excecionalmente eficiente, honrosa e brilhante com que desempenhou durante cerca de três anos o cargo de Chefe da Divisão de Planeamento de Forças do Estado-Maior do Exército e pelas excecionais qualidades e virtudes militares que desde sempre patenteou no cumprimento das mais variadas tarefas que lhe foram confiadas.

Oficial dotado de sólidos conhecimentos militares e elevada competência profissional, a sua ação na chefia da Divisão foi considerada notável, qualificação decorrente da qualidade e rigor dos estudos e trabalhos por si coordenados e orientados no âmbito da sua Divisão, em especial os relacionados com a revisão do conceito estratégico militar, os relativos ao sistema de forças nacional, os decorrente da otimização da componente fixa do Sistema de Forças, da dinamização da gestão dos 13 projetos do Exército

atualmente em execução, do planeamento das aquisições no âmbito da Lei de Programação Militar e do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, da coordenação das propostas do Exército no âmbito do NATO Defense Planning Process, das iniciativas da NATO Smart Defence e Connected Forces e ainda, no âmbito da União Europeia, da iniciativa Polling & Sharing, assim como da coordenação e dinamização de todo o processo de ratificação de STANGs da NATO e processamento de documentação NATO.

Mais recentemente, decorrente do processo de transformação do Exército, em particular os decorrentes do processo de revisão da estrutura do Sistema de Forças e da respetiva organização das unidades, a forma sensata, ponderada e dinâmica que assumiu foi determinante para a criação de um extraordinário sentido de missão, interiorizado pelos seus subordinados, contribuindo com a sua competência profissional e natural capacidade de liderança e de motivação do trabalho em equipa, para a qualidade e prontidão das propostas do Exército, incluindo as respostas às inúmeras solicitações exteriores, do que resultou sempre honra, prestígio e lustre para o Exército, em particular, e para as Forças Armadas em geral.

Mostrando-se sempre disponível, frequentemente fora do horário normal de trabalho, foi gratificante para o Comando do Exército constatar a sua dedicação imediata e a procura, incansável, do cumprimento da missão, demonstrando qualidades de abnegação e espírito de sacrifício exemplares, esclarecido e excecional zelo, demonstrando, desta forma, um extraordinário empenhamento no cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas e um permanente sentido do dever e de obediência a par de uma equilibrada capacidade de iniciativa e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Desenvolvendo excelentes relações humanas e com o seu invulgar sentido de camaradagem e respeito pelos seus subordinados e pares, contribuiu para uma eficaz ação de coordenação e cooperação entre as varias Divisões do Estado-Maior do Exército. De esmerada educação, honesto, frontal, praticando em elevado grau a virtude da lealdade, o Cor Tir Pires da Silva, pautou todos os seus atos pelos ditames da honra e mostrou-se, em todas as ações de que foi responsável, sempre digno de ocupar postos de maior risco e responsabilidade, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e reconhecida coragem moral, sendo desta forma respeitado por todos os que com ele serviram merecendo assim ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados serem considerados muito relevantes, extraordinários, de elevado mérito e distintos.

25 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Tir Tm (15081578) **Henrique José da Silva Castanheira Macedo** pela forma extremamente dedicada, eficiente e brilhante com que desempenhou durante cerca de três anos o cargo de Chefe da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado-Maior do Exército e pelas elevadas qualidades e virtudes militares que desde sempre patenteou no cumprimento das mais variadas tarefas que lhe foram confiadas.

Oficial dotado de sólidos conhecimentos militares e elevada competência profissional, a sua ação na chefia da Divisão foi considerada muito relevante, qualificação decorrente da qualidade e rigor dos estudos e trabalhos por si coordenados e orientados no âmbito da sua Divisão, em especial os relacionados com a coordenação e planeamento de matérias sensíveis, designadamente nos estudos conducentes ao desenvolvimento e implementação da Capacidade de Comando e Controlo - Nível Operacional e Tático, incluindo a industrialização da 3.ª fase, gestão do projeto “1.6 CISE-Learning Training Centres Network”, a implementação do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional no Exército, a coordenação das atividades de coordenação geral da implementação do Projeto “Microsoft Enterprise Project Management” no Exército, nos assuntos relativos à Ciberdefesa, na problemática dos Sistemas Operacionais Críticos do Exército, na implementação do Sistema de Gestão Documental no EME e no GabCEME, na elaboração da Política de Gestão da Informação do Exército e do Plano de Ação para a sua implementação, com relevo para a colaboração estreita com outros comandos do Exército.

Mais recentemente, quer decorrente do processo de transformação do Exército, em particular os decorrentes do processo de revisão da estrutura do Sistema de Forças e da respetiva organização das unidades, quer no âmbito dos sistemas de comunicações, foi um participante ativo na apresentação de propostas e pareceres relativos a assuntos envolvendo várias divisões do Estado-Maior do Exército, comportamento que assumiu de forma sensata, ponderada e dinâmica, postura considerada determinante para a criação de um extraordinário sentido de missão, interiorizado pelos seus subordinados, contribuindo com a sua competência profissional e natural capacidade de liderança e de motivação do trabalho em equipa, para a qualidade e prontidão das propostas do Exército, incluindo as respostas as inúmeras solicitações exteriores, do que resultou sempre honra, prestígio e lustre para o Exército, em particular, e para as Forças Armadas em geral.

Mostrando-se sempre disponível, frequentemente fora do horário normal de trabalho, foi gratificante para o Comando do Exército constatar a sua dedicação imediata e a procura, incansável, do cumprimento da missão, demonstrando qualidades de abnegação e espírito de sacrifício exemplares, esclarecido e excecional zelo, demonstrando, desta forma, um extraordinário empenhamento no cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas e um permanente sentido do dever e espírito de obediência a par de uma equilibrada capacidade de iniciativa e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias.

Desenvolvendo excelentes relações humanas e com o seu invulgar sentido de camaradagem respeito pelos seus subordinados e pares, contribuiu para uma eficaz ação de coordenação e cooperação entre as várias Divisões do Estado-Maior do Exército. De esmerada educação, honesto, frontal, praticando em elevado grau a virtude da lealdade, o Cor Tir Castanheira Macedo, pautou todos os seus atos pelos ditames da honra e mostrou-se, em todas as ações de que foi responsável, sempre digno de ocupar postos de maior risco e responsabilidade, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e reconhecida coragem moral, sendo desta forma respeitado por todos os que com ele serviram merecendo assim ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados serem consideradas muito relevantes, extraordinários, de elevado mérito e distintos.

25 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (00371884) **Paulo Emanuel Maia Pereira**, pela forma extraordinariamente competente, dedicada e eficiente como nos últimos doze meses desempenhou as funções de Comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar, de Chefe do Departamento de Formação Militar e de Comandante do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora.

Como Comandante do Corpo de Alunos, o Coronel Maia Pereira denotou elevada aptidão técnico-profissional, excecional capacidade de liderança e espírito de bem servir, tendo contribuído, em elevado grau, para o cumprimento da missão da Academia Militar. A extraordinária dedicação colocada ao serviço da formação dos futuros oficiais do Exército e da GNR foi acompanhada, em permanência, por um alto sentido do dever e da disciplina e por um exemplo singular de honradez, honestidade e probidade. Para além dos elevados conhecimentos técnico-científicos e da devoção postos ao serviço da Academia Militar na formação, cerimonial militar, nas diferentes atividades desde visitas ao baile de finalistas e nos vários exercícios militares, designadamente nos exercícios finais, o Coronel Maia Pereira teve desempenho de referência nas funções inerentes de Chefe do Departamento de Formação Militar, entre outras ações, na revisão das NVI, na definição do perfil físico do oficial subalterno, na revisão do referencial de formação geral militar, na reforma das atividades circum-escolares, na reavaliação do Modelo de Avaliação Comportamental, na revisão do enquadramento legal da AM, e na elaboração e revisão das Normas de Execução Permanente do Corpo de Alunos.

Como Comandante do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, em acumulação de funções, o Coronel Maia Pereira destacou-se na resolução dos problemas inerentes ao apoio de serviços ao AAMA, sistematizando procedimentos e responsabilidades, e mobilizando esforços no sentido de tornar mais eficiente todo o tipo de apoios em prol do bom funcionamento da Academia Militar. Com as suas

notáveis qualidades de comando e esclarecido sentido de camaradagem, que muito contribuíram para a elevada coesão, espírito de corpo, moral e bem-estar dos seus subordinados, resolveu grande parte dos problemas de pessoal, alimentação, fardamento, alojamento, instalações, equipamentos e material de guerra, tendo apresentado ao Comando da Academia Militar, com bom senso e elevado sentido da realidade, as soluções mais adequadas a cada situação. Demonstrando ser possuidor de grande capacidade de organização e de elevado sentido de iniciativa, preparou e coordenou vários estudos, consequentes para o bom funcionamento da Academia Militar e para o melhor desempenho dos alunos.

A todas as ações e funções o Coronel Maia Pereira emprestou um extraordinário desempenho e excecional espírito de sacrifício, tendo cultivado, em elevado grau, a virtude da lealdade, com a coragem moral, a extrema dedicação e o excecional zelo de um Comandante que será sempre lembrado pelos seus alunos e subordinados pelo “Ser e Viver Academia Militar”.

Pelo conjunto de relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de carácter, a abnegação e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos da maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Coronel Maia Pereira contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

24 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (01363084) **Jorge Manuel Barreiro Saramago**, pela forma extraordinariamente competente, dedicada e eficiente como nos últimos doze meses desempenhou as funções de Chefe do Grupo de Apoio ao Comando (GAC) da Academia Militar.

Como Chefe do GAC, enquanto órgão de apoio direto e pessoal do Comandante, o Coronel Jorge Saramago denotou elevada aptidão técnico-profissional e espírito de bem servir, tendo contribuído, em elevado grau, para o cumprimento da missão da Academia Militar. No âmbito destas funções é de sublinhar a excecional dedicação e zelo postos ao serviço da promoção da informação interna, do excelente funcionamento das relações públicas, cerimonial e protocolo, da implementação da nova secção de Protocolos e Relações Internacionais, da criação da base de dados de imagens da AM e da promoção do seu registo e organização, e da cuidada e eficaz ligação ao EME e aos diferentes órgãos de comunicação social. Demonstrando ser possuidor de elevados conhecimentos técnico-científicos, preparou e coordenou ainda, de modo particularmente profissional e proficiente, e em coordenação com outros órgãos, as missões ao estrangeiro, as atividades culturais, a realização de eventos, designadamente seminários e simpósios, a elaboração dos anuários de 2007 a 2013, e o filme sobre a AM. Em termos estruturais, é de relevar a sua ação inovadora, abnegada e altamente meritória na criação, implementação e realojamento do site da internet da Academia Militar, na aprovação e difusão de todas as NEPs da Academia Militar, na implementação do Portal Colaborativo da AM e design da Website da AM na Internet, na instalação e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Documental da AM, na regularização os Arquivos da AM e criação do Arquivo Primário, e na introdução de um Sistema de Corporate TV na AM.

Em todas as funções e ações que se estenderam muito para além das suas responsabilidades primárias e que foram desenvolvidas com extraordinário desempenho e excecional espírito de sacrifício, o Coronel Jorge Saramago cultivou em elevado grau a virtude da lealdade, com franqueza, frontalidade e elevada coragem moral.

Pelo conjunto de relevantes qualidades pessoais e virtudes militares evidenciadas, de que se destacam os elevados dotes de carácter, a abnegação e a elevada competência profissional, que o capacitam para ocupar postos da maior responsabilidade e risco, é justo reconhecer que os serviços prestados pelo Coronel Jorge Saramago contribuíram muito significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Academia Militar e do Exército Português, pelo que estes devem ser considerados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

24 de julho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (03476485) **João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro** pela forma extraordinariamente dedicada, empenhada, rigorosa e competente como ao longo dos últimos dois anos comandou a Escola Prática de Infantaria.

Interpretando corretamente as diretivas emanadas dos Comandos Superiores, soube sempre ultrapassar as dificuldades conjunturais com que se deparou, procurando em todos os momentos incrementar o moral e bem-estar dos seus militares e civis, manifestando ser possuidor de extraordinário bom senso e invulgares qualidades de abnegação, de espírito de sacrifício e de obediência.

Num período de particular intensidade de tarefas e em particular por ter assumido por diversos meses o trabalho de implementação da Escola das Armas, para além do resultante das missões próprias da unidade e dos apoios crescentemente solicitados, conjugados com uma evidente escassez de recursos, a sua superior inteligência e domínio das diferentes complexidades sistémicas, permitiu desenvolver a sua ação de comando com elevado grau de eficácia, numa procura constante de cultura de mudança e inovação, de qualidade, de cooperação e coordenação, em concomitância com uma gestão extremamente criteriosa dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.

O seu inexcedível rigor e reconhecida competência profissional, aliadas a uma sólida cultura militar, permitiram-lhe um permanente e interventivo acompanhamento na área da formação da Escola, garantindo grande qualidade na formação ministrada, nomeadamente na formação moldada para cada um dos contingentes ISAF e entidades civis, reformulação do Moodle EPI, recuperação das Carreiras de Tiro, apoio a projetos da CTM em Angola e Timor, aprontamento dos militares para a EUTM na Somália, bem como na criação do Gabinete de Qualidade e elaboração do Manual da Qualidade, entre outros, contribuindo desta forma para o bom desempenho dos oficiais, sargentos e praças ali formados.

A sua determinante ação de comando fez-se notar também em outras áreas de atividade e estudo, designadamente na melhoria, renovação ou ampliação de algumas infraestruturas, como a eletrificação do Centro de Formação e Treino de Combate em Áreas Edificadas, a operacionalização da sua Sala de Planeamento com sistema de vídeo de apoio e a operacionalização do Centro de Simulação de Treino de Tiro, realçando-se também a recuperação das instalações desportivas e a recuperação e pintura das fachadas do convento e Jardim do Buxo.

É ainda de realçar o desenvolvimento e manutenção de excelentes relações com as autoridades locais e a excelência de apoios prestados a instituições culturais e desportivas ou estabelecimentos de ensino, de que resultou reconhecimento e prestígio para a Escola Prática de Infantaria e para o Exército.

Pelas suas excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, extraordinário sentido da disciplina, lealdade e pela frontalidade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel João Ribeiro merecedor de ver os serviços por si prestados serem publicamente reconhecidos e considerados como extraordinários e relevantes e de muito elevado mérito, dos quais resultou honra e lustre para o cumprimento da missão do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército.

14 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Art (16456483) **Carlos Manuel Cordeiro Rodrigues** pela forma competente e dedicada como ao longo de cerca de dois anos comandou a Escola Prática de Artilharia.

Interpretando corretamente as diretivas emanadas superiormente, sempre soube ultrapassar as dificuldades conjunturais com que se deparou, manifestando ser possuidor de extraordinário bom senso e de inexcedíveis qualidades de abnegação e de sacrifício. Dotado de invulgar capacidade de organização, apurado sentido da responsabilidade e espírito de iniciativa, exerceu a sua ação de comando com eficácia, gerindo de forma serena mas extremamente criteriosa os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.



O seu inextinguível rigor e profissionalismo, aliados a uma sólida cultura militar, permitiram-lhe um permanente e interventivo acompanhamento dos muitos e variados cursos ministrados na Escola Prática de Artilharia, com reflexo na qualidade da formação ministrada, contribuindo, desta forma, para o bom desempenho dos oficiais e sargentos dos Quadros Permanentes e em Regime de Voluntariado e Contrato.

A sua ação de comando caracterizou-se por uma clara definição das prioridades, para que se tenham atingido plenamente os objetivos no âmbito da formação, bem como para uma melhoria das diversas infraestruturas de apoio à formação e à vida global da Unidade, nomeadamente a recuperação dos históricos sinos da torre sineira da Capela Real, a melhoria geral dos balneários e casas de banho das casernas da Bateria de Formação, bem como a remodelação de várias áreas do Palácio.

É ainda de realçar o seu empenhamento para que a Unidade tenha contribuído significativamente no desenvolvimento do projeto de Certificação da Estrutura de Formação do Exército, tendo sido elaborados um significativo número de Referenciais de Curso, designadamente os relativos ao Curso de Promoção a Capitão (parte específica de artilharia), Operador de Boca de Fogo e Apontador de Boca de Fogo.

As excelentes relações mantidas com as autoridades e organizações locais, fruto do seu espírito de iniciativa e dinamismo, permitiram a realização de diversas atividades com benefícios mútuos reforçando e consolidando a imagem do Exército, sendo de destacar a colaboração na preparação de formandos civis, concorrentes e jurados da equipa portuguesa do IEFQ que participou, na Bélgica, no campeonato Europeu das profissões, bem como na realização de diversos eventos nas instalações da Escola.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares demonstradas, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, a coragem moral, o extraordinário sentido do dever e da disciplina, a frontalidade, a humildade e simplicidade, o Coronel Carlos Rodrigues contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Comando da Instrução e Doutrina e do Exército.

14 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Cav (12002185) **Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo**, pela forma extraordinariamente dedicada, empenhada, rigorosa e competente como ao longo de cerca de dois anos comandou o Centro Militar de Educação Física e Desportos.

Dotado de uma elevada capacidade de trabalho e de organização, apurado sentido da responsabilidade e elevado espírito de iniciativa, exerceu a sua ação de comando com grande eficácia, gerindo de forma serena mas extremamente criteriosa os recursos humanos, materiais e financeiros colocados a sua disposição.

Concorreu a sua ação, caracterizada por constante e elevada abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, para que se tenham atingido plenamente os objetivos no âmbito da formação, bem como para uma melhoria e aprontamento de diversas infraestruturas de apoio à formação e à vida global da Unidade, nomeadamente com a instalação da Rede de Dados do Exército em toda a Unidade, substituição e recuperação de grande parte da canalização e reparação profunda dos depósitos de água que abastecem o Centro, assim com a substituição dos motores de extração de água dos respetivos furos hidrográficos e substituição do mobiliário das Praças.

O seu inextinguível rigor e elevada competência profissional, aliados a uma sólida cultura militar, permitiram-lhe um permanente e interventivo acompanhamento dos vários cursos ministrados no Centro, em particular o seu empenhamento na sustentabilidade da remodelação dos Referenciais dos respetivos Cursos, com natural reflexo na qualidade da formação ministrada.

Militar de trato fácil, obteve relevantes resultados no desenvolvimento e manutenção das relações com as autoridades locais e nacionais e a excelência de apoios prestados a instituições culturais, desportivas e estabelecimentos de ensino, designadamente a sua ação na criação das patrulhas a cavalo, em apoio à Comissão Municipal da defesa da floresta e contra incêndios do Concelho de Mafra, o seu apoio

ao Campeonato do Mundo de Técnicas de Randonée Equestre de Competição de 2012, a realização de etapas do Campeonato nacional de TREC e da Taça de Portugal de Concurso Completo de Equitação e a realização de diversos estágios, em ambiente de trabalho, solicitados por diversas Faculdades e Escolas, de que resultou reconhecimento e prestígio para a Escola e para o Exército.

Pelas suas excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, extraordinário sentido da disciplina, lealdade e, pela frontalidade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel Simões de Melo merecedor de ver os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para o cumprimento da missão do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército, serem publicamente reconhecidos e considerados como extraordinários e relevantes e de muito elevado mérito.

14 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Art (09816685) **José Mota Mendes Ferreira** pela forma extraordinariamente dedicada, empenhada, rigorosa e competente como ao longo de cerca de dois anos comandou o Regimento de Artilharia 5.

Dotado de uma elevada capacidade de trabalho e de organização, apurado sentido da responsabilidade e elevado espírito de iniciativa, exerceu a sua ação de comando com grande eficácia, gerindo de forma extremamente criteriosa os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.

A sua determinante ação de comando, caracterizada por constante e elevada abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, concorreu para uma melhoria de diversas infraestruturas de apoio à vida global da Unidade, nomeadamente com a substituição de janelas e portas de madeira degradadas, por outras com maior índice de eficiência energética, traduzindo-se em resultados assinaláveis na poupança de recursos financeiros e no aumento de conforto nos locais de trabalho; substituição e reparação de coberturas de diversos edifícios, devolvendo-lhes condições de habitabilidade e utilização, pondo termo à sua degradação possibilitando a intervenção e recuperação dos seus interiores; melhoria das diferentes instalações sanitárias da Unidade, nomeadamente as das diferentes salas de convívio e casernas, com reflexos notórios na higiene, limpeza e apresentação dos espaços.

Merece ainda especial relevo o seu empenhamento pessoal no desenvolvimento e melhoria das excelentes relações com as autoridades locais, materializadas através da concretização de protocolos de colaboração para a cedência de instalações desportivas e outras, bem como no apoio prestado às instituições da freguesia e do concelho em diversas atividades de solidariedade e culturais, destacando-se a concretização do protocolo com a Direção Regional de Cultura do Norte, através do qual foi possível abrir ao público e sem encargos para o Exército, parte do Mosteiro da Serra do Pilar, espaço classificado pela UNESCO como Património da Humanidade, obtendo-se ainda com esta abertura uma importante fonte de receita para a Unidade.

O seu inextinguível rigor e elevada competência profissional, aliados a uma sólida cultura militar permitiram-lhe um permanente e interventivo controlo não só das atividades formativas ou de preparação do Encargo Operacional, exercendo o seu comando com grande eficácia, promovendo com a sua ação e extraordinário empenho o cumprimento metódico das missões da Unidade, em total respeito pelas orientações e diretivas superiores, revelando possuir aptidão para bem servir e invulgares capacidades de planeamento, organização e coordenação.

Pelas suas excepcionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, extraordinário sentido da disciplina, lealdade e pela frontalidade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel Ferreira merecedor de ver os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para o cumprimento da missão do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército, serem publicamente reconhecidos e considerados como extraordinários, relevantes e de muito elevado mérito.

14 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Inf (05916581) **Manuel Joaquim Vieira Esperança**, pela forma altamente competente e distinta como desempenhou as funções que lhe foram atribuídas no quadro da Brigada de Reação Rápida, durante os últimos dois anos e meio.

Inicialmente, ainda com o posto de Tenente-Coronel, foi 2.º Comandante do Regimento de Infantaria N.º 15 (Tomar) por um período de cerca de 14 meses, durante o qual revelou exemplar aptidão para bem servir nas mais diferentes circunstâncias, permanente disponibilidade, dinamismo e persistência, qualidades que, conjugadas com a sua vasta experiência profissional, permitiram-lhe desenvolver um extraordinário e importante trabalho na materialização, com assinalável êxito, de todas as missões e objetivos definidos superiormente.

Decorrente das suas atribuições, chefiou e coordenou com assinalável eficiência e eficácia o Estado-Maior Regimental, dirigindo e coordenando o planeamento efetuado com grande sentido de responsabilidade, capacidade de análise, espírito crítico e sentido prospetivo, que conseguia traduzir de forma clara aos vários órgãos e serviços da Unidade, liderando e controlando a sua implementação e promovendo a introdução permanente de melhorias, com especial ênfase para as infraestruturas. Com efeito, a sua ação e o seu aconselhamento sempre oportuno e ponderado foram decisivos para o cumprimento atempado e rigoroso de todas as diretivas superiores e ordens do Comando, tendo-se afirmado como colaborador de exceção, merecedor de total confiança e dotado de invulgar sentido do dever e de missão.

A ponderação da ação que desenvolveu no RI15, a forte personalidade e qualidades que aí revelou no desempenho das suas funções e a apreciação da sua folha de serviço fizeram com que fosse escolhido para assumir o difícil, importante e exigente cargo de Senior Mentor da Military Adviser Team da Kabul Capital Division (KCD), no Teatro de Operações do Afeganistão no âmbito da International Security Assistance Force (ISAF), entre outubro de 2012 e abril de 2013.

Nessa qualidade mais uma vez comprovou tratar-se de um Oficial de eleição, tendo rapidamente granjeado a confiança e o respeito do Comandante da KCD, General Afegão que assessorava direta e pessoalmente, serviço de superior valia que por ele e pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército Afegão foram merecidamente enaltecidos, por escrito, vendo assim reconhecida a sua entrega, dedicação e profissionalismo no aconselhamento do planeamento de operações e no apoio à organização e funcionamento do Centro de Operações Táticas, assim como na sua qualidade de elo de ligação e coordenação com as forças da ISAF.

Neste quadro, merece ainda destaque a sua ação de Comando, pautada por uma irrepreensível conduta militar e grande determinação na prossecução dos objetivos estabelecidos, promovendo e preservando excelentes relações humanas na equipa sob o seu comando, refletindo-se num clima de trabalho amigável com os afegãos que assessoravam, transmitindo do militar português uma imagem de competência e profissionalismo.

O Coronel Manuel Esperança é dotado de um conjunto de invulgares qualidades e virtudes pessoais e militares que o confirmam como um Oficial de elevada craveira que pautou a sua atuação nas funções de 2.º Comandante do RI15 e no quadro da ISAF, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, sendo merecedor de ver destacado o seu desempenho, como um relevante contributo do qual resultou prestígio, lustre e honra para o Exército e para Portugal, devendo os serviços por si prestados ser considerados, extraordinários, relevantes e muito distintos.

01 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Cor Art (12348981) **António Silva Lopes**, pela forma extraordinariamente competente, extremamente dedicada e altamente eficiente como desempenhou, ao longo dos últimos três anos, as funções de diretor de serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar.

Oficial com uma longa e diversificada experiência militar, muito estudioso e com sólidos conhecimentos técnicos e profissionais, revelou em todas as circunstâncias uma excelente capacidade de organização, uma muito boa visão global dos problemas e uma excecional capacidade de adaptação às mais variadas



situações, tendo pautado o exercício das funções de dirigente por uma permanente preocupação pelo planeamento das múltiplas tarefas da Direção de Serviços sob a sua responsabilidade, relevando-se em particular o profissionalismo como coordenou a política de recrutamento e o desenvolvimento do processo de recrutamento militar e a forma inexcedível como geriu a situação dos cidadãos perante os seus deveres militares.

A par do seu inquestionável elevado espírito de missão e do permanente sentido do dever e da disciplina, destacam-se igualmente a sua extrema lealdade no relacionamento institucional e pessoal, a irrepreensível honestidade, firmeza e coerência dos seus atos, a constante procura de situações de equilíbrio, a capacidade de gerar consensos e a iniciativa pessoal, qualidades que, associadas à sua forma de ser e de estar, proporcionaram um ambiente de trabalho de grande coesão, com naturais reflexos diretos no excelente espírito de equipa criado e nos níveis de produtividade alcançados, facto que assumiu especial relevância em diversos assuntos de elevado grau de complexidade e em situações de grande adversidade.

Militar com invulgar capacidade de trabalho, associada a excelentes qualidades de liderança e de relacionamento humano, constituiu-se um colaborador que deixa, efetivamente, uma marca indelével na Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, sendo ainda de assinalar a sua destacada postura ética e o facto de após a transição para a reserva fora da efetividade de serviço ter continuado a contribuir de forma altamente prestável e com elevado espírito sacrifício para a boa condução de matérias consideradas como de grande relevância para a atividade da Direção-Geral.

Pelo notável desempenho evidenciado na elevada qualidade de todo o trabalho desenvolvido, pelo excecional espírito de cooperação e força de vontade revelado nas diversas atividades idealizadas e concretizadas, pela elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstrados no âmbito técnico-profissional, que contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional em geral e da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar em particular, é de toda a justiça prestar público louvor ao Cor Art António Silva Lopes pelos serviços por si prestados durante esta sua permanência neste organismo, de que resultou lustre e honra para o Ministério da Defesa Nacional.

26 de junho de 2013. — O Diretor-Geral da DGRPM, *Alberto Rodrigues Coelho*.

(Louvor n.º 717/2013 - DR II série n.º 146 de 31jul13)

Louvo o TCor Cav (02052885) **José David Angelino da Graça Talambas**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Comandante do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM), no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Oficial muito distinto que se destaca pela sua irrepreensível formação moral e ética, evidenciou no desempenho das suas atribuições, um conjunto de qualidades e virtudes militares excecionais, o que a par da sua conduta militar e determinação exemplares, o levaram a constituir-se como uma referência efetiva, não só para todos aqueles que serviram sob o seu comando, mas também para as demais Forças a operar no KTM.

A sua capacidade de liderança inata foi determinante para que a Unidade que comandou atingisse os mais elevados patamares operacionais, como foi objetivamente manifestado nos diversos reconhecimentos públicos de que o AGR I/KTM/KFOR foi alvo. Ainda no âmbito da conduta das operações, salienta-se o permanente cuidado posto na interação com as diversas Forças em presença no Teatro de Operações, designadamente no respeito pelas diferenças culturais, o que se refletiu, na manutenção do excelente relacionamento com o Contingente húngaro.

No período em questão, o Tenente-Coronel Graça Talambas exerceu um planeamento rigoroso e um cuidado extremo na conduta das inúmeras tarefas operacionais efetuadas pela sua Unidade, constituída como Reserva Tática da KFOR. A sua elevada preparação técnico-profissional, o seu espírito de cooperação e permanente atenção ao detalhe contribuíram para a garantia da segurança e da liberdade de movimentos, na sua área de responsabilidade, especialmente dos elementos integrantes da EULEX.

As operações executadas pelo AGR I/KTM/KFOR, no norte do Kosovo, em especial na área da cidade de Mitrovica, envolveram a execução de patrulhamentos, a remoção de *roadblocks* construídos nas principais vias de acesso a esta região do Kosovo e ainda em apoio de operações conduzidas por outras Forças da KFOR, tendo os militares portugueses revelado uma capacidade operacional digna de realce.

Chamado a apoiar a formação em controlo de tumultos, o AGR I/KTM/KFOR demonstrou, uma vez mais, um grande rigor e um elevado nível de preparação técnico-tático, nas diversas ações realizadas em coordenação com outras Unidades internacionais, particularmente com o *Freedom of Movement Detachment 2* e com as *Kosovo Security Forces*, recolhendo as melhores referências do Comando superior.

No desempenho das suas funções o Tenente-Coronel Graça Talambas revelou atenção permanente ao moral, bem-estar, segurança e nível de operacionalidade da sua Força, como ficou patente nas propostas que apresentou visando o incremento da Estrutura Operacional de Pessoal, nos Pelotões da Unidade de Manobra e a alteração da Estrutura Operacional de Material com a substituição das viaturas CHAIMITE pelas PANDUR. Esta última alteração, para além de efetivamente materializar, em termos nacionais, o primeiro emprego operacional destes meios em Teatro de Operações, representa um significativo aumento das capacidades operacionais do Contingente, designadamente pelo aumento da proteção e mobilidade que estas as viaturas conferem.

Durante o período em que decorreu a missão no Kosovo, o Tenente-Coronel Graça Talambas promoveu ainda um vasto leque de ações CIMIC visando contribuir para a melhoria das condições de vida das populações da região. Estão englobadas neste quadro as obras de conservação e beneficiação concretizadas em três escolas na região de Podujevo, bem como a entrega de material didático e equipamento desportivo. Estas atividades, além de permitirem colmatar algumas das sérias carências existentes na comunidade local, permitiram projetar o bom nome de Portugal, em geral, e das suas Forças Armadas em particular.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Tenente-Coronel Graça Talambas como sendo um Oficial de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

16 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 586/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo os militares das Forças Armadas Portuguesas que integraram o Estado-Maior da Força de Reação Imediata (EMFRI), pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, demonstradas no cumprimento das suas funções, no período 9 de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2012.

No período considerado, o EMFRI foi ativado para apoiar a realização dos exercícios LUSÍADA 11 e LUSÍADA 12, assim como para a preparação de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes, real e de acordo com o previsto no Plano Pégaso, demonstrando uma total e permanente disponibilidade para o serviço e um nível de competência técnico-profissional que permitiu a Portugal dar uma resposta pronta e adequada à situação de instabilidade que se viveu na Guiné Bissau em 2012 e que ameaçou a segurança dos portugueses aí residentes.

Como os militares que são nomeados para integrar o EMFRI estão colocados nos Ramos e no Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), exercem estas funções em acumulação, o que por um lado reflete o elevado grau de exigência a que estão sujeitos e por outro o espírito de abnegação e profissionalismo que possuem. Para tornar possível o cabal cumprimento das inúmeras tarefas atribuídas em ambas as posições que ocupam, é necessário que desenvolvam um trabalho de coordenação cuidado e continuado, circunstância que reforça e valoriza ainda mais as suas capacidades, disponibilidade e prontidão para a missão.

Salienta-se ainda o contributo que este EMFRI deu para as mudanças e consolidação da sua organização, assim como para a implementação da estrutura de resposta a crises do Comando Operacional Conjunto e da Força Tarefa 477 (TF477).

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes profissionais e pessoais dos militares que integraram o Estado-Maior da Força de Reação Imediata, no período referenciado, que assim contribuíram de forma significativa para o cumprimento das missões e tarefas da FRI e da TF477, e para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas.

05 de fevereiro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

#### ANEXO

##### **Relação dos militares das Forças Armadas Portuguesas que integraram o Estado-Maior da Força de Reação Imediata (EMFRI)**

TCor Inf (19115586) Paulo Jorge Baptista Domingos;  
TCor Inf (01563987) Gilberto Rodrigues Vilela dos Santos;  
Maj SGPQ (00268885) José Joaquim Gonçalves Dias de Pinho;  
Maj Inf (09677291) António Colaço Gabriel;  
Maj Inf (38066491) Sérgio Nuno Silveiro Castanho;  
Maj Inf (03284492) Mário António Gomes Maia;  
Maj Inf (02890793) Raul Alexandre Ferreira da Silva Sousa Pinto;  
Ten Inf (09401300) Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso;  
SAj Para (18240888) António Maria Morais Pimentel.

(Louvor n.º 585/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o TCor Art (12925784) **Joaquim Manuel Ferreira Ramalho**, pela forma excecionalmente competente como exerceu durante cerca de dois anos, as funções de 2.º Comandante do Regimento de Guarnição N.º 3.

Dotado de relevantes capacidades de organização e de liderança, constitui-se como um elemento fulcral no desenrolar da vida do Regimento, ao promover uma eficiente coordenação das múltiplas tarefas diárias e o planeamento e aconselhamento técnico na instrução e no treino operacional, mas também, na preparação de diversas inspeções à Unidade, nas áreas operacional (IGO, IGE e CREVAL), financeira, bromatológica (segurança alimentar) e segurança das instalações. Importa destacar a forma organizada e profissional como planeou e acompanhou, em 2012, as visitas ao RG3, por parte de inúmeras e importantes entidades nacionais, casos do Ministro da Administração Interna e Ministro da Defesa Nacional, ilustram bem a sua serenidade, grande capacidade e elevada competência.

É de salientar também, a forma muito ativa e afável, como contribuiu para a promoção do excelente relacionamento do Regimento com as inúmeras entidades civis e militares da Região Autónoma da Madeira, nomeadamente as parcerias com a Câmara Municipal do Funchal, na recuperação da sinalética e repavimentação da Unidade e na implementação de um apoio regular semanal aos Parques Ecológico do Funchal e Natural da Madeira, ações que se mantêm atualmente e que colhem uma grande simpatia dos responsáveis e populações em geral. A sua postura empenhada e dinâmica, facilitou o estabelecimento de acordos com a Escola Profissional Francisco Fernandes e com o Hotel Regency Palace, possibilitando aos militares do RG3, a frequência de cursos de inegável valia profissional, nas áreas das línguas (inglês e alemão) e da restauração.

Atuando num ambiente caracterizado por uma crescente escassez de recursos, o Tenente-Coronel Ramalho foi incansável na procura de soluções práticas e eficazes, no sentido da melhoria das condições de vida e do moral e bem-estar das tropas, nomeadamente a execução de obras de modernização no rancho geral, messe de oficiais, messe de sargentos, sala dos civis, implementação das hortas regimentais, construção de um espaço infantil e também, de inúmeros projetos inovadores na área da gestão ambiental.

Tendo comandado interinamente o Regimento de Guarnição N.º 3, entre julho e setembro de 2012, deu mostras de uma ação séria, firme e esclarecida e assegurou de modo muito eficaz, a adequada transição entre os comandantes, evidenciando uma postura de elevado profissionalismo e grande sentido de responsabilidade.

Nesse mesmo período, importa destacar a sua superior capacidade de decisão e de adaptação às mais diversas circunstâncias, bem patente na forma exemplar como coordenou e geriu o eficiente apoio do RG3 ao Serviço Regional de Proteção civil, por ocasião dos incêndios de julho de 2012, nas ações de vigilância e de rescaldo, bem como no socorro às populações no terreno e no seu acolhimento na Unidade, entretanto transformada em infraestrutura de assistência humanitária de emergência. A ação do regimento, a que não é estranha a liderança do Tenente-Coronel Ramalho, revelou-se de um excecional mérito, publicamente destacada nos órgãos de comunicação social regionais e nacionais, e merecendo os maiores elogios e agradecimentos dos mais altos responsáveis políticos da região, com particular destaque para o Sr. Presidente do Governo Regional, contribuindo desta forma, de modo inquestionável, para o reforço da excelente imagem que o Exército Português possui na Região Autónoma da Madeira.

Oficial possuidor de excecionais qualidades cívicas, ponderado, de trato fácil, com uma esmerada educação, grande capacidade de trabalho, dinâmico e com um ímpar espírito de sacrifício e de obediência, impulsionou com o seu exemplo e grande estrutura moral, todos os que com ele se relacionaram. É de salientar também a sua permanente lealdade e a grande sintonia com as diretivas de comando, o que o creditam como um excelente colaborador do Comandante do seu Regimento.

Tendo em conta as excecionais qualidades pessoais e virtudes militares reveladas, traduzidas na afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade e abnegação, bem como, pelo extraordinário zelo colocado em todos os atos por si praticados, o Tenente-Coronel Joaquim Ramalho é um Oficial que muito prestigia a sua Arma, sendo merecedor que serviços notáveis por si praticados, sejam considerados relevantes, extraordinários e distintos, pela honra e lustre que trouxeram ao Regimento de Guarnição N.º 3, à Zona Militar da Madeira e ao Exército.

01 de agosto de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Maj AdMil (01164487) **César Augusto Martins Mexia** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Chief LOG OPS KV SPT 105, no Quartel-General da KFOR, no Teatro de Operações do Kosovo, de outubro de 2012 a maio de 2013.

No cumprimento das suas atribuições, foi responsável pela revitalização do sistema de informação logística, através da revisão das Normas de Execução Permanente e do subsequente desenvolvimento de uma atividade sistemática e pedagógica junto das estruturas logísticas das Forças das várias nações participantes na KFOR, por forma a relançar um circuito de informação que se encontrava desarticulado.

Adicionalmente, participou na organização da *Logistic Conference*, onde apresentou o conceito e estrutura do sistema de informação estabelecido. Em coordenação com o *Joint Forces Command Naples* e a *NATO Communications and Information Systems School*, organizou o treino nas aplicações informáticas LOGFAS. Coordenou ainda com a EULEX a acomodação das Forças da Polícia de Fronteira do Kosovo, a operar no posto fronteiriço GATE1, no interior do Campo da KFOR, localizado próximo daquele local.

No período em que decorreu a missão, o Major Martins Mexia, demonstrou ser um Oficial de sólida formação militar e humana, digno de ocupar cargos de maior responsabilidade e risco, com especial facilidade para trabalhar em ambiente multinacional. Igualmente, evidenciou possuir elevada competência técnico-profissional, contribuindo de forma assinalável para a produção de planos e estudos de Estado-Maior, relacionados com a reorganização do apoio logístico às Forças da KFOR, nomeadamente na reestruturação e realocação dos acampamentos.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Major Martins Mexia como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

17 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 693/2013 - DR II série n.º 142 de 25jul13)

Louvo o Maj Inf (14902990) **Jorge Manuel Gomes Ribeiro**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções docentes no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), durante cerca de quatro anos.

Docente na Área de Ensino de Operações (AEO), responsável pelas matérias de «Comprehensive Approach, Effects Based Thinking», CIMIC, Níveis das Operações e Regras de Empenhamento e ainda pelas unidades curriculares de Planeamento de Operações Militares e temas de apoio às operações de Artigo 5 e Não Artigo 5, no âmbito dos Cursos de Promoção a Oficial General (CPOG), Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) e Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), o Major Gomes Ribeiro evidenciou, ao longo do tempo, um nível notável de dedicação e competência profissional, materializados na elevada qualidade dos conteúdos ministrados e no evidente interesse despertado nas suas aulas.

Oficial dotado de grande lealdade, sentido de responsabilidade e de excelente espírito de cooperação, o Major Gomes Ribeiro, aportou assim significativa qualidade à componente formativa deste Instituto.

Além da atividade letiva mencionada, merece especial relevo o trabalho desenvolvido como coordenador transversal do CEMC 2011-12, como Diretor dos cursos CIMIC 2011 e 2013 e, com particular importância, como coordenador do CJEX 2013, exercício multinacional em que Portugal se constituiu, durante os dois últimos anos, como «Coordinating Authority», tarefa levada a cabo com inegável e confirmado sucesso, do qual o Major Gomes Ribeiro é justo credor.

Acrescem ainda às já referidas atividades, a sua contribuição como oficial de ligação e investigador do projeto de investigação «O Corpo do Estado-Maior do Exército Português: Apogeu e Queda», no âmbito do protocolo de parceria entre o IESM e o ISCTE e como assessor temporário nas matérias de Operações Conjuntas e Combinadas e Operações de Apoio à Paz, no âmbito do projeto 2, de assessoria à Escola Superior de Guerra, na missão de cooperação técnico-militar com Angola, nos anos de 2010 e 2012.

Em toda a extensa atividade desenvolvida, em particular nas exigentes funções de coordenação em que esteve envolvido, o Major Gomes Ribeiro sempre evidenciou assinalável empenho e qualidade no seu trabalho, reveladores de elevado potencial e aptidão para dirigir ou chefiar, que o confirmam como um oficial habilitado para o desempenho de cargos de mais elevada responsabilidade.

Assim, pelas excelentes qualidades de trabalho, lealdade, excelente espírito de cooperação e valor demonstrados, que se traduziram num desempenho muito eficaz e competente, que acrescentou contributo de relevo para uma projeção externa de grande competência deste Instituto, é de elementar justiça dar público louvor ao Major Gomes Ribeiro, reconhecendo que da sua ação resultou honra e lustre para este Instituto, para as Forças Armadas e para o País, pelo que considero os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e distintos.

21 de junho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 705/2013 - DR II série n.º 143 de 26jul13)



Louvo o Maj Art (05625193) **Nuno Miguel dos Santos Ferreira Lopes**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Oficial de Segurança e Informações (J2), no Comando e Estado-Maior da Missão de Treino da União Europeia (MHQ da EUTM-Somália), em Kampala, durante 10 meses.

No cumprimento das suas atribuições e para além das responsabilidades no âmbito do planeamento e coordenação das atividades das Informações, salienta-se o seu desempenho como elemento primariamente responsável pela Segurança, onde, mercê da sua elevada competência técnica, conseguiu implementar medidas que contribuíram, de forma assinalável, para o cumprimento da missão do MHQ da EUTM-Somália. Neste âmbito é de destacar a sua preocupação com a segurança do pessoal, objetivamente refletida na forma profissional como conduziu a sua missão, nos reconhecimentos efetuados em Mogadíscio e Uganda e no estabelecimento e manutenção dos contactos com os representantes das comunidades de informações e segurança de diversas organizações internacionais.

A qualidade e detalhe dos seus relatórios e a reconhecida credibilidade das propostas, apresentadas a partir da avaliação das ameaças e riscos para a missão, tornaram-se elementos decisivos, quer para a estrutura da EUTM-Somália, através da implementação das medidas de Proteção da Força, quer ainda para a reformulação do Plano de Segurança da Missão dos 2.º e 3.º Mandatos.

A sua capacidade de trabalho, espírito de iniciativa e reconhecido empenho, ficaram materializados no contributo que deu para as fases de planeamento e execução da operação *Crested Star III*. Esta operação desencadeada todos os 6 meses, num ambiente operacional também muito difícil, permitiu transportar, com recurso a meios aéreos e terrestres, mais de um milhar de militares Somalis entre Mogadíscio e o Campo de Treino de Bihanga. Com a conclusão da fase de formação neste Campo Militar e a posterior integração dos militares em unidades constituídas no seu país de origem, fica finalizada a missão da EUTM-Somália, com o significativo acréscimo na capacidade militar das Forças Somalis.

Como *Senior National Representative* (SNR), a conduta do Major Ferreira Lopes caracterizou-se por um permanente espírito de cooperação e de apoio ao Contingente Português, patente não só na forma como conduziu os *Induction Training* na área da Segurança de todos os militares recém-chegados àquele Teatro de Operações, como também no acompanhamento permanente de todas as atividades da equipa nacional de *Fighting in Built-Up Areas* (FIBUA), responsável por ministrar formação aos militares somalis no Campo de Treino de Bihanga. Oficial extremamente capaz, aliou à sua natural serenidade e elevada competência técnico-profissional, um espírito de bem servir e um conjunto de excecionais qualidades humanas, o que lhe permitiu promover um clima de excelente camaradagem entre os militares portugueses.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Major Ferreira Lopes como sendo um Oficial distinto, que demonstrou sempre elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

19 de abril de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 702/2013 - DR II série n.º 143 de 26jul13)

Louvo o Maj Cav (17763892) **João Paulo dos Santos Faria**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de 2.º comandante do Agrupamento Índia (AGR I), e por inerência, as de Chefe do Estado-Maior, integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Oficial experiente, dotado de uma capacidade inata de liderança e de chefia, contribuiu significativamente para a integração adequada dos vários elementos do Estado-Maior da KTM e para o desenvolvimento de um forte espírito de corpo, num ambiente multinacional de elevada exigência. Disso são exemplo a forma eficiente e dedicada como orientou e coordenou o planeamento e execução da atividade operacional da Força, o apoio administrativo-logístico e a gestão dos recursos colocados à sua disposição, tendo sempre em atenção a intenção e o conceito do comandante.

Importa relevar o seu papel na supervisão da atividade diária do aquartelamento, bem como a maneira racional e criteriosa, como geriu as obras de manutenção e melhoramento realizadas no Campo de *Slim Lines*, contribuindo para a melhoria das condições de serviço e bem-estar dos militares. Merece ainda uma especial referência a forma como promoveu excelentes relações de trabalho, confiança e empatia com militares de outros contingentes, contribuindo para cultivar e elevar a imagem de profissionalismo e competência do militar português.

Pelas relevantes qualidades pessoais e profissionais reveladas e pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, espírito de sacrifício e de obediência, o Major Santos Faria impôs-se, naturalmente, ao respeito e à consideração pública e foi um excecional colaborador do seu comandante, demonstrando ser digno de ocupar postos de maior responsabilidade e risco, devendo os serviços por si prestados ser considerados relevantes, extraordinários e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 593/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o Maj SGE(03597481) **Carlos Martins Alves**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Chefe da Secção de Programação e Gestão Escolar, do Gabinete de Planeamento e Programação (GPP), do Departamento de Ensino, do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), nos últimos 30 meses.

A complexa e exigente tarefa de programar e gerir a atividade académica de todos os cursos ministrados no IESM, através da adequada articulação entre docente, discente, planos de curso e a gestão dos espaços e meios para as atividades escolares, tornou-se possível graças ao seu apurado sentido de responsabilidade, incedível dedicação, arreigado espírito de missão e do dever, revelando uma extraordinária capacidade de adaptação e uma muito correta interpretação das suas funções.

A programação dos diferentes cursos e a concretização das atividades académicas dos últimos três anos letivos, peças fundamentais no esforço coletivo do Instituto, muito devem às excelentes qualidades militares e pessoais e ao valor agregado do Major Martins Alves, cuja nobreza de carácter e permanente disponibilidade para o serviço se impuseram como mobilizadoras de vontades constituindo-se como um importante pilar da missão do IESM.

Confrontado com momentos particularmente difíceis, caracterizados pela intensidade de trabalho e um corpo discente numeroso, conseguiu superar as dificuldades com firmeza, encontrando sempre as melhores soluções para gerir os recursos disponíveis no apoio multifacetado às salas de aula e auditórios conseguindo, de forma muito eficiente, os resultados desejados. A sua determinação associada à vasta experiência profissional, refletiu-se de forma inequívoca na qualidade do trabalho produzido e na dinâmica que incutiu à sua equipa de trabalho, designadamente, em matéria de registo de classificações e produção de ‘suplementos dos diplomas’, contribuindo de forma assinalável para uma imagem de exigência e rigor do ensino militar no IESM.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Major Martins Alves como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Instituto de Estudos Superiores Militares e do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

21 de junho de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 706/2013 - DR II série n.º 143 de 26jul13)

Louvo o Maj Cav (22305392) **Pedro Miguel Guedes de Carvalho**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Oficial de Pessoal do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserv Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Oficial leal e dedicado, planeou e coordenou de forma eficiente as atividades inerentes à projeção do AGR I para o Teatro de Operações, facilitando o processo de integração na estrutura da KFOR. Na gestão dos recursos humanos e na assessoria dos assuntos da justiça e disciplina, apresentou propostas oportunas, adequadas e práticas, creditando-o como um valioso colaborador na estrutura de comando da Força.

Militar dotado de uma sólida formação, destacou-se igualmente pelo contributo que deu na área CIMIC, moral e bem-estar, ou ainda durante os períodos de maior atividade operacional, quando foi chamado a reforçar o Centro de Operações Tático e apoiar a condução das operações, contribuindo, com o seu esforço e dedicação, para o cabal cumprimento das tarefas e missões atribuídas à KTM.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Major Guedes de Carvalho como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 599/2013 - DR II série n.º 124 de 01jul13)

Louvo o Maj Cav (39110793) **Jorge Figueiredo Marques** pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Oficial de Operações do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

No exercício das suas exigentes funções, o Major Figueiredo Marques planeou e coordenou os exercícios de verificação e prontidão das unidades de Manobra da KTM, como no SILVER SABER, principal exercício de treino de controlo de tumultos, realizado ao nível da KFOR e que contou com a participação de outras organizações presentes no Teatro de Operações, evidenciando um assinalável espírito de missão.

Fruto da sua iniciativa e vontade de bem servir, delineou e organizou as atividades de treino e exercícios com o Destacamento de Liberdade de Movimentos n.º 2 suíço, Seções de Canhões de Água e Carros de Combate de Engenharia alemães, treinos cruzados de “controlo de tumultos” (CRC) e “*Fire-phobia*” com praticamente todas as forças da KFOR, constituindo-se a KTM como uma referência para a organização e condução destas atividades, em virtude da elevada proficiência demonstrada, sendo inclusive convidada a treinar as forças norte americanas na Alemanha, em aprontamento para o Kosovo.

É de relevar ainda o seu excelente desempenho e capacidade técnico-tática durante as fases de planeamento e de execução de um conjunto de operações desenvolvidas pela KTM, tais como as operações “*Presence Mitro II e III*”, “*Visible Presence*”, “*Mighty Arrow*” e “*Mighty Towers*”, bem como o rigor e detalhe que colocou no planeamento do complexo Plano de Contingência “*Eastern Determination*”, facto que mereceu rasgados elogios pelo comando da KFOR.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Major Figueiredo Marques como sendo um Oficial distinto, que demonstrou sempre elevados dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 587/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)



Louvo o Cap Art (02337795) **Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de oficial de informações, segurança, relações públicas e protocolo, do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Como oficial de Informações, acompanhou em permanência a evolução do ambiente de segurança no TO, em especial na área das operações «PRESENCE MITRO II e III» e «VISIBLE PRESENCE», na área de Mitrovica e Norte do Kosovo, região de permanentes focos de tensão e conflitualidade. Para tal, efetuou inúmeros contatos e participou em reuniões com a comunidade de informações e Forças de outros contingentes, nomeadamente com o *Multinational Battlegroup East* (MNBG E), *Multinational Specialized Unit* (MSU) e *Joint Regional Detachment North* (JRD N), cooperando no planeamento das operações e contribuindo na obtenção e difusão de informações. Salienta-se ainda a excelente relação de cooperação que manteve com a Célula de Informações Militares Nacional, recentemente projetada para o Teatro de Operações do Kosovo.

Em acumulação, o Capitão Almeida Rodrigues foi ainda responsável pela área da segurança do Agrupamento. Neste âmbito, organizou e supervisionou de forma muito eficaz e de acordo com as diretivas do escalão superior, a estrutura de segurança física, documental e informática, desenvolvendo instrumentos de controlo e de supervisão rigorosos. Salienta-se ainda a sua capacidade de planeamento, preparação e execução das ações de inspeção ao KTM, que obteve a mais elevada classificação, sendo apontado como um exemplo para as outras unidades da KFOR.

Na área da informação pública, promoveu um intenso programa de divulgação das atividades do Agrupamento Índia, de acordo com uma política de informação pública ativa e implementada pelo comando da Força, quer a nível nacional, quer a nível da KFOR, explorando de forma eficaz os meios e recursos colocados à sua disposição e em estreita ligação com o Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Capitão Almeida Rodrigues como sendo um excelente oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 589/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o Cap AdMil (19740298) **Carlos Miguel Nina Pereira Martins**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Oficial de Finanças, do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Oficial inteligente e de sólida formação moral, o Capitão Pereira Martins pautou a sua conduta pelo rigor e empenho na execução das tarefas que lhe foram atribuídas. Apesar das dificuldades financeiras, inerentes a períodos de elevada exigência e acrescido rigor na gestão dos orçamentos, soube dar uma resposta cabal a todas as solicitações, apresentando sempre soluções adequadas e pertinentes, revelando-se como um excelente conselheiro do seu Comandante.

No desempenho das suas funções salienta-se a sua competência no planeamento e emprego dos recursos financeiros, o trabalho metódico e rigoroso no registo de controlo de encargos e dos consumos e aquisição dos bens e serviços solicitados pelas diversas subunidades, demonstrando ser possuidor de valências fundamentais para o desempenho destas exigentes funções.

Merece ainda especial referência, fruto das suas inegáveis qualidades humanas e dotes de caráter, a sua disponibilidade e entusiasmo na animação das atividades de moral e bem-estar do Agrupamento, área de vital importância, concorrendo de forma relevante para a manutenção de um elevado espírito de corpo e coesão da Força.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Capitão Pereira Martins como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 596/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o Cap Cav (18706097) **Antero de Aguiar Marques Teixeira** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Comandante do Esquadrão de Manobra do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM)*, no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Oficial com reconhecida experiência, inteligente e detentor de uma sólida formação moral e militar, exerceu o comando do Esquadrão de Manobra com um elevado grau de exigência, bem espelhado na forma rigorosa e pragmática como conduziu as fases de preparação e treino da subunidade, conseguindo transmitir aos seus subordinados a motivação, o sentido do dever e o espírito de corpo necessários e fundamentais para a coesão da Força.

Durante o período da missão, merece particular destaque a forma como conduziu o emprego operacional do seu Esquadrão, em particular no âmbito das operações “PRESENCE MITRO II e III”, “MIGHTY ARROW” e “MIGHTY TOWER”, e os exercícios “SILVER SABER” e “SLEIGH RIDE”, demonstrando inatas capacidades de liderança e conseguindo manter a sua subunidade, disciplinada e organizada, mesmo em momentos de maior intensidade, exigência e risco.

Importa salientar ainda a forma dedicada e proficiente como participou nos treinos, exercícios e demonstrações com outras unidades e meios, dos quais se destacam o Destacamento de Liberdade de Movimentos n.º 2, Suíço e Austríaco, reforçado com a Secção de Canhões de Água e Carros de Combate de Engenharia Alemães, bem como os inúmeros treinos cruzados de *Crowd & Riot Control (CRC)* e *Fire-phobia*, com as outras subunidades da KFOR.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Capitão Marques Teixeira como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 592/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o Cap Inf (13842099) **Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva** pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as suas funções de Comandante do Módulo de Formação de Combate em Áreas Edificadas 4 (MFCAE4) no âmbito da *European Union Training Mission — Somália (EUTM-Somália)*.

Após ter sido o Comandante do MFCAE 3 e após ter terminado a sua missão com sucesso, foi colocado ao Capitão Araújo e Silva o desafio de integrar o quarto Módulo de Formação de Combate em Áreas Edificadas e regressar de novo à Somália, o que aceitou sem hesitações, demonstrando toda a sua generosidade, espírito de missão e vontade de bem servir.

Projetado em 24 de agosto de 2012 para o Teatro de Operações do Uganda como comandante do MFCAE4, o Capitão Araújo e Silva revelou uma enorme facilidade de integração no grupo, demonstrando inequívocas qualidades de liderança. Através do seu exemplo e de uma constante ação pedagógica e formativa junto dos seus militares, contribuiu decisivamente para que os militares sob o seu comando evidenciassem elevadas competências técnico-profissionais, como ficou demonstrado no nível de formação conseguido com os militares Somalis.

Fruto do reconhecimento do seu valor profissional, o Capitão Araújo e Silva foi solicitado a desempenhar ainda outras tarefas em prol da EUTM-Somália, relacionadas com a organização e condução de Exercícios e Operações nas diferentes fases de formação dos militares Somalis. Foi ainda incumbido de organizar as atividades de demonstração da *Final Parade*, o que muito dignificou a EUTM-Somália. O seu elevado brio profissional, extraordinário sentido de dever e espírito de missão, permitiram-lhe estabelecer um excelente relacionamento com as autoridades militares e civis no Teatro de Operações, projetando ao mais alto nível a imagem das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal junto dos representantes da União Europeia e do Uganda.

Pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, pelo elevado espírito de sacrifício e de obediência, aliadas à correta atitude ética que revelou e à forma como respondeu à confiança nele depositada, o Capitão Araújo e Silva é merecedor de que os serviços por si prestados sejam considerados como muito relevantes, extraordinários e distintos, dos quais resultaram honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

16 de abril de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 692/2013 - DR II série n.º 142 de 25jul13)

Louvo o Cap Cav (17481398) **Sérgio Miguel Capelo** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no desempenho das funções de Comandante do Esquadrão de Apoio, do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar dotado de sólida formação moral e militar, revelou aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, adaptando-se à realidade do comando de uma companhia de apoio de serviços, composta por militares portugueses e húngaros, conseguindo prestar o apoio necessário às unidades de manobra, de forma eficiente e profissional, nas diversas atividades de carácter operacional, de que se destacam as demonstrações, treinos e as operações em que a KTM esteve envolvida, nomeadamente a “Presence Mitro II e III”, “Mighty Arrow” e “Mighty Tower”, e os exercícios “Silver Saber” e Sleigh Ride”.

Importa destacar igualmente o seu importante contributo para a conservação das infraestruturas, para a sustentação e manutenção das adequadas condições de habitabilidade no interior do aquartelamento, envolvendo para isso os militares dos dois contingentes, nos trabalhos de rotina e de manutenção das infraestruturas e no controlo e manutenção dos materiais à sua responsabilidade, através de um planeamento e supervisão permanentes.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Capitão Miguel Capelo como sendo um excelente Oficial, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 588/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o Cap Art (08875600) **Hugo José Bação Serrudo**, pela forma excecionalmente competente e empenhada como exerceu as funções de Oficial de Logística do Agrupamento Índia (AGR I), integrado na *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM)*, no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

No exercício das suas funções, o Capitão Bação Serrudo foi responsável pela coordenação e execução das atividades de caráter logístico, fundamentais para o normal funcionamento da Unidade. Militar dinâmico e empreendedor, evidenciando um elevado sentido do dever e vontade de bem servir, sobressaiu pela dedicação e permanente disponibilidade, assim como por uma notável capacidade analítica e por um grande pragmatismo. Merece especial referência o esclarecido zelo colocado na ligação ao território nacional e à empresa «ECLIPSE», vínculo fundamental para o apoio à Força Nacional Destacada (FND), assegurando a supervisão e controlo rigoroso dos contratos estabelecidos de prestação de serviços e o acompanhamento e monitorização das obras de beneficiação das infraestruturas existentes no Campo *Slim Lines* realizadas por entidades externas, em absoluta consonância com as diretivas e orientações superiormente estabelecidas.

Oficial ponderado e bem formado, manteve um excelente relacionamento com os diferentes escalões da KFOR, principalmente ao nível do *Joint Logistic Support Group (JLSG)* e dos *Multinational Battlegroups (MNBG)*, em situações de coordenação do apoio logístico às operações, em que a sua experiência e capacidade de interação foram preciosos para a KTM, contribuindo de forma significativa para o elevado desempenho alcançado pela Força.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares que possui, e pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional, o Capitão Bação Serrudo é digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito, pela forma como contribuíram para o prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 590/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o SCh Cav (10444084) **Américo das Neves Pratas**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Sargento de Operações do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM)*, no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar excecionalmente competente, revelou uma elevada dedicação e um grande sentido de responsabilidade, evidenciadas no rigoroso controlo que exerceu sobre as atividades operacionais e de treino das subunidades, bem como na supervisão de todo o expediente intrínseco à Secção de Operações. Em virtude da sua reconhecida experiência e iniciativa, propôs alterações adequadas e pertinentes de melhoramento dos vários relatórios diários e semanais enviados para o comando da KFOR, constituindo-se nesta área como um precioso auxiliar do Oficial de Operações.

Na execução das várias missões atribuídas à KTM, destacou-se pela forma como manteve atualizada a situação no Centro de Operações Tático, durante a execução dos vários exercícios e operações onde o Agrupamento tomou parte, nomeadamente durante a operação “VISIBLE PRESENCE”, onde a sua ação teve um papel fundamental para que a partir deste, pudessem ser enviados em tempo e com informação relevante, os relatórios para o escalão superior. De destacar ainda o fruto das suas qualidades pessoais e humanas, o seu contributo para o bom relacionamento entre os militares portugueses e húngaros, o que lhe permitiu angariar o respeito e a admiração dos seus pares, subordinados e superiores hierárquicos.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Chefe Neves Pratas como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 602/2013 - DR II série n.º 124 de 01jul13)

Louvo o SCh Cav (07741384) **Paulo José Antunes Raínho** pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Adjunto do Comandante do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar experiente, dotado de uma sólida formação moral e de um assinalável sentido do dever e de bem servir, evidenciou sempre uma postura exemplar e uma permanente orientação formativa junto dos Sargentos e Praças do Agrupamento, materializando assim a extensão da ação de comando pretendida. De igual modo é de enaltecer e de reconhecer publicamente o inexcédível rigor e o excepcional zelo que o Sargento-Chefe Antunes Raínho colocou na supervisão dos Registos Gerais da Unidade, na verificação das condições de vida e de serviço dos militares da Unidade, constituindo-se como um colaborador precioso do seu Comandante.

De realçar a forma ativa e empenhada como colaborou nas cerimónias militares e nos eventos e atividades relacionados com o moral e bem-estar, bem como o apoio permanente no acompanhamento das visitas de diversas entidades nacionais e estrangeiras, ao aquartelamento e à KTM. Como Adjunto do Comandante junto do Comando do Quartel-General da *Kosovo Force*, participou ativamente nas reuniões mensais de Adjuntos de Comandantes dos diferentes contingentes, evidenciando-se pela forma dedicada, eficiente e altamente responsável como defendeu os interesses do Agrupamento. No relacionamento com os restantes contingentes da KFOR, promoveu excelentes relações humanas, contribuindo para o fortalecimento do moral e coesão da Força, constituindo-se como um referencial para todos os militares portugueses e húngaros.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Sargento-Chefe Antunes Raínho como sendo um militar distinto, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 604/2013 - DR II série n.º 121 de 01jul13)

Louvo o SAj Cav (02316485) **Luís Manuel Alves Grácio Contente**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Sargento de Pessoal, do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar de sólida formação moral e elevada experiência militar, tanto em subunidades como em funções de Estado-Maior, constituiu-se como uma referência, quer pelo exemplo que deu, quer pela forma como se dedicou à missão. No desempenho das suas tarefas, criou bases de dados essenciais ao regular funcionamento da Secção de Pessoal e tratou administrativamente todos os assuntos desta área com grande sentido do dever e espírito de bem servir.



Paralelamente instruiu de forma exímia os subordinados com quem trabalhou, transmitindo-lhes conhecimentos e fazendo com que se tornassem uma mais-valia para a eficiência da Secção. Colaborou ainda com os Adjuntos do Comando das subunidades nos procedimentos administrativos, auxiliando-os no desempenho das suas funções, nomeadamente no apoio às operações “PRESENCE MITRO II e III”, “MIGHTY TOWERS” e “MIGHTY ARROW”.

Destaque ainda para o espírito de iniciativa e abnegação demonstrado pelo Sargento-Ajudante Grácio Contente na forma entusiasta como apoiou as atividades de índole desportiva e cultural, contribuindo para o excelente ambiente de camaradagem vivido entre os militares Portugueses e Húngaros que integram a KTM.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Grácio Contente como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 601/2013 - DR II série n.º 124 de 01jul13)

Louvo o SAj Inf (12935188) **Lucínio José da Silva Fernandes**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Comandante da Seção de Reabastecimentos e Serviços no Esquadrão de Apoio do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar experiente e dinâmico, revelou um elevado sentido de missão e uma total disponibilidade para o serviço, bem patente na forma como conduziu o processo de reabastecimento dos artigos das várias classes, como administrou e geriu as inúmeras requisições de materiais, procedendo à sua receção, armazenamento e distribuição, por forma a satisfazer todas as necessidades da Força em tempo oportuno.

É ainda de destacar o profissionalismo e sentido de responsabilidade demonstrados nas funções de fiel dos depósitos de material da Logística e do paiol de munições, gerindo de forma rigorosa e dedicada todos os artigos e equipamentos à carga, constituindo-se num precioso colaborador do comando da Força. Liderando e motivando sempre pelo exemplo, envolveu-se de uma forma muito dinâmica e voluntária nas atividades de moral e bem-estar, granjeando o respeito e a consideração de todos com quem privou.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Silva Fernandes como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 595/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o SAj Cav (03654087) **José Manuel Pires Gonçalves**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Adjunto do Comando no Esquadrão de Manobra do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force (KFOR) Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Desde cedo que o Sargento-Ajudante Pires Gonçalves provou ser um militar possuidor de elevada competência, sempre aliada ao seu assinalável sentido prático, constituindo-se como uma mais-valia no apoio direto ao seu Comando. Ao longo de toda a missão no Kosovo, revelou especial atenção para a gestão diária do Esquadrão em operações, comprovando ser um militar com elevada capacidade de organização na área do pessoal.

Todas as suas capacidades e experiência foram colocadas em auxílio e aconselhamento assertivo junto do seu Comandante de Esquadrão, apresentando propostas concretas para a melhoria das condições de trabalho e intervindo de forma decisiva junto dos Sargentos e Praças, incutindo nestes uma forte motivação e dinamismo. Provou ser um pilar fundamental para o desenvolvimento de espírito de corpo e coesão, contribuindo para a melhoria da moral e para o desempenho da sua subunidade.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Pires Gonçalves como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 600/2013 - DR II série n.º 124 de 01jul13)

Louvo o SAj Cav (00884689) **Edmundo Manuel Lopes Fontinha**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Adjunto do Comando no Esquadrão de Apoio do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Dotado de uma assinalável capacidade de trabalho, demonstrou em todos os momentos um grande sentido de lealdade, cooperação e colaboração com o Comandante de Esquadrão, auxiliando-o de forma incondicional na sua ação de comando. Neste âmbito, deu cumprimento a todas as indicações e orientações respeitantes à administração e escrituração da subunidade, acompanhou de perto as atividades desenvolvidas pelos militares dos diferentes Módulos e Secções, mantendo o seu Comandante permanentemente informado sobre a evolução das tarefas atribuídas e das preocupações do Esquadrão.

Merece destaque a forma cuidada como acompanhou o estado emocional dos militares do Esquadrão, ao longo dos seis meses de permanência no Teatro de Operações, no sentido de os auscultar e perceber a sua situação pessoal e familiar e o respetivo impacto na motivação. A sua atenção permanente permitiu aconselhar da melhor forma o seu Comandante e granjear o respeito e a admiração dos superiores e subordinados. É ainda digno de realce a versatilidade, adaptabilidade e aptidão para servir nas mais diversas circunstâncias, fora do seu âmbito funcional e em acumulação de funções, garantindo a continuidade do serviço e o cumprimento da missão.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Lopes Fontinha como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 594/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o SAj Cav (04593291) **Mário João Valério Alho** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Sargento de Logística, do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar de grande dedicação, evidenciou uma invulgar capacidade de trabalho e de organização, como ficou patente na forma como cumpriu tarefas que são de acentuada complexidade burocrática e exigência. Neste âmbito, fez de forma eficiente o controlo diário de todas as requisições da Classe I, a elaboração diária

do SITREP e dos créditos de movimento, o controlo dos movimentos de carga, a elaboração dos autos de materiais bem como a transferência de cargas durante o período de rendição para o 2BIPara, tendo contribuído decisivamente para os bons resultados alcançados pela Secção Logística do AGR I.

Na ausência do seu chefe, seguiu na íntegra todas as suas diretrizes, garantindo em permanência o bom estado de prontidão da KTM, enquanto unidade de reserva de primeira intervenção do Comandante da KFOR. Importa ainda destacar a sua ação durante a projeção de um Esquadrão para uma missão na região de Pec, “Operation Mighty Western Recce”, tendo efetuado as diligências necessárias com o contingente italiano e o Quartel-General da KFOR, no âmbito da sustentação da Força, confirmando-se como um valioso colaborador numa missão em ambiente multinacional.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Valério Alho como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 603/2013 - DR II série n.º 124 de 01jul13)

Louvo o SAj Cav (07932588) **Luís Filipe Catroga Duarte**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Sargento de Alimentação e Comandante da Secção de Alimentação do Agrupamento Índia (AGR I), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.

Militar extremamente dedicado à missão e de sólida formação militar e espírito de iniciativa, conseguiu liderar os seus subordinados para o cabal cumprimento das tarefas atribuídas, bem como promover a união e o espírito de camaradagem no seio da Secção, revelando possuir elevados conhecimentos na área da Alimentação.

Com o seu entusiasmo e o elevado espírito de abnegação conseguiu ultrapassar as barreiras linguísticas e culturais entre os militares Portugueses e Húngaros e os empregados civis da empresa Eclipse que serviram na Secção, promovendo um cordial relacionamento e motivando-os para o cumprimento da missão em todos os seus aspetos, perante uma carga horária deveras exigente. O rigor que o Sargento-Ajudante Catroga Duarte imprimiu ao serviço fornecido pela sua Secção, em muito contribuiu para a boa imagem do Agrupamento Índia e de Portugal, como se pode constatar pelas inúmeras referências elogiosas de que foi alvo.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Sargento-Ajudante Catroga Duarte como sendo um excelente Militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 591/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

Louvo o 1Sarg Mat (19210692) **José António de Matos**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de sargento de relações públicas, protocolo e *Combat Camera Team* (CCT), integrado no *Kosovo Force* (KFOR) *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM), no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre 26 de setembro de 2012 e 26 de março de 2013.



No exercício das suas funções na Secção de Relações Públicas e Protocolo e fruto da sua extrema dedicação, capacidade técnico-profissional e profundos conhecimentos na área da informática e fotografia, conseguiu, de acordo com a política ativa de informação pública definida pelo comando da Força, executar um intenso programa de divulgação das atividades desenvolvidas, quer a nível nacional quer ao nível da KFOR, apresentando conteúdos de muita qualidade e explorando ao máximo todos os recursos colocados à sua disposição, sempre em estreita ligação com os órgãos de informação pública do Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Importa ainda destacar a forma sempre disponível e empenhada como colaborou no protocolo das cerimónias militares e no acompanhamento das visitas de diversas entidades nacionais e estrangeiras, ao aquartelamento e à KTM.

Na área operacional como CCT, revelou um elevado espírito de missão, sentido do dever e abnegação, captando as imagens na linha da frente, quer durante os treinos, quer durante as operações e exercícios em que a KTM esteve envolvida, em particular nas operações «PRESENCE MITRO III» e «VISIBLE PRESENCE» e nos exercícios «SILVER SABER» e «SLEIGH RIDE», imagens essas que se revelaram úteis e necessárias à conduta das operações.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares, e pessoais, que creditam o Primeiro-Sargento António de Matos como sendo um excelente militar, cujos serviços por si prestados contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo.

31 de maio de 2013. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

(Louvor n.º 597/2013 - DR II série n.º 123 de 28jun13)

---

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Ingresso no quadro

Nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho:

SMor Inf, Adido (18265878) **Carlos Alberto Pereira Silva Pires**, da UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA, por ter sido colocado no MusMil PORTO, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de agosto de 2013.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

SMor Inf, Adido (05182182) **Francisco Alberto Pires**, da UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA, por ter sido colocado no RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

### Passagem à situação de adido

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

SAj Art, no Quadro (15596584) **Vítor Manuel Duarte dos Santos**, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013, por ter sido colocado na UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Passagem à situação de Reserva**

MGen (18269174) **João Miguel de Castro Rosas Leitão**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

MGen (19519074) **João Manuel Santos de Carvalho**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

MGen (01676974) **Jorge de Jesus dos Santos**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

MGen (00072274) **Manuel Diamantino Pinheiro Correia**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

MGen (13126974) **António Manuel Cameira Martins**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

MGen (10528774) **António Manuel Netas da Silva Graça**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de setembro de 2012.

(Por portaria de 03out12/DR II série n.º 201 de 17out12)

**Passagem à situação de Reforma**

TCor TManMat (05078079) **José Manuel Páscoa Guardado Mendes**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

TCor SGE (07784276) **Fernando Augusto Dias**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

TCor Para (03641081) **José Jacinto Carvalho da Silva**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SMor Inf (10374077) **Mário Alves Firmino**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SMor Eng (05785978) **Marciano António Amaral Rodrigues**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SCh AdMil (07663182) **Carlos António Soares Martins Pimpão**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SCh Corn/Clar (10220376) **Fernando Augusto Rodrigues Macedo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SAj Inf (05872876) **Valentim Correia de Matos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SAj Mus (17538181) **Jacinto Caldeira Marques Lamarosa**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SAj Art (13599087) **Carlos Fernando Martins dos Santos**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

SAj Para (11777983) **José Manuel do Mar Félix**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

1Sarg Aman (02281976) **Bernardo Pereira Chousal**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por Portaria de 13ago13/DR II série n.º 171 de 05set13)

### III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

#### Promoções

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 2 do artigo 25.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o seguinte:

É confirmada a promoção ao posto de Tenente-General do MGen (10110879) **Frederico José Rovisco Duarte**, efetuada por deliberação de 11 de setembro de 2013, do Conselho de Chefes de Estado-Maior e aprovada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 12 do mesmo mês.

Assinado em 19 de setembro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

(Decreto do PR n.º 109/2013, *DR* I série n.º 183 de 23set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 14 de agosto de 2013, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Cav (11898185) **Rui Manuel da Silva Ferreira**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 14 de agosto de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Cav (12763583) Carlos Manuel Siborro Reis.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 04 de junho de 2013.

(Portaria n.º 572/2013, *DR* II série n.º 160 de 21ago13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 14 de agosto de 2013, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Tm (08105285) **Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 14 de agosto de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Mantém a situação de Adido ao Quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Tm (13385883) **Álvaro Domingos Marques Moleiro**.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 571/2013, DR II série n.º 160 de 21ago13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 2 de setembro de 2013, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Mat (05038479) **Manuel Gonçalves Travessa Garcia**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de setembro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Mat (06571080) **António José Rodrigues Bastos**.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 597/2013, DR II série n.º 172 de 06set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 2 de setembro de 2013, promover ao posto de Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º e 242.º do referido estatuto, o TCor Inf (09023286) **Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 2 de setembro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Fica na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Cor Inf (17527085) **Francisco José Fonseca Rijo**.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 598/2013, DR II série n.º 172 de 06set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Tenente-Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea d) do n.º 1 do 217.º e 241.º do referido estatuto, os seguintes oficiais:

Maj Inf (16492190) Miguel Ricardo Rodrigues Pimentel da Cruz;

Maj Inf (11075389) José Manuel Alves Guedes dos Santos.

Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do TCor Inf (18375991) João Pedro Machado Falcão Lhano.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 594/2013, DR II série n.º 170 de 04 set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Tenente-Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea d) do n.º 1 do 217.º e 241.º do referido estatuto, o Maj Inf (09677291) **António Colaço Gabriel**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Mantém a situação de Adido ao Quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.



Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do TCor Inf (11075389) José Manuel Alves Guedes dos Santos.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 595/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Tenente-Coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 216.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea d) do n.º 1 do 217.º e 241.º do referido estatuto, o Maj Cav (07581490) **Jorge Paulo Martins Henriques**.

O referido oficial conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Mantém a situação de Adido ao Quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do TCor Cav (3043989) Alberto José Nunes Laranjeira.

A presente promoção é efetuada ao abrigo do disposto n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013.

(Portaria n.º 593/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção os seguintes oficiais:

Cap Inf (03737994) César Miguel Santinho Garcia;

Cap Inf (04200695) José Luís Marques Cardoso;

Cap Inf (09266294) Bruno Miguel Clara Fernandes Gaspar Mendes;

Cap Inf (18018794) Hugo Miguel da Silva Rodrigues.

Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Inf (09117294) Fernando César de Oliveira Ribeiro.

Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013, e considerando as carências de efetivos existentes no posto de Major e as necessidades de carácter operacional do Exército.

(Portaria n.º 590/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção os seguintes oficiais:

Cap Art (15130094) Rui Jorge de Matos Alvarinho;

Cap Art (01597594) João Francisco Dias Pimenta.

Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda do Maj Art (03033795) Nuno Miguel Cirne Serrano Mira.

Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013, e considerando as carências de efetivos existentes no posto de Major e as necessidades de carácter operacional do Exército.

(Portaria n.º 589/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção os seguintes oficiais:

Cap Eng (01744894) Aníbal Fernandes do Nascimento;

Cap Eng (27436993) Alexandre Fernando Mendes Rodrigues.

Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).



Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidades do seu posto e quadro especial à esquerda da Maj Eng (17867695) Ana Maria Carvalho Ferreira da Silva Correia.

Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013, e considerando as carências de efetivos existentes no posto de Major e as necessidades de carácter operacional do Exército.

(Portaria n.º 592/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 28 de agosto de 2013, promover ao posto de Major, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º e 240.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção os seguintes oficiais:

Cap Cav (15993494) Fernando Casimiro Gonçalves Fernandes, ficando posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj Cav (19397996) Bruno Gonçalo Nunes Carrasqueira;

Cap AdMil (28234093) Ana Rosa Mira Teles Chaleta, ficando posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj AdMil (24971993) Luís Miguel Caetano Alberto;

Cap Mat (02715695) Pedro Manuel da Silva Rebola, ficando posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do Maj Mat (12556995) João Osvaldo Pereira da Silva.

Os referidos oficiais contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013).

Ficam na situação de quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013) e na sequência da autorização concedida pelo despacho n.º 7 178/2013, de 24 de maio, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013, e considerando as carências de efetivos existentes no posto de Major e as necessidades de carácter operacional do Exército.

(Portaria n.º 591/2013, DR II série n.º 170 de 04set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 11 de junho de 2013, promover ao posto de Sargento-Mor, o SCh Inf (08395083) **Hélder António Cardeira do Carmo Ramos**, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º, alínea *d*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 4 do artigo 274.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção.

O referido Sargento conta a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR. Fica integrado na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do despacho n.º 7 178/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional.

Fica na situação de Quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionado na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

Esta promoção é efetuada ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 7 178/2013, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013 em referência do previsto no n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

(Despacho 11306/2013, DR II série n.º 168 de 02set13)

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por despacho de 11 de junho de 2013, promover ao posto de Sargento-Chefe, nos termos do disposto nos artigos 56.º, 60.º, alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção, os Sargentos a seguir indicados:

SAj Eng (11500585) Fernando Duarte Portela Martins;

SAj Corn/Clar (17917382) Joaquim Fernandes Dias Agudo;

SAj Inf (12232586) Luís Acácio Gonçalves Rocha.

Os referidos Sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do despacho n.º 7 178/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional.

Ficam na situação de Quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 7 178/2013, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 04 de junho de 2013 em referência do previsto no n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

(Despacho 11308/2013, DR II série n.º 168 de 02set13)

Por despacho de 26 de julho de 2013 do Chefe da Repartição de Pessoal Militar da Direção de Administração de Recursos Humanos, ao abrigo dos poderes que lhe foram subdelegados pelo Major-General Diretor de Administração de Recursos Humanos, através do despacho n.º 7 285/2013 de 15 de maio de 2013, após subdelegação do Tenente General Ajudante-General do Exército, pelo despacho n.º 5 061/2013, de 10 de janeiro, por subdelegação, conferida pelo despacho n.º 2 767/2012 de 8 de fevereiro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no DR 2.ª série n.º 41, de 27 de fevereiro, são promovidos ao posto de Sargento-Ajudante, nos termos do artigo 183.º e alínea c) do artigo 262.º, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e n.º 2 do artigo 274.º, todos do EMFAR, os Sargentos a seguir indicados:

1Sarg Inf (03076792) José Francisco Raimundo Grave;

1Sarg Inf (15896692) Sérgio Afonso Borges;

1Sarg SGE (12660691) Rui António da Costa Morais;  
1Sarg SGE (03695191) João Manuel Muacho Direitinho;  
1Sarg AdMil (02862592) Joaquim Manuel da Silva Ribeiro;  
1Sarg SGE (03873490) Vítor Agostinho de Magalhães Ribeiro;  
1Sarg Art (00716791) Carlos Alberto Direitinho Lavadinho;  
1Sarg Inf (15060092) Valdemar Carvalho de Ceita Faleiro;  
1Sarg AdMil (13770491) Abílio Garcia de Assunção;  
1Sarg Inf (16177092) Paulo Sérgio Gonçalves Ferreira;  
1Sarg SGE (10823191) Carlos Alberto Gomes Barbosa;  
1Sarg SGE (00582592) Luís Filipe Meireles;  
1Sarg Cav (09142293) Pedro Manuel da Silva Baptista Nogueira;  
1Sarg AdMil (13369391) Edmundo Manuel Ferreira Alves;  
1Sarg Cav (15397891) Artur da Costa Ferreira;  
1Sarg Inf (17164590) Carlos Manuel da Fonseca Costa;  
1Sarg Inf (09663091) Abel da Rocha Clemente;  
1Sarg AdMil (10975191) António Manuel Correia Gonçalves Sena;  
1Sarg Cav (02172292) Bruno Miguel Ramos Nobre;  
1Sarg Inf (12562490) Luís Paulo dos Santos Nogueira;  
1Sarg Inf (31432691) João Manuel Ferreira de Vasconcelos Nogueira;  
1Sarg Eng (07467792) Jorge Manuel dos Santos Paiva;  
1Sarg Eng (12053192) Carlos Alberto Beirão dos Santos;  
1Sarg AdMil (15584891) Elsa Maria de Barros Lopes;  
1Sarg Eng (18434792) Francisco José Baptista Almeida;  
1Sarg Med (10396391) Joaquim Gaspar Tainhas Gil;  
1Sarg Tm (00429190) Alexandra Maria Damião Serrano Rosa;  
1Sarg Art (00866591) Raul Manuel Ramos Gonçalves;  
1Sarg Mat (01583291) Nuno Tomás Vicente Lopes;  
1Sarg Tm (08547891) Conceição Maria Figueiras Monteiro;  
1Sarg Tm (15427192) Eduardo Paulo Cardoso Gonçalves;  
1Sarg Tm (17559691) Manuel Fernando Teixeira Ribeiro;  
1Sarg Mat (16220391) Luís Miguel Branquinho Serrano;  
1Sarg Art (04628991) Mário Augusto Sanches Tavares Vera Cruz Pinto;  
1Sarg Mat (13610691) João Manuel Caeiro Neves Félix Martins;  
1Sarg Cav (16473689) João Barbosa Araújo de Sousa.

Os referidos Sargentos contam a antiguidade do novo posto desde 1 de janeiro de 2013, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º do EMFAR, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória do novo posto, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

Têm direito ao vencimento pelo novo posto desde o dia seguinte ao da publicação do diploma de promoção no *Diário da República*, nos termos do despacho n.º 7 178/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional.

Ficam na situação de Quadro, ao abrigo do artigo 172.º do EMFAR e posicionados na Lista Geral de Antiguidades do seu quadro especial, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

As presentes promoções são efetuadas ao abrigo do disposto no n.º 1 do despacho n.º 7 178/2013, de Suas Excelências os Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de junho de 2013 em referência do previsto no n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

(Despacho n.º 11307/2013, *DR* II série n.º 168 de 02set13)

#### IV — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por escolha ao posto de Coronel, dos Tenentes-Coroneis das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 08 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

##### **Infantaria**

- 1 TCor Inf (09023286) Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira;
- 2 TCor Inf (15372686) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires;
- 3 TCor Inf (14651184) António Alcino da Silva Regadas;
- 4 TCor Inf (04667779) Ricardo Manuel Pereira Viegas;
- 5 TCor Inf (02126184) Carlos Alberto Esteves Filipe;
- 6 TCor Inf (00316485) Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira;
- 7 TCor Inf (16198181) Armando dos Santos Ramos;
- 8 TCor Inf (18070785) José Carlos de Almeida Sobreira;
- 9 TCor Inf (13411681) Mário José Vieira Pereira;
- 10 TCor Inf (02274679) Carlos Fernando Nunes Faria;
- 11 TCor Inf (02500382) José Manuel Pereira Nunes;
- 12 TCor Inf (13360886) Manuel Nunes Maio Rosa;
- 13 TCor Inf (12367085) Pedro Miguel de Lemos Costa Leal Rosa;
- 14 TCor Inf (15424885) Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues;
- 15 TCor Inf (00721880) Américo Fernando Carreira Martins;
- 16 TCor Inf (19115586) Paulo Jorge Baptista Domingos;
- 17 TCor Inf (06967586) José Alberto dos Santos Marcos;
- 18 TCor Inf (05070684) Luís Filipe Gomes Salgado;
- 19 TCor Inf (09946386) António José Pires Mendes;
- 20 TCor Inf (18236781) Ulisses Alves;
- 21 TCor Inf (12419387) Sérgio Augusto Valente Marques;
- 22 TCor Inf (05521487) Sebastião Joaquim Rebouta Macedo;
- 23 TCor Inf (11794785) Francisco José Ferreira Duarte;
- 24 TCor Inf (01372287) Nuno Manuel Mendes Farinha;
- 25 TCor Inf (09156086) Lino Loureiro Gonçalves;
- 26 TCor Inf (04572785) Assis Inácio dos Santos Rodrigues;
- 27 TCor Inf (10541285) António Manuel Diogo Velez;
- 28 TCor Inf (06341683) José Manuel Pires Contramestre;
- 29 TCor Inf (09523783) Francisco António Gonçalves Vaz;
- 30 TCor Inf (12069184) Joaquim do Cabo Sabino;
- 31 TCor Inf (19371784) José Manuel Carvalho das Dores Moreira;
- 32 TCor Inf (15560185) José Joaquim Barreno Branco;
- 33 TCor Inf (15344483) Valdemar Correia Lima;
- 34 TCor Inf (11079884) Jaime Ventura Morais Queijo;
- 35 TCor Inf (03878381) Jorge Luís Leão da Costa Campos;
- 36 TCor Inf (05972286) Manuel Paulo da Costa Santos;
- 37 TCor Inf (19015786) Paulo Bernardino Pires Miranda;
- 38 TCor Inf (07398786) Nuno Manuel Romana Pires Barão;
- 39 TCor Inf (16370385) João Carlos Carvalho e Cunha Godinho;
- 40 TCor Inf (13065884) João Carlos Rodrigues Mendes da Silva Caldeira;
- 41 TCor Inf (05534484) Paulo José da Cruz Lourenço;

- 42 TCor Inf (07496887) Francisco José dos Santos Martins;
- 43 TCor Inf (12274484) António Jorge Pinho de Oliveira;
- 44 TCor Inf (01091586) Mário João Vaz Alves de Bastos;
- 45 TCor Inf (17199386) Paulo Jorge Varela Curro;
- 46 TCor Inf (14699384) Rui Manuel Dias Carrapico Nicau;
- 47 TCor Inf (07147687) Paulo Raul Cheu Guedes Vaz;
- 48 TCor Inf (09615186) Cesário Filipe Barros da Rocha;
- 49 TCor Inf (16910285) Luís Miguel Pinheiro da Silva Raposo de Medeiros;
- 50 TCor Inf (02033185) Manuel Joaquim Moreno Ratão;
- 51 TCor Inf (17355286) António Paulo Lopes Romeiro;
- 52 TCor Inf (09091485) Paulo Jorge da Ponte Figueiredo;
- 53 TCor Inf (04030986) João Alberto Nunes Silva;
- 54 TCor Inf (18455486) Marco Aurélio dos Santos Silva;
- 55 TCor Inf (00771586) Hilário Dionísio Peixeiro;
- 56 TCor Inf (07448385) Joaquim José Rodrigues Bucho;
- 57 TCor Inf (17320986) José Augusto Amaral Lopes;
- 58 TCor Inf (00064585) José Manuel Salgueiro Ribeiro Boieiro;
- 59 TCor Inf (07323682) José Manuel Ferreira Afonso;
- 60 TCor Inf (00208586) Manuel da Cruz Pereira Lopes;
- 61 TCor Inf (17687085) Rui Alexandre de Almeida Esteves;
- 62 TCor Inf (06935985) Paulo Alexandre Parreira Bilro;
- 63 TCor Inf (04436085) Pedro Manuel Pessanha de Almeida Duarte;
- 64 TCor Inf (09185485) Augusto Cerdeira;
- 65 TCor Inf (01200185) José Luís Patrício Rego Batista;
- 66 TCor Inf (16583686) Paulo José de Sousa Teles Serra Pedro;
- 67 TCor Inf (01623385) Carlos José Félix Peças;
- 68 TCor Inf (16199985) Paulo Jorge Torres Afonso;
- 69 TCor Inf (15412984) Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo;
- 70 TCor Inf (00056185) Paulo Jorge dos Santos Veloso;
- 71 TCor Inf (12798784) Jorge Manuel dos Santos Vieira Martins;
- 72 TCor Inf (06402081) António Manuel Gomes da Silva;
- 73 TCor Inf (13247083) Paulo Júlio Lopes Pipa de Amorim;
- 74 TCor Inf (00355588) Emanuel Jorge de Almeida Luís;
- 75 TCor Inf (05962787) Eduardo Manuel Vieira Pombo;
- 76 TCor Inf (07221881) Rui Manuel Mendes Dias;
- 77 TCor Inf (06194686) Raul José Felisberto Matias;
- 78 TCor Inf (08893286) Mário Alexandre de Menezes Patrício Alvares;
- 79 TCor Inf (08559187) José Dias Lages;
- 80 TCor Inf (08060786) José Luís Sousa Pereira;
- 81 TCor Inf (09275387) Gonçalo José Santos de Azevedo;
- 82 TCor Inf (17914486) João Manuel Mendonça Roque;
- 83 TCor Inf (08211788) João Paulo Ribeiro Junqueira;
- 84 TCor Inf (15059788) Luís Miguel Afonso Calmeiro;
- 85 TCor Inf (16795683) David Teixeira Correia;
- 86 TCor Inf (06292287) João Luís Rodrigues Leal;
- 87 TCor Inf (07628788) Paulo Jorge Franco Marques Saraiva;
- 88 TCor Inf (04257987) João Alberto Gonçalves Domingos;
- 89 TCor Inf (13384988) Luís Miguel Correia Cardoso;
- 90 TCor Inf (11082087) Jorge Manuel Dias Sequeira;



- 91 TCor Inf (06672988) Rui Alexandre Ramos Silva;
- 92 TCor Inf (15756386) Francisco José Bernardo de Azevedo Narciso;
- 93 TCor Inf (12183486) Pedro Alexandre de Almeida Faria Ribeiro;
- 94 TCor Inf (16838886) José António Travanca Lopes;
- 95 TCor Inf (02986886) Paulo António dos Santos Cordeiro;
- 96 TCor Inf (09858486) Luís Manuel Silva Fernandes;
- 97 TCor Inf (14194888) António José Machado Marracho;
- 98 TCor Inf (14752086) Lúcio Manuel Soeiro Marinho de Campos;
- 99 TCor Inf (16064986) Paulo José da Conceição Antunes;
- 100 TCor Inf (04415686) Joaquim Camilo de Sousa Monteiro;
- 101 TCor Inf (11957487) Jorge Manuel dos Reis Gamito Torres;
- 102 TCor Inf (00354487) Victor Manuel de Vasconcelos Cipriano;
- 103 TCor Inf (06681488) Luís Fernando Machado Barroso;
- 104 TCor Inf (05020487) Brás Paulo Caetano Ferreira;
- 105 TCor Inf (07203388) Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia;
- 106 TCor Inf (19656689) João Carlos Afonso Ribeiro Fernandes;
- 107 TCor Inf (01304389) Rui Manuel Soares Pires;
- 108 TCor Inf (12488481) Francisco José Nogueira dos Santos Mendes;
- 109 TCor Inf (09769587) Luís António Godinho Rato;
- 110 TCor Inf (10344986) Fernando Artur Ferreira Teixeira;
- 111 TCor Inf (01509286) Justino Manuel Esteves Barbosa;
- 112 TCor Inf (12232788) Luís Manuel Ricardo dos Santos;
- 113 TCor Inf (01368888) Rui Miguel Costa Peixoto;
- 114 TCor Inf (15087085) Rui Manuel de Alcobia Teixeira;
- 115 TCor Inf (03356486) Fernando José Lima Alves;
- 116 TCor Inf (00373087) Fernando José Teixeira Rocha;
- 117 TCor Inf (14612188) Paulo Jorge Borges Simões de Abreu;
- 118 TCor Inf (16607187) José Carlos Dias Rouco;
- 119 TCor Inf (01348989) Pedro Miguel Andrade de Brito Teixeira;
- 120 TCor Inf (04222889) Jorge Manuel Lopes Bastos;
- 121 TCor Inf (14181888) Aníbal Carlos Correia Saraiva;
- 122 TCor Inf (08729589) Paulo Jorge dos Santos Martins;
- 123 TCor Inf (00979387) Pedro Duarte da Rocha Ferreira;
- 124 TCor Inf (18009287) Rui Pedro Dias da Silva Formosinho;
- 125 TCor Inf (00869687) Rui Gabriel Ramos Cleto;
- 126 TCor Inf (17671388) Luís Filipe Almeida Costa;
- 127 TCor Inf (12960287) Luís Carmo Neves da Silva Silveira;
- 128 TCor Inf (05017587) Carlos Alberto da Costa Silva;
- 129 TCor Inf (01672587) Fernando Paulo Monteiro Lúcio Gonçalves.

### Artilharia

- 1 TCor Art (12469086) Carlos Manuel Mendes Dias;
- 2 TCor Art (15369685) João Luís Morgado Silveira;
- 3 TCor Art (18003185) José Augusto Oliveira Costa dos Reis;
- 4 TCor Art (00392880) Jaime da Silva Sequeira;
- 5 TCor Art (10717084) José António de Figueiredo Rocha;
- 6 TCor Art (14735284) José Manuel Peres de Almeida;
- 7 TCor Art (02951882) José Fernando Duque Luciano Paulo;

- 8 TCor Art (03289784) Joaquim Manuel de Almeida Moura;
- 9 TCor Art (00267186) José Carlos Levy Varela Benrós;
- 10 TCor Art (08431388) Luís Manuel Ricardo Monsanto;
- 11 TCor Art (07376881) José Fernando de Araújo Carvalho;
- 12 TCor Art (09068383) Norberto Antunes Serra;
- 13 TCor Art (12925784) Joaquim Manuel Ferreira Ramalho;
- 14 TCor Art (19881486) Vítor Hugo Dias de Almeida;
- 15 TCor Art (05539186) António Jaime Gago Afonso;
- 16 TCor Art (04626886) João Alberto Cabecinha Quaresma Furtado de Almeida;
- 17 TCor Art (19123887) César Luís Henriques dos Reis;
- 18 TCor Art (05581385) António Pedro Matias Ricardo Romão;
- 19 TCor Art (01001885) Rui Manuel Costa Ribeiro;
- 20 TCor Art (17268485) Pedro Nuno da Costa Salgado;
- 21 TCor Art (13240087) José Firmino Soares de Aquino;
- 22 TCor Art (10836685) José Manuel Vinhas Nunes;
- 23 TCor Art (17337287) Luís Filipe Marinho Pereira;
- 24 TCor Art (05245686) Francisco Afonso Mexia Favita Setoca;
- 25 TCor Art (06234885) José Carlos dos Santos Leal Teixeira;
- 26 TCor Art (13673983) Fernando José de Jesus Eduardo Parreira;
- 27 TCor Art (09177683) Manuel Maria Barreto Rosa;
- 28 TCor Art (18565583) Luís Manuel Garcia de Oliveira;
- 29 TCor Art (05773288) Francisco José Lopes Palma Gomes;
- 30 TCor Art (19796487) António José Ruivo Grilo;
- 31 TCor Art (11205186) Carlos Manuel da Silva Caravela;
- 32 TCor Art (02000786) José Alberto Dias Martins;
- 33 TCor Art (12282686) António Alberto Crispim Paradelo;
- 34 TCor Art (03452087) Hélder António da Silva Perdigão;
- 35 TCor Art (11903386) Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar;
- 36 TCor Art (19715986) António José Belchior Serrano;
- 37 TCor Art (08954186) Vítor Manuel Morgado Fonseca Afonso Jorge;
- 38 TCor Art (18099686) Fortunato Manuel Figueiredo Mariano Alves;
- 39 TCor Art (01234286) Paulo Jorge Henriques de Sousa;
- 40 TCor Art (08932488) Luís Filipe de Sousa Lopes;
- 41 TCor Art (12291384) Horácio José de Sousa Lopes;
- 42 TCor Art (04149087) Fernando Joaquim da Luz Costa;
- 43 TCor Art (02139187) João Manuel Serra David;
- 44 TCor Art (04821085) Carlos José Barradas Fernandes;
- 45 TCor Art (16833784) Artur Manuel Mendes Figueiredo;
- 46 TCor Art (11877881) Vítor Manuel Simões de Oliveira;
- 47 TCor Art (00189785) Joaquim Luís Correia Lopes;
- 48 TCor Art (07847089) Vasco Vitorino da Silva António;
- 49 TCor Art (04936489) Gilberto Lopes Garcia;
- 50 TCor Art (18968289) Carlos Manuel Branco Valentim;
- 51 TCor Art (02577085) Paulo Guilherme Soares Gonçalves Roda.

### **Cavalaria**

- 1 TCor Cav (11898185) Rui Manuel da Silva Ferreira;
- 2 TCor Cav (18503485) Paulo Manuel Simões das Neves de Abreu;
- 3 TCor Cav (01831883) João Carlos Vaz Ribeiro do Amaral Brites;

- 4 TCor Cav (03234984) Nuno Gonçalo Victória Duarte;
- 5 TCor Cav (00364985) Álvaro Manuel Claro Guedes de Seixas Rosas;
- 6 TCor Cav (03240582) José Túlio Marques da Silva;
- 7 TCor Cav (05997180) Jorge Fernando de Almeida Brito;
- 8 TCor Cav (14614686) Jaime Joaquim Picado Nogueiro;
- 9 TCor Cav (09407383) António Nuno Reis Carrapatoso Marcos de Andrade;
- 10 TCor Cav (01650784) José Elísio Oliveira Gonçalves;
- 11 TCor Cav (01266186) António Manuel de Almeida Domingues Varregoso;
- 12 TCor Cav (03763787) Paulo Jorge Rodrigues Ramos;
- 13 TCor Cav (01585486) Henrique José Cabrita Gonçalves Mateus;
- 14 TCor Cav (14668385) Francisco António Amado Rodrigues;
- 15 TCor Cav (02007586) Rui Manuel Sequeira de Seça;
- 16 TCor Cav (07177087) Paulo Jorge Ferreira Gomes Pinto de Sousa;
- 17 TCor Cav (12694585) Hélder de Jesus Charreu Casacão;
- 18 TCor Cav (10978985) Paulo de Jesus Pereira Zagalo;
- 19 TCor Cav (05535184) Luís Manuel Guerreiro Ferreira;
- 20 TCor Cav (02052885) José David Angelino da Graça Talambas;
- 21 TCor Cav (05908888) Paulo Jorge Lopes da Silva;
- 22 TCor Cav (06995487) Jorge Manuel Guerreiro Gonçalves Pedro;
- 23 TCor Cav (00598788) Paulo Alexandre Simões Marques;
- 24 TCor Cav (17860689) José Miguel Moreira Freire;
- 25 TCor Cav (15720485) José Manuel Carreiro Crespo;
- 26 TCor Cav (04864985) Joaquim Alberto Lameiras Bataca;
- 27 TCor Cav (03991286) Manuel Francisco Pereira da Lapa;
- 28 TCor Cav (03906586) Abel de Jesus Sequeira Matroca;
- 29 TCor Cav (14612485) Rui Miguel L. Risques da Costa Ferreira;
- 30 TCor Cav (10143489) Jorge Manuel Gaspar.

### Engenharia

- 1 TCor Eng (12656084) João Manuel Pires;
- 2 TCor Eng (01506285) Fausto Manuel Vale do Couto;
- 3 TCor Eng (18914784) Manuel Salvador Rebelo de Carvalho;
- 4 TCor Eng (00907086) João Paulo de Almeida;
- 5 TCor Eng (15645281) José Paulo Ribeiro Berger;
- 6 TCor Eng (10589981) Rui Albertino Costa Neto;
- 7 TCor Eng (07978886) Rui Paulo Brazão Martins Costa;
- 8 TCor Eng (18264085) Avelino João Carvalho Dantas;
- 9 TCor Eng (07233182) Augusto de Barros Sepúlveda;
- 10 TCor Eng (02917682) José da Costa Rodrigues dos Santos;
- 11 TCor Eng (06282588) Leonel José Mendes Martins;
- 12 TCor Eng (18398787) Carlos Manuel Mendes Fernandes;
- 13 TCor Eng (03186586) António José Soares Pereira;
- 14 TCor Eng (03557988) Sérgio do Espírito Santo Martins Carriço.

### Transmissões

- 1 TCor Tm (08105285) Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro;
- 2 TCor Tm (09304085) José Augusto dos Santos Rodrigues;
- 3 TCor Tm (01266881) Rui Manuel Pimenta Couto;



- 4 TCor Tm (04844285) Manuel Carvalho Vinhas;
- 5 TCor Tm (04641886) Fernando Manuel Salas Gonçalves Baptista;
- 6 TCor Tm (13936286) Luís Miguel Garrido Afonso;
- 7 TCor Tm (00849886) José Carlos da Costa Guilherme;
- 8 TCor Tm (06684986) João Batista Dias Garcia;
- 9 TCor Tm (02360085) Rui Manuel Marques da Silva;
- 10 TCor Tm (13847087) Paulo Fernando Viegas Nunes;
- 11 TCor Tm (15420584) Alberto Cabreiro Palhau;
- 12 TCor Tm (18941587) José António da Silva Vieira;
- 13 TCor Tm (11963387) Carlos Manuel Tavares Simões;
- 14 TCor Tm (17649887) Vítor Manuel Pires Terras;
- 15 TCor Tm (15520289) João Pedro Pereira Bastos Rocha;
- 16 TCor Tm (01151188) Paulo Miguel Paletti Correia Leal;
- 17 TCor Tm (01860184) Fernando Dias de Matos;
- 18 TCor Tm (19548387) Rui Jorge Fernandes Bettencourt;
- 19 TCor Tm (07391282) Jorge de Seixas Azevedo;
- 20 TCor Tm (16911084) Vítor Manuel de Paiva Duarte;
- 21 TCor Tm (14599987) José Alberto Rodrigues Ramos;
- 22 TCor Tm (03783188) Paulo Jorge Rodrigues Corado.

#### **Técnicos de Exploração de Transmissões**

- 1 TCor TExpTm (00576178) Agostinho de Aguiar Pinto Janeiro;
- 2 TCor TExpTm (00471077) António de Castro Henriques.

#### **Medicina**

- 1 TCor Med (01270480) António Maria Ferreira Alcoforado Côrte-Real;
- 2 TCor Med (01676082) Paulo Jorge Monteiro da Silva Lúcio;
- 3 TCor Med (02105584) João Pedro Ivens Ferraz Jácome de Castro;
- 4 TCor Med (13749884) Eduardo Fernando Fazenda Afonso Branco;
- 5 TCor Med (12667584) José Nicolau Almeida e Sá Ferreira de Andrade;
- 6 TCor Med (14615784) António Leonel Almeida e Sá Ferreira de Andrade;
- 7 TCor Med (04909983) Américo Branco Sequeira.

#### **Farmácia**

- 1 TCor Farm (12367485) Maria Ângela Pereira R. Pinheiro Pimentel Furtado;
- 2 TCor Farm (16882585) Margarida de Sá Figueiredo;
- 3 TCor Farm (09882782) Maria de Fátima Faria Daniel Ferreira Jorge.

#### **Veterinária**

- 1 TCor Vet (08700986) José Carlos Sanches Ribeiro;
- 2 TCor Vet (01410086) Manuel Baltazar Pinto Brandão.

#### **Dentista**

- 1 TCor Dent (13738083) Francisco da Silva Barbosa.

**Administração Militar**

- 1 TCor AdMil (16106184) José Manuel Almeida de Rodrigues Gonçalves;
- 2 TCor AdMil (00662783) Carlos Manuel Diogo da Graça Rosa;
- 3 TCor AdMil (12287983) Manuel David de Jesus;
- 4 TCor AdMil (11110985) António Manuel Lebre Falcão;
- 5 TCor AdMil (06299979) Manuel Maximino Carvalho Teixeira;
- 6 TCor AdMil (16357684) Luís Artur Alves Rita;
- 7 TCor AdMil (05013985) Rui Miguel Azevedo Grosso;
- 8 TCor AdMil (05572985) José Carlos Alves Rodrigues;
- 9 TCor AdMil (14562980) Manuel Gonçalves da Silva;
- 10 TCor AdMil (10473185) Armando José Rei Soares Ferreira;
- 11 TCor AdMil (18176883) Henrique Manuel Martins Veríssimo;
- 12 TCor AdMil (00453481) Rui Manuel Albuquerque Tavares Salvado;
- 13 TCor AdMil (01416982) Luís Nelson Melo de Campos;
- 14 TCor AdMil (13599085) Paulo António das Neves Inocência;
- 15 TCor AdMil (00834386) Adriano Júlio Brites Dias;
- 16 TCor AdMil (01105085) Aquilino José António Torrado;
- 17 TCor AdMil (06207184) António Manuel Pereira Batista;
- 18 TCor AdMil (11963186) António Almeida da Silva.

**Material**

- 1 TCor Mat (05038479) Manuel Gonçalves Travessa Garcia;
- 2 TCor Mat (02469884) João Luís de Sousa Pires;
- 3 TCor Mat (06780784) João Paulo Barreiros Pereira da Silva;
- 4 TCor Mat (08578183) Manuel Duarte de Amorim Ribeiro;
- 5 TCor Mat (00253282) José Manuel Valente Castelhana;
- 6 TCor Mat (07276886) Arlindo Neves Lucas;
- 7 TCor Mat (06951781) António José dos Santos Martins;
- 8 TCor Mat (00610382) José Manuel Jorge da Costa Roldão;
- 9 TCor Mat (01157387) Marco António Domingos Teresa;
- 10 TCor Mat (17880587) Joaquim Jorge da Costa Máximo Vicente;
- 11 TCor Mat (13418681) Manuel Joaquim Rosado Ganhão;
- 12 TCor Mat (03740089) Francisco Júlio Timóteo Tho Madeira Monteiro;
- 13 TCor Mat (00781887) José Luís Serra David;
- 14 TCor Mat (04339287) Paulo Miguel Baptista da Glória Belchior;
- 15 TCor Mat (19899583) José Manuel Pardieiros de Melo.

**Técnicos de Manutenção de Material**

- 1 TCor TManMat (14797475) João Tavares Tomás.

**Serviço Geral do Exército**

- 1 TCor SGE (16681077) Arlindo Pereira dos Santos.

**Serviço Geral de Pára-Quedista**

- 1 TCor SGPQ (10365379) João Manuel da Costa Lopes.

Listas de promoção por antiguidade ao posto de Tenente-Coronel, dos Majores das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 08 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

**Infantaria**

- 1 Maj Inf (08821689) António Manuel Evangelista Esteves;
- 2 Maj Inf (04393089) Paulo Jorge Caiadas da Quinta;
- 3 Maj Inf (10829089) Joaquim José Estevão da Silva;
- 4 Maj Inf (18375991) João Pedro Machado Falcão Lhano;
- 5 Maj Inf (16492190) Miguel Ricardo Rodrigues Pimentel da Cruz;
- 6 Maj Inf (11075389) José Manuel Alves Guedes dos Santos;
- 7 Maj Inf (09677291) António Colaço Gabriel;
- 8 Maj Inf (16026090) Manuel Adriano Santana Pires;
- 9 Maj Inf (18163587) Luís Manuel Brás Bernardino;
- 10 Maj Inf (02976989) Paulo Jorge Malva de Jesus Rêpas;
- 11 Maj Inf (07821688) Luís Manuel Gonçalves Leal;
- 12 Maj Inf (08516084) Jorge Manuel Dias Freixo;
- 13 Maj Inf (18768490) José Jorge de Sousa Marinho;
- 14 Maj Inf (10194690) António Carlos Cara Nova de Góis Cachopo;
- 15 Maj Inf (01275791) João de Sousa Machado;
- 16 Maj Inf (01873189) Paulo Alexandre Moreira Machado;
- 17 Maj Inf (03912989) Paulo Jorge Gonçalves Martins;
- 18 Maj Inf (08683288) Manuel Maria de Sousa Fernandes Dias;
- 19 Maj Inf (19886690) Carlos Alberto Mendes Ferreira;
- 20 Maj Inf (01953389) Mário Manuel Mourão Pinto;
- 21 Maj Inf (02195388) Carlos Jorge Gomes Marques;
- 22 Maj Inf (03478188) Mário José Rodrigues Capricho;
- 23 Maj Inf (03216189) João Manuel de Jesus Carvalho;
- 24 Maj Inf (18468689) Jaime César Oliveira da Costa;
- 25 Maj Inf (05979792) José Manuel Figueiredo Moreira;
- 26 Maj Inf (09669188) Manuel José Mendes Cavaco;
- 27 Maj Inf (09481689) José Eduardo Blanc Capinha Henriques;
- 28 Maj Inf (01035387) João Francisco da Costa Bernardino;
- 29 Maj Inf (14170089) Jorge Manuel Varanda Pinto;
- 30 Maj Inf (14322791) Rui Monteiro Gonçalves;
- 31 Maj Inf (17779791) José Alfredo Santos Soares;
- 32 Maj Inf (13193191) João Alberto Alexandre Ferreira;
- 33 Maj Inf (11768092) Luís Carlos Falcão Escorrega;
- 34 Maj Inf (02685892) Carlos Manuel Domingues Cardador Pires Pato;
- 35 Maj Inf (19843491) Manuel José Antunes da Costa Reis;
- 36 Maj Inf (05309590) Joaquim António Teixeira Barreira;
- 37 Maj Inf (07623091) Ilídio de Viveiros Freire;
- 38 Maj Inf (18856391) Paulo Jorge Tavares dos Santos Nunes;
- 39 Maj Inf (01292286) Rui Carlos Monteiro de Oliveira;
- 40 Maj Inf (15476792) António José Pereira Cancelinha;
- 41 Maj Inf (12255288) Paulo Alexandre das Neves Rodrigues Dias;
- 42 Maj Inf (03917791) Marco Paulo Alves do Carmo Lima;
- 43 Maj Inf (17772590) José Luís de Mata Avo Martinho;
- 44 Maj Inf (14184491) António Manuel Pereira Alves;

- 45 Maj Inf (00192190) Paulo Dinis Martins Lopes dos Santos;
- 46 Maj Inf (03521090) António José Gomes da Silva;
- 47 Maj Inf (16458990) José da Silva Campos;
- 48 Maj Inf (07427291) Fernando Manuel da Silva Rita;
- 49 Maj Inf (15608689) Paulo José Tiago Loureiro;
- 50 Maj Inf (15173192) António Pedro Vieira da Silva Cordeiro de Menezes;
- 51 Maj Inf (18383690) António Manuel Teixeira de Sá Pereira;
- 52 Maj Inf (00199093) Marco Paulo Machado Custódio;
- 53 Maj Inf (07370288) António Paulo Gaspar da Costa;
- 54 Maj Inf (00407693) Jorge Manuel de Sousa Rodrigues;
- 55 Maj Inf (14557792) Hélder Manuel Homem Félix;
- 56 Maj Inf (14902990) Jorge Manuel Gomes Ribeiro;
- 57 Maj Inf (14450692) Agostinho Ricarte Machado de Sousa Ribeiro;
- 58 Maj Inf (14125687) António da Silveira Pataco Raposo;
- 59 Maj Inf (16620990) Pedro Nuno Alminhas dos Reis;
- 60 Maj Inf (11424990) Paulo Jorge da Silva Almeida;
- 61 Maj Inf (06401387) Carlos Alberto Pombo Guerra da Silva;
- 62 Maj Inf (07483492) Abel Pedro dos Santos Carvalho;
- 63 Maj Inf (08250992) Hélder Alexandre Roque Abrantes Soares;
- 64 Maj Inf (05562291) António Manuel de Matos Grilo;
- 65 Maj Inf (07748791) Vítor Manuel Rasteiro Fernandes;
- 66 Maj Inf (14176992) Francisco José Barreiro Saramago;
- 67 Maj Inf (16643689) António Luís Morais Pinto de Oliveira;
- 68 Maj Inf (07212591) José Manuel de Almeida Santos Leal;
- 69 Maj Inf (00223793) Luciano Joaquim Freire Monteiro;
- 70 Maj Inf (07143290) Rui Manuel Afonso Rodrigues;
- 71 Maj Inf (00845989) António Esperança Fiel;
- 72 Maj Inf (11969890) Afonso Manuel de Maia Alves;
- 73 Maj Inf (00283293) Paulo Jorge Campos de Magalhães;
- 74 Maj Inf (00275093) Eduardo Nelson da Costa Baptista;
- 75 Maj Inf (14857691) José Virgílio dos Reis Martins;
- 76 Maj Inf (17880992) António Vítor Veríssimo Ildefonso;
- 77 Maj Inf (03284492) Mário António Gomes Maia;
- 78 Maj Inf (10487491) Ricardo Alexandre de Almeida Gomes Cristo;
- 79 Maj Inf (17592988) Armando José Messias Maio Pontes Fernandes;
- 80 Maj Inf (15644591) Rui Manuel Proença Bonita Velez;
- 81 Maj Inf (11844391) João José Gavancha Carrilho;
- 82 Maj Inf (11481992) António Manuel Vale Fantasia Domingues;
- 83 Maj Inf (18358690) Luís Miguel Pessoa Vieira;
- 84 Maj Inf (04057991) José Joaquim Boggio Sequeira;
- 85 Maj Inf (04625890) Pedro Miguel Misseno Marques;
- 86 Maj Inf (13077990) Paulo César Morais de Magalhães;
- 87 Maj Inf (24846991) João Vasco da Gama de Barros;
- 88 Maj Inf (22156491) Telmo Lau Hing;
- 89 Maj Inf (05902887) José António Ribeiro Leitão;
- 90 Maj Inf (22592291) Alexandre Manuel Ribeiro Duarte Varino;
- 91 Maj Inf (12472493) Fernando Jorge Fonseca Rijo;
- 92 Maj Inf (11857088) Roberto Martins Mariano.

**Artilharia**

- 1 Maj Art (09979389) Rui Arménio Chinita Sequeira Afonso;
- 2 Maj Art (16645789) Eduardo Jorge Martins Nunes da Silva;
- 3 Maj Art (15821390) Eugénio António Ferrão Correia Gil;
- 4 Maj Art (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida;
- 5 Maj Art (17926187) António João Guelha da Rosa;
- 6 Maj Art (10075390) Renato Afonso Gonçalves de Assis;
- 7 Maj Art (01931587) Luís Filipe Ventura dos Santos;
- 8 Maj Art (13677089) Carlos Manuel Machado Narciso Cavaco;
- 9 Maj Art (17234789) João Afonso Góis Pires;
- 10 Maj Art (00755991) Rui Francisco da Silva Teodoro;
- 11 Maj Art (04267590) Jaime Adolfo Cabral Ribeiro da Cunha;
- 12 Maj Art (19447088) Luís Fernando Lopes Anselmo Baião Custódio;
- 13 Maj Art (16261091) Camilo José Marques Serrano;
- 14 Maj Art (17659791) João Henriques Cortês Gomes de Leão;
- 15 Maj Art (15833191) Vítor Manuel Ferreira Lopes;
- 16 Maj Art (00595091) António Jorge André Rabaço;
- 17 Maj Art (05283291) Adelino José de Sousa Jacinto;
- 18 Maj Art (00440093) José Carlos Pinto Mimoso;
- 19 Maj Art (14396291) Nuno Miguel Barata Folgado;
- 20 Maj Art (19990690) Paulo Jorge Fernandes Rodrigues;
- 21 Maj Art (00257893) Hélder Jorge Pinheiro Barreira;
- 22 Maj Art (05625193) Nuno Miguel dos Santos Ferreira Lopes;
- 23 Maj Art (05693492) Telmo José Reis Paulino Cascalheira;
- 24 Maj Art (00100893) Daniel João Ribeiro Valente;
- 25 Maj Art (13154786) Paulo Nuno Amador Ferreira;
- 26 Maj Art (02166088) Fernando Reinaldo Ferreira Martinho;
- 27 Maj Art (09765191) Fernando António dos Santos Maçana;
- 28 Maj Art (17504191) Hélder Pilar Estriga;
- 29 Maj Art (19551091) João Paulo Mexia Favita Setoca;
- 30 Maj Art (00219393) Homero Gomes Abrunhosa;
- 31 Maj Art (06204691) Fernando Domingues Grilo;
- 32 Maj Art (15084291) Rui António Besteiro Rodrigues;
- 33 Maj Art (19569790) Jorge Paulo Marto da Silva;
- 34 Maj Art (10433591) Jorge Manuel Macedo Marques Agostinho;
- 35 Maj Art (19072892) Paulo Jorge Fernandes Gonçalves Balsinhas;
- 36 Maj Art (14558392) Paulo Manuel da Encarnação Rosendo;
- 37 Maj Art (16352992) Norberto Francisco Calmeiro Vaz.

**Cavalaria**

- 1 Maj Cav (03043989) Alberto José Nunes Laranjeira;
- 2 Maj Cav (07581490) Jorge Paulo Martins Henriques;
- 3 Maj Cav (13134087) Pedro Manuel dos Santos Ferreira;
- 4 Maj Cav (08357090) Nuno Lourenço Alvares Alves de Sousa;
- 5 Maj Cav (15602989) Luís Miguel Correia Mourato Gonçalves;
- 6 Maj Cav (11578489) António Augusto Vicente;
- 7 Maj Cav (17561491) Celso Jorge Pereira Freilão Braz;
- 8 Maj Cav (11507092) Celestino Manuel Caldeira Gonçalves Santana;



- 9 Maj Cav (00387391) Lourenço Manuel Simões de Azevedo;
- 10 Maj Cav (08170691) Carlos Manuel da Costa Gabriel;
- 11 Maj Cav (11097885) Jorge Manuel Pires Clérigo;
- 12 Maj Cav (10847991) Hugo Duarte Rodrigues Porém Machado;
- 13 Maj Cav (00912889) João Carlos Marçal Verdugo;
- 14 Maj Cav (09299790) Luís Manuel da Palma Franco;
- 15 Maj Cav (03596091) Bernardo Luís da Silveira e Lorena Lopes da Ponte;
- 16 Maj Cav (00349293) Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de Brito;
- 17 Maj Cav (17763892) João Paulo dos Santos Faria;
- 18 Maj Cav (00674892) Joaquim Inácio Pinto Noruegas;
- 19 Maj Cav (28642591) Alexandre Jorge dos Santos Moura;
- 20 Maj Cav (16008093) Hélio Ferreira Patrício.

### **Engenharia**

- 1 Maj Eng (16603091) Artur José dos Santos Nunes Afonso;
- 2 Maj Eng (06667591) António José Nunes Donário Veríssimo;
- 3 Maj Eng (12222992) Arlindo Paulo Martins Domingues;
- 4 Maj Eng (00376592) Nuno Miguel Ramos Benevides Prata;
- 5 Maj Eng (04505788) José Carlos Martins Monteiro;
- 6 Maj Eng (09679188) João Francisco Lopes Ferreira;
- 7 Maj Eng (07663292) João Paulo do Amaral de Oliveira;
- 8 Maj Eng (13183591) José Manuel Silva;
- 9 Maj Eng (10954192) Emanuel Henriques dos Santos Silva Sebastião;
- 10 Maj Eng (32277291) Jorge Lopes Pereira;
- 11 Maj Eng (37969791) Tiago Manuel Batista Lopes.

### **Transmissões**

- 1 Maj Tm (19280687) José Carlos da Silva Veríssimo;
- 2 Maj Tm (17174091) João Carlos Fradique Carichas do Amaral Marques;
- 3 Maj Tm (08952791) Paulo Jorge Leal Pinto;
- 4 Maj Tm (13580785) João Paulo Gomes Ferreira;
- 5 Maj Tm (07618387) Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues;
- 6 Maj Tm (14260990) António Martins Limão de Oliveira Jarmela;
- 7 Maj Tm (04124390) José Carlos Reimão Teixeira;
- 8 Maj Tm (01599292) Paulo Jorge Jacob Branco;
- 9 Maj Tm (05491586) Luís António Salomão de Carvalho;
- 10 Maj Tm (17342788) Henrique Martins dos Santos Cunha;
- 11 Maj Tm (00227493) Gaspar Pinto de Carvalho Freitas do Amaral;
- 12 Maj Tm (17579089) José Jaime Soares Pereira;
- 13 Maj Tm (06782391) Rogério Morgado Ferreira;
- 14 Maj Tm (23469291) Pedro Alexandre Coutinho dos Santos;
- 15 Maj Tm (00314987) António Jorge de Sousa Narra.

### **Técnico de Exploração de Transmissões**

- 1 Maj TExpTm (11761878) Joaquim Manuel de Oliveira Lima;
- 2 Maj TExpTm (04111081) Miguel Carneiro Monteiro;

- 3 Maj TExpTm (12280778) Manuel José Silva Bastos;
- 4 Maj TExpTm (04478283) José António Ferreira Rosa.

### **Técnico de Manutenção de Transmissões**

- 1 Maj TManTm (05121580) Joaquim António Gonçalves Barbosa;
- 2 Maj TManTm (17562578) José Manuel Sampaio Ribeiro Castro;
- 3 Maj TManTm (07562779) Fernando de Freitas Lúcio;
- 4 Maj TManTm (16970680) Joaquim José Arteiro do Couto.

### **Medicina**

- 1 Maj Med (12637383) José Miguel Marques Martins Salazar;
- 2 Maj Med (11244089) Carlos Manuel Lobato Gomes de Sousa;
- 3 Maj Med (19491285) António Manuel Nunes Gaspar;
- 4 Maj Med (16578392) Paulo José Amado de Campos;
- 5 Maj Med (10775281) Maria Alice Rodrigues Marques da Silva;
- 6 Maj Med (27848991) Ricardo Jorge Teixeira da Rocha Neto.

### **Farmácia**

- 1 Maj Farm (08504589) Rui Manuel D'Ascensão Monteiro;
- 2 Maj Farm (17350791) João Frederico Albuquerque do Carmo.

### **Veterinária**

- 1 Maj Vet (18080691) Paulo José Lourenço de Carvalho e Leite Ribeiro;
- 2 Maj Vet (06779492) António Eduardo Bruno Lopes João.

### **Dentista**

- 1 Maj Dent (09745489) Maria dos Remédios Vilela Machado Peixoto;
- 2 Maj Dent (09713292) Nuno Miguel Oliveira de Sousa e Silva.

### **Administração Militar**

- 1 Maj AdMil (01164487) César Augusto Martins Mexia;
- 2 Maj AdMil (12069986) José Manuel Madeleno Rei Tomás Leal;
- 3 Maj AdMil (17404689) Bruno Miguel Abrantes da Silva Neves;
- 4 Maj AdMil (00369691) Carlos Manuel Ferreira Guedes;
- 5 Maj AdMil (12816886) Fernando Jorge Cachado Farinha;
- 6 Maj AdMil (18272491) Sérgio Paulo Rodrigues Augusto;
- 7 Maj AdMil (03717287) Paulo Jorge Galhardas Rosado Barreiros;
- 8 Maj AdMil (13225191) José Manuel Pinto Cano;
- 9 Maj AdMil (09297690) Paulo Jorge Mesquita Pereira
- 10 Maj AdMil (05183191) Paulo Sérgio Pereira Ribeiro;
- 11 Maj AdMil (10793790) Francisco José Domingos Marçal da Silva;
- 12 Maj AdMil (10570291) Álvaro Marcos Almeida Garcia;
- 13 Maj AdMil (13173790) Nuno António de Campos dos Reis;

- 14 Maj AdMil (02977992) Luís Miguel Gonçalves;
- 15 Maj AdMil (13399691) Nuno Miguel Lopo dos Reis Monteiro Grilo;
- 16 Maj AdMil (31905691) Luís Miguel Pinheiro Dias Fernandes;
- 17 Maj AdMil (31787691) Paulo Jorge Alves Gomes.

### **Material**

- 1 Maj Mat (01597289) Américo Marques Garção Cara D' Anjo;
- 2 Maj Mat (07459487) Rui Manuel Piteira Natário;
- 3 Maj Mat (01405085) Manuel Fortunato Mendes Marques;
- 4 Maj Mat (15110491) Paulo José Freitas Macário Calvão Silva;
- 5 Maj Mat (15752285) José Fernandes Dias;
- 6 Maj Mat (06290685) João Carlos Farinha de Figueiredo;
- 7 Maj Mat (04679488) José Luís dos Santos Salsinha Ninitas;
- 8 Maj Mat (00458093) Alexandre Manuel Moguinho Liberato;
- 9 Maj Mat (01961591) Paulo Jorge do Nascimento Fernandes;
- 10 Maj Mat (34657191) Nuno Miguel Viegas Saúde;
- 11 Maj Mat (12399693) Joel António Dias da Luz Santos.

### **Técnico de Manutenção de Material**

- 1 Maj TManMat (02131078) José Rosa Serrano Martins;
- 2 Maj TManMat (12486780) Alexandre Francisco Salsa Arranhado;
- 3 Maj TManMat (08107780) Hermínio Monteiro Ferreira;
- 4 Maj TManMat (13890880) Victor José Vieira;
- 5 Maj TManMat (15853981) João Manuel da Silva Dias;
- 6 Maj TManMat (18725181) António José Branco Pinto;
- 7 Maj TManMat (05427082) Rogério Manuel São Pedro Ramalhete;
- 8 Maj TManMat (19871182) Carlos Manuel Silva Rodrigues;
- 9 Maj TManMat (06576377) Mário Manuel da Silva Balbino;
- 10 Maj TManMat (07676381) Aníbal Manuel de Jesus Cristão.

### **Serviço Geral do Exército**

- 1 Maj SGE (19510379) José Francisco Rodrigues Caravana;
- 2 Maj SGE (04120279) Joaquim Francisco Lopes Bento Chambel;
- 3 Maj SGE (08745278) José Manuel da Costa Neto Alves;
- 4 Maj SGE (17607180) Victor Manuel da Silva Cabrita;
- 5 Maj SGE (06098778) João da Silva Ferreira;
- 6 Maj SGE (00993683) Amílcar dos Anjos Reis;
- 7 Maj SGE (14016178) Manuel de Jesus Jorge Buco;
- 8 Maj SGE (07087780) Manuel Lourenço Carrasco Costa;
- 9 Maj SGE (07820779) Carlos do Amaral Coimbra;
- 10 Maj SGE (13105778) José da Silva Pinto;
- 11 Maj SGE (16465680) António da Costa Botelho;
- 12 Maj SGE (18686580) Albino de Sousa Pedro;
- 13 Maj SGE (16913579) José Sebastião Fernandes;
- 14 Maj SGE (03240778) Albano de Sousa Covas;
- 15 Maj SGE (13306582) Sérgio da Costa Guimarães;
- 16 Maj SGE (11543079) Carlos Fernando de Oliveira Carisosa;



- 17 Maj SGE (09432980) Artur José Felizardo Marques;
- 18 Maj SGE (03796679) Augusto Manuel Tirá Rodrigues;
- 19 Maj SGE (00093879) Carlos Alberto Ruivo Ferreira Andrade;
- 20 Maj SGE (08170979) Vitorino José Aveiro Gonçalves;
- 21 Maj SGE (18030181) António Manuel Martins Mendonça;
- 22 Maj SGE (19071778) António José Lopes de Azevedo;
- 23 Maj SGE (17627977) Augusto Simões Martins;
- 24 Maj SGE (16286781) Manuel Joaquim Botelho Cordeiro;
- 25 Maj SGE (03018580) Avelino António Ramos Fernandes;
- 26 Maj SGE (11941981) Mário Jorge dos Reis Neves;
- 27 Maj SGE (17339282) Manuel Carlos Cosme da Silva;
- 28 Maj SGE (11821176) Orlando Augusto Soares Gomes;
- 29 Maj SGE (15317779) Fernando Rebelo Dias;
- 30 Maj SGE (12470080) Mário Marques do Rosário Fialho;
- 31 Maj SGE (19729379) António Fernando Correia Tabosa;
- 32 Maj SGE (10848580) Fernando Duarte Rodrigues;
- 33 Maj SGE (04081382) António José Bessa Fernandes;
- 34 Maj SGE (18328681) João António Carrilho Alves de Sousa.

### Músicos

- 1 Maj CbMus (03177083) Fernando Manuel Cosme Moreira.

Listas de promoção por escolha ao posto de Major, dos Capitães das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 08 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

### Infantaria

- 1 Cap Inf (02533895) Sérgio Alexandre Cascais Martins;
- 2 Cap Inf (04274793) Hermano Torres Lee Chin;
- 3 Cap Inf (18673694) Nuno Miguel Brázio Vicente;
- 4 Cap Inf (09117294) Fernando César de Oliveira Ribeiro;
- 5 Cap Inf (03737994) César Miguel Santinho Garcia;
- 6 Cap Inf (04200695) José Luís Marques Cardoso;
- 7 Cap Inf (09266294) Bruno Miguel Clara Fernandes Gaspar Mendes;
- 8 Cap Inf (18018794) Hugo Miguel da Silva Rodrigues;
- 9 Cap Inf (03750294) Ricardo Bruno da Mota Pires;
- 10 Cap Inf (11852594) António José Feliciano Marques;
- 11 Cap Inf (09634095) João Pedro Alves da Loura;
- 12 Cap Inf (07025594) Fernando Alberto de Paiva Ribeiro de Moura;
- 13 Cap Inf (02571394) André Salvador Pereira de Barros;
- 14 Cap Inf (37931193) João Miguel Chaves dos Santos Pais;
- 15 Cap Inf (32764593) Rui Jorge das Neves Santos;
- 16 Cap Inf (18213294) Nuno Filipe da Cunha.

### Artilharia

- 1 Cap Art (00827995) Nuno Miguel Lopes Duarte Salvado;
- 2 Cap Art (18313295) Jorge Jerónimo de Almeida Nascimento;
- 3 Cap Art (03033795) Nuno Miguel Cirne Serrano Mira;

- 4 Cap Art (15130094) Rui Jorge de Matos Alvarinho;
- 5 Cap Art (01597594) João Francisco Dias Pimenta;
- 6 Cap Art (12390594) Luís Miguel Parreira Roberto;
- 7 Cap Art (04548994) Sandro José Robalo Geraldês;
- 8 Cap Art (08498494) Rui César Sequeira Heleno;
- 9 Cap Art (15876194) Fernando Jorge Marques Machado;
- 10 Cap Art (08926794) José Luís Nunes dos Santos Correia;
- 11 Cap Art (38452993) Paulo Jorge Coixão dos Reis Bento.

### **Cavalaria**

- 1 Cap Cav (13450294) Gilberto Henrique Pires Lopes;
- 2 Cap Cav (19735394) Emanuel Jorge Monteiro Umbelino;
- 3 Cap Cav (19397996) Bruno Gonçalo Nunes Carrasqueira;
- 4 Cap Cav (15993494) Fernando Casimiro Gonçalves Fernandes;
- 5 Cap Cav (25289493) Nuno André Cardoso Nunes Mota Cavaleiro;
- 6 Cap Cav (30043393) Vasco Sérgio do Vale Carriço;
- 7 Cap Cav (03064194) Ricardo Jorge da Silva Dias Lourenço;
- 8 Cap Cav (27341392) José Luís Pinto Coelho.

### **Engenharia**

- 1 Cap Eng (31268291) Gabriel de Jesus Gomes;
- 2 Cap Eng (17867695) Ana Maria Carvalho Ferreira da Silva Correia;
- 3 Cap Eng (01744894) Aníbal Fernandes do Nascimento;
- 4 Cap Eng (27436993) Alexandre Fernando Mendes Rodrigues;
- 5 Cap Eng (11632695) Fernando Jorge Dias Malta;
- 6 Cap Eng (02996994) Sérgio Miguel Pires Trindade.

### **Técnicos de Exploração de Transmissões**

- 1 Cap TExpTm (11669386) João Manuel Guerra Batista;
- 2 Cap TExpTm (11055484) Adérito Augusto Valente da Fonseca.

### **Técnicos de Manutenção de Transmissões**

- 1 Cap TManTm (01676584) Armando Tavares de Almeida Agostinho;
- 2 Cap TManTm (10789787) Carlos Manuel Martins Prada.

### **Medicina**

- 1 Cap Med (06528895) Pedro André Correia de Almeida Pinto;
- 2 Cap Med (28880192) Álvaro Miguel Beirão Loureiro;
- 3 Cap Med (31754492) Carlos Manuel de Carvalho Simões.

### **Farmácia**

- 1 Cap Farm (20776893) Paulo César Esteves dos Santos.

**Técnicos de Enfermagem Diagnóstico e Terapêutica**

- 1 Cap TEDT (05146986) Edgar Daniel Nunes;
- 2 Cap TEDT (02297187) Victor Paulo Roca Marcos;
- 3 Cap TEDT (12719381) Nelson Antunes Rodrigues dos Santos;
- 4 Cap TEDT (01813885) Rui Mário Santos de Castro Magalhães;
- 5 Cap TEDT (05684180) Aurélio Manuel Guedes Mendes;
- 6 Cap TEDT (13636780) José Júlio Sousa Fernandes;
- 7 Cap TEDT (09754480) Ilídio Inês Fernandes.

**Administração Militar**

- 1 Cap AdMil (11346593) José Humberto de Faria Pinheiro;
- 2 Cap AdMil (24971993) Luís Miguel Caetano Alberto;
- 3 Cap AdMil (28234093) Ana Rosa Mira Teles Chaleta;
- 4 Cap AdMil (00949994) Jorge Marques Rodrigues;
- 5 Cap AdMil (14402095) Margarida Alexandra da Costa Albano;
- 6 Cap AdMil (06186094) Nuno Miguel Paulino Henriques;
- 7 Cap AdMil (07353395) Joaquim Luís Marques Filipe.

**Material**

- 1 Cap Mat (02715695) Pedro Manuel da Silva Rebola;
- 2 Cap Mat (09384194) Énio Rodrigo Pereira Chambel.

**Técnicos de Manutenção de Material**

- 1 Cap TManMat (17848587) Manuel José Moura Dias;
- 2 Cap TManMat (09709486) Jorge Paulo Vieira Silvestre;
- 3 Cap TManMat (09701983) Manuel Fernando Teixeira Machado;
- 4 Cap TManMat (02831387) Rui Manuel Ferreira Lopes.

**Técnicos de Pessoal e Secretariado**

- 1 Cap TPesSecr (06036884) João de Oliveira e Cunha;
- 2 Cap TPesSecr (09155985) Paulo José Belo Furtado;
- 3 Cap TPesSecr (01588883) Francisco José Merca Pereira.

**Técnicos de Transportes**

- 1 Cap TTrans (15300487) Fernando Manuel Freitas Lopes;
- 2 Cap TTrans (12408181) António Valentim Barros da Silva;
- 3 Cap TTrans (06479885) Rui Manuel Fonseca Seixas;
- 4 Cap TTrans (19168585) Vítor Manuel Tavares Pinto;
- 5 Cap TTrans (16530384) Carlos Manuel Delgado Paulos;
- 6 Cap TTrans (05928884) Américo Cardoso Camelo.

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de Capitão, dos Tenentes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME, de 26 de setembro de 2013, para vigorar no ano de 2013:

### **Infantaria**

- 1 Ten Inf (09946102) Carlos Ribeiro Nunes;
- 2 Ten Inf (09601501) Daniel Filipe de Carvalho Gomes;
- 3 Ten Inf (06432900) Nuno Joaquim Rebola Bento;
- 4 Ten Inf (04259402) Sérgio Miguel Gorjão Marques;
- 5 Ten Inf (01182499) Paulo Jorge da Rocha Miranda;
- 6 Ten Inf (06700600) Carlos Eduardo Bernardo Oliveira;
- 7 Ten Inf (03436100) Manuel Pedro Afonso Viana;
- 8 Ten Inf (12269101) Hilário Diogo da Silva Costa;
- 9 Ten Inf (16967799) Valter Mário Mendes Martins;
- 10 Ten Inf (16147202) Pedro Jorge Arantes Balinha;
- 11 Ten Inf (02419202) Ricardo Manuel Cavadas da Horta;
- 12 Ten Inf (06064200) Valter Luís Gonçalves do Vale;
- 13 Ten Inf (09401300) Rui Pedro Gomes de Aguiar Cardoso;
- 14 Ten Inf (17587800) António Pedro Lopes Monteiro;
- 15 Ten Inf (05891302) Flávio Vieira Carvalho de Figueiredo;
- 16 Ten Inf (18786297) Orlando Ferreira Dias;
- 17 Ten Inf (14668899) Pedro Filipe Vargas Neves;
- 18 Ten Inf (08593000) Bruno Miguel Paulo Baptista.

### **Artilharia**

- 1 Ten Art (05219599) Luís Miguel da Silva Resende Mouta;
- 2 Ten Art (00066900) Sérgio Timóteo Coelho Rodrigues;
- 3 Ten Art (03011298) Samantha Mateus;
- 4 Ten Art (06871002) João Pedro Viana Fragoso Xavier;
- 5 Ten Art (12402800) Alexandre Manuel Roque Casinha;
- 6 Ten Art (18696002) Tiago Soares de Castro;
- 7 Ten Art (14700902) João Paulo Nunes Ferreira Ribeiro Cardoso;
- 8 Ten Art (17308601) Aires Almeida Carqueijo;
- 9 Ten Art (00610501) Sandrina Costa Cunha;
- 10 Ten Art (19868199) Bruno Henrique Cruz Veríssimo;
- 11 Ten Art (19596001) Carlos Miguel Barreiras Soares.

### **Cavalaria**

- 1 Ten Cav (01233201) Maria João Pedroso Correia;
- 2 Ten Cav (03288801) Humberto Gourdin de Azevedo Coutinho Rosa;
- 3 Ten Cav (19299302) Ricardo Manuel Martins Pereira dos Santos Coelho.

### **Engenharia**

- 1 Ten Eng (19847902) Rui Manuel Pereira Cruz;
- 2 Ten Eng (08499002) João Luís da Costa Ferraz Soares.

**Transmissões**

- 1 Ten Tm (19272502) José Pedro Soares de Albergaria Santos e Paiva;
- 2 Ten Tm (19529002) André Manuel Monteiro Barata.

**Técnicos de Exploração de Transmissões**

- 1 Ten TExpTm (34630591) Joaquim João Ferreira Ramalho;
- 2 Ten TExpTm (03091390) Paulo Jorge Fernandes Rodrigues.

**Técnicos de Manutenção de Transmissões**

- 1 Ten TManTm (08616792) Álvaro Nuno de Sousa Soares;
- 2 Ten TManTm (04159592) António Manuel de Sousa Soares.

**Medicina**

- 1 Ten Med (07296500) Maria João Pereira de Oliveira;
- 2 Ten Med (01228802) João Rui Carvalho Nunes e Silva;
- 3 Ten Med (01272802) Maria Inês Ribeiro Mourato Nunes;
- 4 Ten Med (12806902) Samuel Afonso Lima Ramos;
- 5 Ten Med (03649202) João Pedro Luz Niza;
- 6 Ten Med (05721002) Sara Filipa Bordelo Dias Grazinda.

**Farmácia**

- 1 Ten Farm (01493802) Francisco Alexandre Correia Sampaio;
- 2 Ten Farm (08167402) Joel Tomé Conceição Teixeira Mendes.

**Veterinária**

- 1 Ten Vet (05956202) Inês Lavado Gomes.

**Dentista**

- 1 Ten Dent (03410902) Nicholas Andrew Fernandes;
- 2 Ten Dent (07817902) Diana Elisa Gomes Correia.

**Técnicos de Enfermagem Diagnóstico e Terapêutica**

- 1 Ten TEDT (08015690) Joaquim Paulo Guimarães Osório;
- 2 Ten TEDT (04323190) José Carlos da Silva Lopes.

**Administração Militar**

- 1 Ten AdMil (02030802) Ana Sofia das Neves Azevedo.

**Material**

- 1 Ten Mat (06508902) Jorge Machado da Silva Balula;
- 2 Ten Mat (05764702) César Augusto Paulo Pousa.

**Técnicos de Manutenção de Material**

- 1 Ten TManMat (16073792) Licínio Joaquim Almeida e Sousa.

**Técnicos de Pessoal e Secretariado**

- 1 Ten TPesSecr (16632993) Luís Miguel Abreu de Almeida;
- 2 Ten TPesSecr (39752792) Nelson da Silva Lé;
- 3 Ten TPesSecr (03486792) José Carlos Gonçalves da Silva Abrantes;
- 4 Ten TPesSecr (22679992) Nelson Cláudio da Silva Azenha;
- 5 Ten TPesSecr (08743192) Paulo José Loureiro Calado;
- 6 Ten TPesSecr (21633293) Cristóvão Florido da Fonseca;
- 7 Ten TPesSecr (26446392) Pedro Martino Cardoso Teixeira;
- 8 Ten TPesSecr (08119093) Luís Manuel Domingues Graça;
- 9 Ten TPesSecr (12794894) Hélder Augusto Teixeira Alves;
- 10 Ten TPesSecr (19726292) Luís Manuel Figueira Gomes.

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de Tenente, dos Alferes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME, de 26 de setembro de 2013, para vigorar no ano de 2013:

**Infantaria**

- 1 Alf Inf (09635205) Francisco Miguel Sousa da Silva;
- 2 Alf Inf (09845209) Luís Carlos Martins da Silva;
- 3 Alf Inf (08138803) Pedro Gonçalo Esteves Simões;
- 4 Alf Inf (19829803) Sérgio Aurélio Cerqueira da Encarnação;
- 5 Alf Inf (13094306) Pedro Miguel Pires da Silva;
- 6 Alf Inf (19252906) Nuno Filipe Gonçalves Carvalho;
- 7 Alf Inf (03881803) Rodrigo José de Oliveira Ferreira;
- 8 Alf Inf (11122506) João Francisco Godinho Baptista;
- 9 Alf Inf (13937505) Luís Carlos Orvalho Conde da Luz;
- 10 Alf Inf (03623906) Filipe Coutinho Valente Simão Freire;
- 11 Alf Inf (17944706) Rui Jorge Portela dos Anjos;
- 12 Alf Inf (14572103) Hugo Miguel de Almeida Pereira;
- 13 Alf Inf (13909306) Bruno Ricardo Pereira Reis;
- 14 Alf Inf (05666309) Miguel Cândido Pereira Espinha Domingos de Almeida;
- 15 Alf Inf (16168009) João Pedro Silva Sousa;
- 16 Alf Inf (16283806) Carlos Manuel Ramos da Silva Rainho;
- 17 Alf Inf (09761509) Rui Emanuel Martins Pina;
- 18 Alf Inf (03599004) João Miguel Teixeira Magalhães;
- 19 Alf Inf (10724504) Gonçalo Luís Pita de Carvalho;
- 20 Alf Inf (05411204) André Filipe Pinto da Fonseca;
- 21 Alf Inf (16719403) Bruno Miguel dos Santos Folhas;
- 22 Alf Inf (01416906) Paulo Henrique Moniz Franco de Torres Soares.

**Artilharia**

- 1 Alf Art (18165805) Daniela Braga Salvador Pestana Santos;
- 2 Ten Art Grad (02627899) Cristóvão José Teixeira Fernandes;
- 3 Alf Art (02614006) João António Soares Saraiva;



- 4 Alf Art (05779102) Ricardo Jorge Lourenço Pinto Loureiro;
- 5 Alf Art (06224409) Marisa Figueiredo Cardoso;
- 6 Alf Art (11012705) João Paulo Martins Silva;
- 7 Alf Art (11094105) João Manuel Marques Arnaut;
- 8 Alf Art (00905009) Pedro Herculano Gonçalves de Sousa;
- 9 Alf Art (04062306) João Pedro Martins Pereira;
- 10 Alf Art (03020909) Afonso Manuel da Silva Peralta;
- 11 Alf Art (04588305) Bruno Filipe Porto Preto.

### **Cavalaria**

- 1 Alf Cav (03866809) Mauro Daniel Pires Covas;
- 2 Alf Cav (11791604) Frederico Ferreira Santos;
- 3 Alf Cav (14336306) Pedro Miguel da Costa Júlio;
- 4 Alf Cav (08155301) Daniel José Oliveira Fernandes;
- 5 Alf Cav (11998305) Cristina Isabel Abelho Borralho;
- 6 Alf Cav (05282406) João Miguel Martins Ferreira dos Santos;
- 7 Alf Cav (16685106) Sandra Sofia Nunes Amaro;
- 8 Alf Cav (05616905) Vasco Rafael Caridade Monteiro;
- 9 Alf Cav (17464904) Bruno Manuel Sousa Ferreira;
- 10 Alf Cav (13663305) Diogo José Silva Carrilho.

### **Administração Militar**

- 1 Alf AdMil (06258106) Vasco Lobato de Faria Rijo;
- 2 Alf AdMil (15301109) Jorge Nuno Pessoa Silva;
- 3 Alf AdMil (15983204) Diana Paula Martins Gonçalves;
- 4 Alf AdMil (00250104) Vânia Sofia Silva Santos;
- 5 Alf AdMil (04029106) Nuno Alexandre Simão da Costa;
- 6 Alf AdMil (08979604) Rui Alexandre Cerqueira Carneiro.

Listas de promoção por diuturnidade ao posto de Primeiro-Sargento, dos Segundo-Sargentos das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 1 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME, de 26 de setembro de 2013, para vigorar no ano de 2013:

### **Infantaria**

- 1 2Sarg Inf (05991201) Bruno Miguel Macedo Rodrigues;
- 2 2Sarg Inf (03950303) José António Teixeira Mesquita;
- 3 2Sarg Inf (17902504) Vítor Manuel Dias Sebastião;
- 4 2Sarg Inf (19222602) Gonçalo Pocinho Rendeiro Cravo;
- 5 1Sarg Inf Grad (13169100) Nuno Miguel Lopes Gouveia;
- 6 2Sarg Inf (06437803) Nelson Amorim Fazenda;
- 7 2Sarg Inf (18268602) Márcio Filipe de Almeida Gonçalves;
- 8 1Sarg Inf Grad (09058199) Jorge Miguel Henriques Marques;
- 9 2Sarg Inf (12821204) Cláudio Manuel Pação Bagulho;
- 10 1Sarg Inf Grad (11066898) Gonçalo Miguel Roque Fulgêncio;
- 11 2Sarg Inf (16261199) Adílio Alves Borges;
- 12 2Sarg Inf (15279505) António Luís Gil Matos Barbosa Lucas;
- 13 2Sarg Inf (04071303) Jonathan José Fortuna;

- 14 2Sarg Inf (06660200) Sérgio Augusto de Oliveira Nogueira;
- 15 2Sarg Inf (09910901) Ricardo Bruno Marques Gonçalves;
- 16 2Sarg Inf (01485103) Rodrigo Generoso Prudêncio;
- 17 2Sarg Inf (15154102) Paulo Ricardo Ferreira Torres;
- 18 2Sarg Inf (19205503) Pedro Alexandre Guedes Coutinho;
- 19 2Sarg Inf (09943204) Nuno Filipe Pinto da Mota;
- 20 2Sarg Inf (10965902) Carlos Manuel Olaio Teixeira;
- 21 2Sarg Inf (06074105) Anabela Ferreira Correia;
- 22 2Sarg Inf (17899203) Pedro Miguel Sousa Ribeiro;
- 23 2Sarg Inf (17397099) Ricardo José Carvalho dos Santos;
- 24 2Sarg Inf (19776999) Bruno Miguel Rodrigues Fontoura;
- 25 2Sarg Inf (05223802) Tiago José Carneiro Fernandes;
- 26 2Sarg Inf (02374899) Liliana Augusta da Costa Sanhudo;
- 27 2Sarg Inf (03489204) João Carlos da Costa Monteiro;
- 28 2Sarg Inf (09057601) Gustavo Jorge da Silva Ramalho;
- 29 2Sarg Inf (03549495) Alexandre Bolaio Pinto Tiolo;
- 30 2Sarg Inf (16296604) Carlos António Pereira Alves;
- 31 2Sarg Inf (05018101) Ismael Machado Lopes;
- 32 2Sarg Inf (17737900) Joaquim Fernando Monteiro Pereira;
- 33 2Sarg Inf (07007298) Cláudio Alexandre Marques Viegas.

### Artilharia

- 1 2Sarg Art (08681404) André Gonçalo Candeias Pedras;
- 2 1Sarg Art Grad (08879194) José Duarte Nóbrega Mendes;
- 3 2Sarg Art (10444998) Marta Catarina Dias Sintra;
- 4 1Sarg Art Grad (14967297) Nuno Miguel Rijo Bagorro;
- 5 2Sarg Art (03128201) Júlio David Simões Rato;
- 6 2Sarg Art (01610002) Marta Isabel Mocho Guerra da Silva;
- 7 1Sarg Art Grad (18524398) Pedro Manuel Coelho Duarte;
- 8 1Sarg Art Grad (06125099) Bruno Alexandre Rodrigues da Eira;
- 9 2Sarg Art (04547005) Iolanda Marlene Castro e Silva;
- 10 2Sarg Art (11936297) Ricardo Miguel Bártolo Carrasco;
- 11 2Sarg Art (14148199) Tiago José Baptista Garcia;
- 12 2Sarg Art (10169702) Hélder Henrique Severino Ramos;
- 13 2Sarg Art (04707496) Pedro Alexandre Agostinho Santos;
- 14 2Sarg Art (07647503) Joaquim Emanuel dos Santos Marques Alegre;
- 15 2Sarg Art (18981304) Lídio Mendonça da Costa Miguel.

### Cavalaria

- 1 2Sarg Cav (08943702) Acácio dos Santos Reis;
- 2 2Sarg Cav (01066599) Artur Ricardo Ribeiro do Espírito Santo;
- 3 2Sarg Cav (07059400) Joel Fernandes Antunes;
- 4 2Sarg Cav (18419603) Márcio José Rebola Botas;
- 5 2Sarg Cav (07797303) João Paulo Marcos Carvalho;
- 6 2Sarg Cav (13553699) Mário Filipe Monteiro Batalha Dias;
- 7 2Sarg Cav (09258604) Ricardo Filipe da Silva Costa;
- 8 2Sarg Cav (10766501) Hugo João Lopes de Almeida Figueiredo;



- 9 2Sarg Cav (14029697) Alexandre Miguel Faustino Mendes;
- 10 2Sarg Cav (19107400) Sérgio Neves Rodrigues;
- 11 2Sarg Cav (12645303) Moisés Joaquim da Silva Pereira;
- 12 1Sarg Cav Grad (14202395) Miguel Ângelo de Figueiredo Botelho Barbosa;
- 13 2Sarg Cav (09079097) Nelson Milagres do Espírito Santo;
- 14 2Sarg Cav (18721003) Maria Célia Ribeiro Campino;
- 15 2Sarg Cav (19128700) Guilherme Henrique Mateus Machado.

### **Engenharia**

- 1 1Sarg Eng Grad (01903294) Luís Miguel Monteiro Gonçalves Capelo;
- 2 2Sarg Eng (10995202) Emídio Jorge Lourenço Teixeira;
- 3 2Sarg Eng (15513202) Filipe Miguel Melo Furtado;
- 4 2Sarg Eng (14177802) Hélder José Gonçalves Garcia;
- 5 2Sarg Eng (00663601) Filipe Daniel Alves Rodrigues;
- 6 2Sarg Eng (11134804) Christophe Perdigão Dionísio;
- 7 2Sarg Eng (01318601) José Maria Mendes Azeitona Serafim;
- 8 2Sarg Eng (09195905) André Pereira Rebelo;
- 9 2Sarg Eng (14132801) Hélder Alexandre Pereira Gonçalves;
- 10 2Sarg Eng (13825101) Óscar Filipe Correia da Costa.

### **Transmissões**

- 1 2Sarg Tm (02773402) João Carlos Simões de Paiva;
- 2 2Sarg Tm (06687005) Miguel de Pinho Ferreira;
- 3 2Sarg Tm (05565801) André Benedito Martins;
- 4 1Sarg Tm Grad (17880397) Simão Pedro de Barros Teixeira;
- 5 2Sarg Tm (10737402) Marco da Silva Mouta;
- 6 2Sarg Tm (01099698) José Manuel Vitorino Gonçalves;
- 7 2Sarg Tm (14679404) Alberto Rafael Teixeira Nunes;
- 8 2Sarg Tm (06731805) Marco André Jesus Ribeiro Silva;
- 9 2Sarg Tm (10913703) Luís Carlos de Jesus Tomasio;
- 10 2Sarg Tm (09871601) Telmo Jorge dos Santos Neto de Andrade Patrício;
- 11 2Sarg Tm (15465401) Edi Emanuel Valadares Costa;
- 12 2Sarg Tm (06542603) Rui Duarte da Costa Macedo;
- 13 2Sarg Tm (03892702) Luís Filipe Jorge de Oliveira.

### **Administração Militar**

- 1 2Sarg AdMil (14788603) Joaquim Fernando Moreira de Sousa;
- 2 2Sarg AdMil (12809503) Mafalda Sofia Ribeiro Martins.

### **Medicina**

- 1 2Sarg Med (12072596) Luís Filipe Sousa Pinto;
- 2 2Sarg Med (03822295) Marco Paulo Rosa Henriques;
- 3 2Sarg Med (01593302) Marisa Isabel Rodrigues Vilas Boas;
- 4 1Sarg Med Grad (05002296) José António da Costa Marques;
- 5 2Sarg Med (00236699) Carlos Alexandre Roque Seguro.

**Material**

- 1 2Sarg Mat (07049500) Tiago Filipe Vicente Ferreira;
- 2 2Sarg Mat (07930500) Marco Paulo da Silva Francisco;
- 3 2Sarg Mat (09332502) Tiago Miguel Lopes Pereira;
- 4 2Sarg Mat (02872305) Tiago Gonçalo Morais Passarinho;
- 5 1Sarg Mat Grad (02496796) Rui Jorge Valdez Gomes;
- 6 2Sarg Mat (14048002) Henrique Miguel Falcão de Almeida;
- 7 2Sarg Mat (13111603) Nuno Miguel Possante Pascoal;
- 8 2Sarg Mat (05065702) Hugo Alexandre da Silva Lopes;
- 9 2Sarg Mat (05467404) Cláudio da Silva Vieira;
- 10 2Sarg Mat (06913901) Solange Alves da Silva;
- 11 2Sarg Mat (11848002) Nuno Filipe Martins Ouro;
- 12 2Sarg Mat (07052301) Ricardo Miguel Ribeiro;
- 13 2Sarg Mat (10805603) Tiago André Martins Marques;
- 14 2Sarg Mat (01178702) Filipe Dias Domingues;
- 15 2Sarg Mat (15186800) Ricardo Jorge Sardão Raposo;
- 16 2Sarg Mat (00840302) Daniel Alexandre Povia Pereira.

**Músicos**

- 1 2Sarg Mus (00373702) Ana Sofia Mateus Francisco;
- 2 2Sarg Mus (18772800) Sílvio Eduardo Marques de Brito;
- 3 2Sarg Mus (01155404) Marco Alexandre Pereira Barbosa;
- 4 2Sarg Mus (03067304) Sara Patrícia dos Santos Silva;
- 5 2Sarg Mus (19252202) José Carlos Pereira de Almeida.

**Pessoal e Secretariado**

- 1 2Sarg PesSec (11624303) Aldo Dino Miranda Sousa;
- 2 2Sarg PesSec (07839704) Nuno Miguel Rua Babo.

**Transportes**

- 1 2Sarg Trans (01382603) Valter Samuel Martins Ivo.

---

**V — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES****Colocações**

**Ministério da Defesa Nacional**  
**Instituto de Estudos Superiores Militares**

Maj Cav (24437892) José Pedro Rebola Mataloto, do CMEFD, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de julho de 2013.

(Por portaria de 25 de julho de 2013)

**Comando do Exército**  
**Museu Militar do Porto**

SMor Inf (18265878) Carlos Alberto Pereira Silva Pires, da UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de agosto de 2013.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Estado-Maior do Exército**

Maj Cav (17763892) João Paulo dos Santos Faria, do GCC/Brig Mec, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de junho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

Maj Art (28837693) Paulo Alexandre Siborro Alves, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de julho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Unidade de Apoio/EME**

Ten AdMil (18225602) Carlos Manuel Paixão de Carvalho, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**UnAp/EME a prestar serviço no Estado-Maior-General das Forças Armadas**

SAj Art (15596584) Vítor Manuel Duarte dos Santos, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Academia Militar**

Ten Inf (19491500) António Maria Rosinha Dias Barbosa, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Comando do Pessoal**

Cap AdMil (36931292) Artur Manuel Vieira Saraiva, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Direção de Administração de Recursos Humanos**

1Sarg Inf (13491693) João Carlos Lourenço, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de setembro de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Comando da Logística**  
**Direção de Material e Transportes**

Maj AdMil (29294191) Domingos Manuel Lameira Lopes, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

Cap Mat (05205997) João Paulo Castelão de Abreu, do BApSvc/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Regimento de Transportes**

Maj Art (09765191) Fernando António dos Santos Maçana, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**Hospital Militar Regional N.º 1**

Cap Med (07833797) Raquel Ferreira Alves da Silva Santos, do CTOE, devendo ser considerada nesta situação desde 22 de julho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Direção de Finanças**

Cap AdMil (06186094) Nuno Miguel Paulino Henriques, da MM/Sede, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de dezembro de 2012.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

Ten AdMil (05775103) Nuno Manuel Tavares Fernandes, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de julho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

Ten AdMil (05253803) Carlos Miguel Isidoro de Oliveira, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

Ten AdMil (04586502) José Manuel Mendes Henriques, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de julho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Repartição de Apoio Geral/CmdLog**

Ten Med (12806902) Samuel Afonso Lima Ramos, do RI3, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de maio de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Comando da Instrução e Doutrina**  
**Escola de Sargentos do Exército**

SAj Inf (19229487) Fernando Paulo Gaiato da Silva, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de setembro de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Escola Prática de Artilharia**

SAj Mat (01583291) Nuno Tomás Vicente Lopes, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de agosto de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Escola Prática dos Serviços**

Cap AdMil (07685399) Carlos Alberto Pires Ferreira de Souto e Castro, do CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**Instituto dos Pupilos do Exército**

Ten Art (00389501) Pedro Filipe Carrazedo Barbosa, da EPA, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

Ten Inf (19677000) Carlos Francisco Laranjeiro Simões Azedo, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Comando das Forças Terrestres**  
**Centro de Informações e Segurança Militar**

Ten Inf (01691603) Hugo José Estrela Paulos, do CTC, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Regimento de Guarnição N.º 2**

1Sarg Inf (13999694) Vasco Jorge Rodrigues Brandão, do RI15, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de agosto de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Comando da Zona Militar da Madeira**

Cap AdMil (00898797) Urbano Teixeira Correia, da UnAp/CmdZMM, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de julho de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Unidade de Apoio/ZMM**

Ten Inf (17950402) Ivan Filipe Martins Nunes, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Regimento de Guarnição N.º 3**

Cap Inf (03374899) Pedro Gonçalo Martins Fernandes Luís, do CmdZMM, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**Esquadrão de Reconhecimento/BrigMec**

Cap Cav (17481398) Sérgio Miguel Capelo, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de maio de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**Unidade de Apoio/BrigMec**

Maj TManMat (05427082) Rogério Manuel São Pedro Ramalhete, do CSTANCOS/STªMARGARIDA, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

**Comando e Companhia de Comando e Serviços/BrigMec**

Maj Art (39220592) Carlos Manuel Peixoto Prata, da BtrAAA/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

Cap Cav (05759798) Elisabete Maria Rodrigues da Silva, do ERec/BrigMec, devendo ser considerada nesta situação desde 21 de maio de 2013.

(Por portaria de 02 de agosto de 2013)

**Regimento de Infantaria N.º 14**

SMor Inf (05182182) Francisco Alberto Pires, da UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de agosto de 2013.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

SAj Inf (04157488) António João Figueiredo Teixeira, do CR VISEU, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de agosto de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

**Centro de Tropas Comandos**

Maj Inf (22156491) Telmo Lau Hing, do CmdCCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de agosto de 2013.

(Por portaria de 27 de agosto de 2013)

### Centro de Tropas de Operações Especiais

2Sarg Eng (04514503) Ricardo Manuel Marques Mendonça, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de agosto de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

2Sarg Inf (06144606) Milton Leal Gonçalves, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de agosto de 2013, nos termos das NNCMQP.

(Por portaria de 12 de setembro de 2013)

### Nomeações

1. Atento o disposto no Despacho n.º 112/CEME/2012, de 28 de junho, do Chefe do Estado-Maior do Exército, nomeio para o cargo de Diretor Honorário da Arma de Transmissões o TGen (14023675) **Rui Manuel Xavier Fernandes Matias**.

2. É exonerado do referido cargo, com efeitos desde 2 de setembro de 2013, o TGen (03823372) José Artur Paula Quesada Pastor, por ter transitado para a situação de reserva.

06 de setembro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Despacho n.º 137/CEME/2013 de 06set13)

1. Ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009 (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas), de 7 de julho, nomeio o Cor Tir Inf (18922483) **Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão**, para o cargo de Segundo-Comandante da Brigada de Intervenção.

2. É exonerado do referido cargo o Cor Inf (12282483) José António Coelho Rebelo, por ir desempenhar outras funções.

3. O presente despacho produz efeitos desde 13 de setembro de 2013.

11 de setembro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Despacho n.º 140/CEME/2013 de 11set13)

1. Ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009 (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas), de 7 de julho, nomeio o Cor Tir Tm (07519581) **Rui Manuel Nunes Pinto**, para o cargo de Subdiretor da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do Comando das Forças Terrestres, com efeitos desde 19 de agosto de 2013.

2. É exonerado do referido cargo o Cor Tm (14856277) António José Caessa Alves do Sacramento, com efeitos desde 14 de agosto de 2013, por ter transitado para a situação de reserva.

11 de setembro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Despacho n.º 139/CEME/2013 de 11set13)

1 — O Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, aprovou a nova Lei Orgânica do IASFA, I. P., definindo a sua missão e atribuições. Posteriormente, a Portaria n.º 189/2013, de 22 de maio, aprovou os Estatutos do IASFA, I. P., definindo a sua organização interna e as atribuições e competência das unidades orgânicas.

Tendo em consideração as competências atribuídas ao Centro de Apoio Social de Oeiras e considerando que o cargo de Diretor do Centro de Apoio Social de Oeiras desse Centro de Apoio Social se encontra formalmente vago, torna-se necessário proceder à nomeação do seu titular por forma a garantir o seu normal funcionamento e a cabal prossecução das competências que lhe são cometidas.



Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi designado, em regime de substituição, para exercer o cargo de Diretor do Centro de Apoio Social de Oeiras, o Cor Art (06097578) **João Miguel de Jesus Marquito** cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo de aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a 29 de julho de 2013.

### Nota Curricular

#### 1 — Dados Pessoais

Nome: João Miguel de Jesus Marquito.

Nascido em Fronteira a 01/08/1957.

#### 2 — Habilitações Académicas

Licenciatura em Ciências Militares pela Academia Militar (1981-1986).

#### 3 — Experiência Profissional

Como oficial subalterno prestou serviço no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais entre 1986 e 1988 onde desempenhou as funções de Comandante de Pelotão e de Comandante de Bateria.

Na Academia Militar, onde foi colocado no ano letivo 1988/89, foi Adjunto do Comandante da 1.ª Companhia de Alunos, Instrutor Militar Geral e ministrou o CGM especial aos candidatos militares.

Desempenhou de seguida as funções de Comandante de Bateria de Instrução no Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1.

Promovido a Capitão em 1990, foi Comandante de Bateria no Regimento de Artilharia de Leiria, onde também desempenhou as funções de Oficial de Pessoal do Grupo de Artilharia de Campanha.

Entre 1993 e 1994 foi Chefe da Secção de Tática de Artilharia na Escola Prática de Artilharia tendo sido também neste período Diretor dos Cursos de Oficiais.

De seguida foi colocado novamente no Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, onde desempenhou as funções de Chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança e de 2.º Comandante do Grupo de Artilharia Antiaérea.

Em 1995 prestou serviço no Comando de Instrução como Adjunto da Repartição de Instrução.

Em 1998 foi colocado no Estado-Maior-General das Forças Armadas, onde desempenhou as funções de Adjunto da Repartição de Planeamento de Forças da Divisão de Planeamento Estratégico Militar.

Entre 2003 e 2005 foi nomeado Chefe do Centro de Operações do Comando Operacional das Forças Terrestres.

De 2006 a 2010 desempenhou as funções de Coordenador de programas de aquisição na Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa no Ministério da Defesa Nacional.

Em 2010, por despacho de S. Ex.ª o General CEME foi nomeado por escolha para as funções de Comandante do Regimento de Transportes.

#### 4 — Formação Complementar

Para além dos cursos curriculares possui, entre outros, o Curso de Comandos, *Field Artillery Officer Advanced Course*, o Curso de Radar, o Curso de Coordenação de Apoio de Fogos, o Curso de Segurança Militar, o Curso de Planeamento Civil de Emergência, o Curso de Operações Psicológicas, *Multinational Forces Orientation Course* e o Curso de Estado-Maior.

28 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Francisco António Fialho da Rosa*.

(Despacho n.º 11615/2013, DR II série n.º 172 de 06set13)



Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea *a*), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, nomear o TCor Cav (07177087) **Paulo Jorge Ferreira Gomes Pinto de Sousa** para o cargo “CJ2001 – Branch Chief”, no Multinacional CIMIC Group Headquarters, em Motta di Livenza, República Italiana, em substituição do Cor TOCART (045102-K) Carlos Manuel Diegues Paulos, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o militar agora nomeado assumir funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 17 de setembro de 2013.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

04 de setembro de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 609/2013, DR II série n.º 181 de 19set13)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 1.º e dos artigos 3.º, 7.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 233/81, de 1 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 95/85, de 3 de abril, e 62/90, de 20 de fevereiro, e nos termos da Portaria n.º 524/89, de 10 de julho, nomear o TCor Mat (07276886) **Arlindo Neves Lucas** para o cargo de “Adjunto do Representante Militar Nacional” junto do Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), em Mons, Reino da Bélgica, em substituição do TCor Tm (01266881) Rui Manuel Pimenta Couto, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o militar agora nomeado assumir funções.

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 233/81, de 1 de agosto, a duração normal da comissão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 4 de setembro de 2013.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

04 de setembro de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 631/2013, DR II série n.º 182 de 20set13)

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 1.º e dos artigos 3.º, 7.º, 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 233/81, de 1 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 95/85, de 3 de abril, e 62/90, de 20 de fevereiro, e nos termos da Portaria n.º 496/13, de 3 de julho, nomear o TCor Art (09177683) **Manuel Maria Barreto Rosa** para o cargo de “Oficial de Ligação na Missão Militar junto da OTAN e da UE”, em Bruxelas, Reino da Bélgica, a fim de desempenhar funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER).

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 233/81, de 1 de agosto, a duração normal da comissão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de outubro de 2013.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

04 de setembro de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Portaria n.º 633/2013, DR II série n.º 184 de 24set13)

1. Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009 (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas), de 7 de julho, e na alínea *g*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 70/2007, de 28 de julho, nomeio para o cargo de Ajudante-de-Campo do Chefe do Estado-Maior do Exército o Cap Inf (19697899) **Jorge Emanuel Ferreira Louro**.

2. É exonerado do referido cargo o Cap Inf (15298096) Eduardo Pedro Ramos Bento, por ir desempenhar outras funções.

3. O presente despacho produz efeitos desde 9 de setembro de 2013.

06 de setembro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Despacho n.º 134/CEME/2013 de 06set13)

---

## VI — DECLARAÇÕES

### Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O TCor SGE Res (10016078) Luís Gaspar de Carvalho Alves, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na CVP, em 1 de maio de 2013.

O SMor SGE Res (01387679) Manuel Martins Galhano, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, Centro de Apoio Social de Oeiras, em 5 de setembro de 2013.

O SCh SGE Res (07424481) João Ricardo Lopes Brito do Amaral, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na LC, em 30 de agosto de 2013.

---

## VII — OBITUÁRIO

### 2013

agosto, 02 — MGen (50704111) Tito José Barbosa Capela, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 04 — Cor Inf (50275611) Roberto da Silva Ferreira, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 04 — Cor Inf (51380811) Orlando da Silva Andrade, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 05 — Cor Cav (17310572) Mário Rodrigues, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 07 — Cap SGE (50165511) Duarte Júlio de Almeida Militão, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 07 — Cap Inf (01308586) Carlos Alberto da Silva Xavier, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 09 — 1Sarg Inf (50143211) António Emídio Ventura, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 10 — Cap SGE (52279611) António Gomes Cária, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 14 — SAj Mus (39380959) Sérgio Augusto Silva, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 15 — Cap Art (51995811) José Castelo Caetano, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 16 — Cor Mat (50353811) José Luís Mingot de Almeida, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 17 — Maj SAR (00102760) Leonardo Moniz Medeiros, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 20 — CbAdj QAS (46123859) Joaquim Manuel Abelha Gil, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 24 — 1Sarg Mat (50010211) Hermínio Martins Esteves, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 26 — TCor Inf (51399411) António dos Santos Frias, da SecApoio/RRRD;

agosto, 26 — SMor SPM (06365463) João dos Santos Malcata, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 26 — SCh Eng (01787066) Júlio António Mantas Pinhel, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 26 — CbAdj Inf (41275852) Orlando de Almeida Bragadeste, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 27 — Cor Inf (51392411) José Fernando Gomes de Araújo, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 29 — Cor Art (51236211) Humberto Lopes da Rocha Neto, da SecApoio/RRRD.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*Francisco António Correia*, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH  
ESTÁ CONFORME  
O ORIGINAL

# ORDEM DO EXÉRCITO

3.<sup>a</sup> SÉRIE

N.º 09/30 DE SETEMBRO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

## I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

### Condecorações

Condecorados com a Medalha de Comemorativa das Campanhas por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Ten (00439365) Virgílio Óscar Machado Teixeira, “Guiné 1967-69”;  
Ex-Ten (08239965) Abel Pereira Correia, “Angola 1967-69”;  
Ex-Ten (04045469) Fernando Manuel Madeira Mendes Barata, “Guiné 1970-72”;  
Ex-Alf (18756869) António Manuel Pascoal Ribeiro Medeiros, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Alf (08928666) Francisco Domingos Garcia Falcão Machado, “Guiné 1972”;  
Ex-Furr (08864367) Carlos Manuel Ferreira de Oliveira, “Guiné 1969-1970”;  
Ex-Furr (32202760) Manuel Moreira Bateira, “Angola 1961-63”;  
Ex-Furr (05988571) Jorge Lopes Pires, “Guiné 1971-73”;  
Ex-Furr (06308267) José Joaquim da Silva Varão, “Guiné 1969-1970”;  
Ex-1Cb (07431265) António Vieira, “Guiné 1966-67”;  
Ex-1Cb (10829572) António Pereira da Silva, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (04766966) Joaquim Francisco de Jesus Rolo, “Moçambique 1969-73”;  
Ex-1Cb (00684870) José Carlos Gonçalves Ferreira, “Guiné 1970-73”;  
Ex-1Cb (06008870) Arménio Sousa Novais Gomes, “Moçambique 1970-73”;  
Ex-1Cb (06616764) Serafim de Oliveira Teixeira, “Angola 1965-67”;  
Ex-1Cb (08426371) José Teixeira de Faria Sortes, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (17337169) Eduardo Marques Vidigueira, “Angola 1970-72”;  
Ex-1Cb (00063872) Emídio Casimiro Lucas, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (16998569) José Inácio Cravo, “Angola 1970-72”;  
Ex-1Cb (04212272) João Fernando Morais, “Guiné 1972-74”;  
Ex-1Cb (12536971) José Manuel Marques Onofre, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (00646671) Carlos Alberto Dias Ferreira, “Guiné 1971-74”;  
Ex-Sold (10084772) Fernando Francisco Pereira Libânio, “Angola 1973-74”;

Ex-Sold (03729770) João Domingos de Araújo, “Guiné 1970-72”;  
Ex-Sold (07936261) António José Cipriano Nicolau, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (08007465) Eugénio Fonseca, “Angola 1966-68”;  
Ex-Sold (06508672) Manuel Augusto de Almeida e Silva, “Moçambique 1972-74”;  
Ex-Sold (06452467) Ernesto Rodrigues Batista, “Angola 1968-1970”;  
Ex-Sold (46243361) Custódio José Vida, “Angola 1961-63”.

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP por despacho, da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Furr (04321374) Rafael de Jesus C. Hipolito Calvo, “Angola 1975”;  
Ex-Furr (62410574) António José Ferreira Feitor, “Angola 1974-75”;  
Ex-1Cb (16099774) José Manuel Vinagre, “Angola 1975”;  
Ex-1Cb (15882874) José Joaquim Gonilha Bileu, “Angola 1975”;  
1Cb RC (03975109) Marcelino Mateo Jardim de Jesus, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (10894811) Ladis Wentacem Diouf, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (03320505) Jorge Augusto Alves da Silva, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (00299409) Arycson Roberto Santos Lopes Silva, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (00515509) Michael Silva de Oliveira, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (01125204) Wilson Fernando Brito Semedo, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (01178009) Carlos Manuel dos Anjos Nunes, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (02119710) Cláudio Cristiano Alves Lapa, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (04703505) Ricardo Nuno da Costa Gomes A. Silva, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (04986311) João Marcelo Faustino Santos, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (05161805) Paulo Roberto Gouveia Faria, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (06380911) Samiro Jorge Neves da Silva, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (07705912) Hugo Miguel Fael Pinto de Sá, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (09739409) Daniel da Costa Mesquita, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (01704409) Ricardo Manuel Pereira Gonzalez, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (06795306) José Diogo da Silva Pires, “Afeganistão 2011-13”.

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Tenente-General Ajudante-General do Exército, após delegação recebida de General Chefe do Estado-Maior do Exército, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

1Cb RC (10135610) Diogo Lopes Dias, “Afeganistão 2011-13”;  
1Cb RC (18381909) Paulo Henrique Soares Barbosa, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (01796809) Ricardo Manuel Henriques Madeira, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (03332910) Marco André Lopes Oliveira, “Afeganistão 2012-13”;  
Sold RC (03530709) Milton Samuel de Jesus Luís, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (07083510) Daniel Almeida de Campos, “Afeganistão 2011-13”;

Sold RC (07606806) Sidney Emanuel Gomes da Lomba, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (09041210) Milton César Mota Araújo, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (09115910) Rafael da Mota Gomes, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (09357405) André Guimarães Gouveia, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (10208406) Fábio André Filipe Leitão, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (10350404) Luís Miguel Lopes Moreira, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (10731206) João Miguel Coelho, “Afeganistão 2011-13”;  
Sold RC (10984503) Odail Viegas dos Santos, “Afeganistão 2011-13”.

(Por despacho de 18 de julho de 2013)

---

## II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

### Passagem à situação de Reserva de Disponibilidade

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, posto em execução pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgada pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência”, a militar a seguir mencionada:

Furr RC (06790802) Juliana Jesus Paulo Martins Ribeiro, do BApSvc/BrigMec.

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, posto em execução pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgado pela JHI/HFAR, “incapaz para todo o serviço militar, inapto para o trabalho com 93,4% (noventa e três, vírgula quatro por cento) de desvalorização”, o militar a seguir mencionado:

Sold RC (14612509) Filipe Manuel da Silva Mendonça, do RG2.

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, posto em execução pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgado pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto parcialmente para o trabalho com 1% (um por cento) de desvalorização”, o militar a seguir mencionado:

Sold RC (14336412) Crsitovão José Silva Fernandes, do BApSvc/BrigMec.

(Por despacho de 14 de agosto de 2013)

---

## III — OBITUÁRIO

### 1992

janeiro, 31 — Sold PPI (07354563) José João Rodrigues Pereira, da SecApoio/RRRD.



**2000**

agosto, 29 — Sold PPI (36203662) José de Sousa, da SecApoio/RRRD.

**2003**

dezembro, 12 — Asp PPI (52939411) José Augusto Abrantes de Almeida, da SecApoio/RRRD.

**2004**

maio, 22 — Sold DFA (11270974) António Dias Teixeira, da SecApoio/RRRD.

**2006**

dezembro, 20 — Furr DFA (36407455) Amaro da Costa Carvalho, da SecApoio/RRRD.

**2008**

julho, 22 — Sold PPI (33058751) António Joaquim Castelhana, da SecApoio/RRRD.

**2009**

abril, 13 — Sold DFA (02581169) João Manuel Ferreira Monteiro, da SecApoio/RRRD;

abril, 22 — Sold DFA (82042062) Tainha Insá, da SecApoio/RRRD;

maio, 13 — Sold PPI (37099860) Deolindo da Silva Rodrigues, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 30 — Cap Mil (34000159) Artur de Jesus Mendes, da SecApoio/RRRD.

**2010**

janeiro, 11 — Sold DFA (02787269) José Prudêncio Simões, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 20 — 1Cb DFA (10889068) João José da Saúde Ramalho, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 26 — 1Cb DFA (04073966) Salvador Duarte, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 31 — 1Cb DFA (07143766) José António Parente Calçada, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 11 — 1Cb DFA (03285371) Jorge da Silva Campos, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 15 — 1Cb DFA (06966063) Moisés da Costa do Vale, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 18 — Sold DFA (31076260) António Dias Pereira, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 20 — 1Cb DFA (60748469) João Sebastião Soares Neto, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 21 — Sold DFA (05064169) Elias Fernandes Leitão, da SecApoio/RRRD;

março, 14 — Sold DFA (82087664) Mamadu Baldé, da SecApoio/RRRD;

março, 28 — 1Cb DFA (82048866) Tomás Ferreira Monteiro, da SecApoio/RRRD;

abril, 24 — Sold DFA (17263169) Horácio Marmelo dos Santos, da SecApoio/RRRD;

junho, 01 — 2Sarg DFA (01899871) Carlos Alberto da Silva Costa, da SecApoio/RRRD;

junho, 19 — Sold DFA (05557070) António Manuel Passão Barroso, da SecApoio/RRRD;

julho, 15 — Sold DFA (42438862) Alfredo Henrique de Jesus, da SecApoio/RRRD;

julho, 20 — Sold DFA (01126871) Carlos Alberto Branco Camilo, da SecApoio/RRRD;

julho, 30 — 1Cb DFA (13289068) João de Jesus Valdez, da SecApoio/RRRD;

agosto, 28 — Sold DFA (02145566) Raul Machinho Ferreira, da SecApoio/RRRD;

setembro, 04 — Sold DFA (45198959) Armando Estanqueiro Borges, da SecApoio/RRRD;

setembro, 14 — 1Cb DFA (82067164) Francisco Amadú Baldé, da SecApoio/RRRD;

outubro, 28 — Sold DFA (82064668) Albino António Lopes, da SecApoio/RRRD;

outubro, 31 — 1Cb DFA (02374063) Augusto da Conceição Ribeiro Canta, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 02 — Sold DFA (82027666) Armando Félix Diouf, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 17 — Sold DFA (44042759) Manuel Alves, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 20 — 1Cb DFA (11974967) Herculano Faceira da Silva, da SecApoio/RRRD;  
dezembro, 22 — 1Cb DFA (09475071) Analidio dos Santos Pinguinha, da SecApoio/RRRD;  
dezembro, 25 — Sold DFA (03913966) João Manuel Coronha Lopes, da SecApoio/RRRD.

## 2011

fevereiro, 11 — Furr DFA (08043465) José Amadeu do Nascimento Costa, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 15 — Sold DFA (14149371) Ricardo Silva do Nascimento, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 17 — 1Cb DFA (15866869) António Crisostomo Marçal, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 26 — Sold DFA (16298771) António Carlos Trindade da Silva, da SecApoio/RRRD;  
março, 29 — Sold DFA (06689765) Diogo Fernando das Neves, da SecApoio/RRRD;  
abril, 13 — Sold DFA (82035063) Saliu Baldé, da SecApoio/RRRD;  
abril, 17 — Furr DFA (60756967) Domingos António Diz, da SecApoio/RRRD;  
maio, 24 — Furr DFA (40277562) Victor Manuel Dias dos Santos, da SecApoio/RRRD;  
maio, 25 — Alf DFA (08134067) Joaquim Jerónimo Azevedo Nunes, da SecApoio/RRRD;  
junho, 01 — Sold DFA (09311964) Artur Augusto, da SecApoio/RRRD;  
julho, 11 — Sold DFA (14863568) Domingos Fernandes Ribeiro, da SecApoio/RRRD;  
julho, 25 — Sold DFA (00224960) José Augusto de Almeida, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 06 — Sold DFA (34230162) Joaquim Vitorino de Campos, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 03 — Sold DFA (01784765) Luís Gonçalves Mendes, da SecApoio/RRRD;  
setembro, 29 — Sold DFA (09542666) José António Serrano Mota, da SecApoio/RRRD;  
dezembro, 25 — Sold DFA (03436066) Manuel João da Silva, da SecApoio/RRRD.

## 2012

janeiro, 10 — 1Cb DFA (14302668) David Taborda Barata, da SecApoio/RRRD;  
janeiro, 17 — Sold DFA (00709766) António Parreira, da SecApoio/RRRD;  
janeiro, 25 — Alf DFA (40029358) Abel dos Santos Condesso, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 06 — Sold DFA (82009264) Uali Baldé, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 08 — Furr DFA (07427367) Joaquim de Matos Ramilo, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 16 — Alf DFA (03616164) João Campos da Silva Azeredo, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 19 — Furr DFA (37618463) Manuel Correia da Cruz Parracho, da SecApoio/RRRD;  
fevereiro, 20 — 2Sarg DFA (01122969) José da Silva Cardoso, da SecApoio/RRRD;  
março, 08 — 1Cb DFA (01020570) José Custódio da Siva Martins, da SecApoio/RRRD;  
março, 09 — Sold DFA (11448768) Hermínio Rodrigues, da SecApoio/RRRD;  
março, 17 — 1Cb DFA (03550566) Joaquim Gonçalves da Silva, da SecApoio/RRRD;  
abril, 09 — 1Cb DFA (04302668) João Nunes de Freitas, da SecApoio/RRRD;  
abril, 23 — Sold DFA (17929370) Januário Maia Teixeira, da SecApoio/RRRD;  
abril, 30 — Sold DFA (41169559) Aníbal do Livramento Rodrigues Gonçalves, da SecApoio/RRRD;  
maio, 29 — Sold DFA (04386469) Joaquim Francisco Brugeitas Leitão, da SecApoio/RRRD;  
maio, 30 — Sold DFA (42493445) Manuel Simões, da SecApoio/RRRD;  
junho, 28 — Furr DFA (41228859) António Manuel Palhavâ Rodrigues Pinto, da SecApoio/RRRD;  
julho, 01 — Sold DFA (02287666) Manuel Alves Pereira, da SecApoio/RRRD;  
julho, 23 — Sold DFA (32218860) João Augusto Lopes, da SecApoio/RRRD;  
agosto, 11 — Sold DFA (82061166) Samba Baldé, da SecApoio/RRRD;



outubro, 11 — Sold DFA (06986669) Fortunato Silva Dolores, da SecApoio/RRRD;  
outubro, 18 — Sold DFA (13478970) João Adriano de Ornelas, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 03 — Furr DFA (48051862) Manuel Leonildo Gracia, da SecApoio/RRRD;  
novembro, 12 — 2Sarg DFA (09550663) José Bento Silva, da SecApoio/RRRD.

**2013**

agosto, 25 — Sold DFA (05155963) Dinis de Almeida, da SecApoio/RRRD.

**O Chefe do Estado-Maior do Exército**

*Artur Neves Pina Monteiro*, General.

Está conforme:

**O Ajudante-General do Exército**

*Francisco António Correia*, Tenente-General.